

Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Educação  
Mestrado em Educação

**Economia Solidária e o "Fim Das Utopias": Estudo sobre os  
Empreendimentos Autogestados pelos Trabalhadores, na Atual Configuração  
Capitalista.**

Alexandre Maia do Bomfim

Niterói  
2001

Alexandre Maia do Bomfim

Economia Solidária e o "Fim Das Utopias": Estudo sobre os Empreendimentos Autogestados pelos Trabalhadores, na Atual Configuração Capitalista.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação da UFF, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Campo de Confluência: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Niterói  
2001

Alexandre Maia do Bomfim

Economia Solidária e o "Fim Das Utopias": Estudo sobre os Empreendimentos Autogestados pelos Trabalhadores, na Atual Configuração Capitalista.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação da UFF, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Campo de Confluência: Trabalho e Educação.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lia Vargas Tiriba  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Justino de Sousa Jr.  
Universidade Estadual do Ceará

A minha família, a Arthur, a Juliana, e a quem estiver por vir, que antes de tudo e, sob quaisquer problemas, estejamos juntos por muitos e muitos anos.

Aos meus pais, Valfredo e Sueli, às minhas irmãs, Fabiana e Flavia, aos seus atuais e futuros rebentos, pela família que sempre fomos, cultivadora da reflexão, da humildade e dos estudos.

A todos os meus outros irmãos, da Regina, do grupo, do trabalho, da faculdade, dos arredores, que não são de sangue, mas que estiveram e, com certeza, sempre estarão comigo.

"Normalmente se imagina que a crítica permite opor um pensamento verdadeiro a um pensamento falso; na verdade a crítica não é isso. Não é o conjunto de conteúdos verdadeiros que oporia a um conjunto de conteúdos falsos. A crítica é um trabalho intelectual com a finalidade de explicitar o conteúdo de um pensamento qualquer, de um discurso qualquer, para encontrar aquilo que está silenciado por esse discurso. O que interessa para a crítica não é aquilo que está explicitamente pensado, explicitamente dito; o que interessa à crítica é exatamente aquilo que não está sendo dito e que, muitas vezes, nem sequer está sendo pensado de uma maneira consciente. Ou seja, a tarefa da crítica é, vamos dizer assim, fazer falar o silêncio, colocar em funcionamento um pensamento que possa desvendar todo o silêncio contido em outros pensamentos, em outros discursos..."

**Marilena Chauí**

## AGRADECIMENTOS

A Gaudêncio Frigotto – meu orientador, nem tanto por sua reconhecida capacidade intelectual e referência acadêmica, nem mesmo por sua opção política, mas, muito mais pelas suas ações cotidianas, por sua simplicidade, por sua humanidade e por sua amizade.

A Lia Tiriba – mestra, mas que assim nunca se pôs, sempre apoiando, muitas vezes acreditando mais em nosso trabalho, do que nós mesmos. Professora militante, incansável, e com quem desejo cultivar sempre esta amizade.

Aos "co-autores" desta dissertação – Ana Violeta, Jaqueline, Beth, Josiane, Sônia, Cláudia, os colegas da 2ª turma; e os professores Eunice, José Rodrigues, Maria Ciavatta, Sônia Rummert, Giovanni Semeraro, Ralph Bagnes, com quem divido os créditos, mas nenhuma das críticas.

A minha irmã, Flavia Maia Bomfim, por sua revisão de texto. E ao amigo Cristiano Silveira Freixo por suas sugestões na área econômica.

## Sumário

Siglas, **p. 9**

Introdução, **p. 13**

Por uma metodologia crítica num momento de crise de paradigmas, **p. 15**

**1. Capitalismo e Economia Solidária: a atual configuração do capitalismo e a sua determinação sobre os empreendimentos solidários**

1.1 A crise do trabalho na atual configuração do sistema capitalista, **p. 21**

1.1.1 A (des)configuração do mundo, **p. 22**

1.1.2 A configuração do desemprego, **p. 30**

1.1.3 Brasilização do mundo: a configuração do Brasil, **p. 38**

1.2 A Economia Popular/Solidária a partir dos clássicos, **p. 42**

1.3 Novos diálogos com a sociedade cindida

1.3.1 A sociedade que sobra, **p. 46**

1.3.2 A sociedade de serviços, **p. 51**

1.3.3 Gestão dos trabalhadores, **p. 53**

1.3.4 A precarização do Trabalho, **p. 56**

1.4 Aproximando-se da economia popular e solidária, **p. 64**

**2. Quantificando e Qualificando a Economia Solidária: análise macro das experiências da Economia Solidária, p. 70**

2.1 Economia Popular ou Solidária? , **p. 71**

2.2.1 A localização dos empreendimentos solidários, **p.81**

2.2 Quantificando e qualificando o mundo associativista, **p. 88**

2.3 A Economia Solidária por suas próprias experiências, **p. 99**

**3. A Economia Autogestionária: sua oferta e demanda político-educacional, p. 127**

3.1 A Economia Solidária entre a Assistência Social e o embate político, **p. 130**

3.1.1 A Economia Solidária como solução para crise do emprego, **p. 134**

3.1.2 A sustentabilidade da Economia Solidária, **p. 140**

3.1.3 A Economia Solidária e a perspectiva de classe, **p. 143**

3.1.4 A questão do Ecodesenvolvimento e sua relação com os empreendimentos solidários, **p. 145**

3.2- A Demanda e a oferta educativa da Economia Autogestionária, **p. 155**

**4. Conclusão, p. 169**

**5. Bibliografia, p. 174**

**6. Anexos, p. 183**

## Ilustrações, Tabelas e Gráficos

TABELA 1- .....	39
TABELA 2- .....	41
FIGURA A- .....	71
FIGURA B- .....	79
TABELA 3- .....	84
FIGURA C- .....	85
TABELA 4- .....	88
TABELA 5- .....	89
TABELA 6- .....	90
GRÁFICO 1- .....	91
GRÁFICO 2- .....	93
TABELA 7- .....	94
GRÁFICO 3- .....	95
TABELA 8- .....	96
GRÁFICO 4- .....	97
GRÁFICO 5- .....	98
TABELA 9- .....	125
TABELA 10- .....	125
GRÁFICO 6- .....	136

## SIGLAS

AGP	Associação dos Grupos de Produção
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAPINA	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CDS	Comissões das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CEDAC	Centro de Ação Comunitária
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT
CODEFAT	Conselho Deliberativo do FAT
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda/MST
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia/UFRJ
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EP	Economia Popular
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBASE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MST	Movimento dos Sem Terra
MTb	Ministério do Trabalho

NEDDATE	Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OEP	Organização Econômica Popular
OES	Organização Econômica Solidária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## RESUMO

A finalidade desta dissertação foi analisar de forma macro a chamada Economia Solidária, as experiências de cooperação e as associativas, formais ou informais dos trabalhadores, quanto possibilidade de contribuir na transformação da sociedade atual; num movimento duplo: de entender a sociedade capitalista junto a crise do paradigma marxista e ir ao encontro da reflexão sobre os empreendimentos solidários demandados por este contexto. Com a utilização de trabalhos e pesquisas que acompanharam de perto as experiências solidárias, procurou-se atualizá-las e relacioná-las a dados sobre o desemprego, cooperativismo, desenvolvimento econômico, etc. Procurou-se também precisar algumas definições e conceitos sobre esta "nova" temática. Também houve a análise da sustentabilidade econômica até a oferta e demanda político-educacional dos empreendimentos da Economia Solidária, considerando também sua relação com o eco-desenvolvimento. Verificou-se a fragilidade econômica das experiências; sua incapacidade atual de produzir postos de trabalho no mesmo ritmo que o desemprego; a influência dos agentes externos e as variadas orientações e perspectivas que pode seguir; e o limiar entre ser uma resposta conservadora ou emancipadora para a própria precarização do trabalho que a engendrou.

## Abstract

This dissertation was intended to analyze in a large view the *Solidarity Economy*, the cooperation experiences and the formal and informal workers associations as the possibility of contributing to the transformation of the current society. At the same time the understanding of the capitalist community close to the crisis of the Marxist paradigm, then going through the speculation about solidarities enterprises demanded by this context. Making use of other works and researches that accompanied the solidarity experience closely, updating and connecting them to information about the unemployment, cooperative system, economic development, etc. It was also tried to specify some definitions and concepts about this “new” thematic. There was also an analysis of the efficiency till the supply and political education demanding of the *Solidarity Economy* enterprises, also considering its relation to the ecologic development. It was verified the economic fragility experiences, its current incapacity to produce job stations in the same rhythm as the unemployment, the influence of the external agents and many orientations and perspectives can go on ; and the threshold between being conservator or emancipator answer to the own weakening work that engendered the *Solidarity Economy*.

## Introdução

A dificuldade de identificar em cada caso, estaticamente (como imagem fotográfica instantânea), a estrutura; de fato, a política é – em cada caso concreto – o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirma que devem necessariamente se realizar. Uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada após ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (e se declarando, explicitamente, que se trata de hipóteses) (Gramsci, 1981: 118)

*Formação Humana e Trabalho Solidário: Estudo sobre os Limites e Possibilidades, da Relação Trabalho - Educação, nas Organizações Econômicas Populares.* Este título, genérico, foi o do meu projeto de dissertação do mestrado, e lugar de partida para a construção deste trabalho.

O atual contexto do capitalismo é de brutal concentração de capital, precarização do trabalho, exclusão social, desemprego estrutural, crise do Estado e dos direitos sociais...<sup>1</sup> Junto a tudo isto, temos o fato de que outras perspectivas de sociedade e suas teorias esmoreceram, estão enfraquecidas em seu discurso e ação<sup>2</sup>. Aqui surge a proposta de Economia Solidária/Popular, como sendo o lugar da esperança e da redenção dos excluídos, dos desempregados, dos subempregados, dos trabalhadores temporários, dos trabalhadores infelizes... Por conta disso, transformou-se em ponto de pauta indispensável nos sindicatos, nas ongs, na Igreja, no governo, nos organismos internacionais, na mídia, nas universidades; geralmente associado a um discurso esperançoso de recolocação do trabalhador no mundo do trabalho, numa atividade possivelmente útil, de forma que lhe resgate a dignidade, perdida com o desemprego.

---

<sup>1</sup> A quantidade de autores que tratam estas temáticas é imensa, indico alguns que são nossas referências: Frigotto, 1995 e 1998; Hobsbawm, 1996; Antunes, 1995; Freitas, 1996; Etc.

<sup>2</sup> *O colapso da URSS (...) chamou atenção basicamente para o fracasso do comunismo soviético, ou seja, da tentativa de basear toda uma economia na propriedade universal, pelo Estado, dos meios de produção e no planejamento central (...). Todas as outras formas históricas do ideal socialista haviam suposto uma economia baseada na propriedade social de todos os meios de produção...* (Hobsbawm, 1996:542; grifos nossos)

Os estudos<sup>3</sup> e os debates de que temos participado nos atentam para que não reproduzamos os discursos e as propostas romantizadas sobre a economia popular e de solidariedade. Por outro lado, não desejamos cair no outro extremo, do ceticismo completo, que aprioristicamente, às vezes fazendo referência aos clássicos, condenam tais iniciativas sem relativizar com esta nova realidade. É difícil estar neste limiar sem sucumbir por um dos lados, mas a pesquisa passa ter sentido e ser necessária neste lugar. Assumimos uma posição de crítica em relação às organizações econômicas solidárias, porém que não está ratificada, e que consideramos estratégica, na direção de ajudar aos trabalhadores e trabalhadoras das organizações econômicas populares/solidárias, em vez de tomarmos este assunto por reflexões românticas ou céticas.

Com isso, no capítulo 1, *Capitalismo e Economia Solidária: estudo da atual configuração do capitalismo e a sua determinação sobre os empreendimentos solidários*, partimos para a análise com textos, que diríamos de caráter mais geral e político-filosóficos, a respeito da sociedade capitalista, em relação à questão do trabalho, de sua centralidade, em relação à estrutura econômica, ao papel do Estado e às mudanças e transformações ocorridas no final e virada do milênio – com, por exemplo, o livro "A Época das Perplexidades" de René Dreifuss. Este é o capítulo de embasamento e diálogo teórico. Nossa busca centra-se no desafio de responder a alguns questionamentos sobre a validade e a viabilidade das organizações econômicas populares e de solidariedade. Abusamos de questões, que, em alguns casos, escondem assertivas, que não poderíamos naquele momento assumir. Ainda nesta parte com a ajuda de alguns autores – como por exemplo Enric Sanchis com seu livro *Da Escola ao Desemprego* – vamos saindo de uma análise mais macro para ir de encontro à temática da economia popular/solidariedade. Também fazemos uma breve contextualização da realidade brasileira, mostrando a singularidade deste país para o nosso tema. O quarto momento deste capítulo centra-se em Karl Marx e Rosa de Luxemburgo e suas respectivas teses sobre a questão das organizações populares, no caso das cooperativas dos trabalhadores.

A parte mais específica, da economia popular/solidariedade, é tratada no capítulo 2, *Qualificando e Quantificando a Economia Solidária: análise macro das experiências da Economia Solidária*. Nesta tomamos concretamente os empreendimentos com um objetivo triplo: precisar conceitos e definições sobre a Economia Solidária; fazer relações e confrontos entre os

---

<sup>3</sup> Participamos desta temática desde o projeto de pesquisa: *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. (ver TIRIBA,1995).

dados dos empreendimentos solidários com os de outros setores e números econômico-sociais; e analisar mais próximo as experiências, auxiliados pelos documentos e pesquisas de: instituições como a Anteag, a ITCP e a OCB<sup>4</sup>, e ainda os da professora Lia Tiriba, somados à atualização e complementação que fizemos.

Na parte *A Economia Autogestionária: sua oferta e demanda político-educacional* procura-se dar fechamento aos questionamentos com os dados e informações que havíamos construído. Os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores são analisados em sua dimensão política, no seu envolvimento com o Estado, tanto numa relação de atrelamento – entre a assistência social ou assistencialismo – quanto numa relação de embate e confronto. A Economia Autogestionária é estudada em sua viabilidade e sustentabilidade econômica, como também em sua capacidade de gerar emprego. No intuito de continuar cercando as relações que esta economia mantém, fomos refletir sobre a questão do eco-desenvolvimento. E finalmente, a análise sobre as questões educacionais, a relação Trabalho e Educação, por meio dos atores e agentes das experiências solidárias-autogestionárias.

### Por uma metodologia crítica num momento de crise de paradigmas

A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico. (Kosik)

Refletir a metodologia é uma das tarefas científicas mais difíceis atualmente, ainda mais que pese a persistência da crise de paradigmas<sup>5</sup>. Isso se agrava, no sentido de que as bases teóricas que tentamos corresponder, têm no momento da investigação e do método também a própria construção do objeto, e de construção do conhecimento. Na verdade, a escolha por uma determinada metodologia, conseqüentemente de uma teoria, precisa estar:

---

<sup>4</sup> Respectivamente: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Organização das Cooperativas do Brasil.

<sup>5</sup> *Uma crise de paradigmas caracteriza-se assim como uma mudança de visão de mundo, conseqüência de uma insatisfação com os modelos anteriormente predominantes de explicação.* (Marcondes, 1994)

na própria forma de exposição, tanto os aspectos de encadeamento metodológico quanto a postura teórica que orienta o estudo devem se tornar claros para o leitor. Se a exposição não consegue tornar perceptíveis esses aspectos, a experiência tem mostrado que o capítulo inicial fica tendo apenas um caráter formal. (Frigotto, 1993:30)

Num tempo de relativismo absoluto, de teorias “antropologizantes”, de “desconstruções” teóricas, de concepções pós-modernas, avanço neoliberal, propor um estudo a partir do materialismo dialético deve ser realmente “fora de moda”. Não obstante, ao nosso ver, as proposições teóricas do materialismo continuam se sustentando, no sentido que continuamos a visualizar uma sociedade de classes, sob o conflito de classes, em que os interesses são diferenciados, na verdade, antagônicos. Reconhecemos a crise, mas isto *não significa endossar as teses de seu fim e da necessidade de substituí-lo por outros paradigmas(...)* (Frigotto 1998: 26). A crítica dos pós-modernos, na verdade *neoconservadores*, sobre o “Projeto da Modernidade”<sup>6</sup> e, conseqüentemente sobre o marxismo, deve ser considerada em muitos aspectos, contudo, não a ponto de aceitarmos as teses de “fim da história”, “esgotamento da razão”, relativismo absoluto, etc.<sup>7</sup> Há pontos que a *filosofia da praxis*<sup>8</sup> precisa considerar (ou reconsiderar) como, por exemplo: a mediação da linguagem na relação sujeito/objeto<sup>9</sup>; a relação homem/natureza, no sentido da preservação ecológica<sup>10</sup>; o tipo de olhar sobre as sociedades “não-capitalistas”<sup>11</sup>; a relação das

---

<sup>6</sup> Habermas (1992) no texto “A modernidade: um projeto inacabado” resgata a positividade da modernidade, porém muito mais do que isto, se posiciona criticamente com relação a “pós-modernidade”. Habermas mostra o conteúdo (neo)conservador da pós-modernidade, no sentido que esta se apresenta “sob traços de uma ‘anti-modernidade’.” O discurso neoconservador mais do que reconhecer os limites da Razão considera seu esgotamento. Habermas argumentará que a negação da razão é uma saída conveniente para o discurso neoconservador. A negação da arte, a negação da filosofia no atual momento é interessante para frear o projeto da modernidade, evitando que se dirija para lugares indesejáveis. A estratégia neoconservadora é desconsiderar a mentalidade oposicionista (crítica) ligando-a a formas de extremismo. Exemplificando: o movimento feminista ou a luta pelos direitos dos homossexuais poderiam representar a destruição da família; o Estado Benfeitor é aproximado do totalitarismo... Habermas resgata o poder emancipatório da razão, e os benefícios que traz ao homem, reconhece os problemas que o projeto da modernidade traz consigo, mas pergunta se devemos abandoná-lo. A cultura modernista criou sentimentos e perspectivas ilimitadas ao indivíduo racional, num momento posterior, provavelmente este mesmo indivíduo racionalizaria que a vida social exige limites.

<sup>7</sup> Cf. Japiassu, 1996.

<sup>8</sup> Cf. Konder, 1992.

<sup>9</sup> Este lugar de análise é trabalhado por Habermas, só que muitas de suas orientações acabaram por se distanciar de pontos fundamentais da Filosofia da Praxis.

<sup>10</sup> cf. Villasante, 1998.

<sup>11</sup> Embora nos posicionando contrários ao relativismo absoluto, consideramos necessário tomarmos cuidado com a absolutização de um ponto de vista. Estudar as ditas sociedades “primitivas” sem reconhecer que possuímos uma lente etnocêntrica seria incorrer noutra erro. Hilton Japiassu, na conclusão de seu texto *Esgotamento da Razão*, faz a seguinte pergunta: *seria possível um ‘relativismo universalista’ Um ‘relativismo’ permitindo-nos desabsolutizar nossa velha idéia da Razão?* (Japiassu 1996:100) Proporíamos pensar o mundo sob uma *totalidade concreta* (cf. Kosik, 1995).

ciências naturais com as ciências sociais, num sentido inverso ao do positivismo, em que as primeiras se sobrepujam às segundas, etc. As críticas que o pós-modernismo faz sobre o projeto Iluminista tem equívocos, porém são producentes, estão assentadas em muitas questões deixadas em aberto pelo projeto da modernidade. Algumas delas também recaem sobre o marxismo, porém este se distancia em vários pontos das outras posições:

“(…) contrariamente à posição iluminista, para Marx, a liberação do homem só será possível na medida que transformar a própria sociedade, eliminando-se o domínio de uma classe sobre as demais, e não apenas pela Educação e pela Ciência, que permanecem no campo do pensamento, sem atingir a base material da sociedade que gera o trabalho alienado e, em consequência, a consciência alienada. A noção de *alienação* enquanto um conceito crítico, opõe-se assim ao pressuposto iluminista da racionalidade” (Marcondes 1994)

Independente do projeto da modernidade ter encontrado seu limite, o projeto do marxismo ainda não. Vale parafrasear Gramsci, quando propõe que nunca se rejeite o debate e a interlocução com outras teorias, com o objetivo de incorporá-las, quando for o caso, mas de forma subordinada. Não se quer aqui a defesa e nem a exumação do marxismo, mas levar adiante a revolução iniciada por ele.

A construção da metodologia pressupõe que fazer ciência não somente é possível como necessário. A tarefa da Ciência é desvelar o aparente, ir além do mundo fenomênico, e mesmo das concepções primeiras e imediatas sobre este mundo. Obviamente isto pressupõe que há algo a se descobrir, e que *o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia.* (Kosik, 1995:17) Esta ciência que se quer construir não é a-histórica, não está em posição dominante em relação ao mundo. Não é uma ciência neutra, *não está imune aos “interesses e paixões”* (Lowi, 1994), ou seja, vai pelo lado contrário ao do positivismo. Pensemos isto, através da seguinte citação, de Lowi:

“Os que pretendem ser sinceramente seres objetivos são simplesmente aqueles nos quais as pressuposições estão mais profundamente enraizadas. Para se liberar destes “preconceitos” é necessário, antes de tudo, reconhecê-los como tais (...); em geral eles não são sequer formulados. E permanecem implícitos, subjacentes à investigação científica, às vezes ocultos ao próprio pesquisador.” (Lowi 1994)

O lugar da ciência não é um lugar distante do senso comum e da ideologia, sendo necessário também “dialelizar” esta relação. A ciência positivista, principalmente, distanciou a ciência, da ideologia e do senso comum, só que mais uma vez se deparou com questões intransponíveis. Qual o limiar entre ciência e senso comum? Quando e como a ciência deixa de ser ideológica?

Não é fácil desvencilhar-se da tentação de que “os fatos falam por si mesmos”, não é fácil afastar-se do desejo de apreender da realidade “a verdade”, inquestionável, independente, a-histórica e universal<sup>12</sup>. Porém até mesmo *os sistemas filosóficos e as teorias científicas precisavam* [precisam] *sempre ser pensados historicamente, do ângulo do “historicismo absoluto”*. (Konder, 1999)

Na filosofia da praxis, o pesquisador não é alguém isolado no mundo, é um ser político e histórico, por tanto, interage e constrói, junto ao objeto de estudo, o conhecimento. E neste sentido, este próprio conhecimento produzido, resultado da ação dos homens, não é perene. Para a dialética o que temos é:

um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. (...) o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade devém. (Kosik, 1986: 23)

Não obstante, para a Filosofia da Praxis, não é uma questão apenas do pesquisador assumir seus "preconceitos", "sentimentos" e a interferência deles sobre o conteúdo da pesquisa, porém mais do que isto, é aceitar isto como determinação e orientação para a construção da pesquisa. Para os filósofos da praxis, a construção válida e crível é sempre endereçada, podendo ser a favor dos oprimidos ou dos opressores.

Para o materialismo, embora reconheça-se que o conhecimento aconteça por aproximação, não fica a questão deste conhecimento ser ou não falível, da verdade existir ou não. O conhecimento que se obtém é para a *realização* da própria verdade. A grande diferença é que para o materialismo isto não é apenas *uma questão de retórica*, mas é processado pela própria história. *Por esta razão a história humana pode ser o processo da verdade e a história da verdade. A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza.* (Kosik, 1986:23)

#### *Nossos passos*

Enfim, procurando corresponder a tudo isso começamos a definir uma linha de pesquisa e de reflexão para nosso objetivo principal, que tínhamos desde o projeto:

Dimensionar a potencialidade e viabilidade das OEPs, e da própria Economia Solidária, quanto sua capacidade de transformação, quanto um projeto de maior participação cidadã e política, quanto um projeto mais global para a Sociedade, quanto sua duração e “sobre-vida”

<sup>12</sup> [O Positivismo é] o dogma que orientou durante mais de um século – e que continua ainda a **predominar** – o conjunto da abordagem (...) do problema da objetividade cognitiva e da relação ciência/ideologia (...) (Lowi, 1994:50)

(se for o caso). Analisar se os elementos que trazem estas organizações populares são realmente novos. E, caso sejam, o quanto são capazes de, considerando suas contradições, construir relações antagônicas aos princípios da sociedade de mercado. (Bomfim, 1999)

Na construção coletiva deste trabalho, alguns objetivos secundários foram abandonados, e este, central, também sofreu modificações. Mais do que estudar algumas experiências solidárias específicas e o seu processo de trabalho e de educação, sentíamos-nos desafiados à análise da Economia Solidária num todo, de suas relações com outros setores e o porquê de estar sendo requisitada por tantas instituições e organizações da sociedade. O movimento investigativo e reflexivo teve três orientações: um, entender a atual configuração capitalista que, entre outras coisas, estaria engendrando a própria Economia Solidária; dois, fazer as relações com dados da própria economia e outros setores da sociedade; e trabalhar com as definições e conceitos da economia popular/solidariedade, contribuindo com a teoria que vai se constituindo recentemente nesta área<sup>13</sup>.

Com estas orientações começamos a perseguir a bibliografia, tanto para entender a atual configuração capitalista quanto apreender os elementos da Economia Popular/Solidariedade. Como também fazer a coleta e organizar os dados sobre os empreendimentos solidários, especialmente as cooperativas-de-trabalho, e também números sociais do Brasil, Produto Interno Bruto - PIB, População Economicamente Ativa - PEA, estudos comparados a outros países, desemprego, etc. Estes dados foram coletados em vários lugares: na Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na Confederação Nacional da Indústria - CNI, no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos - Dieese e em vários *Sites* da Internet (citados ao longo da dissertação e na bibliografia), etc. E o nosso principal material de pesquisa, concentrados nos documentos e livros de algumas instituições e pesquisas: o livro *Ossos do Ofício*, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP (*op. cit.*); *Autogestão...* da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – Anteag (*op. cit.*); parte da pesquisa que resultou no livro *Economia popular e Cultura do Trabalho* da professora Lia Tiriba e ele próprio (*op. cit.*); as dissertações de mestrado *O Caráter Educativo dos Processos de Participação nas Organizações Populares* de Antas (2000) e o *Cooperativismo Popular* de Silva (1998).

---

<sup>13</sup> Com o desenvolvimento da pesquisa começamos a perceber que, mais do que contribuir com a incipiente teoria da Economia Solidária, o seu entendimento estaria para além dela própria, na relação com todo o *Terceiro Setor*, o Estado, o mercado e outros segmentos da sociedade.

Nosso trabalho se centrou neste material, na maior parte fontes secundárias, que utilizamos para fazer relações e cruzar dados. Foram feitas algumas entrevistas, uso de jornais e documentos eletrônicos (nossas fontes primárias), porém muito mais como atualização e complementação. Nossa tarefa aqui foi refletir este momento posterior aos primeiros estudos e sistematizações sobre as experiências solidárias, o que seria o devir dessas pesquisas. E foi isto que me possibilitou fazer esta análise mais geral da Economia Solidária.

E assim, fomos constituindo este trabalho, neste curto espaço-tempo, e em que, diferentemente das orientações de Marx, o tempo de pesquisa e tempo de exposição aqui se coincidem...

# Capitalismo e Economia Solidária: estudo da atual configuração do capitalismo e a sua determinação sobre os empreendimentos solidários

## 1.1 A crise do trabalho na atual configuração do sistema capitalista

O trabalho não só foi deslocado de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria; (...) o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores (Claus Offe, 1989:194)

A epígrafe acima é nosso ponto de partida, já que Offe tornou-se referência importante entre outros, para esta discussão da crise do trabalho. Sendo uma referência teórica que temos a intenção de nos distanciar:

Em suma, a questão crucial em relação à análise de Offe, não é que ele não consiga descrever questões do cotidiano da crise do trabalho e da sociedade do trabalho, particularmente na realidade européia. O problema está no fato de que, ao abandonar a perspectiva ontológica do trabalho, desenvolve uma análise que o leva a vários sofismas de composição. O mais geral destes sofismas é de que de dados relativos ao problema crucial e à crise do trabalho enquanto emprego, tarefa, ocupação, deduz a crise do trabalho em geral e daí, a perda de sentido do trabalho enquanto categoria sociológica para explicar as relações sociais. (Frigotto, 1995:121)

Marcamos esta posição, para os estudos que vamos fazendo sobre a questão da crise do trabalho, crise do trabalho abstrato, crise do trabalho assalariado, crise que pese sobre os *trabalhadores sem nenhum acesso aos meios de subsistência exceto através da venda da força de trabalho* (Brighton; 1991:20) . Portanto, um lugar importante para entender o que acontece com as organizações econômicas solidárias/populares, com seus trabalhadores e trabalhadoras.

Neste tempo reconhecemos que a atual conjuntura apresenta-se diferente, porém não de forma inusitada, pois permanece sob os limites do capitalismo:

O próprio capital é a contradição em processo, pois tende a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. (...) Assim, por um lado, evoca para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da combinação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado nela. Por outro lado, pretende medir estas gigantescas forças sociais, assim criadas, pelo tempo de trabalho (...). [Karl Marx (*Grundrisse*) apud Krisis- Labur, 2000:12]

Façamos agora um desvio, para que se possa ir além do mundo fenomênico, buscando o que "há por detrás", ao mesmo tempo em que assume-se a parcialidade, no sentido que estamos aqui tentando corresponder a uma determinada perspectiva de classe. *Todo agir é "unilateral", já que visa a um fim determinado e, portanto, isola alguns momentos da realidade como essenciais àquela ação* (Kosik, 1995:19) E o que queremos: é corresponder aos anseios destes trabalhadores massacrados diante de um contexto de desemprego e exclusão. Partimos da idéia que a sociedade real é antes de tudo histórica, portanto mutável e transformável. Esta sociedade humana da qual fazemos parte e que se impõe diante de nós como algo, na maioria das vezes, intransponível. As análises que vamos fazer não consideram somente transformável o que poderia estar ao nível da conjuntura, como o desemprego, a crise do Estado e/ou a exclusão, mas também o próprio sistema capitalista<sup>14</sup>. Tomemos um certo entendimento da economia como exemplo, que se impõe a nós, reificado, como única possibilidade humana e histórica. E no caso, com as suas categorias e conceitos assentados no sistema capitalista:

A economia clássica não descreve o mundo humano no seu aspecto alienado e não mostra como as relações histórico-sociais dos homens são mascaradas pela relação e pelo movimento das coisas; ela *descreve a legalidade imanente deste mundo reificado como o mundo autenticamente humano, porque não conhece nenhum outro mundo humano, a não ser o mundo reificado.* (Kosik, 1995:98)

O mundo que vemos diante de nós é real, por ser histórico, e por conta disso mesmo, pode ser um outro mundo.

#### 1.1.1- A (des)configuração do mundo.

---

<sup>14</sup> (...) o marxismo é um esforço para ler, por trás da pseudo-imediaticidade do **mundo reificado** as relações inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra (Walhens in Kosik, nota 5; grifos nossos)

O termo *configuração*<sup>15</sup> talvez seja um termo adequado para prosseguir estes estudos. Neste mundo informatizado, é um termo em moda, e da forma que vem sendo apreendido pode ser que ajude a entender certos aspectos da atualidade. Um ambiente configurado é aquele que, embora exteriormente se apresente sob uma (nova) forma, a sua estrutura permanece a mesma. Como bem nos lembra Kosik para uma coerente teoria das classes é importante a *distinção entre mutações estruturais (...) e mutações derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem porém mudar essencialmente o seu caráter* (1995:117). Para nós o capitalismo apresenta-se sob uma nova configuração, mas a sua estrutura é a mesma. É uma configuração que o próprio Marx já havia predito, como reconhece Noberto Bobbio (1993), e bem nos lembra Hobsbawm:

Se você realmente lê o manifesto comunista de 1848, ficará surpreso com o fato de que o mundo, hoje, é muito mais parecido do que aquele que Marx predisse em 1848. A idéia do poder capitalista dominando o mundo inteiro, como também uma sociedade burguesa destruindo todos os velhos valores tradicionais, parece ser muito mais válida hoje do que quando Marx morreu. (Hobsbawm apud Frigotto, 1998:27)

Tanto a atual configuração quanto o sistema<sup>16</sup> que lhe dá a sustentação poderiam ser outros, como já tivemos outras sociedades ao longo da história. Ao nível da configuração não podemos mudar muita coisa, somente algumas formas, algumas cores, enquanto o sistema permanece intacto. O nosso problema é que este mundo tem agora uma configuração perversa, ou no mínimo instável e perigosa<sup>17</sup>. *Há um aumento das desigualdades. Ela cresce entre os países, entre os ocupados e os desempregados e entre aqueles que ainda conseguem manter seu emprego assalariado e os que estão sujeitos às novas e mais flexíveis regras do mercado* (Toledo, 1999)

<sup>15</sup> Por que configuração e não conjuntura? Em muitos momentos neste texto não ficará claro a distinção entre estes dois termos. Contudo, a diferença dos significados é importante para nós, para a nossa argumentação. Neste texto, *configuração* é o que fica mais na superficialidade, aquilo que não toca no cerne. Enquanto que *conjuntura*, um termo importante para a análise marxista, traz uma idéia de movimento; determinadas conjunturas podem subverter, podem até fazer surgir o novo, ou acelerar em seu sentido. *Conjuntura: situação nascida de um encontro de circunstâncias, e que se considera como o ponto de partida de uma evolução, uma ação, um fato. Configuração: A forma exterior de um corpo; conformação, aspecto, figura, feitio.* (Novo Dicionário, s/d)

<sup>16</sup> *O pressuposto oculto e inconsciente da ciência dos fenômenos econômicos é a idéia de sistema, isto é, de um determinado todo diferenciado, cujas leis podem ser investigadas e fixadas de maneira análoga às leis da natureza física. (...) A teoria da sociedade como sistema só surge onde a sociedade já é, ela própria, um sistema (...)* (Kosik, 1995:92-93)

<sup>17</sup> *As alterações no mercado de trabalho no decorrer deste século, em especial nos últimos 30 anos, a "Terceira Revolução Industrial", criaram o que tem sido chamado de "Sociedade global de risco", caracterizada entre outros aspectos pelo desemprego estrutural.* (Silva, 1999; grifos nossos)

A teoria marxista<sup>18</sup> é antes de tudo a da crítica ao sistema capitalista, não o coloca no fim da história, pelo contrário, acredita em sua superação. Por conta disso constata-se a atualidade de Marx, na análise deste sistema. Eis um trecho do manifesto que exprime bem isso:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais. (...)  
Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (...)  
A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (Marx e Engels, 1968: 25-27)

A visualização dos acontecimentos de hoje mostra que a teoria apreende a estrutura básica do sistema capitalista, colocando este modo de produção no movimento da história humana. Por outro lado, não achamos que tal pertinência seja evidente, parte da comunidade acadêmica e variados intelectuais não fazem esta mesma leitura.

Muitos teóricos, desconsiderando o marxismo, apontam (contraditoriamente) Marx como um grande estudioso e crítico do capitalismo, mas, que foi incapaz de acertar nas orientações<sup>19</sup> para a implantação do Estado Socialista. Concordamos que estas orientações devem ser revistas, mas não chega a comprometer a teoria. Estas orientações, por exemplo, correspondiam a uma determinada época, de um determinado período, em que a experiência do socialismo não tinha sido realizada e a sua possibilidade necessitava ganhar orientação e força política, e não ficar somente

---

<sup>18</sup> Não desejamos tratar de forma prolixa estes termos: teoria marxista, marxismo, filosofia da praxis... fazemos desta forma semelhante a Kosik em seu livro *Dialética do Concreto* (1995), no sentido de mostrarmos a nossa busca e esforço de entendimento, e de forma que se dialetize com a própria teoria que defendemos.

<sup>19</sup> ver (Manifesto Comunista) Marx e Engels, 1968:46. Trata-se das orientações, as dez, para implantação do estado socialista: "1- Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado. 2- Imposto fortemente progressivo. 3- Abolição do direito de herança. 4- Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos. 5- Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional do Estado e com o monopólio exclusivo. 6- Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte. 7- Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral. 8- Trabalho obrigatório para todos, organização dos exércitos industriais, particularmente para a agricultura. 9- Combinação do trabalho agrícola e industrial, as medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre cidade e o campo. 10- Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc." Podemos admitir que, algumas vezes, estas orientações parecem de um Estado totalizante, mas, em nossa opinião, o núcleo destas orientações é aplicável, e nem de perto foi descartado. O problema é que vivemos um momento de refluxo destas idéias, subordinadas a um discurso único, neoliberalizante, de desmonte do Estado, mas isto pode mudar...

no abstrato, ou esperando que a evolução das forças produtivas caminhassem, por conta própria, neste sentido. Com isso, precisam entender tais teóricos, conservadores ou não, que Marx só pôde ser crítico ao capitalismo, sendo dialético, por acreditar na superação deste sistema social, por perceber que na sociedade há conflitos de classe e por assumir a perspectiva da transformação e da revolução (– o próprio método da teoria marxista):

(...) a destruição da pseudoconcreticidade como método dialético-crítico, graças à qual o pensamento dissolve as criações feitichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar a sua realidade, é apenas o outro lado da dialética, como *método revolucionário de transformação da realidade*. Para que o mundo possa ser explicado "criticamente", cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da "praxis" revolucionária. (Kosik, 1995:22)

Esta perspectiva da *praxis revolucionária* não podemos perder, porque a queremos para o estudo que estamos fazendo para as "organizações econômicas solidárias/populares"<sup>20</sup>.

O Capitalismo não criou algo substancialmente novo que pudesse invalidar as categorias marxistas. David Harvey, sustenta a tese de que o Capitalismo é realmente um modo de produção dinâmico e, de tal forma, sempre submete o mundo a novas configurações, até mesmo inesperadas. Mas, ao mesmo tempo, aponta que este sistema não pode desvencilhar-se de certos pontos, estruturais:

Não é possível prever configurações exatas, muito embora se possa fazê-lo com o comportamento semelhante a uma lei transformativa. Em termos mais concretos, o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade e pós-modernismo, varia de época para época, de lugar para lugar, a depender de qual **configuração** é lucrativa e qual não o é. (...) Esses princípios, no entanto, fracassam flagrantemente (...) em termos de criação da novidade imprevisível (...). **Para onde quer que vá o capitalismo, seu aparato ilusório, seus feitichismos e o seu sistema de espelhos não demoram a acompanhá-lo.** (Harvey, 1996:308; grifos nossos)

Isso significa que o Capitalismo impõe e sofre limites, apesar das contradições, suas configurações não podem ir para além de seu sistema. E se a estrutura do sistema baseia-se na desigualdade social, na exploração da classe trabalhadora, no privilégio de uma minoria em detrimento de uma maioria, na exclusão... não se pode esperar outra coisa em nenhum momento de sua história. No máximo, pode-se esperar que em alguns momentos, que estes pontos, estruturais, estejam mais suavizados ou controlados. Inferimos: não é de forma pacífica (*strictu*

---

<sup>20</sup> Neste momento da dissertação, ainda não fizemos a distinção entre a economia popular e solidária, o que faremos no capítulo 2.

*sensu*) que vamos superar este sistema. O caminho pode ser a radicalização da Democracia<sup>21</sup>, sem que se abandone o embate e o antagonismo das classes:

Esta travessia não se dará quer pelo concurso, pura e simplesmente, da “revolução tecnológica”, quer pela “ação comunicativa” ou pela “razão sensível”. Resultará, concretamente, de um embate de forças cuja configuração cada vez mais opaca não elide sua existência, as classes e grupos sociais, mas os pressupõe. A radicalização da luta democrática e neste movimento o controle, “acesso e manejo” do fundo público, na dilatação dos direitos e das conquistas das classes subalternas (...) constituem-se no campo de definição da *desmercantilização* do conjunto das relações sociais e o terreno sobre o qual se desenham, como nos assinala (Francisco de) Oliveira, as “formas sociais do futuro”. (Frigotto, 1995:133)

Teóricos conservadores mostram que Marx errara ao fazer previsões para a classe trabalhadora, dentro do capitalismo:

Está provado que Marx errou em sua profecia de que a crescente miséria do proletariado levaria inevitavelmente a uma revolução. Mas quando fez essas profecias elas pareciam extremamente prováveis – na verdade, evidentes por si mesmas – a seus contemporâneos bem informados e cultos. O que derrotou Marx e o marxismo, no final, foi a crescente produtividade em fazer mover coisas – isto é, em essência, o trabalho que Frederick Taylor começou. Ele deu aos proletários a produtividade que lhes proporcionou salários de classe média e lhes permitiu atingir o *status* de classe média apesar da falta de especialização, riqueza e educação. (...) quando, de acordo com Marx e os marxistas a “Revolução Proletária” deveria certamente se tornar triunfante, o proletário havia se transformado em burguês. (Drucker, 1993:31)

Nossa argumentação vai em sentido oposto a de Drucker. Mesmo porque Drucker faz uma determinada leitura de Marx, como se tivesse sempre ocorrido consenso entre os marxistas. Nem todos os adeptos do marxismo afirmavam que o proletariado se tornaria cada vez mais miserável, e desta condição chegaria a revolução. As perspectivas dos teóricos do marxismo, assim como as propostas para a travessia ao socialismo nunca foram iguais. O consenso sempre esteve em considerar a sociedade capitalista como sendo a que submete e explora a imensa maioria em proveito de uma minoria. O consenso sempre esteve em perceber que a imensa classe dos trabalhadores sempre estaria em desvantagem neste sistema social. E que ainda vale a luta “dos-

---

<sup>21</sup> Este sem dúvida é um terreno arenoso que precisa ser mais qualificado, só que isto não podemos fazer agora. A questão da democracia é imprescindível e precisa ser sempre refletida, ainda mais se tratando das Organizações Econômicas de Solidariedade e Popular. De que democracia estamos falando? A burguesa? A Democracia que temos pode nos levar a transformar esta sociedade? Há a possibilidade de outro tipo de democracia? Independente de não respondermos estas questões agora, pressupomos que a ampliação de direitos e a busca incessante de aumentar a participação de todos podem qualificar e trazer mais elementos à luta. Se a revolução pode ocorrer agora ou depois não sabemos, mas intuimos que deva envolver a todos (ou quase todos), e aí sempre a mesma pergunta: como fazer isso?

que-vivem-do-trabalho"<sup>22</sup> contra os que "vivem do que não colheram e semeiam o que não trabalharam"<sup>23</sup>.

Uma outra grande limitação da proposição de Drucker é analisar toda a massa de trabalhadores do mundo, a partir do operário aburguesado dos Estados Unidos<sup>24</sup>. Drucker erra em sua análise ao desconsiderar a relação entre os países, questões de dominação e subordinação, desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia (ver Arrighi, 1996.). Drucker não contextualiza sua análise de forma mais ampla, não relativiza com o resto do mundo, esqueceu de assinalar que a maior parte do subúrbio americano se encontra nos países do 3º mundo.

Apesar destas nossas contestações à argumentação de Drucker, algumas de suas questões exigem reflexões e respostas melhor elaboradas. Defendemos, por exemplo, uma leitura do marxismo em que: quanto mais os trabalhadores se instrumentalizam mais próximo estariam da "revolução"<sup>25</sup>. Só que (por meio das reflexões do próprio Drucker) por que, então, o operário americano, altamente instrumentalizado, é tão passivo?

Aqui podemos acenar para algumas reflexões, devolvendo algumas questões que deveriam ser também consideradas pelos teóricos conservadores. Certamente que a passividade do operariado tem outras explicações que não se restringem à questão de seu bem-estar<sup>26</sup>. Os mecanismos de repressão contra o trabalhador na sociedade americana, utilizados pela classe dominante, possuem sua especificidade e muitas vezes são mais eficientes do que noutros lugares, como, por exemplo, seus artifícios de propaganda ideológica<sup>27</sup> que contribuem para a alienação da classe operária. E, talvez, o questionamento mais importante: não seria conveniente para este operário "aburguesado" estar submetido em tal alienação, já que possui um nível de vida alto,

---

<sup>22</sup> Ver Antunes, 1995.

<sup>23</sup> VIEIRA, Pe. Antonio. "Sermão da Sexagésima", Capela Real, 1655. In: Vieira. *Nossos Clássicos*. Rio, Agir, 1995.

<sup>24</sup> Também pudera, divide-se aonde há muito pão, se compararmos os EUA com o restante do mundo são imensos os números de sua economia – *Os Estados Unidos consomem: um terço das importações mundiais; um terço da energia elétrica do planeta; o dobro de grãos per capita do resto do mundo; cinco trilhões de dólares por ano em lojas, supermercados e viagens, seis vezes mais que o consumo do Brasil; 278 bilhões de dólares por ano em gastos militares* (Veja 26/04/2000)

<sup>25</sup> Certamente que dialetizando esta idéia. Não podemos ter como dogma "o quanto melhor, melhor!", ou como um problema de reflexão resolvido. A história já mostrou que, muitas vezes, as massas são mobilizadas nos momentos em que sua condição de vida piora. Defendemos sim, a idéia que a sustentabilidade da nova sociedade, instaurada pela revolução, dar-se-á com o domínio sobre as forças e setores mais avançados e não sobre os mais atrasados. E, talvez, neste sentido não haja apenas um caminho.

<sup>26</sup> Vendo a história americana lembramos logo do macarthismo.

<sup>27</sup> Vide os filmes populares americanos que não abrem mão de vender o estilo de vida americano.

invejado até por classes dominantes de outros países? A este operário americano, provavelmente seria preferível a aliança com a sua burguesia do que com a classe operária de outros países.

Mais um ponto devemos reavaliar em relação a uma determinada interpretação para a teoria marxista. Foi equivocada a previsão do marxismo de que haveria polarização entre a burguesia e o proletariado, e por conta disso iria acontecer a união e a organização deste último<sup>28</sup>? Será que Marx errara ao prever o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do proletariado, já que poderíamos estar assistindo o aumento do *lupem-proletariado*?

Levantamos todas estas questões para tê-las como acompanhantes, mesmo porque, para muitas delas a própria realidade ainda não deu conta de responder, e com elas chegar nas experiências da economia popular/solidária.

Assim sendo, aquilo que acusam o marxismo de ter errado é o que ele mais acerta: a previsão de quais seriam as relações de trabalho que o capitalismo engendraria com o desenvolvimento de suas forças produtivas. O que está mais difícil de se construir hoje em dia, dentro da análise marxista, é saber como organizar e unir as forças contra-hegemônicas da classe trabalhadora, sem perder como utopia a superação do sistema capitalista.

Com tudo isso, os teóricos conservadores e também variados "grupos e formadores de opinião"<sup>29</sup> julgam superadas as análises do marxismo:

O século 20 chega ao final e as previsões \_utópicas e antiutópicas\_ idealizadas por artistas e intelectuais sobre como estaria organizado o trabalho neste ponto da história não se realizaram. As fantasias sobre a condição do trabalho no futuro imaginadas no início do século foram quase sempre sugeridas por Karl Marx. (Silva, 1999b)

Muitas destas proposições contra o marxismo aparecem com pouca argumentação e embasamento teórico, como se fosse desnecessário; como se o fim do socialismo real<sup>30</sup> também tenha dado cabo a toda história do marxismo, ou seja, mais de 150 anos de reflexão. Como se entre os teóricos marxistas não houvesse críticos ao socialismo implantado na União Soviética ou no

---

<sup>28</sup> No manifesto: *As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; (...). Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população.* (Marx, 1968:31)

<sup>29</sup> Sabemos e assumimos o risco que é dizer "formadores de opinião" sem qualificá-los, sem dar-lhes referência ideológica. "Formadores de opinião" serão considerados por nós como aqueles que ao construir conceitos e reflexões ganham grande visibilidade na sociedade. E como sendo aqueles que, na maioria das vezes, são mantenedores do *status quo*, mas, com capacidade em determinados momentos de surpreender, pois acabam por veicular também a contradição. "Formadores de opinião" também são aqueles que se apresentam para nós sem identidade, sem endereço, e da qual demandaria um tempo de investigação que não dispomos.

Leste Europeu. A questão central é ver se as questões, as análises desta tradição teórica valem para o entendimento da sociedade capitalista (e para nós, no sentido de superar esta sociedade).

As teses da esquerda certamente entraram em crise<sup>31</sup>, precisava-se rever vários pontos, contudo, abandonaram-se muitas reflexões por outras, muitas vezes irracionalistas ou conservadoras. É importante, como muitos teóricos já estão fazendo, sem reafirmar velhos dogmas, retomar as perspectivas teóricas do marxismo em relação a este sistema social. Sistema este, ao mesmo tempo, em que carrega crises e contradições faz-se ainda mais imponente e hegemônico em todo o planeta.

---

<sup>30</sup> *O fracasso do modelo soviético confirmou aos defensores do capitalismo sua convicção de que nenhuma economia sem Bolsa de Valores podia funcionar* (Hobsbawm, 1996:543)

<sup>31</sup> As crises do paradigma marxista sempre ocorreram exatamente nos momentos em que seu objeto de estudo fundamental – o capitalismo – parecia estar mudando de aparência, ou passando por mutações imprevistas e imprevisíveis. (Frigotto, 1995) *A outra face do desnorreamento da esquerda hoje é o desnorreamento do Capitalismo*. (Hobsbawm 1984:405)

### 1.1.2- A configuração do desemprego

Estamos gerando, desta forma, sociedades que liberam mão-de-obra, mas não libertam propriamente o homem, porque elas não criaram condições para que esse homem pudesse se sentir um ser humano completo. (FHC em 1987)

Sobre o desemprego, recorreremos à análise de Enric Sanchis (*op. cit.*), que explicita três teorias de explicação para este tema: a teoria dos *Neoclássicos*, a dos *Keynesianos*, e a dos *marxistas*.

A teoria neoclássica é aquela que deposita excessiva confiança nas virtudes do mercado. *Sempre que o mecanismo auto-regulador do mercado (...) puder atuar sem travas, o sistema tenderá ao equilíbrio e esse equilíbrio será de pleno emprego* (Sanchis, 1997: 62). Para os neoclássicos o desemprego não é um problema maior para a economia, mas sim os entraves que pode ter o mercado. Aceita-se até uma "taxa natural de desemprego" já que o mercado não vai funcionar sempre eficientemente, já que em determinados momentos aparecem travas que podem impedir o mercado de seguir livremente.

Assim, pois do ponto de vista neoclássico, o desemprego só existe sob a forma de *desemprego friccional* (aquele que se manifesta em certos setores da economia e cujo volume coincide com o de postos de trabalho vagos em outros setores), ou de *desemprego voluntário* (provocado por uma conduta não- "racional" dos trabalhadores, exigindo salários reais acima de sua produtividade marginal) (Sanchis, 1997: 63).

Um outro ponto reconhecido pelos neoclássicos é a complexidade do mercado de trabalho. O trabalho não é homogêneo, *o emprego de mão-de-obra implica custos fixos, de recrutamento, seleção e formação de trabalhadores contratados* (Sanchis, 1997: 63). Por conta disso mesmo, os índices de desemprego podem estar, em determinados momentos, ligados à baixa qualificação dos pobres e dos desempregados. Para esta teoria o problema do desemprego reside em seu inadequado nível de capital humano<sup>32</sup> (ver Sanchis, 1997). As políticas adequadas (na verdade, exclusivas) para o problema do desemprego estariam sempre relacionadas à melhoria dos níveis formativos e educacionais.

---

<sup>32</sup> Ver também Frigotto, 1984

O enfoque keynesiano, ainda que também busque a manutenção do sistema, é substancialmente diferente do neoclássico. Aqui:

O desemprego deixa de ser considerado como um problema meramente conjuntural ou gerado pelas travas institucionais impostas ao mecanismo de mercado. Agora, manifesta-se como um problema endógeno ao sistema econômico, suscetível de persistir ainda quando o mercado funcione da maneira mais livre que se possa imaginar. (Sanchis, 1997: 65)

A teoria keynesiana, contrariamente à neoclássica argumenta que o problema do desemprego aparece não por fatores que interferem no mercado, mas devido a fatores endógenos desse próprio mercado. O Estado não só pode como deve intervir para solucionar ou amenizar as deficiências do mercado.

A teoria marxista trata a questão do desemprego assentada em categorias de análise social completamente distantes das teorias keynesiana e neoclássica. Para o marxismo:

A presença permanente de certo volume de desemprego, daquilo que em terminologia marxista se chama "exército industrial de reserva, é indispensável para manter os trabalhadores em seu lugar, para assegurar a disciplina de trabalho da empresa capitalista, para preservar a posição de mando do empresário, salvaguardando sua fonte fundamental de ganhos e de poder, a saber, a capacidade de contratar e despedir".

(Baran, P.A. apud Sanchis, 1997: 67)

O problema do desemprego, para a teoria marxista, é apresentado como algo estrutural do sistema. Esta análise aponta que o capitalismo, pela mudança tecnológica, é quem gera o exército de desempregados. *Para o enfoque marxista, (...) tanto o progresso tecnológico como o exército de reserva que este gera devem ser explicados dentro do próprio sistema.* (Sanchis, 1997: 70)

### *Perspectiva da reificação*

A análise conservadora, em relação ao desemprego, pode ser entendida sob dois sentidos, que se complementam. Um, que é o mais cínico e perverso, coloca o desemprego como algo desconfortavelmente presente, que sob a nova base técnica vai sempre existir, e o que precisamos é saber conviver com este problema. Como se isto não envolvesse pessoas, mas somente índices estatísticos.

Há também outro sentido, que vai de encontro à tradição liberal, à velha máxima da "mão invisível", que, ao final das contas, tudo se direciona ao "Equilíbrio Geral".<sup>33</sup> Contra este princípio vale a citação:

Na terceira revolução industrial da microeletrônica finda, o até então vigente, mecanismo de compensação pela expansão. É verdade que, obviamente, através da microeletrônica muitos

---

<sup>33</sup> ver Heilmann, 1965 (História das doutrinas econômicas)

produtos também são barateados e novos são criados (principalmente na esfera da mídia). Mas, pela primeira vez, a velocidade de inovação do processo ultrapassa a velocidade de inovação do produto. Pela primeira vez, mais trabalho é racionalizado do que o que pode ser reabsorvido pela expansão dos mercados. Na continuação lógica da racionalização, a robótica eletrônica substitui a energia humana, ou as novas tecnologias de comunicação tornam o trabalho supérfluo. Setores inteiros e níveis da construção civil, da produção, do *marketing*, do armazenamento, da distribuição e mesmo do gerenciamento caem fora. (...) (...) A racionalidade empresarial exige que massas cada vez maiores tornem-se "desempregadas" permanentemente e, assim, sejam cortadas da reprodução de sua vida imanente ao sistema. De outro lado, um número cada vez mais reduzido de "ocupados" são submetidos a uma caça cada vez maior de trabalho e eficiência. (Krisis 2000:11)

Não pensemos que, por conta desta citação acima, a teoria do Equilíbrio Geral está vencida, subordinada. Muitos são os teóricos que, mesmo utilizando do jargão *desemprego estrutural*, demonstram (ainda que implicitamente) acreditar que o número de empregos pode voltar à "normalidade". E que as novas tecnologias que hoje desempregam podem mais tarde fazer surgir novas possibilidades. (ver Drucker, 1993)

O Capitalismo se assenta na desigualdade social, a diferença entre ricos e pobres é o estimulante de sua estrutura social. O "Equilíbrio Geral", que é a busca dos liberais, não tem nenhuma relação com o fim desta desigualdade, que na opinião deles é benéfica. O Equilíbrio Geral está relacionado à idéia de controle do mercado. O "deus-mercado" é quem controla tudo, o que está acontecendo tem um motivo e um fim em si mesmo. Isto significa que tudo aquilo superfaturado, supervalorizado, que tenha sofrido especulação, ou o contrário, que esteja subvalorizado, tenderá com o tempo ao equilíbrio. Esta análise tem vieses que não são apresentados, para esconder que sob a lógica perversa do mercado, o que for considerado desnecessário pode ser descartado. O trabalho, por exemplo.

A história mostrou que esta visão sobre a sociedade capitalista era equivocada, podendo associar-se à ela as duas Guerras Mundiais e a crise de 1929. O "Mercado Livre" mostrou que era falível e autodestruidor, por conta disso surge dentro do próprio capitalismo uma proposta de reorganização: o keynesianismo. (ver Hobsbawm, 1996)

Enfim, a perspectiva dos *defensores do capitalismo* pode apresentar diferenças, mas são apenas faces da mesma moeda. Um lado postula a veracidade e o poder do mercado, como controlador último. E de tal forma que sugere um controle que transcende ao econômico, o mercado como regulador de toda a vida social. Neste sentido vai de encontro a uma espécie de "neomalthusianismo" ou "darwinismo social". O outro lado é *light*, a versão mais romântica, postula a idéia de que esta crise vai passar e tende ao equilíbrio com o tempo. Na verdade, estas versões não se contrapõem, elas caminham juntas, se entrecruzam, marcam a contradição presente

nos intelectuais orgânicos da burguesia, entre o discurso e a ação, entre o pensamento que realmente possuem e o que anunciam à sociedade.

### *A perspectiva da crítica*

A análise mais crítica em relação ao desemprego precisa passar pela teoria marxista, como vimos em Sanchis. O desemprego não é estudado somente como consequência de fatores externos atuantes sobre o mercado, que deveria agir livremente para chegar ao equilíbrio, como apontam os neoclássicos. Nem pode ser visto, o desemprego, como consequência do mau funcionamento do sistema, ou das insuficiências do mercado. Deve ser visto sim, como elemento estrutural do sistema, no qual o exército de desempregados exerce a função de controle do movimento dos salários, de controle sobre o restante dos trabalhadores.

Neste sentido, o problema do desemprego não vai se resolver (ou pelo menos diminuir) com medidas paliativas, com iniciativas e ações que ficam na superficialidade, tratados apenas no âmbito da economia ou da educação, quanto capital humano. A questão é também política, de estrutura de poder, de radicalização da democracia, de como envolver os pobres e os excluídos. Nesta perspectiva o problema do desemprego passa pela questão da luta e da resistência, que a classe trabalhadora não pode abandonar. O problema é qualificar esta luta, é saber como fazer esta resistência, de saber o que se quer reivindicar, de se posicionar diante do impacto tecnológico. E de encontrar soluções para a classe trabalhadora que não apenas complementem as ações paliativas, propostas pelos teóricos e agentes conservadores do sistema.<sup>34</sup>

Os teóricos e agentes que se pretendem críticos, e que desejam uma transformação da atual configuração de desemprego, se deparam com a falta de soluções<sup>35</sup>, com a carência de sentido. Há sempre a constatação dos fatos, mas não há a construção de um caminho real, alternativo à proposta atual, da ordem neoliberal. Contudo, se perdermos a perspectiva da luta, da *praxis revolucionária*, realmente não construiremos nenhum caminho real e alternativo.

---

<sup>34</sup> Muitas vezes as soluções apresentadas diante de nós parecem obscuras, ou parecem não trazer o novo. Na verdade, temos primeiro a crítica, para que depois ela possa engendrar a solução, e não o contrário e, nem necessariamente de forma concomitante. Mais do que dizer para os trabalhadores das experiências solidárias para onde devem ir, queremos refletir com eles para onde não devem caminhar, ou ao menos de como se apresentar mais atentos. Há caminhos, por exemplo, que não estiveram nem perto de se concretizar – como a ampliação dos direitos sociais – e estão sendo abandonados, de acordo com os projetos neoliberais. Ou seja, mais do que soluções novas não podemos cair em ciladas antigas.

A partir da demarcação feita, ou seja, de onde partimos, vale a pergunta: o que se mantém do enfoque marxista<sup>36</sup>, até que ponto a teoria do "exército de reserva" explica o elevado nível de desemprego contemporâneo?

A argumentação de Sanchis tenta mostrar que o conceito "Exército de Reserva", do enfoque marxista necessita de atualização, mas que ainda é eficaz para entendermos as questões de desemprego; sendo uma análise ainda superior às neoclássica e keynesiana.

(...) o problema das empresas já não é abastecer-se de força de trabalho – e portanto dispor de um exército de reserva suficiente – mas sim como prescindir da força de trabalho excedente sem pôr em perigo a estabilidade social e, portanto, *institucionalizar o esbanjamento do trabalho*. (Sanchis, 1997:72)

Neste sentido, o que vale os teóricos conservadores querem para esta população de trabalhadores excedentes é um controle de tal forma que não ameace o sistema. Lembrando que nem mesmo os capitalistas *necessitam de um exército de desempregados tão enorme* (Sanchis, 1997:71).

Para isto é necessário um *Estado Assistencial* que assegure a paz social, e que ao mesmo tempo controle uma massa de desempregados disponíveis, algumas vezes qualificando-os para determinadas fases ou mudanças tecnológicas.

Sanchis aponta a necessidade dessa atualização, ao mesmo tempo que afirma a pertinência da teoria marxista, sobretudo por diferenciar "força-de-trabalho" de "trabalho". Possibilitando-nos a percepção da distância entre *potencialidade de realizar determinada atividade produtiva da realização efetiva dessa atividade*. E mais, mostra a impossibilidade dos enfoques neoclássico e keynesiano, pois não conseguem aprofundamento para entender as questões sobre desemprego:

Caso se admita que o desemprego em massa é um produto da crise e que a crise é a expressão de transformações profundas no funcionamento do sistema produtivo, o debate desemprego clássico *versus* desemprego keynesiano se torna secundário (...); não nos diz nada sobre a questão essencial: por que e como as economias capitalistas desenvolvidas passaram de uma fase duradoura de crescimento rápido, com uma fraca taxa de desemprego, a uma fase duradoura de crescimento lento com uma taxa de desemprego rapidamente crescente. (Freyssinet, J. apud Sanchis 1997:78)

---

<sup>35</sup> *O Breve século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções.* (Hobsbawm, 1996:537)

<sup>36</sup> Esta pergunta nos vale, no mesmo sentido em que para Hobsbawm, quando analisa os momento finais do século XX: *não era (é) provável que qualquer das versões do marxismo formuladas desde a década de 1890 como doutrinas de ação e aspiração políticas para movimentos socialistas o fizesse (o faça) em suas formas originais.* (Hobsbawm, 1996:542)

O desemprego, portanto, não é um problema que passa somente pela questão de intervenção ou não na economia<sup>37</sup>, mas passa por outras frentes, na qual precisamos construir mais entendimento e novas propostas; possivelmente frentes relacionadas à estrutura política e ao processo tecnológico da sociedade capitalista.

Os representantes do pensamento oficial abordam a repartição do trabalho em recuo, como constrangidos e obrigados, a fisionomia triste e resignada. Eles cuidam do sintoma. Nós sabemos, entretanto, que é uma fabulosa boa nova que é necessário ampliar e acelerar. As mudanças do mundo do trabalho que se oferecem a nós, se nós a soubermos utilizar, é a chance do século. Busquemos as idéias, construamos os cenários, ergamos as hipóteses. Não à busca de uma solução única e mágica, mas à procura infatigável de dez, vinte, cinquenta, cem propostas, que se entrecruzam e se reforçam. (Aznar, 1995:284)

Não temos a mesma convicção de que o atual momento traz a *chance do século*, mas de que sim exige uma mudança de rumo. A análise de Aznar nos serve no sentido de mostrar que há agora uma possibilidade de mudarmos o direcionamento da sociedade, e que não precisamos nos submeter aos ditames do discurso único e da saída neoliberal. O que não está em sua análise é que esta mudança só virá se considerarmos que há interesses diversos e antagônicos na sociedade. A mudança somente acontecerá com a definição das posições destes grupos, que não somente divergem, mas são antagônicos, na sociedade.

### *O Desemprego Tecnológico*

A questão maior, sobre toda esta problemática, e também alibi para os programas neoconservadores, é sobre o desemprego tecnológico. A tecnologia virou a grande vilã da atualidade, como se tivesse vontade própria, como se não correspondesse a interesses de determinados grupos e classes sociais. O desenvolvimento tecnológico atual, que o capitalismo tem como sendo um dos seus frutos, tem trazido problemas, que acreditamos ser ameaçadores, para este próprio sistema.

As nova tecnologias de produção, administração e comercialização, que demandam alta intensidade de conhecimento e pouca gente operando os instrumentos, trouxeram consigo a eliminação de milhões de empregos, funções e postos de trabalho. (Dreifuss, 1997: 207)

---

<sup>37</sup> Isto talvez responda ao debate apresentado pela revista Veja do dia 05 de abril: (...) *debate, que põe de um lado a turma do "menos horas, mais postos de trabalho" e de outro a do "quando mais se regula, menos emprego se cria", ocorre neste momento no Brasil*. Este debate é inócuo, sem resposta, que pode corresponder a momentos eleitorais dos políticos, mas não ir além neste problema do desemprego.

Essa tendência é sublinhada pelo quadro de empregos gerado pelas quase 38 mil corporações multinacionais na ponta do processo produtivo. Responsáveis pelas transformações e pelos investimentos de quase 200 bilhões de dólares em 1993, elas contam com somente 73 milhões de empregados em todo o mundo, ou 3% da força de trabalho global. (idem: 210)

O desenvolvimento tecnológico não diminuiu a desigualdade entre os povos, pelo contrário, acentuou<sup>38</sup>. E também não é uma desigualdade de níveis de bem-estar, muito pelo contrário, os povos mais pobres deste planeta se deparam com problemas que nos países ricos já foram solucionados há séculos. A distância entre países ricos e pobres é abismal.

O tipo de desenvolvimento tecnológico que temos na atualidade dispensa vultosas massas de trabalhadores, contraditoriamente iestetambém significa vultosas massas de consumidores perdidas. Isto é um grande problema para o sistema, mesmo considerando que os ainda empregados adquiram capacidade de consumo muitas vezes maior para compensar a defasagem que houve. Para nós, que desejamos um sistema social menos excludente, lamentamos que haja também um desperdício de trabalho e trabalhadores. Um desperdício de talentos e mentes que o sistema capitalista não é capaz de absorver. De qualquer modo, o problema mais importante para o sistema não é este, mas sobre o que fazer com as massas sobrantes de trabalhadores. E a solução que se tem procurado não é a de como envolvê-las, mas sim de como controlá-las, de como mantê-las acalmadas. Cada vez mais os países ricos buscam controlar as imigrações, procuram fechar as fronteiras; da mesma forma que os bairros ricos, mesmo das regiões pobres do mundo, procuram proteger-se dos grupos marginais da sociedade com policiamento ostensivo. Há neste momento um número excessivo de pessoas que estão sobrando, algo além do *exército de reserva* de Marx.

Neste momento em que as teses de esquerda estão enfraquecidas, são as soluções neoconservadoras que mais aparecem para estas massas sobrantes de trabalhadores. As soluções são as mesmas que, durante anos, os grupos de direita propuseram no embate contra à esquerda: caridade, assistencialismo, controle de natalidade, aumento da repressão policial, ampliação do

---

<sup>38</sup> (...) segundo dados da ONU de 1994, o quinto superior da população mundial percebia, em 1960, setenta por cento dos ingressos, passando a 83% em 1989, enquanto que o quinto inferior caía, no mesmo período, de 2,3% a 1,4%. A população em extrema pobreza (ou desesperadamente pobre) chegava, segundo informe das Nações Unidas, a um bilhão e trezentos milhões de pessoas em 1995 (...), quadruplicando as já dramáticas cifras de 1990. (...) Uma em cada cinco pessoas sofre de "pobreza extenuante" e sobrevive com menos de um dólar diário; mais de um bilhão de pessoas carecem de serviços básicos; (...) em cada quatro adultos se encontra um analfabeto. Um planeta onde a cada dia um quinto da população não tem o que comer, enquanto oitocentos bilhões de dólares – equivalente à renda da metade da população mundial – são gastos anualmente em programas militares. (Dreifuss, 1997:13)

sistema penitenciário, uso da pena de morte... Ou seja, são sempre formas de exclusão ou de "pacificação" que se propõem para as massas marginalizadas. Por outro lado, pouco se constrói, no âmbito da esquerda, para os que não mais se encontram no exército de reserva e sim engrossam o contingente do lupem-proletariado<sup>39</sup>. O tempo todo estaremos tentando escapar de uma questão maniqueísta, que agora vale colocar sem que se diminua a reflexão: o cooperativismo é uma proposta de direita ou de esquerda? Ou de ambas?

---

<sup>39</sup> No manifesto: *O lupem-proletariado, esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade., pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução do proletariado; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se a reação.* (Marx, 1968:34)

### 1.1.3- Brasilização do mundo: a configuração do Brasil

É um mundo em que existem a abundância e uma capacidade de produção brutal, e que ao mesmo tempo não foi capaz de criar uma nova sociedade e acabar com a miséria, com a escravidão pelo trabalho. (Cardoso, 1987)

A análise até aqui foi como se encontra o capitalismo em seu atual estágio, quais as formas que estão latentes e quais teorias estão tentando dar conta desta realidade. O que pretendemos nesta parte é entender este processo para o nosso país, em relação às suas peculiaridades. Peculiaridades estas, que para a questão da Economia Popular, em nosso entender podem oferecer reflexões novas, difíceis de serem feitas nos países centrais.

A epígrafe acima, do então senador Fernando Henrique Cardoso (1987) é o nosso ponto de partida. Cardoso<sup>40</sup> não está se referindo diretamente ao nosso país, mas a sua reflexão se encaixa com que queremos aqui: brevemente contextualizar a sociedade brasileira. Tivemos no final da década passada um momento chave de entrada para o novo milênio. O *curto século XX*<sup>41</sup> chegava ao seu fim, e estávamos diante de dois projetos antagônicos para a sociedade. Um, que representava a virada, a mudança, a chegada das forças progressistas finalmente à direção deste país, assentados na esperança de uma democracia ampla e de uma nova sociedade. Do outro, o projeto conservador das elites e dos grupos hegemônicos deste país, nesses quinhentos anos. Este último foi o projeto vencedor, mascarado de modernidade, abrimos nossa economia de forma irresponsável, privatizamos nossas empresas, acentuamos a desigualdade<sup>42</sup> e aumentamos nossos índices de desemprego<sup>43</sup>. Vale a citação de Cardoso para termos idéia da consciência que tinham naquele quadro:

(...) qual a melhor maneira de ingressar no século XXI: fechando o mercado de maneira que progressivamente possamos ir tomando conta de certos avanços tecnológicos e criando-os aqui, ou abrindo o mercado e deixando que o efeito venha de repente? (...) Aqui, temos um processo em que realmente a desorganização da base cultural preexistente é muito mais

---

<sup>40</sup>A escolha pela análise de Fernando Henrique Cardoso se deu considerando a sua pertinência para esta nossa reflexão, mas também pelo fato, de que anos mais tarde sairia desta posição teórica para implementar um projeto societário que ele prescrevia, e que parecia ser crítico.

<sup>41</sup> ver Hobsbawm, 1996.

<sup>42</sup> Números do Brasil: 400mil crianças morrem de fome anualmente; 22 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha absoluta de pobreza absoluta; 40% mais pobres ficam com apenas 7% do PIB, 5º país em analfabetos, etc. (Adusp - 1996)

<sup>43</sup> O nosso índice de desemprego (PNAD-IBGE) aumentou 369% (de 1,73%, em 75, para 9,85%, em 99). Em número de pessoas, a conta na década saiu de 2,3 milhões de desempregados, em 90, para 7,7 milhões, em 99. (Desemprego, 2000)

acentuada do que ocorre nos países de desenvolvimento originário; não é só o Brasil, é o México, é a Argentina; qualquer país que entra nesse processo, hoje, penetra numa roda-viva de transformações sem poder controlar seus efeitos e acentua a desigualdade. (Cardoso, 1987: 25)

Poderíamos, portanto, ter tomado outro caminho. E como nos diz Hobsbawm, mesmo que sob os horizontes do capitalismo:

Os defensores da liberdade individual absoluta não se abalam com as evidentes injustiças sociais do capitalismo de mercado irrestrito, mesmo quando (como no Brasil durante a maior parte da década de 1980) não produzia crescimento econômico. Por outro lado, os que acreditavam na igualdade e justiça social (como este autor) acolhiam a oportunidade de argumentar que mesmo o sucesso econômico capitalista deve basear-se com máxima firmeza numa relativa distribuição igualitária de renda (...). (Hobsbawm, 1996:400)

Se os problemas sociais e econômicos do Brasil não começaram com os atuais governantes e suas políticas, esta década<sup>44</sup> de mercado irrestrito não fez mudar a condição e os números sociais do Brasil, em muitos aspectos fez piorar:

Com 7,7 milhões de pessoas desocupadas, segundo o IBGE, o Brasil já é o terceiro país do mundo em número de desempregados, perdendo apenas para a Índia e para a Rússia. Em 1990, estávamos na oitava posição e, em 95, na quinta. Mas o Brasil não é caso isolado entre as economias mais pobres. (Desemprego, 2000)

Tab. 1 Ranking dos países do Mercosul segundo IDH - 1995

Países	IDH	Ranking
Chile	0.893	31°
Argentina	0.888	36°
Uruguai	0.885	38°
Brasil	0.809	62°
Paraguai	0.707	91°
Mundial (alto)	0.897	

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD, 1998.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> *O baixo crescimento da economia nacional, nesta década, virou estagnação em 1998 (crescimento de 0,2%), sendo que, no primeiro semestre, o PIB tinha crescido 1,28%, e, no segundo, houve uma inversão de tendência.(...) Pela primeira vez desde 1992, o PIB per capita diminuiu (-1,2%) (Balanço de 1998 do DIEESE)*

<sup>45</sup> apud CEPIA, 1999.

O Brasil, oscilando entre a 8ª e 10ª economia do mundo, ocupa um lugar vergonhoso no índice de desenvolvimento humano.

A particularidade do Brasil é tamanha que já serve de parâmetro para estudiosos estrangeiros: *como diz o sociólogo alemão Ulrich Beck, a "brasileirização do Ocidente", processo em que o paradigma do trabalho passa a ser emprego temporário e informal.* (Silva, 1999).

Esta configuração do Brasil nos alerta para que tenhamos cuidado na análise das Organizações Econômicas Solidárias/Populares, para que não esqueçamos das particularidades de nosso país, que não chegou a constituir uma *Sociedade Salarial* (ver Castell, 1997), e há muito tempo convive com a informalidade do trabalho, a precarização, e o emprego temporário (dados de 1995):

Fora das estatísticas oficiais, 30 milhões de brasileiros ganham dinheiro e produzem mais de 200 bilhões de dólares por ano na economia informal.  
Em todo mundo, 300 milhões de pessoas trabalham na economia informal; 30 milhões estão no Brasil. (Fortuna, 1995)

Para nós, torna-se um grande desafio a proposta de estudar a Economia Solidariedade/Popular num país em que os números ligados a este setor são bem expressivos, que por conta de nossas particularidades, talvez signifique algo novo. E atentam-nos também para que nossa perspectiva seja mais tupiniquim e menos europeizada.

E mais, a particularidade do Brasil nos oferece um ponto de vista não só para entender a nossa realidade, mas a do próprio mundo, estatisticamente muito semelhante:

(...) em 1990 os 10% mais ricos do planeta se apropriaram de 48,1% da renda (44,9 em 1980), enquanto os 50% mais pobres eram contemplados com apenas 12% (14,5% em 1980); os 20% mais favorecidos recebem 83% dos ingressos mundiais, enquanto os 20% da outra ponta recebem 1,5%.  
Ironicamente, o quadro de distribuição no planeta é muito semelhante ao que encontramos no Brasil (...) (Dreifuss, 1997:206)

Estes números sociais do Brasil permitem ao cientista social uma perspectiva muito especial. E isto acontece por sua característica de país semi-periférico (ver Arrighi, 1998), que traz em seu interior um contraste econômico de tal tamanho, que permite uma visão sobre as próprias contrariedades do capitalismo.

Tab. 2 Distribuição de renda de alguns países - 1995

País	Renda per capita total	Renda per capita 10% mais ricos	Renda per capita 40% mais pobres	Relação entre ricos e pobres

E. U. A	24.120	60.300	15.100	3,9
Holanda	20.890	45.750	17.780	2,6
Japão	29.040	65.040	25.420	2,6
México	3.575	14.120	1.700	8,3
<b>Brasil</b>	<b>2.850</b>	<b>14.620</b>	<b>798</b>	<b>18,3</b>
Tanzânia	120	552	39	14,2
Colômbia	1.380	5.450	620	8,8
Chile	2.880	14.112	1.090	13,0

Fonte: Banco Mundial, World Development Report, 1995

Na tabela acima pode-se ter uma melhor idéia desse problema: Mostrando a distribuição de renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população de oito países (três do Norte desenvolvido e cinco do Sul subdesenvolvido).

Percebe-se que o Brasil é o "campeão" da desigualdade social, pois a relação entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres é de 18,2 vezes. É maior que a desigualdade existente na Tanzânia, não se considerando que a situação entre os mais ricos da Tanzânia é de uma renda menor que 1/6 da renda dos mais pobres brasileiros e menor que 1/20 na relação entre os mais pobre da Tanzânia e os mais pobres do Brasil. (BIRD, junho/1996)

O Brasil é um dos países mais desiguais deste planeta, contribui com pessoas tanto para a lista dos mais ricos<sup>46</sup> do mundo quanto para a lista dos mais pobres. Esta configuração do Brasil é bem semelhante a do Mundo hoje. Talvez entender um pouco o Brasil seja entender também o mundo; achar uma saída para o nosso país, pode ser também uma saída para o mundo...

<sup>46</sup> É muito revelador o número de brasileiros participantes da lista dos bilionários do mundo, segundo a revista *Veja* (23/07/97): (...) *que o time de bilionários brasileiros cresceu bastante. Hoje, são pelo menos dez. Há dez anos, a Forbes só listava três: Sebastião Camargo, falecido em 1994, Roberto Marinho e Antonio Ermírio.*

## 1.2- A Economia Popular/Solidária a partir dos clássicos.

### *Marx e Luxemburgo*

Ao percorrermos a literatura<sup>47</sup> nos deparamos com Rosa Luxemburgo, e o seu debate com Bernstein, a respeito do que seja Reforma ou Revolução da Sociedade Capitalista. Duras e contundentes são as críticas de Luxemburgo às idéias reformistas de Bernstein, principalmente em relação ao cooperativismo<sup>48</sup>:

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. (...) Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve. Estes são os fatos. (Luxemburgo, 1990 87-88)

Luxemburgo nos mostra que o Cooperativismo esbarra num grande empecilho que o impede de ser um local de transformação: embora possua uma produção socializada em seu início, não pode suportar a concorrência com as empresas capitalistas, pois estas últimas intensificam a exploração do trabalho e conseguem por isso crescer mais rápido, oferecendo ao mercado um produto de menor preço. E que as cooperativas de produção também não podem negociar o tempo todo, em relação à exigência do mercado, a mercadoria força-de-trabalho, indo em direção à falência ou transformando-se numa empresa capitalista. Há uma limitação para cooperativa, fadada a não crescer, ou ter um crescimento que pode comprometer todas as relações de solidariedade, cooperação, conhecimento mútuo, etc.

Eis uma outra passagem de Rosa Luxemburgo:

Todos os setores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim como as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e por consequência de produção. É por isso que, mesmo abstraindo do seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e parcelamento da atual economia mundial em

---

<sup>47</sup> Há uma bibliografia muito apropriada que traz vários autores clássicos que analisam a questão do cooperativismo e do socialismo: *Cooperativismo e Socialismo* (Marx, et al., 1979). Uma outra referência é o trabalho: *Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad - rastreando el debate histórico* (Tiriba, 1997)

<sup>48</sup> A acepção do que seja o cooperativismo, a sua diferenciação de outros empreendimentos populares/solidariedade ficará mais claro à medida em que for se desenvolvendo a dissertação.

pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da idade Média.

(...)Por este fato, uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o setor fundamental da economia capitalista e se contenta em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exatamente o pequeno e médio capital comercial. Só ataca os **ramos secundários** do tronco capitalista. (Luxemburgo, 1990: 88-89)

Diante desta exposição ficam alguns pontos. Primeiro, as organizações populares conseguem não reproduzir a lógica capitalista dentro da produção, mas também não se desvencilham de relações do mercado capitalista. Outro, de maneira geral, estes setores não conseguem o controle dos setores mais importantes da produção capitalista, pois limitam-se a produtos de primeira necessidade, não conseguindo atingir os produtos e setores de ponta.

Estas organizações, levando em conta principalmente o *aspecto econômico*, teriam dificuldade de se tornar lugares de transformação, pois haveria empecilhos ao seu crescimento, ou pelo menos para um tipo de crescimento que conseguisse subverter a lógica capitalista.

Em Marx percebe-se uma dualidade, a respeito desta organização dos trabalhadores, que no caso aparece na forma do cooperativismo. Ele não condena num todo, mas faz muitas ressalvas, desconfia do potencial revolucionário:

(...)a cooperação dos trabalhadores, enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem (...) então essa cooperação não será nunca capaz de travar os monopólios que crescem em proporção geométrica; ela não será capaz de libertar as massas, nem mesmo de aliviar de modo sensível o fardo da sua miséria. [Marx - “Mensagem Inaugural” ao 1º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864]

a)Reconheçamos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é de mostrar na prática que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais.

b) Mas o sistema cooperativo restrito às forças íntimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. (...) mudanças não serão nunca obtidas sem o emprego das forças organizadas da sociedade. [Marx - “Resoluções do Primeiro Congresso da A. I. T”, em 1866] (Marx et al., 1979)

As organizações de economia popular realmente podem não trabalhar com produtos de ponta dentro da produção capitalista<sup>49</sup>, e possivelmente continuam com dificuldades de vencer as relações capitalistas, contudo, há um novo contexto, e que no mínimo tem forçado o aparecimento cada vez maior destas experiências. Há agora a globalização, um movimento que acontece muito

<sup>49</sup> Esta afirmação apresentada neste momento é retomada mais adiante, no decorrer da dissertação. Por enquanto partimos das análises de Rosa Luxemburgo, como já vimos.

mais para o capital, para as grandes empresas, para os ricos e para os países do 1º mundo. Há a flexibilização da produção, há a proposta neoliberal aceita por nossos governos. Estes movimentos estão trazendo malefícios<sup>50</sup> para a classe trabalhadora, que conseqüentemente precisa fazer surgir novas formas de luta e de sobrevivência. Se o questionamento dos clássicos permanece, há pelo menos o fato de termos um outro contexto, uma nova configuração. Talvez um contexto que até confirme Marx e, principalmente Luxemburgo. Há neste momento um capitalismo que diminui os postos de trabalho assalariado e exige das classes populares uma saída, pois são as que sofrem. Por conta disso há uma proliferação de diferentes experiências populares formais ou informais, tentando soluções para a falta de oportunidades que vem trazendo o capitalismo de virada de século. Isto tudo diante de um Estado distanciado do social, ao mesmo tempo responsabilizado pela crise.

Dentro de uma análise economicista é difícil argumentar a favor das organizações econômicas solidárias/populares quanto ao seu poder de transformação, porém seja possível ver algo dentro de uma análise que considere os aspectos políticos e educativos. *Deveriam os pobres se organizar?* Pergunta Hobsbawm em seu livro *Mundos do Trabalho*, vejamos a seguinte citação:

O papel dos “movimentos dos pobres” não é simplesmente forçar e receber, pois suas exigências, que não podem mais ser necessariamente integradas às operações do sistema, contribuem para mudá-lo e moldá-lo. É característico do atual estado do mundo que ninguém esteja totalmente certo do “que a circunstância histórica está pronta para conceder”, ou de quais serão as conseqüências das concessões para os pobres ou para o sistema. (...) **Eles não estão martelando de fora do sistema, mas de dentro, com o potencial de transformá-lo** (grifos nossos) (Hobsbawm, 1984)

Nem sempre se pode ver o que novas experiências podem engendrar<sup>51</sup>, de qualquer modo a organização é benéfica para os setores populares, pode não ficar claro para quem, mas pode se tornar instrumento de barganha política.

Produzir quer dizer produzir utilmente. O mundo da produção não é o mundo técnico, mas **político**. Desta forma para a produção há mais importância a Constituição Política de um

<sup>50</sup> Vemos isto a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores: (...) *Numa sociedade marcada pelo descaso com as políticas de proteção aos excluídos do mercado de trabalho, o desemprego é a condição mais próxima da marginalização social e econômica e a mais distante da promoção da cidadania e para consolidação do nosso jovem regime democrático.* (Entrevista, 1997)

<sup>51</sup> Há uma especificidade nas ciências humanas que é a sua “incapacidade” de previsão, esta imprevisibilidade esta ligada ao fato que o homem, como sujeito e objeto do conhecimento, está sempre pronto a surpreender. Habermas diferencia entre “prever” e “antecipar”, afirmando que as “Teorias Críticas” não podem prever mas somente antecipar. (Geuss, 1988: 94-95). Santos, a respeito deste mesmo assunto, somando-se a questão de *expectativa*, apresenta a “análise de Kolakowski sobre os ‘erros felizes’ de Lenin, erros de avaliação da força do movimento revolucionário que, em parte, foram responsáveis pelo êxito da Revolução” (Santos, 1989).

Estado que a modificação de um processo técnico ou de trabalho. (Gramsci apud Angeli, 1997)

A partir de Gramsci, inferimos que dificilmente a modificação de um processo técnico ou de trabalho estará a favor do trabalhador num momento em que a Constituição Política do Estado se apresenta hegemonicamente ultraconservador.

Não serão, provavelmente, em condições de miséria que os homens pensarão e refletirão sobre suas próprias vidas, não será na penúria que os homens adquirirão mais consciência. Nestas condições o melhor que pode acontecer é a revolta. Uma revolta desmedida e sem direção, mas que poderia, ao menos, ser expressão de algum tipo de força. Só que, na maioria das vezes, ao invés de revolta encontra-se submissão, alienação e auto-condenação. De imediato o que vale é que muitas destas organizações populares, incentivadas por muitos teóricos e entidades, vem tirando da miserabilidade homens e mulheres para algum grau de dignidade. O problema é que a maior parte fica somente neste patamar, que embora importante, é somente assistencialista.

### 1.3- Novos diálogos com a sociedade cindida

Este é tempo partido,  
Tempo de homens partidos (...)  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se  
na pedra.  
(Carlos Drummond de Andrade)

#### 1.3.1 A sociedade que sobra

As perspectivas neoclássica, keynesiana, e a que defende a não-centralidade do trabalho, não conseguem responder às questões levantadas em relação ao desemprego, à exclusão social, ao aumento da desigualdade. E não respondem também em relação às possíveis soluções, à inclusão social, ao retorno ao trabalho, à geração de trabalho e renda. E, portanto, não podem responder quanto a possibilidade histórica de reverter o quadro atual a favor da classe trabalhadora.

Vimos que esta temática assenta-se numa teoria de classes, e que não está fora de moda como muitos apologetas do capitalismo tentaram (tentam) afirmar. Contudo, apontamos a necessidade de atualizarmos tais categorias confrontando-as com novas teorizações e com a própria realidade. Assim, acreditamos que alguns outros autores podem nos ajudar nesta busca de

entendimento e atualização em determinados pontos, determinadas leituras. Começemos com Castell e sua contribuição para esta nossa temática:

Fala-se do terceiro setor, de economias solidárias, de atividades que estão mais ou menos à margem do setor mercantil e das exigências da competitividade e que não entrariam no processo de globalização. Fala-se também, de novas fontes de emprego, ou seja, novas atividades, diferentes das atividades clássicas que corresponderiam a novas necessidades que não são atualmente satisfeitas pelo mercado. **Creio que algumas dessas tentativas são interessantes mas parece que se tornam marginais e que não representam alternativas globais ao enfraquecimento do suporte salarial. Pode-se mesmo temer que tenham efeitos perversos.** (Castell, 1997:185; grifos nossos)

O estudo de Castell aparece diante do esfacelamento que vem ocorrendo, do que ele chama, de *Sociedade Salarial*. Diferente da questão *Reforma ou Revolução* de Luxemburgo, Castell analisa o aparecimento das atividades do Terceiro Setor<sup>52</sup> como algo que tenta manter o grau de desenvolvimento conseguido pelo *suporte salarial*<sup>53</sup>, e não no sentido dessas atividades servirem ou não para uma possível superação do sistema capitalista. Castell desconfia que possa não ser solução para a crise, podendo até ser um retrocesso.

Castell utiliza o conceito de *sobrantes* (um resgate de Durkeim). Parece-nos um termo importante para refletirmos os empreendimentos solidários/populares. Na verdade, utiliza o termo da mesma forma que usualmente aparece o de excluídos.

(...) "sobrantes" não são explorados. Estão lá como inúteis (...) São pessoas (...) que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos. Porque há vinte anos atrás essas pessoas teriam sido integradas nos circuitos produtivos, e hoje elas estão quase como fracassadas. (Castell, 1997:181)

Para nós, embora Castell não oriente seus estudos neste sentido, a idéia de "sobrantes" nos pareceu mais flexível que a de excluídos. Excluído é um termo que sempre se apresenta, de forma rígida, paralisante e, num certo sentido, como algo resolvido. A de sobrantes é sobre algo que está aí, próximo, que não pode ser desconsiderado, pois traz ou pode criar conseqüências para o sistema. O conceito de sobrantes traz também a idéia de que é acumulável, que este grupo de pessoas pode aumentar. O termo respeitaria a historicidade do contexto – os sobrantes ainda podem, sob uma nova configuração ser *integráveis*? (Castell, 1997:180) Neste sentido este conceito poderia ser empregado sem se contrapor ao conceito de *exército de reserva* de Marx, como muitas vezes acontece com o conceito de excluído. O termo *excluído* pode até ser de maior

<sup>52</sup> Setor que não visa lucro.

<sup>53</sup> Certamente é uma visão muito europeizada; lembremos que o suporte salarial não chegou a ser uma alternativa global. O Brasil, por exemplo, nunca chegou a ser uma *Sociedade Salarial* de fato.

impacto, mas pode aparecer como algo fora do sistema, com o qual não se tem nenhuma relação, pode num certo sentido distanciar-se do conceito marxista de *Exército Industrial de Reserva*<sup>54</sup>.

Isto nos faz compreender como um fenômeno massivo como o desemprego (...) não deu lugar a movimentos reivindicativos de certa amplitude. É possível compreendê-los, pois são indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir uma utilidade social. (Castell, 1997:181)

Isto significa que os desempregados estão lá, mesmo que atomizados, não foram excluídos, não foram jogados fora, ainda não foram exterminados. Será que os empreendimentos solidários não poderiam dar a estes indivíduos atomizados um rosto, ao ponto de organizarem movimentos reivindicativos? Esta massa de sobrantes pode crescer infinitamente? Que mecanismos condicionam estes indivíduos atomizados a não se rebelarem contra o massacre que estão sofrendo? Em que sentido estes sobrantes adjetivam este novo contexto e dão novos contornos para o associativismo e o cooperativismo? Não seria mais acertado (avançado) tratar o associativismo dos trabalhadores como um *movimento social*<sup>55</sup>, como o Movimento dos Sem Terra - MST, do que uma alternativa positiva (despolitizada) para a classe trabalhadora?<sup>56</sup>

Um ponto importante para a reflexão sobre o associativismo e o cooperativismo, a partir do conceito de sobrantes, é a questão da pobreza, e para o nosso caso, na sua relação com a economia popular e de solidariedade.

Os sobrantes, como se vê em Castell, não são necessariamente pobres, mas sim aqueles que estão sendo dispensados, junto da decadência e fim da sociedade salarial. Harvey também nos ajuda a responder e entender, ao menos em parte, as questões acima. Este autor nos mostra que não é homogênea esta massa de trabalhadores dispensada ou subutilizada pela flexibilização do setor produtivo. Há até uma certa hierarquização ou reestruturação do mercado do trabalho (Harvey, 1996: 143, ver anexo1). Isto explica (em parte) porque esta massa de desempregados, excluídos e sobrantes não está unida, pois estão inseridos de formas diferenciadas nesta problemática, conseqüentemente julgam não lutar pelos mesmo objetivos.

---

<sup>54</sup> Castell não trata necessariamente o termo desta forma, mas esta interpretação que nos suscitou talvez nos ajude a atualizar o conceito de *exército de reserva*.

<sup>55</sup> Não perdendo de vista que nem todo movimento social é necessariamente progressista, podendo ser conservador, ou reacionário. (ver Gonh, 1997:252)

<sup>56</sup> A comparação com o MST não é imprópria, na verdade relaciona-se com uma determinada perspectiva para se pensar o associativismo dos trabalhadores como um projeto de luta por espaço, que procura deter os meios-de-produção. Talvez fosse mais avançado organizar um Movimento dos Sem Trabalho e sem Renda,

A partir disso, ao falarmos de sobrantes não estamos falando necessariamente de pobreza, então, devemos procurar entender como isto se realciona com a Economia Popular e de Solidariedade. Talvez a idéia de uma *Economia Autogestionária* fosse mais adequada, já que teria um sentido não somente contrário ao da economia de mercado – o de incluir – mas também pressuporia a solidariedade e o popular.

Outro autor que pode nos ajudar neste momento é André Gorz, embora crítico ao marxismo, parte de elementos e conceitos marxistas. Também nos parece importante por trabalhar com pontos nevrálgicos sobre questões como: trabalho assalariado e emprego, heteronomia e autonomia, tempo da necessidade e tempo da liberdade, autogestão... Vale-nos esta primeira citação:

(...) Pode-se constatar que, contrariamente a uma interpretação bastante difundida, Marx não afirma que a autogestão (pelos produtores associados) da produção material realiza o reino da liberdade. Ao contrário, afirma que a produção material está submetida às necessidades naturais (de que fazem parte as leis físicas de funcionamento dos grandes aparelhos) e que (...) a liberdade reduz-se a trabalhar o mais dignamente possível. É para isso que deve tender a autogestão. Quanto ao reino da liberdade, expandir-se-á graças à redução da duração do trabalho e dos esforços requeridos na produção do necessário. (Gorz, 1982: 116)

Através de Gorz podemos refletir sobre a questão do trabalho em nossa sociedade atual, que direções pode tomar, e especificamente em relação ao que sobra para os empreendimentos solidários. O que se tem para estes empreendimentos solidários neste momento, em que a incorporação de *trabalho morto* liberaria mais trabalho heterônomo? Que tipo de trabalho se quer (e se pode) constituir dentro das organizações solidárias/populares?

Muitas vezes, de forma equivocada, apontamos no sentido da supressão do *trabalho heterônomo* para a ascensão do *trabalho autônomo*. Ou fazemos uma ligação direta entre trabalho heterônomo e alienação. O que hoje os sobrantes vêm perdendo é o trabalho heterônomo, ligado muito mais à idéia de esfera da necessidade, do que da alienação.

(...) Marx ao final do Livro III do Capital, [quando] afirmava que a “a esfera da liberdade” (ou seja, da autonomia) só começava para além de uma “esfera da necessidade” (ou seja, da heteronomia) que se deve reduzir, mas que é impossível suprimir. (Gorz, 1982: 115)

Embora o trabalho heterônomo esteja ligado à idéia de subordinação a alguém ou a algo, não precisa ser visto como um processo sempre alienante, como o que acontece com o trabalho abstrato no capitalismo. Na história das lutas de classe, o trabalho heterônomo sempre foi realizado pelas classes dominadas sob a imposição das classes dirigentes. Ao mesmo tempo

---

do que propagandear o associativismo e o cooperativismo como a solução para a classe trabalhadora. (ver

sempre significou o atrelamento entre as classes dominadas e dominantes. Em que, contraditoriamente, sempre foram as classes dominadas que detiveram em suas mãos o trabalho realmente necessário, o trabalho heterônomo. A revolução sempre esteve próxima quando as classes dominadas adquiriam consciência disso.

A redução do trabalho heterônomo é importante, um sonho antigo da humanidade, mas a sua supressão somente aconteceu para alguns privilegiados, sob a exploração de muitos. O trabalho autônomo não pode explicar-se por si mesmo. Dizer, por exemplo, que o desempregado possui tempo livre, por não estar subordinado a alguém, é tão tolo quanto dizer que o recém-nascido não necessita de nenhum cuidado especial para sobreviver.

A liberação consiste (...) em reconhecer que a esfera da necessidade impõe tarefas heterônimas (...). A disjunção da esfera da necessidade e da esfera da autonomia é uma condição da expansão máxima dessa última. (Gorz, 1982: 125)

Mesmo o trabalho autônomo tem sua dimensão de heteronomia. Os homens vivem em sociedade ao mesmo tempo que tentam corresponder aos seus anseios individuais e de classe. Mesmo quando ampliarmos satisfatoriamente a esfera da liberdade continuaremos a corresponder às demandas e às expectativas da coletividade (e nossas), continuaremos a imbricar heteronomia e autonomia.

A atual configuração do Capitalismo nos traz a possibilidade de diminuição brusca do trabalho heterônomo através do uso de novas tecnologias e das máquinas. O grande problema é a maneira que está sendo conduzido esse processo. Dispensa-se junto do trabalho heterônomo também o trabalhador. As benesses da tecnologia não estão sendo divididas. E mais do que isto, o desenvolvimento tecnológico tem tomado uma direção desagregadora do homem e destruidora da natureza<sup>57</sup>.

Isto significa que quando o trabalhador é dispensado o seu trabalho já está sendo compensado pelas máquinas e pela tecnologia, o que parece óbvio, mas, tem um agravante em relação às outras épocas: o trabalho heterônomo está agora em sua maior parte nas mãos da classe dirigente. O que acaba por significando um poder maior para a classe dominante. Que trabalho sobra para as organizações econômicas populares? Será um "trabalho sujo"<sup>58</sup>, trabalho supérfluo,

---

item 3.1.3)

<sup>57</sup> Ver Altvater, 1995.

<sup>58</sup> Ver pág. 136. E também Angeli, 1997.

paralelo, interligado por redes, sem capital, sem propriedade e sem conhecimento? Certamente não será trabalho autônomo (livre), se a esfera da necessidade não for garantida.

Por conta disso, para o que vem sendo exposto, Gorz traz uma contribuição importante para pensarmos as organizações da economia popular/solidária, ao mesmo tempo que começa a qualificar o tipo de luta que se espera na sociedade:

Será menos com relação ao "salário social" do que com relação ao direito à autoprodução que se fará, no futuro, a clivagem entre "direita" e "esquerda". O direito à autoprodução é fundamentalmente o direito, para cada comunidade de base, de produzir ela mesma pelo menos uma parte dos bens e dos serviços que consome, sem que, para isso, tenha que vender seu trabalho aos detentores de meios de produção ou serviços de terceiros. (Gorz, 1982:13)

Contudo, em relação a esta proposição de Gorz fazemos uma ressalva. Pensar a diminuição do "salário social", ou seja a responsabilidade do Estado perante os indivíduos, pode nos orientar a um Estado minimalista (e necessariamente forte), quer dizer, perpetuamente burguês; que certamente continuará a defender a propriedade privada, e os detentores dos meios de produção. Discordamos com esta direção que pode tomar a argumentação de Gorz. Concordamos que podemos incluir a sua reflexão sobre trabalho heterônomo e autônomo para requalificar as reivindicações dos trabalhadores, e para o entendimento dos empreendimentos solidários; mas inferimos que se faça em direção ao e no Estado. Isto significa alargamento da esfera pública e não o contrário. O direito à autoprodução, apontado por Gorz, não deveria passar pela questão dos meios-de-produção coletivos, ou seja, pelo Estado? Como a comunidade dos pobres, dos despossuídos podem ter direito a produzir algo distantes da produção? Estas são discussões que precisamos fazer, possui elementos novos, exigentes de novas reflexões teóricas.

Nesta atual sociedade do conhecimento, o incremento da tecnologia não aparece para fazer o *trabalho sujo* de todos os homens – este trabalho que brutaliza o homem, e que não o dignifica. Aparece somente para alguns, excluindo os que antes faziam este trabalho sujo.

### 1.3.2 A sociedade de Serviços

Para uma visão conservadora, toda esta problemática é apenas um reordenamento do sistema capitalista. Toda esta crise estrutural do emprego encontrará seu equilíbrio, da mesma forma que na história, o contingente de pessoas dispensado do campo para as cidades, substituindo suas atividades agropecuárias pelas industriais.

O marxismo fez uma leitura diferente sobre esta transição do campo para a cidade, dentro de uma relação de conflitos e interesses de classe:

A Burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. (Marx, 1968)

Com o marxismo podemos ver que a revolução incessante que a burguesia precisa fazer não se dá de forma tranqüila – ela precisa submeter – para que o ônus desta transição (acomodação) recaia sobre as classes *de baixo*, ou sobre os países periféricos. E mais, lendo a realidade atual e vendo qual direção tomou o processo de modernização, vemos que a parte da população (a nível planetário) que deixou o embrutecimento, o trabalho como *tripalium*, semelhante ao da vida rural, foi menor do que o esperado. Muitos dos que tentaram a vida na cidade viram-se submetidos a trabalhos tão brutos, às vezes mais indignos do que possuíam no campo. E, alguns permaneceram no campo, subordinados a trabalhos sazonais e salários ínfimos. Da mesma forma que vimos isto acontecer, do setor primário para o secundário, veremos de novo no movimento do secundário para o terciário? Nossa tarefa é entender de como o setor de serviços<sup>59</sup> poderá absorver toda a mão-de-obra dispensada pelo setor industrial. Para Dreifuss isto vem acontecendo com grandes problemas:

(...)Milhões de postos de empregos se tornam obsoletos e irrecuperáveis, num processo aceleradíssimo de geração do "desemprego estrutural", tanto na linha de produção (onde é muito óbvia) **quanto nos serviços**. (...)

Trata-se, portanto, de um conjunto de fenômenos, sistemas e processos vinculados que contribuem para repensar e reorganizar o "espaço" urbano intensamente povoado, assim como as extensões rurais de população esparsa (...), afetando, conseqüentemente, o sentido e os papéis de diversos universos organizacionais e funcionais (sindical, partidário, empresarial), questionando sua relevância. (Dreifuss, 1997:36-37) (grifos nossos)

Com a verificação de que o setor de serviços não tem conseguido satisfatoriamente absorver a massa de sobrantes, ou pelo menos na velocidade esperada, aumenta o temor sobre qual caminho pode tomar a sociedade. Estamos num momento histórico de grande capacidade tecnológica e de produção, mas, ao mesmo tempo, seguimos regras que fazem esta sociedade

<sup>59</sup> Os setores de serviços representam 43% da economia mundial, enquanto que a indústria chega 20% e a agricultura a 37%. (...) Na Ásia, em 1992, os serviços (...) ocupavam 75% do PIB de Hong-Kong, quase 60% de Cingapura e Taiwan, quase 50% da Coreia do Sul e das Filipinas e já ultrapassavam 40% na China, Índia, Indonésia e Malásia. O Brasil, por sua vez, em 1995, (...) a indústria foi responsável por 37,15% do PIB de 620 bilhões de reais; 14,17% foram de produtos da agropecuária, enquanto que o setor terciário

distribuir mal e excluir muito. Num momento em que mais se necessita de um Estado que possa organizar todos estes problemas, vemos se propor, um Estado para além do liberal, na verdade, um Estado que não é aceito nem como um "mal-necessário" – pressuposto do liberalismo. Um Estado que transfere responsabilidade para a sociedade civil, um Estado pós-contratualista<sup>60</sup>, pior do que o constituído no liberalismo, pois eximi-se até de seu papel de juiz, ou como contornador dos exageros, das solicitações do mercado e dos vícios dos indivíduos. Nosso estudo precisa também entender qual relação da Economia Solidária com este tipo de Estado?

### 1.3.3- Gestão dos trabalhadores

De toda esta problemática que cerca a questão do cooperativismo e as outras experiências do associativismo dos trabalhadores, um ponto é muito caro e importante para os que querem a transformação da sociedade capitalista: a autogestão dos trabalhadores. Mesmo para os que criticam o cooperativismo como um meio ao socialismo, observam com muito zelo a questão da autogestão. Alguns afirmam que, no mínimo, estes empreendimentos mostram que os trabalhadores podem ser gestores dos meios de produção, de forma coletiva, sem as rédeas de um empresário ou de um capataz. Como mostramos anteriormente, isto já foi apontado pelo próprio Marx. O cooperativismo – quando organizado realmente por trabalhadores e de forma democrática – tem no mínimo o mérito de mostrar que é possível organizar a produção de forma que beneficie a todos, e não somente a alguns indivíduos e pequenos grupos. Um ponto muito importante na construção do socialismo.

Com a questão da autogestão retorna a da democracia. Numa reflexão inicial parece-nos que para a autogestão dos meios de produção por parte dos trabalhadores se diferenciar da gestão dos *homens de negócio*<sup>61</sup> precisa ser, antes de tudo, democrática. E assim retorna-nos algumas perguntas: que democracia e como constitui-la? E talvez a pergunta mais capciosa para esta problemática do cooperativismo: *democracia, até quando?* Questão gerada por meio da

---

(serviços e comércio) absorveu 42,2% e [somente] 19,2% da mão-de-obra, respectivamente, e respondendo por 57,76% do PIB. (Dreifuss, 1997)

<sup>60</sup> *O pós-contratualismo é um processo pelo qual grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos sem qualquer perspectiva de regresso. Os direitos de cidadania, antes considerados inalienáveis, são-lhes confiscados e, sem estes, os excluídos passam da condição de cidadãos à condição de servos.* (Santos, 1999:45)

<sup>61</sup> Alguns autores utilizam esta expressão para definir aqueles que dão valorosos préstimos ao capital... ver Frigotto 1995, pág. 53.

observação dos próprios trabalhadores associados, em que um dos grandes problemas é a manutenção da participação de todos, a todo momento: *é preciso exigir mais responsabilidade dos associados; a cooperativa está andando bem, porém falta mais união e compreensão de todos; tem que haver mais inter-relação entre alguns, mais dedicação em nome do interesse geral, para benefício dos cooperados.*<sup>62</sup> (in Tiriba, 1999:256)

Na verdade, talvez sejam estes pontos, o da autogestão e o da democracia, os mais importantes para se procurar entender o cooperativismo – e a própria possibilidade do socialismo. Pontos que evidenciam a diferença – até mesmo no plano teórico-filosófico – entre aquelas perspectivas que apontam na possibilidade de transformação da sociedade, daquelas que tentam impedir. Vemos que há, por exemplo, por detrás do pensamento dos conservadores e dos neoconservadores a descrença total na possibilidade dos trabalhadores (e dos homens, de maneira geral) autogerirem coletiva e democraticamente os meios de produção da sociedade, principalmente por acreditarem de forma absoluta na desigualdade:

Nada mais fácil do que lamentar as desigualdades. Nada mais difícil do que admitir que Deus não é socialista. Ao dotar suas criaturas de inteligência e diligência díspares \_na mesma família podem nascer um Beethoven e um Al Capone\_, o Criador fez da desigualdade parte inescapável da herança humana. O que nos resta é a administração humana das desigualdades. Em certo sentido, os distributivistas que, desejando substituir o mercado pela noção de "Justiça Social", privam alguns do fruto de suas faculdades em benefício de outros, segundo critérios "politicamente corretos", são apenas macacos de Deus. A vantagem do mercado é precisamente liberar as pessoas para o máximo exercício de sua criatividade; oferece acesso, porém não garante sucesso. (Campos, 1997)

Pelo outro lado, não significa que os *filósofos da praxis* sejam estritamente utópicos, como se fossem cegamente guiados pela crença de uma sociedade mais justa, mas que na prática, impossível de ser concretizada. Marx, por exemplo, em nenhum momento perde de vista esta dimensão, que aponta como característica da sociedade capitalista:

É curioso ver como Darwin reencontra entre os animais e vegetais a sociedade inglesa com a divisão do trabalho, a concorrência, a abertura de novos mercados, as invenções e a luta pela vida de Malthus. É o *bellum omnium contra omnes* (a guerra de todos contra todos) de Hobbes, que faz pensar na fenomenologia de Hegel, onde a sociedade burguesa aparece sob a denominação de reino animal do espírito, enquanto em Darwin é o reino animal que aparece como sociedade burguesa. (Marx apud Matos, 1997)

A utopia, que marca a diferença em relação aos conservadores, é baseada na história, já que os homens não são os mesmos das gerações passadas e bem diferente dos que viveram na pré-

---

<sup>62</sup> Fala de um cooperado. Original está em espanhol, a responsabilidade da tradução é nossa.

história, ou seja, os homens projetam e agem, e, ao agirem, transformam, e, ao transformarem, são transformados.

Uma vez determinada a diferença entre as perspectivas para com este assunto – autogestão e democracia – reconhece-se o quanto é inesgotável esta problemática. Na verdade, esta é uma das frentes de batalha mais disputadas e discutidas, há séculos, entre a *esquerda* e a *direita*: a utopia (e a necessidade) de uma sociedade mais igualitária contra a sociedade possível (ou suportável) entre os desiguais. E que retomamos porque vemos mergulhados nesta problemática tanto a nossa forma de análise quanto o nosso objeto de estudo.

A sociedade capitalista é a sociedade dos desiguais (da perspectiva de *direita*), embora contraditoriamente tenha em seu interior forças que querem a sua aniquilação (da *esquerda*); muitas vezes, por conta dessa correlação de forças que é possível constituir uma sociedade menos injusta<sup>63</sup>. A perspectiva conservadora trata a questão da desigualdade diretamente ligada a idéia de indivíduo. Provavelmente, o maior feitiço do capitalismo é a idéia de indivíduo; como se a diferença entre "Beethoven" e "Al Capone" estivesse ligada ao íntimo deles e não estivesse sob determinações sociais. Considerar a desigualdade social baseado na desigualdade de talentos desconsiderando questões de classe, de cultura, de oportunidade é um erro muito maior do que qualquer *utopia* da esquerda.

Em relação à autogestão e à democracia, só terão êxito se os envolvidos, no caso os trabalhadores, estiverem ao máximo possível instrumentalizados, ao máximo possível educados e formados, para construir coletivamente todo o processo, puderem escolher líderes que correspondam, e continuarem participando efetivamente da maior parte das ações e das tomadas de decisão.

Como já dissemos um assunto inesgotável... Por conta disso mesmo, e considerando o que foi refletido acima, mais uma vez lançamos questões que revelam nossas preocupações e intenções de estudo. A autogestão democrática dos trabalhadores é algo possível, ou é algo permitido apenas em seus momentos iniciais, enquanto nenhum líder (um esperto) aproveita-se de sua posição para adquirir privilégios? Será que o capitalismo realmente leva vantagem em relação ao socialismo, já que admite que uns poucos, por sua esperteza, consigam mais ganhos e benefícios que os demais?

---

<sup>63</sup> Imaginemos, portanto, como é catastrófica quando as forças de esquerda recuam. O capitalismo é assentado na desigualdade, que é real, mas que não precisa ser definitivo, ou pelo menos não nas bases que vemos. Será que pelo fato de encontrarmos desigualdade na sociedade devemos querer exacerba-la? Não deveria ser o contrário? Da mesma forma que encontramos o machismo e os diferentes preconceitos, por tê-

Será que no cooperativismo a exigência da democracia trava um pouco as ações, as demandas e as determinações, pois para não haver líderes destacados é necessário a participação de todos e a todo momento? Será que esta exigência de democracia dá uma excessiva lentidão à cooperativa, ao ponto de dificultar sua existência numa sociedade de mercado? Será, que por outro lado, uma vez instaurada a democracia, com um bom número de participantes na cooperativa, isto não lhe dá vantagens para potencializar mais idéias, mais saídas e mais ações?<sup>64</sup>

#### 1.3.4- A Precarização do Trabalho

Um dos grandes desafios, sobre a Economia Solidária, sobre as cooperativas, é pensar o quanto estão atreladas, ou se, e quanto, reforçam a realidade precária do trabalho na atualidade. Essa realidade os sindicatos têm sentido bastante:

No projeto do governo Fernando Henrique Cardoso, as reformas trabalhistas atenderiam, supostamente, aos propósitos de tornar a economia brasileira mais competitiva e melhorar o funcionamento do mercado de trabalho. Assim, ao longo desses anos, as iniciativas do governo na área trabalhista têm funcionado como uma espécie de farol a iluminar o caminho da precarização das relações entre capital e trabalho. (...)  
Ademais, o país está enfrentando, talvez, sua maior crise econômica da década [dados de 1998]. Desta forma, os sindicatos e trabalhadores têm sido chamados a negociar a deterioração das condições de trabalho e de vida: **negociar a precarização**. (Dieese, 1998; grifos nossos)

Não é, portanto, sem sentido que muitos sindicalistas olham com desconfiança para a questão do cooperativismo e da Economia Solidária. Não é coincidência que o número de cooperativas-de-trabalho<sup>65</sup> aumenta justamente no momento de enfraquecimento dos sindicatos e da capacidade de negociação dos trabalhadores. Porém, não significa que o crescimento das

---

los encontrados devemos aceitá-los? Acreditamos que estas questões elucidam um pouco mais, a diferença existente entre uma perspectiva transformadora de uma conservadora.

<sup>64</sup> Em relação às estas questões apresentadas, a autora americana e socialista Ellen Meiksins Wood, traz em seu livro, *A Origem do Capitalismo*, uma conclusão que vai muito ao encontro de Luxemburgo, e com uma firmeza assombrosa: *Depois que o mercado se estabelece como uma "disciplina" ou um "regulador" econômico, depois que os agentes econômicos passam a depender do mercado para obter as condições de sua própria reprodução, até os trabalhadores que são donos dos meios de produção, individual ou coletivamente, ficam obrigados a responder aos imperativos do mercado – a competir e a acumular, a deixar que as empresas não-competitivas e seus trabalhadores vão a falência, e a se tornarem exploradores, eles mesmos.* (2001: 127)

<sup>65</sup> Não podemos perder de vista a especificidade das cooperativas-de-trabalho, diferenciando-as das cooperativas de produtores, de consumo, médica, etc. Diferenciação que faremos, de forma mais cuidadosa em momentos posteriores. Mesmo porque há visões diferenciadas a respeito, alguns defendem a idéia que são cooperativas criadas por autônomos ligadas à terceirização (ver Melo, 1996); e outros defendem que não

cooperativas resulta diretamente no enfraquecimento dos sindicatos. Acreditamos em que tanto um quanto o outro são conseqüências desta atual configuração do sistema capitalista. Por conta disso, faz-se urgente pensar e repensar a relação cooperativismo e sindicalismo<sup>66</sup>. As questões novas que surgem possuem, portanto, uma outra qualificação. Para a nossa questão anterior, por exemplo, vale uma pequena mudança: será que os trabalhadores ao investirem no cooperativismo poderão enfraquecer o sindicalismo? E ainda outras questões: há papel e espaço para o sindicato na relação com uma empresa (auto)gestada pelos trabalhadores? As centrais de trabalhadores podem (ou devem) aceitar a filiação das cooperativas e de outras formas associativas?

De qualquer forma, podemos inferir de forma conclusiva, que há relação entre atual configuração capitalista, a flexibilidade da produção, e o surgimento das cooperativas-de-trabalho e da Economia Solidária.

A flexibilização das relações de trabalho faz parte do ideário neoliberal que importamos. Entre nós, sua implementação vem dando apenas os primeiros passos (contratos temporários, contratos por tempo parcial, **cooperativas de trabalho**, participação nos lucros e resultados). (Salm, 1998, grifos nossos)

Isso significa que o aumento das cooperativas-de-trabalho surge num momento muito desfavorável ao Trabalho. E também significa que, embora não tenha uma relação direta com o enfraquecimento do sindicalismo, pode sim envuiar a consciência sobre a posição combativa que devem ter os trabalhadores, e, sobretudo, os sindicatos.

Não há dúvida de que a desestruturação do modelo de emprego que dominou nas décadas do após-guerra vem provocando muito estresse e insegurança, aumento das desigualdades e do desemprego, além de degradação das ocupações. O nome consagrado para este mal-estar é 'precarização do trabalho'. Portanto, visto da perspectiva dos trabalhadores, o balanço do processo de flexibilização, até aqui, é claramente negativo e representa um evidente retrocesso social. O medo de perder o emprego aparece novamente como a principal força disciplinadora do trabalho (Na edição de 6 de setembro de 1998 do Jornal do Brasil, foi publicado que, segundo uma pesquisa divulgada na semana anterior pela Universidade de Rutgers, para a grande maioria dos americanos a segurança no emprego continua a ser a preocupação principal. Isso ocorre depois de sete anos de crescimento com baixas taxas de desemprego). (Salm, 1998)

As cooperativas-de-trabalho, assim como o restante da Economia Solidária se desenvolvem a partir da precarização do trabalho. Isto pode significar, entre outras coisas, não ser

---

é necessário que sejam criadas por autônomos (profissionais liberais, por exemplo) e nem necessariamente à terceirização (ver Oliveira, s/d).

<sup>66</sup> Neste sentido, tem-se visto muitos sindicatos investindo na formação sobre a temática da Economia Solidária. A própria Central Única dos Trabalhadores (CUT) vem investindo em programas específicos, como o "Curso de Formação em Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário", orientado pela Escola Sindical 7 de Outubro. (ver também: Guimarães, s/d.)

a Economia Solidária a solução única e inquestionável para a classe trabalhadora, porque seu próprio nascimento se dá num momento desvantajoso para os trabalhadores, e que, por conta disso, existam elementos que precisam ser revistos, subordinados para tomar um outro sentido. Ainda mais, em se tratando de um momento, em que a visão liberal vem se impondo, mais do que qualquer outra, em relação às questões sociais por que passamos. Se a proposta de Economia Solidária vier desta forma, poderá não ser uma das soluções para classe trabalhadora, e até virá em posição oposta.

É preciso sublinhar que tal postura está de acordo com a percepção liberal do desemprego, que nega o caráter involuntário de muitas de suas formas. O ministro do Trabalho [da época], Edward Amadeo (...) diz o seguinte: 'Uma pessoa desempregada (...) pode engraxar sapatos em uma estação de trens ou vender maçãs em uma esquina. Se ela não está fazendo nenhuma das duas coisas, está escolhendo não fazer'. Não é um primor de liberalismo? Se existem metalúrgicos desempregados, é porque eles se recusam a vender chicletes no sinal de trânsito. Logo, seu desempenho não é involuntário! Mas, vamos supor que eles aceitem a transferência para o setor de serviços. É este o tipo de equilíbrio que se quer? (Salm, 1998)

Se as cooperativas-de-trabalho estão correspondendo à esta perspectiva neo-liberal, então devem ser combatidas não somente por alguns sindicalistas, mas por todos os trabalhadores. Contudo, apesar de nascer nesta configuração – flexibilidade e precarização do trabalho – não está inviabilizada a possibilidade de tomar um sentido contraditório à própria lógica capitalista que impõe seu surgimento.

### *Terceirização*

Dois outros pontos, que perpassam as questões da precarização e do cooperativismo, são o do "trabalho informal" e o da "terceirização". Pontos que certamente retornarão em capítulos posteriores. Aqui comecemos por outra citação do professor Salm (1998):

(...) Não há como exigir dos trabalhadores as virtudes da flexibilidade funcional, quando eles estão submetidos a contratos instáveis e a baixa remuneração, como os que prevalecem entre nós. A implosão do modelo de emprego 'fordista', que estendia a todos os trabalhadores da grande empresa os benefícios da negociação coletiva, resulta na polarização (ou fragmentação) das situações ocupacionais, que acompanha de perto o **processo de terceirização**. (grifos nossos)

A Terceirização sim, nos parece ser um processo que contribui com a precarização do trabalho, pois:

(...) Se a empresa terceiriza para economizar e se, ao terceirizar, paga os salários e encargos dos empregados da prestadora e mais o lucro dessa empresa, é lógico que houve aí um rebaixamento salarial e um aviltamento do trabalho. A idéia de modernizar terceirizando, portanto, para os direitos do empregado, é um relógio que só anda para trás. (Melo, 1997)

De novo remetendo-nos para as cooperativas-de-trabalho, e pelo fato de muitas vezes embarcarmos na terceirização, surge outra preocupação: qual o mérito e a vantagem para os trabalhadores assumirem uma atividade ou espaço dispensado pelo empresário? Ainda mais que, considerando a terceirização como um processo instaurado para a ampliação dos lucros do empresário, certamente não é benéfico para os trabalhadores.

O fato é que a terceirização se apresenta contra os trabalhadores. As empresas terceirizadas pagam salários piores, dão menos subsídios e sofrem de grande rotatividade. As cooperativas-de-trabalho não inventam a terceirização, mas, a sua proliferação está muito associada a este processo. O próprio *boom* de cooperativas surgidas nos últimos anos está ligada à Lei, artigo 442, § único, da CLT<sup>67</sup>, correspondente à demanda engendrada pela terceirização.

Embora o cooperativismo em geral e o cooperativismo de trabalho exista no Brasil há décadas, foi somente a partir de 1994 que esta modalidade de associativismo ganhou força. Por determinação de um artigo na CLT, a legislação trabalhista reconheceu que o cooperado não mantém nenhum vínculo empregatício com a cooperativa ou com a empresa que contratou seus serviços. A partir de então, o número de cooperativas de trabalho multiplicou-se e hoje já somam mais de 1.500, de acordo com estimativas conservadoras [?] dos estudiosos no assunto. Hoje elas congregam garis, pessoal de limpeza e manutenção, mecânicos, engenheiros, médicos, contadores e profissionais de inúmeras outras áreas que encontraram nessa alternativa a solução para o problema de ocupação e garantia dos rendimentos. (Cooperativa, s/d)

Isso tem um grande significado, pois o que estamos tentando fazer é qualificar esta proliferação de cooperativas e de seu ideário, nos anos 90. E o que estamos vendo é que está associada tanto à flexibilização e precarização do trabalho, quanto em certo grau à perspectiva neoliberal, quanto também à terceirização e de forma tão significativa consubstanciada num artigo de lei. O peso sobre as cooperativas de trabalho é muito grande. Para que tenha positividade para os trabalhadores precisa contrariar os elementos de seu próprio nascedouro. No momento, o alibi que temos para estas cooperativas é a dimensão de que elas em si não são as causas deste aviltamento por que passam hoje os trabalhadores, mas resultam da busca de solução. Pois se elas não se apresentarem, o empresário terceirizado com certeza se apresentará. A dúvida e o problema é saber se realmente elas são solução, ou de como podem vir a ser. E que, por conta disso, possam desviar a atenção dos trabalhadores para outras formas de enfrentamento de seus problemas.

---

<sup>67</sup> "qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela"

Há ainda uma agravante: a fraude. Toda a nossa reflexão está considerando as cooperativas-de-trabalhadores gerida pelos próprios trabalhadores, e não por empresários fraudadores, que para não pagar encargos trabalhistas inventam falsas cooperativas para burlar a lei. As famosas "gatoperativas" ou "fraudoperativas":

Com efeito, até agora, e no tocante às cooperativas de trabalho, a nova lei tem sido usada em quase 100% [?] dos casos para fraudar a aplicação do Direito do Trabalho, como já se previa, com conseqüências danosas não só para o trabalhador, mas para toda a sociedade, pois, além da burla aos direitos trabalhistas, não há recolhimento de INSS e FGTS, etc., nem respeito a qualquer norma de segurança do trabalho. (Melo, 1996)

Isso nos traz uma outra preocupação, para outros momentos de nossa pesquisa, o de precisar o quanto as determinadas cooperativas estão realmente nas mãos dos trabalhadores.

### *O Trabalho Informal*

O outro ponto é sobre o "trabalho informal", e a sua correspondência com os empreendimentos solidários e com a Economia Solidária num todo. Antes de tudo, assinala-se a relação existente entre o aumento do trabalho informal com a precarização do trabalho.

Recorremos novamente ao professor Salm:

Só agora, quando ultrapassou 7% , o desemprego passou a ser oficialmente reconhecido como problema. Até então, alegava-se que nossa taxa era baixa pelos padrões internacionais e que havia um alarde exagerado em torno do assunto. Quanto à crescente informalidade, tampouco é vista como problema. Pelo contrário, muitas vezes chega a ser exaltada como um virtuoso mecanismo de ajuste, uma manifestação de racionalidade e até de 'criatividade' da nossa gente, a própria expressão da modernidade, pois seria uma expressão de flexibilidade. (*op. cit.*)

Novamente vemos a Economia Solidária inserida numa relação, no caso com o trabalho informal, ligada a algum tipo de retrocesso social, pelo menos para a classe trabalhadora. O que temos visto:

é o aumento das relações informais, em detrimento do emprego regular e, na década de 1990, também através do aumento do desemprego aberto. A tendência é bastante clara. Hoje, os empregos regulares ou formais já representam menos da metade dos postos de trabalho, quando representavam cerca de 3/4 no final da década de 1970. (*idem*)

No trabalho informal é que certamente se encontra a parte mais popular da Economia Solidária<sup>68</sup>, tanto é que, na maioria das vezes, não se trata tanto de cooperativas, já que pressuporia

---

<sup>68</sup> A reflexão sobre os conceitos de Economia Solidária e de economia popular serão feitas sobretudo no capítulo 2.

a legalização, mas, trata-se de empreendimentos populares diversos, com uma grande variedade de atividades e tipos de associativismo.

Com isso ressalva-se que nem toda economia popular é de solidariedade. A partir do pesquisador Razeto (1993) podemos distinguir cinco principais componentes de uma Economia Popular: 1-Microempresas e oficinas familiares; 2- OEPs; 3- Iniciativas individuais informais; 4- Atividades ilegais de pequenos delitos; 5- Soluções assistenciais de beneficência pública e privada. Para o nosso estudo, nos interessa o que ele chama de Organização Econômica Popular - OEP: *isto é, o caminho que seguem aqueles que se organizam em pequenos grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos* (idem: 36). Isso significa que – separando o joio do trigo – selecionamos a parte da economia popular mais próxima da idéia de cooperativismo, associativismo e formas autogestionárias, ou seja, o lugar de interseção entre a Economia Popular e a Economia Solidária. Vale dizer que a sentença ao contrário também não é verdadeira: que toda Economia Solidária pertence ao popular<sup>69</sup>:

Nem toda economia popular é Economia Solidária(...) Nem toda Economia Solidária é parte da economia popular, pois há expressões solidárias também em outros níveis sociais e em organização e atividades econômicas não-populares, como são as forças sociais e solidárias, as formas cooperativas e autogestionárias existentes em outros contextos sociais, as instituições não-governamentais constituídas por profissionais, cientistas e técnicos, etc. (ibidem: 44)

Voltando ao trabalho informal, tem-se visto uma complacência grande dos governantes e da sociedade em geral com o crescimento desorganizado deste setor. Como já vimos anteriormente, quando contextualizamos o Brasil como um dos países de maior economia informal do mundo. Na verdade, num momento de Globalização, na qual as Mega-empresas vasculham o mundo em busca de grandes negócios este é o pior caminho a se tomar, pois é o caminho que *optou pela diminuição do custo da mão-de-obra, visando aumentar assim quantidade de postos de trabalho disponíveis.* (Salm, 1998)

É uma solução pobre, pois as oportunidades que se abrem por esta via tendem a ser de baixa produtividade. As novas contratações se fazem às custas da degradação da qualidade de emprego criado. É a 'solução' através de uma precarização que não contribui para melhorar a competitividade do país – pois não é por aí que se atraem novos investimentos – e certamente compromete a qualificação futura da força de trabalho, por causa dos efeitos cumulativos, conhecidos e estudados, que os trabalhos degradantes provocam nas pessoas. (idem)

---

<sup>69</sup> No item 2. 1 nos distanciamos um pouco da reflexão de Razeto.

E o pior ainda está por vir, novos estudos mostram que a solução pela economia informal é também equivocada porque não é um setor que possa crescer indiscriminadamente.

Os setores informal e de serviços esgotaram sua capacidade de absorver a mão-de-obra do mercado de carteira assinada, mostram os dados da Pesquisa Mensal de Emprego. A recessão esperada para 1999, aliada à contração experimentada já em 1998, traz, por isso, um grande desafio para o governo: um contingente imenso da população, desqualificado, estará sem emprego, mas o Ministério do Trabalho não tem hoje uma política de combate ao desemprego voltado a esse grupo. (Setor, 1999)

Todo este quadro que estamos vendo deixa-nos preocupados com o que cerca a Economia Popular e de Solidariedade. Pois, há um perigo grande de que as organizações econômicas populares sirvam apenas de paliativo para uma desestruturação e desorganização total do mercado de trabalho, sobretudo o do Brasil.

Novamente, diante destas reflexões são suscitadas algumas questões que desejamos rever à frente. Dentro da economia informal, quais atividades são mais procuradas e mais crescem? Qual o ritmo de crescimento das experiências de solidariedade em relação ao número de pessoas dispensadas do mercado de carteira assinada? O que tem crescido mais, as experiências solidárias ou outras da economia popular? Qual a proporção, e qual o ritmo de crescimento da Economia Solidária em relação à Economia Popular? Em que sentido um possível crescimento da Economia Solidária pode ajudar na organização do mundo do trabalho, a favor da classe trabalhadora?

#### 1.4- Aproximando-se da economia popular e solidária

Para chegarmos até aqui, viemos fazendo mais uma reflexão teórica do que um resgate histórico a respeito do cooperativismo, ao mesmo tempo tentando compreender a configuração atual do capitalismo. Pretendemos nos aproximar finalmente das orientações, das reflexões, "das falas" dos diferentes agentes e atores da economia popular e de solidariedade.

Aqui nossa pesquisa passa pela Internet para capturar comentários, textos e questões sobre o cooperativismo e associativismo dos trabalhadores, disponibilizados em diferentes formas e formatos. Desta forma, teremos uma variedade de material que nos possibilita analisar as diferentes proposições para este assunto.

Há também algumas razões, até mesmo de ordem metodológica, para utilizarmos a Internet. Primeiro, supomos que seja o local em que os empreendimentos populares e de solidariedade mais organizados estejam se apresentado<sup>70</sup>. A nossa intenção com isto é iniciar nossa pesquisa respondendo ao alerta de Rosa Luxemburgo, de que estes empreendimentos populares e de cooperativismo trabalham apenas com produtos secundários e/ou não possuem capacidade de sobrevivência na competitividade do mercado capitalista. Também inferimos que o pouco controle atual sobre a Internet, ainda anárquica, onde se encontra uma variedade de pensamentos (nem sempre éticos, nem sempre coerentes, muitas vezes inusitados) possibilita apreendermos um material em que as orientações e as proposições estejam mais visíveis (ou vulneráveis). E também, supomos que, se tais empreendimentos populares/solidariedade possuem força e capacidade de transformação, provavelmente utilizar-se-ão desta moderna rede de comunicação para construir novas relações e trazer novos conhecimentos. E mesmo que isto se dê muito mais para os agentes da Economia Solidária/popular: as ongs, sindicatos, órgãos governamentais, etc. do para os atores, os trabalhadores diretos das experiências. Isto assemelha-se à análise de Marx (1968:33), para o proletariado, quando diz que o crescimento dos meios de comunicação poderia permitir o contato entre os operários de localidades diferentes<sup>71</sup>.

Fazemos esta análise aqui, ainda no primeiro capítulo, porque precisamos apreender que visões são produzidas para a Economia Solidária, neste caso especificamente para o

---

<sup>70</sup> Ainda que não seja por seus atores – os próprios trabalhadores – mas por seus agentes – as instituições que os assessoram e subsidiam .

cooperativismo. O que a nível do "senso comum" ou mesmo do "bom senso" está sendo pensado sobre este assunto.

Assim sendo, comecemos pela seguinte passagem:

O cooperativismo é a forma societária no Direito Brasileiro que melhor concilia dois elementos da cadeia social que em princípio parecem antagônicos. Quais sejam - capital e solidariedade. Isto é explicado pela aplicação da doutrina humanista inserida nos princípios basilares do cooperativismo. Hoje podemos ver a congregação de profissionais autônomos pertencentes a diferentes categorias, prestando serviços através de uma única estrutura que a todos pertence e que não visa lucro, como as empresas em geral. (Ventura, s/d)

Continuemos por outra, que vai em sentido oposto:

As chamadas cooperativas de trabalho nasceram sob o estigma da fraude. O triste parágrafo único acrescentado ao artigo 442 da CLT tinha como exclusivo objetivo impedir que trabalhadores empregados em glebas de assentamentos tivessem seus direitos reconhecidos pela Justiça do Trabalho. Teve como origem, portanto, a tentativa de neo-proprietários de terras, ainda que pequenos, de burlar a lei, travestindo de cooperados os seus próprios empregados.

Assim nasceram, assim se desenvolveram: as cooperativas de trabalho são e continuarão a ser mecanismos destinados a subtrair direitos do empregado, suprimir obrigações do empregador, e fazer letra morta um século de conquistas sociais destinadas a tornar o trabalho e a vida menos injustos, menos indignos.

Do campo avançaram para as cidades, seduzindo a iniciativa privada e já parte do setor público. Elas se associam à idéia de *terceirização*, mecanismo pelo qual o empresário transfere a outra empresa a atividade que antes realizava por meio de seus próprios empregados. (Melo, 1997)

Há uma importância grande de começarmos com estas citações tão antagônicas. Enquanto uma citação trata o cooperativismo de forma romântica, a outra desconfia desta atividade, considera-a um artifício que ludibria os trabalhadores a favor dos empresários. Para nós não é uma questão de defender uma em relação à outra, mas de tentar entender o teor destas duas perspectivas. Na verdade, já esperávamos encontrar estas duas visões tão antagônicas sobre o cooperativismo, considerando os estudos que viemos fazendo. Luxemburgo já havia nos mostrado a sua desconfiança e que o próprio Marx mostrou-se dualista em relação a este assunto. Como já dissemos desde o início deste trabalho, desejamos escapar da armadilha de escolher uma das posições sobre o cooperativismo e ficar somente em sua defesa. Por outro lado, buscamos também respostas mais substanciais, novas, ou mais contundentes. Marx dissera ter o movimento cooperativista um potencial transformador, que seu maior mérito seria mostrar à sociedade que a subordinação do trabalho ao capital poderia ser suplantado, mas que este movimento *restrito às*

---

<sup>71</sup> Não são poucas as organizações "contra-hegemônicas" que se utilizam da Internet para apresentarem seus conteúdos; vide o MST – [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

*forças íntimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. (Marx et al., 1979)*

Um outro caminho que não se quer, mesmo sendo necessário enfrentar, é orientar nossos estudos para que seria o limiar entre o "bom cooperativismo" e o "mau cooperativismo". Não adianta ficar na posição de apontar qual seria o cooperativismo que tem potencial para a transformação e os que estão seguindo a lógica do sistema capitalista. Queremos estudar a economia popular e de solidariedade num todo e na sua relação com o restante da sociedade, para não incorrer no erro de eleger um tipo ideal de cooperativismo, descolado da realidade.

Retornando às citações vemos que a primeira enuncia as virtudes do cooperativismo, diz haver união entre solidariedade e capital, no sentido que os trabalhadores autônomos quando se livram do patrão, não buscam o lucro e necessitam uns dos outros, acabam desenvolvendo valores humanistas. Na verdade, não há nenhuma profundidade nesta citação, é uma mensagem de propaganda, igual as difundidas pelos meios de comunicação, por muitas ongs, setores da Igreja e até mesmo parte do sindicalismo. Desta forma, o cooperativismo é apresentado como solução para o desemprego, onde é imprescindível a união e a motivação das pessoas. O capital, a relação com o mercado, o tipo de trabalho... são todos itens secundários, alcançáveis, desde que a união, a solidariedade estejam previamente estabelecidos. Este tipo de visão é bem questionada por alguns estudiosos, até mesmo para idéia de *Economia Solidária*:

"Economia Solidária" é um oxímoro, é um paradoxo em si. O mundo da sociedade tal como ele existe, o mundo da sociedade onde a economia domina é, sobretudo, na representação dos economistas, mas não apenas (...), o mundo natural da guerra de todos contra todos. (...) Porque este é o mundo da economia, o mundo da competição, do individualismo, de cada um por si e Deus por todos... na verdade, como não há Deus para todos, cada um por si significa, pura e simplesmente, a vitória do mais forte. (Vainer, s/d: 45-46)

A Segunda citação, ao tentar entender a lei, sobre o cooperativismo, faz uma pequena historização. A partir disso, assume uma postura radical para com o cooperativismo, considerando-o uma armadilha para o trabalhador, já que este perde direitos quando ingressa neste tipo de atividade. Denuncia que muitos empresários disfarçam suas empresas em cooperativas para ludibriar a legislação trabalhista e diminuir seus custos com a mão-de-obra. Contudo, o que há nesta citação de mais forte é uma desconfiança total com qualquer tipo de cooperativismo, mesmo por aqueles constituídos somente por trabalhadores, pois estes estariam assumindo os serviços abandonados pelo empresário – os terceirizados. Ou seja, mesmo quando a cooperativa terceirizada é controlada pelos próprios trabalhadores continua por contribuir (e ampliar) o lucro do empresário. O cooperativismo é apresentado como retrocesso, somente.

Inferimos que nenhuma das duas perspectivas está preocupada, aprioristicamente, com a questão da transformação da sociedade ou com a do socialismo. O que também é provavelmente o pensamento da maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras das organizações populares/solidárias, que estão mais preocupados em resolver seus problemas de trabalho e renda<sup>72</sup>. A disputa entre as duas perspectivas assenta-se na questão da legalidade, ou no máximo da legitimidade, dentro da lógica capitalista. Por outro lado, não ter como horizonte a transformação da sociedade não significa que não tenha elementos potencializadores para que isto ocorra. A segunda citação vinda pelo Ministério Público acusa a primeira de não somente assentar-se no limiar da ilegalidade, mas também da ilegitimidade, pois tenta amparar-se na própria lei para extinguir direitos e conquistas dos trabalhadores. Há portanto, nesta citação, uma denúncia, que também consideramos muito séria e importante.

Para nós assemelha-se muito com o debate entre liberalismo e keynesianismo. Para o liberalismo, não importa se os indivíduos vão se unir sob a forma de empresa ou de cooperativa, se vão ser autônomos ou não, se vão conseguir ser competitivos, o que importa é que eles se apresentem ao mercado. Aqui o importante é que os indivíduos possam objetivar suas motivações; no início pode haver necessidade de coletividade, mais tarde isto pode ser o próprio empecilho, quem vai ditar as regras é o mercado. A cooperativa aqui é uma união de sócios, onde todos precisam ser igualmente espertos (igualmente lobos), todos vigiam a todos e suporta-se a solidariedade. Dizer, portanto, que solidariedade e capital andam juntos é uma grande falácia, mas há necessidade que se diga isto, pois neste momento, de certa forma, todos precisam de todos. Neste momento, o otimismo tem propósito e a necessidade da união é verdadeira, mas isto pode mudar dentro de pouco tempo. Discurso e prática não precisam coincidir.

Numa análise mais ampla, mais externa, na relação do ideário cooperativista com o global da sociedade, inferimos que não é coincidência que são nos momentos mais liberais, e de maior dureza da história do capitalismo, que o cooperativismo aparece como solução para os pobres e excluídos<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> *Os empreendimentos sob o controle dos trabalhadores não têm, necessariamente, como referências os princípios da autogestão e do socialismo, mas são uma resposta dos setores populares para satisfazer às suas necessidades de subsistência.* (Tiriba, 2001:31)

<sup>73</sup> A própria origem do cooperativismo moderno é dada a um momento defensivo da classe trabalhadora, quando operários constituíram uma cooperativa de consumo em 1844, em Manchester na Inglaterra para suportarem um longo período de greve – "Os pioneiros de Rochdale". Outros fortes momentos também marcaram o pensamento cooperativista, como se viu nos socialistas utópicos, como resposta à dureza da vida dos operários da Revolução Industrial, etc.

Na perspectiva keynesiana as regras precisam estar melhor definidas, o mercado não é o melhor regulador e as motivações egoístas dos indivíduos podem "botar tudo a perder". A cooperativa dentro desta visão necessita ter mecanismos que coíbam a ação dos mais espertos, dos aproveitadores. Na verdade, a partir do Keynesianismo, numa análise mais ampla, a proposta autogestionária do cooperativismo não se encaixa muito bem na sociedade. Pelo Keynesianismo, não se quer chegar ao socialismo, não se quer a eliminação das classes sociais, não se busca a igualdade social. A intervenção do Estado acontece para que a desigualdade não chegue em níveis exagerados, para que o desemprego fique sob controle, para que se garanta um mínimo de bem-estar aos trabalhadores. O cooperativismo seria desnecessário numa sociedade de pleno emprego, seria até um contra-senso: por que os trabalhadores abandonariam seus empregos e direitos trabalhistas por uma cooperativa que não lhes desse garantias?

No Keynesianismo, no Estado de Bem-Estar-Social, o cooperativismo não faria tanto sentido porque não seria benéfico para a sociedade capitalista eliminar o patrão, o empresário. A não ser que a empresa autogestada pelos trabalhadores seja igualmente capitalista, voltada para atender as necessidades dos membros gestores, na verdade todos *homens de negócio*. Talvez, nesta sociedade do *Welfare State*, a organização do movimento cooperativista fosse mais subversivo, já que não teria como objetivo maior a geração de emprego, mas provavelmente a alternativa de um trabalho com menor exploração e alienação. Nos momentos do Estado de Bem-estar, onde os direitos trabalhistas se preservam, e a sociedade do pleno emprego se faz (fazia) presente, os números do cooperativismo-de-trabalho são antes de tudo qualitativamente diferentes dos momentos liberais e de Estado mínimo.

Antes de prosseguirmos em nossa análise sentimos a necessidade de fazer um alerta (para nós mesmos). Nosso esforço aqui é fazer um estudo, correspondendo ao manancial teórico (e político) que viemos abordando. Trabalhamos a partir de fragmentos tentando entender o cooperativismo em seu todo. Estudar as partes pressupondo a totalidade não significa que temos quer dar conta desta totalidade. Há um esforço aqui de unir teoria e prática; assumimos que por detrás disso há também uma opção política. Ao dizermos que não queremos propor um "cooperativismo ideal" (somente da cabeça dos intelectuais) e nem apontar o que seria o "bom cooperativismo", não significa que abandonamos metas. Estamos tentando entender em que sentido tais empreendimentos podem ajudar na transformação desta sociedade capitalista, ou pelos menos em que pontos ajudam ou não a classe trabalhadora. Esta reflexão nos traz uma conclusão preliminar: o cooperativismo deve ser pensado dentro de uma luta mais ampla, da classe

trabalhadora, como uma de suas frentes, ou seja, não a elegemos como a principal frente, ou a de vanguarda, mas, no mínimo, como um espaço educativo e político para a construção da contra-hegemonia.

## Qualificando e Quantificando a Economia Solidária: análise macro das experiências da Economia Solidária.

Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto "corpóreo" do real, não significa que se pretenda esquecer a "qualidade", mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável. (Gramsci, 1981:50)

As questões levantadas anteriormente não foram poucas, mas são elas que direcionam este outro capítulo. Fazem-se necessárias para a análise que aqui fazemos: o de ver na prática como acontecem as experiências da Economia Solidária. Certamente que não se responderá a todas. Na verdade, far-se-á um percurso mais modesto do que o enunciado no capítulo anterior. Modesto, mas nada simples: quantificar e qualificar o *boom* de cooperativas que surgiram nesta década, tão alardeado e promovido por diferentes segmentos e instituições.

Porém, antes, deve-se precisar certos conceitos e categorias ligados à Economia Popular/Solidária<sup>74</sup>. O que foi iniciado no capítulo anterior, mas que não concluído. A própria definição de Economia Popular e/ou Solidária, as Organizações Econômicas Populares - OEPEs, as cooperativas-de-trabalho, o associativismo, empresas autogestionárias...

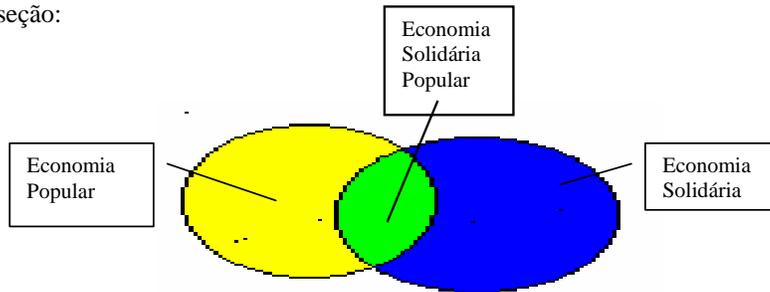
---

<sup>74</sup> A economista e pesquisadora Angélique J. W. M. van Zeeland usa o termo EPS – Economia Popular Solidária, exatamente desta forma. Isto mostra o quanto a construção deste conceito ainda vai se fazendo. Cf. Zeeland, 1995.

## 2.1- Economia Popular ou Solidária?

No capítulo anterior começou-se a definir o encontro ou a fronteira entre a Economia popular e a solidária, e apontou-se que nem toda Economia popular é de solidariedade. Vimos também que o contrário não vale como sentença verdadeira: que a Economia Solidária é necessariamente popular. A Economia Popular/Solidária seria portanto, neste primeiro momento, uma interseção:

Figura A:



A primeira assertiva, de que nem toda economia popular é solidária, não traz problema, pois é de fácil compreensão que muitas são as atividades populares não-solidárias. Porém, discorda-se conceitualmente da segunda assertiva, em relação ao sentido apresentado por Razeto (1993) de que nem toda Economia Solidária é popular. Argumenta ele que há *expressões solidárias, formas cooperativas e autogestionárias* em segmentos sociais não-populares. Esta concepção de Razeto, embora razoável, é ainda insuficiente para pensar a Economia Solidária, ainda mais sob uma perspectiva de transformação da sociedade ou como algo a favor da classe trabalhadora. Para nós, a concepção de Economia Solidária, com atividades e empreendimentos que assim se pretendem, que não tiver como horizonte a totalidade da classe trabalhadora será solidária sempre e apenas ao Capital. Assim, não tomaremos como empreendimentos solidários os lugares e nichos dentro do capitalismo que se apresentam solidários a si mesmos, a poucos privilegiados, ou que são assistencialistas, limitados, heterônomos.

A Economia Solidária toma, portanto, um sentido determinado. Solidária será unicamente a economia que se propor a incluir a totalidade da classe trabalhadora<sup>75</sup>. Isto significa que tem

<sup>75</sup> Talvez propor uma *Economia Autogestionária* fosse conceitualmente mais avançado, já que o termo "solidário" cada vez mais é esvaziado, apropriado por um número grande de instituições e segmentos da sociedade, às vezes até antagônicos. Poderemos retomar esta reflexão à frente, de qualquer forma queríamos definir aqui de que tipo de solidariedade estamos falando.

como meta a inclusão sempre da parte solidária da economia popular. Com isso "Economia Solidária" torna-se um conceito amplo, abarca grande parte do que seria a economia popular e tem como intenção o envolvimento de todos<sup>76</sup>. Para este sentido, Economia Solidária não tem nada a ver com 'comunidades alternativas', que poderiam viver isoladamente, em um mundo e momentos solidários, alienados em relação ao restante da sociedade. Exclui portanto qualquer iniciativa, mais solidária e pacificadora que seja, que não almeje a inclusão de todos nesta sociedade capitalista (ainda que utopicamente).

Com tudo isso, talvez precise ser dito que esta Economia Solidária não abarca as "fraudoperativas", as "gatoperativas", que são as cooperativas criadas por empresários fraudadores, que para se isentarem de encargos trabalhistas criam falsas cooperativas, com a intenção de ampliar os lucros. A Economia Solidária é antes de tudo uma proposta de economia de inclusão.

Nesse momento de quase definição do que seja a Economia Solidária, precisa-se definir também algumas das atividades e empreendimentos que a compõe, e qual deles privilegiamos em nosso estudo.

A Economia Solidária é composta por atividades populares e/ou não-populares que buscam a geração de trabalho e renda, sem a otimização do lucro e sem o desenvolvimento da exclusão. A principal característica é que estas atividades são autogestionárias, eliminam a figura do patrão; ou seja, a gestão e os meios de produção pertencem aos trabalhadores, consequentemente, atores e agentes acabam alimentando a idéia de que a Economia Solidária poderia criar as bases para o socialismo.

“Da mesma maneira que no capitalismo, na evolução do socialismo existem diversos momentos e etapas que podem suceder-se ou conviver simultaneamente; neste sentido somos da opinião que o projeto associativo e auto-administrado da atual economia popular não exclui qualquer experiência socialista em marcha ou por vir. (Nuñez, 1995:179)

Outro conceito acompanhante da Economia Solidária é o de rede. Estudo que não pretende-se resolver aqui plenamente. O conceito e a idéia de rede vem sendo muito proposto por organizações não-governamentais – ongs e por alguns estudiosos, que, ao nosso ver, enviesa por dois caminhos: a proposta de rede como algo alternativo, independente, paralelo ao Capitalismo e ao seu mercado, e como um espaço de luta, que busca a autonomia, a "autosustentação", mas não o isolamento em relação ao capitalismo e ao seu mercado.

---

<sup>76</sup> Certamente que numa determinada perspectiva, "todos" está relacionado com o fortalecimento das classes

O primeiro caminho é o da alienação, falseador, limitado. Uma rede paralela, como algo independente do restante da sociedade capitalista caminha para três fortes possibilidades: à extinção, à insignificância, ou à cooptação pelo próprio sistema. À extinção, porque sendo uma economia assentada numa base produtiva restrita não tem como suportar a concorrência com a economia global, tecnologicamente mais avançada. À insignificância, possibilidade que o sistema capitalista não somente permite mas deseja, para a Economia Solidária, pois além de não ameaçar o sistema ainda serve de paliativo para os segmentos econômico-sociais que não se integram. E à cooptação, subdividido em duas formas: uma, quando os *homens de negócio* percebem que determinadas atividades da Economia Solidária são potencialmente lucrativas, tentam obtê-las para si; e a outra, quando os próprios participantes destes empreendimentos solidários e autogestionários acentuam de forma exagerada a desigualdade entre seus próprios cargos e salários, retomando a figura do chefe, do patrão, e de tal forma que fazem retornar a figura do "dono". A propriedade privada permanece.

O segunda proposta e caminho que pode tomar a idéia de rede seria mais emancipadora. A Economia Solidária seria vista dentro de uma sociedade que apresenta diferentes visões e interesses, sob conflitos entre os diferenciados grupos sociais. O caminho anterior é equivocado, pois pressupõe harmonia e consenso de toda sociedade, ou apatia por parte daqueles grupos sociais possivelmente prejudicados com a ascensão de uma outra economia contrária à lógica do mercado. A Economia Solidária terá um papel transformador se assumir uma posição contra-hegemônica ao sistema capitalista. Isso pode significar que a busca por autonomia é a busca por espaço, aquisição dos meios de produção, por exemplo. A luta não é tanto para gerar emprego e renda, mas gerenciar a produção e o uso da tecnologia num sentido que não seja o da exclusão, mas o da inclusão.

Essa segunda proposta, para a Economia Solidária, não pensa em aliança entre Capital e Trabalho, pois o antagonismo de classe é pressuposto, não há harmonia entre as classes. Isso nos faz inferir que a Economia Solidária não pode ter a sua origem ligada incondicionalmente à questão de gerar renda e trabalho. Mesmo porque nem sempre é esta a questão posta para muitas das experiências desta economia. Não são poucos os casos em que algumas atividades solidárias não criaram mais postos de trabalho<sup>77</sup>.

---

dominadas.

<sup>77</sup> O que veremos a seguir, quando expormos as experiências da Anteg e da ITCP.

No primeiro capítulo acenou-se teoricamente para estas questões, entre os autores que ajudaram encontra-se André Gorz (item 1.3). Baseando-se naquelas reflexões é que tenta-se agora precisar um pouco mais a Economia Solidária. Assim sendo, desta economia e de suas atividades espera-se que parta na direção de cada vez mais ampliar a coletivização dos meios de produção.

O desenvolvimento tecnológico que hoje caminha no capitalismo é voraz no sentido de diminuir postos de trabalho e dispensar milhões de pessoas, como também destruir a natureza. Talvez seja um risco dizer, neste momento, que se a tarefa da Economia Solidária é gerar trabalho e renda, será sempre insuficiente, pois não há como acompanhar o ritmo da produção capitalista de gerar desemprego. Com isso pode-se dizer que a Economia Solidária (e todo ideário que a envolve) só será emancipadora e a favor da classe trabalhadora caso se perceba criticamente nesta sociedade em que o tipo de desenvolvimento tecnológico tende a deixar o trabalho mais importante e lucrativo nas mãos de poucos privilegiados, dando-lhes ainda uma capacidade de produção tamanha que submete ou (o pior:) dispensa a grande maioria das pessoas. A luta dos trabalhadores tem que ser a de obstruir este tipo de desenvolvimento. A contribuição da Economia Solidária talvez esteja em oportunizar uma outra orientação e outro desenvolvimento tecnológico.

Para que a Economia Solidária – ES seja real e transformadora é imprescindível pensá-la sob as bases de uma sociedade de classes. Isto significa que a sua construção tem que ir na direção da luta por espaço e poder. O grande ponto da ES não é imediatamente a geração de trabalho e renda, porque ela não tem como concorrer com a lógica excludente da economia capitalista, não tem como suprir a massa que este sistema vem dispensando. Muitas atividades da ES não geram substancialmente mais trabalho e renda, muitos "empreendimentos solidários" são constituídos nos momentos de falência de algumas empresas capitalistas, ou em espaços terceirizados deixado por elas (e que podem até ser retomados)<sup>78</sup>, ou seja, na maior parte dos casos não está sendo gerado nenhum posto a mais de trabalho, mas, procura-se preservar uma parte dos postos que não foram destituídos.

A ES torna-se importante quando, no interior de seus empreendimentos, atividades e relações solidárias empreende a democracia, uma divisão social mais justa entre os próprios trabalhadores, a tomada de espaço e poder pelos trabalhadores... A ponto de possibilitar a visão de uma outra base produtiva e tecnológica, que possa incluir a grande massa de pessoas que vão sendo desperdiçadas. Neste momento não será tanto uma questão de gerar trabalho e renda, mas

de dividir o pouco trabalho heterônomo deixado pelo avanço tecnológico. Isto é, ao invés de excluir, dividir. Ampliar o tempo livre, ampliando o trabalho autônomo sem depreciá-lo, mantendo-lhe a sua dimensão heterônoma e útil para a sociedade. Se isto não ocorre o trabalho autônomo é sempre supérfluo, artesanal, dileitante, de pouco valor. Se a ES se assenta neste tipo de trabalho, não chega nem ao patamar da assistência social, mas será apenas assistencialismo rasteiro, orquestrado e a favor do Capital.

O fato é que a proposta de construção da ES acentuou-se nos últimos anos com a precarização do trabalho e, com variações no formato, é apresentada por vários organismos e instituições que vão desde os sindicatos, passando por setores da Igreja, até chegar nas entidades internacionais.

Não são poucos os setores capitalistas entusiasmados com a ES, isso imediatamente significa que o seu surgimento está mais ligado a um processo contra do que a favor da classe trabalhadora. Quer dizer, a ES tem uma origem comprometedora. Porém, a necessidade de seu surgimento assinala que o capitalismo está com cada vez mais dificuldade de controle, já que vem assistindo, entre outras coisas, um aumento da desigualdade social para escalas bem perigosas. O sistema capitalista pode se tornar instável. Nestas horas, *os homens de negócio* procuram por soluções últimas que prefeririam não tomar. Soluções que podem trazer a novidade e na qual eles podem perder o controle. Na verdade, é esta a esperança que temos para a Economia Solidária<sup>79</sup>.

No cotidiano, em sua *praxis utilitária*<sup>80</sup>, os trabalhadores das atividades solidárias não estão, na maioria das vezes, visualizando o que representa o seu trabalho, muito menos a potencialidade da Economia Solidária de que fazem parte. A sua esperança restringe-se à manutenção (e, em alguns casos, aumento) de sua renda e de seu trabalho; e parte de sua satisfação ao fato de não possuírem padrão<sup>81</sup>. Porém, quem os assessora (que não são poucos), representantes de ongs, sindicalistas, professores, políticos, os líderes e os intelectuais orgânicos dos próprios empreendimentos solidários, todos que desejam uma nova ordem política, não só podem como devem ampliar e qualificar esta esperança. Esta esperança precisa estar para além do

---

<sup>78</sup> O que vemos sobretudo nas experiências da Anteag, a seguir.

<sup>79</sup> *o materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erros, mas interpreta todo o político como determinado pela estrutura (...)*. (Gramsci, 1981, 118)

<sup>80</sup> cf. Kosik, 1995.

<sup>81</sup> *De frente à diminuição dos postos de trabalho e conseqüentemente o aumento da pobreza, é possível perceber que, à exceção de empresas autogestionárias no Brasil, os empreendimentos sob o controle dos trabalhadores não têm diretamente como referência os princípios da autogestão e do socialismo, mas são uma resposta dos setores populares para satisfazer às suas necessidades de subsistência.* (Tiriba, 2001:31)

desejo de gerar trabalho e renda. Se não for desta forma a Economia Solidária não será nem o paliativo para os pobres, desejado pelo sistema Capitalista. A Economia realmente solidária, emancipadora, precisa ter como perspectiva a revolução.

### *Oeps*

Em relação à Economia Solidária uma expressão tem sido muito utilizada por alguns estudiosos é o de Organização Econômica Popular – OEP. Luiz Razeto (*op. cit.*) é quem propõe o termo, e outros autores, como a professora Lia Tiriba (*op. cit.*), também o utilizam para entender determinadas atividades empreendidas na Economia Popular. A sua definição já havíamos apresentado no capítulo anterior (pág. 61), repetimos agora: *é o caminho que seguem aqueles que se organizam em pequenos grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos.* (Razeto 1993: 36)

A professora Tiriba confirma as OEPs como atividades especiais na Economia Popular:

Entre as diferentes atividades que compõe o mundo da economia popular, se destacariam as "organizações econômicas populares" (OEPs) que como iniciativas organizadas e solidárias que, transitando entre a economia popular e a economia de solidariedade, apresentariam algumas características e aspectos comuns. (Tiriba, 2001:117)

O conceito de OEP tem tido uma consonância muito grande com a realidade, no movimento de não somente constatar, mas também de projetar e construir o real<sup>82</sup>. É um termo que vem ganhando importância na incipiente teoria sobre a ES. Tem sido muito importante o espaço ocupado por este conceito, tanto para o que se tem, quanto para o que se quer ter, em relação aos empreendimentos da Economia Solidária. Contudo, como estamos num momento de precisar estes conceitos, apresentamos algumas divergências com a sua construção.

Razeto apresenta outras atividades que estão inseridas na economia popular (rever p. 61). Com isso, nos parece inadequada a idéia de OEP para somente uma destas atividades, já que também as outras seriam "organizações econômicas populares". Não seriam as microempresas familiares "organizações econômicas populares", como também os pequenos comércios de bairro, as oficinas de costura, de mecânica, etc.? Portanto, a diferença entre estes empreendimentos não é o fato de serem populares, mas de não serem representantes da Economia Solidária, ou seja, não buscarem soluções de vida solidariamente.

---

<sup>82</sup> *A consciência humana é "reflexo" e ao mesmo tempo "projeção"; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa.* (Kosik, 1986)

Razeto elege as OEPs como sendo o núcleo avançado da economia popular<sup>83</sup>, a partir de 10 características que as diferiria das demais atividades deste subsistema:

1. São iniciativas que se desenvolvem nos setores populares;
2. Não são iniciativas puramente individuais, mas associativas;
3. São iniciativas organizativas, em que seus integrantes propõem, de forma explícita ou informalmente, um programa de atividades com objetivos precisos ;
4. São iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e de necessidades concretas como geração de trabalho e renda, alimentação, saúde, cultura, educação etc.
5. São iniciativas que buscam enfrentar os problemas através de uma ação direta, mediante o esforço coletivo e a utilização de recursos próprios;
6. São organizações que implicam relações e valores, não como algo necessário ou secundário, mas como algo inerente ao modo em que se busca os problemas e satisfazer as necessidades;
7. São organizações que se pretendem participativa, democrática, autogestionárias e autônomas.
8. São iniciativas que não se limitam a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;
9. São iniciativas que tem como perspectiva uma sociedade melhor e mais justa;
10. São iniciativas que geralmente são apoiadas por instituições religiosas ou organizações não-governamentais. (Razeto apud Tiriba 1999: 135-136)

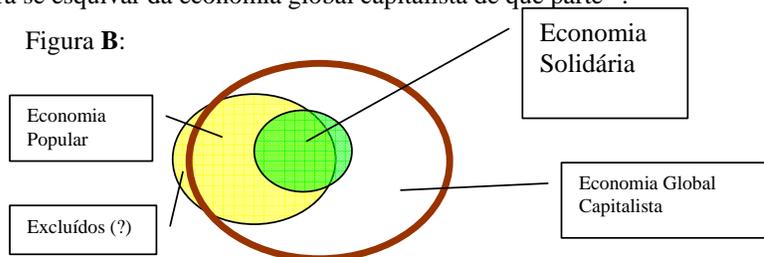
Não seria apropriado escolher uma denominação mais precisa para estas atividades? Como, por exemplo, Organizações Econômicas Solidárias (OES)? Ainda que tentando certamente respeitar as 10 características apresentadas. Na melhor das hipóteses, o termo OEP seria mais apropriado porque provavelmente nenhuma das experiências respeitaria todas as 10 características. Ou seja, OEP é um termo que não aprisionaria, mesmo que tivéssemos por referência estas características.

Para a professora Lia Tiriba (*op. cit.*) o termo OEP é apropriado, independente da confusão que a nomenclatura sugeriria. A OEP é uma atividade diferente dentro da Economia Popular, e aí sendo pode trazer a novidade. Tiriba trata e tenta analisar a potencialidade desta economia, onde popular não signifique diretamente pobreza, ou, pelo menos, não signifique a sua perpetuação. As OEPs poderiam até ter outro nome, não importa. O que importa é saber se dentro desta economia existe atividades com um novo teor, talvez de solidariedade, de busca de democracia, autogestão, autonomia...

---

<sup>83</sup> Na verdade, esta hipótese é muito mais da professora Lia Tiriba: “Nosso trabalho de campo nos confirma a hipótese de que as OEPs representam o pólo mais avançado da economia popular (...) (Tiriba, 1999:403)

A nossa perspectiva é um pouco diferente. Como já visto anteriormente considera-se aqui a Economia Solidária como aquela que engloba a parte avançada da economia popular, como também uma parte não-popular, porém solidária. Até aí parece semelhante. A diferença, como já argumentamos antes, é que definimos um lugar para ES, em relação à economia popular e a economia global<sup>84</sup>. Nosso estudo centra-se na Economia Solidária, ela deixou de ser uma interseção entre uma economia popular e uma Economia Solidária não-popular (figura A) para ser dialeticamente posta, relacionante com as outras economias, mas com características próprias. A Economia Solidária é o que interessa, e as organizações que a ela pertencem. Obrigatoriamente que, ao tomar à direção da transformação social, vai envolver o popular, da mesma forma que não poderá se esquivar da economia global capitalista de que parte<sup>85</sup>:



Por conta disso, nossa análise em relação às OEPs segue diferente. Se a OEP, proposta por Razeto, não precisa necessariamente corresponder aos dez itens<sup>86</sup>, como precisar a fronteira entre uma OEP e uma outra atividade econômica popular? Uma pequena empresa familiar (mesmo paternalista), por exemplo, tem grandes possibilidades de corresponder a maior parte dos itens apresentados por Razeto. Assim sendo, o termo OEP não apreende algo de mais avançado, no sentido da ES, pois “organização econômica popular” seria um termo válido também para outras

<sup>84</sup> Este resultado é parecido com o que também apresenta Coraggio, para o que ele chama de Economia del Trabajo: *Un subsistema cuya lógica no es la de la acumulación del capital dinero ni la acumulación del capital político, sino la del capital humano: la reproducción ampliada de la vida de todos. Ya no estamos hablando de una unidad doméstica que esta centrada en la reproducción de la vida de sus miembros particulares, ni tampoco del conjunto agregado de dichas células de reproducción, estamos hablando de un sector de la economía estructurado, organizado y autoregulado para obtener la reproducción ampliada de todos los miembros de la sociedad.* (Coraggio, 1999)

<sup>85</sup> Na verdade, esta é uma discussão muito importante, e feita por muitos autores – Tiriba, Singer, Gadotti... – reveladora do quanto há ainda pontos para se acertar sobre estes limites entre a Economia Solidária, a popular e o mercado capitalista. Aqui tentamos dar nossa contribuição.

<sup>86</sup> Assim como o é a própria realidade, as OEPs são heterogêneas com respeito não só a sua possível constituição jurídica, mas também ao grau em que apresentam os dez elementos anteriormente citados. (Tiriba, 2001:119)

atividades. O termo OES – Organização Econômica Solidária possivelmente garantiria uma melhor apreensão do que se tem e do que se quer construir<sup>87</sup>.

Com isso propomos uma pequena mudança na relação dos dez itens de Razeto, deixando-os mais flexíveis, de forma que, ainda sendo uma projeção sobre a realidade, tenha possibilidade de ser realizável. O itens aparecem mais flexíveis, de forma que as experiências solidárias possam realmente corresponder:

1. *Não são iniciativas puramente individuais, mas associativas;*
2. *São iniciativas organizativas, em que seus integrantes propõem, de forma explícita ou informalmente, um programa de atividades com determinados objetivos;*
3. *São iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e de necessidades concretas como geração de trabalho e renda, alimentação, saúde, cultura, educação etc.*
4. *São iniciativas que buscam enfrentar os problemas através de uma ação direta, mediante o esforço coletivo e a utilização de recursos próprios;*
5. *São organizações que implicam relações e valores, não como algo necessário ou secundário, mas como algo inerente ao modo em que se busca os problemas e satisfazer as necessidades;*
6. *São organizações que se pretendem participativa, democrática, autogestionária e autônoma.*
7. *São iniciativas que podem se limitar a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;*
8. *São iniciativas que tem como perspectiva uma sociedade melhor e mais justa;*
9. *São iniciativas que, necessariamente não precisam estar ligadas, mas geralmente são apoiadas por instituições religiosas, organizações não-governamentais, ou instituições públicas, como algumas universidades.*
10. *São iniciativas que desejam e buscam o crescimento, procurando ter relações com outras, preferencialmente com o mesmo teor e objetivos.*

Com tudo isso, vale ressaltar sempre que esta reflexão para o que seria uma OES (ou mesmo uma OEP) ocorre sempre sob o risco de se construir idealmente uma forma de organização

---

<sup>87</sup> Gaiger (1999) apresenta um termo parecido, e mais, assume-o como um tipo ideal, um modelo: *o conceito de empreendimentos econômicos solidários (EES) [...] é teórico e funciona como uma espécie de modelo que reúne as características ideais de um empreendimento perfeitamente solidário. Na prática, nenhum caso vai corresponder plenamente ao modelo, sendo porém seu objetivo permitir que se observe quais são os traços positivos mais freqüentes das experiências que hoje se destacam, bem como suas principais dificuldades e lacunas, na perspectiva de viabilizarem uma alternativa solidária.* (31)

descolada da realidade. Tanto é que neste momento cabe até a pergunta: as OES (considerando as características e os itens levantados) existem?<sup>88</sup>

O que não se quer fazer aqui é uma disputa conceitual infundável, diletante. Estamos falando de trabalhadoras e trabalhadores que vivem e sentem um momento desfavorável em suas vidas, sendo necessário corresponder à academia, mas também a eles. Procura-se quais as melhores categorias e conceitos, para que esta dissertação sirva de fato! Argumentamos o porque de "organização econômica solidária" em vez de "organização econômica popular". Argumentamos pelo uso de "Economia Solidária" e precisamos seu lugar em relação à Economia Popular e à Economia Global. Muitas vezes o limiar e a diferença em relação a outros autores que tratam o mesmo conceito parece tênue (noutras horas pode parecer até desnecessário); não obstante, nosso trabalho aqui é avançar com os conceitos, já que os dados (e as esperanças) sobre a Economia Solidária crescem, juntamente com formulações e teorizações a respeito. A intenção aqui, como já foi dito, é também contribuir com a teoria ainda incipiente da Economia Solidária.

### 2.2.1- A localização dos empreendimentos solidários.

Uma vez decidido trabalhar com o conceito de organizações econômicas solidárias necessita-se agora definir o que elas compreendem.

Como estas organizações envolvem, mas não se restringem ao popular, encontram-se em atividades que vão do rude, do simples, do informal<sup>89</sup> até aquelas de setores formais. Em alguns poucos casos participam de setores avançados.

A forma que a professora Tiriba (*op. cit.*) encontrou para chegar nas oeeps foi por meio das ongs<sup>90</sup> – que as assessoram de várias formas, em muitos casos até mesmo na criação. Há tanto empreendimentos formais quanto informais. A atividade formal mais presente e característica é a

---

<sup>88</sup> Pensando esta questão extraímos um trecho da conclusão da Tese, da professora Lia Tiriba, em se tratando da OEP: *Uma nova cultura (do trabalho) tem como requisito a desmercantilização da força-de-trabalho, através de um processo de desalienação do trabalhador em relação ao produto, ao processo e a si mesmo como ser espécie humana. Porém, deste horizonte, pensamos que, neste momento histórico, é impossível encontrar uma OEP cuja cultura do trabalho, em seu conjunto, possa caracterizar-se como nova ou de novo tipo.* (Tiriba, 1999:404) grifos nossos.

<sup>89</sup> ver Tiriba (2001:105-124) sobre a questão da formalidade e informalidade das organizações econômicas solidárias.

<sup>90</sup> Que, na verdade, Tiriba (2001) chama de "agentes", podendo ser também outras variadas organizações, como os sindicatos, a Igreja, o governo, etc.

da cooperativa<sup>91</sup>. Atualmente um bom caminho para se chegar nestes empreendimentos solidários poderia ser por meio das incubadoras de cooperativas populares, que temos em muitas universidades brasileiras<sup>92</sup>.

Escolhemos por privilegiar a parte formal da Economia Solidária representada sobretudo nas cooperativas. Assim sendo, estamos procurando estudar um determinado tipo de associativismo, que vem aumentando nos últimos anos, apontado como solução de trabalho e renda para os trabalhadores. Um tipo de cooperativismo que está representado sobretudo nas cooperativas-de-trabalho, algumas vezes reconhecidas como "cooperativismo popular"<sup>93</sup>. Temos, portanto, as cooperativas-de-trabalho como sendo aquelas que, provavelmente, melhor representarão a parte formal da Economia Solidária – o que interessa aqui. Contudo, não desconsideramos as empresas autogestionárias, que, em alguns casos, podem não estar se regendo pelo estatuto do cooperativismo.

A nossa intenção é mensurar e qualificar estes empreendimentos específicos que seriam da ES, analisando o seu crescimento, a resposta que dão à questão do desemprego, sua relação com a economia em geral, suas demandas e ofertas educativas/políticas, etc. Antes, devemos rapidamente precisar melhor a definição sobre as cooperativas-de-trabalho e as empresas autogestionárias:

Denominam-se Cooperativas de Trabalho tanto as que produzem bens, como aquelas que produzem serviços, sempre pelos próprios cooperados. Elas podem ser constituídas por trabalhadores-cooperados, desde os que executam as atividades mais simples - carregadores, garis etc, até pelas atividades de profissionais mais especializados como médicos, engenheiros, consultores, analistas de sistemas etc e também pelos trabalhadores que assumem a reconversão de empresas falidas ou em estado pré-falimentar, em qualquer área. Na cooperativa de trabalho, a relação do associado-cooperativa é diferente de todos os outros ramos. (...) A cooperativa de trabalho, (...) tem se mostrado, na prática, como a alternativa mais viável, senão a única, que os trabalhadores encontram para criarem, manterem e/ou recuperarem postos de trabalho. Dessa forma, tanto a cooperativa pode ser a única fonte de receita do trabalhador-cooperado, quanto servir de complementação em seu orçamento. Se houver empregados, desempenham tão somente funções administrativas. Com a cooperativa, o trabalhador tem a oportunidade de sair da informalidade, resgatar a cidadania, além de ser apoiado em suas necessidades básicas: educação, habitação, saúde e outras. (Oliveira, 2000)

A cooperativa-de-trabalho<sup>94</sup> é a que mais interessa dentro do cooperativismo, pois nela, de acordo com a sua própria definição e características, há os elementos mais próximos do que seria

---

<sup>91</sup> Muitas ongs, por exemplo, oferecem cartilhas de como proceder com as cooperativas.

<sup>92</sup> ver Barros, 2001.

<sup>93</sup> ver Arruda, *op. cit.*

<sup>94</sup> Salm (1998) também destaca as *cooperativas-de-trabalho*, ainda que seja para criticá-las e relacioná-las à precarização do trabalho (ver pág. 57)

um empreendimento solidário, com a possibilidade de trazer o novo<sup>95</sup>. Deve-se ressaltar este tipo de cooperativismo, pelo fato de ter o que nos últimos anos realmente aumentou. Na verdade, os dois únicos tipo de cooperativismo que realmente proliferaram, nestes últimos anos, foram o das cooperativas-de-trabalho e das cooperativas médicas<sup>96</sup>.

Há outros tipos de cooperativas que são difíceis de serem entendidas, como as cooperativas de serviço e as cooperativas de produção. Difíceis de serem entendidas sobretudo quando colocadas num descritor diferente das cooperativas-de-trabalho.

---

<sup>95</sup> Insistimos em lembrar nossas ressalvas, pois nossa análise não está priorizando as "fraudoperativas" (ver pág. 60)

<sup>96</sup> O que mostra os elementos contraditórios do cooperativismo, pois antes as cooperativas médicas e as de trabalho eram incluídas num mesmo descritor, no banco de dados da OCB. O sucesso financeiro das cooperativas médicas marcou a separação das cooperativas de trabalho.

**Tab. 3 Cooperativas, cooperados e empregados por ramo**

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
AGROPECUÁRIO	1.437	856.202	106.753
CONSUMO	191	1.473.038	7.952
CRÉDITO	920	1.407.089	16.908
EDUCACIONAL	210	48.403	2.505
ENERGIA E TELECOMUNICAÇÃO	184	551.799	5.355
ESPECIAL	4	25.484	14
HABITACIONAL	216	53.011	2.063
MINERAÇÃO	21	1.899	28
OUTROS	2	40	0
PRODUÇÃO	107	6.011	38
SAÚDE	698	297.521	19.340
SERVIÇO	1	20	0
TRABALHO	1.661	293.499	6.422
TOTAL	5.652	5.014.016	167.378

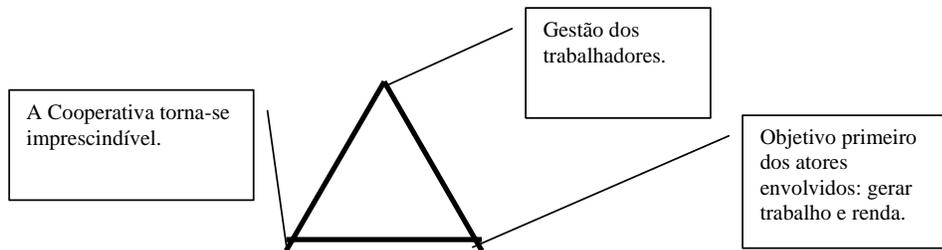
Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB

Elaboração: Núcleo de Banco de Dados - Dez/99

Há outras também, que são difíceis de serem entendidas, como a de *Energia e Telecomunicação* ou a de *mineração*. A partir da definição anterior – Oliveira, 2000 – tínhamos que toda a cooperativa em que os associados dela precisassem para obter seus únicos ou principais ganhos tratar-se-ia de cooperativa de trabalho, ou seja, teoricamente, todas as cooperativas – que não fossem fraudulentas – em que a razão dos associados fosse principalmente obter seu trabalho e renda, e que dela não pudessem prescindir, deveriam ser caracterizadas como cooperativas-de-trabalho. Isto significaria – pelo menos teoricamente – que uma cooperativa de trabalho poderia ser de *serviços*, de *energia*, de *mineração*, de *produção*, etc., porém, de acordo com o que estamos vendo, não é desta forma que as cooperativas estão organizadas. A própria definição do que seria o cooperativismo, deveria agrupar todas num mesmo descritor, que poderia ser *cooperativas-de-trabalho*, estando as outras em subdivisões deste. O fato da Organização de Cooperativas Brasileiras – OCB não organizar desta forma, nos faz inferir que na maior parte das cooperativas os trabalhadores não se autogerem e/ou que delas prescindem, e/ou não possuem como objetivo principal obter trabalho e renda.

Por conta dessa reflexão, temos que as cooperativas-de-trabalho interessam à Economia Solidária, no momento que estão assentadas nestes três pontos:

Figura C:



As demais cooperativas em relação às *de-trabalho* se diferenciam com maior clareza:

Em uma cooperativa agrícola, por exemplo, o produtor rural tem, via de regra, sua própria propriedade e empregados. Utiliza a cooperativa para obter insumos e serviços, processar e comercializar seus produtos, operações que poderia realizar individualmente com o mercado. Na cooperativa de crédito, o associado também já tem seu emprego ou negócio próprio e participa nela para fazer poupança e utilizar-se de crédito a baixo custo. (Oliveira, 2000)

As cooperativas que mais podem trazer confusão, que podem parecer semelhante às *de-trabalho*, são aquelas compostas por profissionais autônomos. Trabalhadores também, mas que se associam nem tanto para obter trabalho e renda – pois já possuem – mas por outros motivos, como obter facilidades entre clientes, fornecedores, garantir ajuda mútua, etc. Mediamente isto traz também renda e talvez mais trabalho, porém o que marca a diferença é que os cooperados não têm as cooperativas como algo imprescindível. Chamaremos estas, provisoriamente, de "cooperativas-de-trabalhadores-autônomos", diferentes das *de-trabalho*, e ainda mais distante do que seria um empreendimento econômico solidário.

A indefinição sobre as cooperativas é confirmada com a citação a seguir, em que o Ministério do Trabalho procura definir o que seja *Cooperativa de Trabalho Urbano*:

São várias as denominações encontradas para esta modalidade de cooperativa: cooperativa de serviços, de prestação de serviços, de trabalho, de profissionais autônomos, de fornecimento de mão-de-obra, etc. (MTb, 1999)

O problema é que, teoricamente, a maior parte das cooperativas em que os trabalhadores estão para obter renda e trabalho deveriam ser cooperativas-de-trabalho. Se isto não acontece, é porque implicitamente reconhece-se que a maior parte delas não respeita princípios do

cooperativismo, sobretudo o da autogestão; e/ou que, não tem como principal fim a obtenção de trabalho e renda para os seus associados. Esta é uma explicação para se encontrar um descritor diferenciado para as cooperativas-de-trabalho. E por conta disso, não vê-se incluídas imediatamente no mesmo grupo das *de-trabalho*: as cooperativas médicas, as de energia e telecomunicação, as de serviço, as de produção<sup>97</sup>, etc. O que possui certa gravidade, pois sugere, implicitamente, que estas outras cooperativas não estão sendo autogestadas por trabalhadores.

Para sair destas armadilhas é que alguns autores propuseram o termo "cooperativismo popular": *como um caminho promissor de auto-organização dos trabalhadores a nível local, nacional e internacional, no contexto mesmo da globalização competitiva* (Arruda, 1996b). Em que *contrapondo-se ao cooperativismo tradicional, pudesse representar um projeto político mediante o qual a sociedade organizada viesse "ocupar democraticamente a economia, o Estado e a cultura"* (Arruda apud Tiriba 2001: 155)

O que há de mais importante na proposta do cooperativismo popular é a distância que quer manter do que seria o *cooperativismo tradicional*. Contudo, há restrições para este termo como fizemos para o conceito de Economia Popular. Antes, vejamos também Singer (1999:26) para esta questão, e para o que ele trata como *novo cooperativismo*:

Hoje pode-se distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz as marcas da crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho. O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social.

As restrições e o cuidado que apontamos é quanto reduzir o cooperativismo, e também a Economia Solidária, à sua dimensão popular. Não descartamos que por aí possa começar a transformação, porém, se este popular significar somente pobreza, mesmo que chegue a tratar de uma maioria, não mudará em nada a relação de classe que existe nesta sociedade. Se o cooperativismo popular não for inserido numa sociedade de conflitos de classe, restringir-se-á a um movimento de controle dos mais pobres. Se o movimento do cooperativismo popular não assumir como horizonte a transformação da sociedade capitalista, as suas atividades não estarão a

---

<sup>97</sup> Singer (1999), por exemplo, apresenta as *cooperativas de produção* como sendo: *empresas de produção coletiva agropecuária, industrial ou de serviços. Uma modalidade de cooperativa de produção são as chamadas "cooperativas de trabalhadores" ou de "serviços"*. (25) Isto nos mostra o quanto as definições se entrecruzam, e o que não está explícito, mas o que interessa, é diferenciar as cooperativas que estão nas mãos ou a favor dos trabalhadores, daquelas que são apenas formas de organização, dentre as outras, do mercado capitalista.

favor da classe trabalhadora, mesmo que imediatamente pareça. Um *Cooperativismo autogestionário*<sup>98</sup> seria um termo que, talvez, melhor conceituasse o tipo de cooperativa que mais se aproximaria da Economia Solidária. Termo que, fora desta reflexão, poderia parecer um pleonasma, pois todo cooperativismo deveria ser autogestionário, mas, que aqui assume radicalmente a posição de que o controle deve estar a favor dos trabalhadores, tanto internamente como em direção ao mercado.

---

<sup>98</sup> Arruda (1996b) tem um termo parecido: *propõe a via de um cooperativismo autogestionário e solidário como aquela que poderia permitir a construção de eco-sociedades cooperativas e, a mais longo prazo, de uma globalização cooperativa*. Para nós, não necessariamente se opondo a Arruda, o *cooperativismo autogestionário* tem a ver com tomada de posição, de espaço, e insere-se na luta política, do lado sobretudo dos movimentos sociais progressistas.

## 2.2- Quantificando e qualificando o mundo associativista

Uma vez conseguindo ter mais compreensão sobre algumas categorias e conceitos da Economia Solidária, voltamos agora à pesquisa concreta da situação das experiências. Procuremos confirmar a proliferação das atividades ligadas a esta economia, observando sobretudo as cooperativas-de-trabalho, pela representatividade que adquiriu para a nossa pesquisa. Primeiramente, vejamos como tem sido o crescimento das cooperativas, em geral:

**Tab. 4 Evolução do Número de Cooperativas e Cooperados na OCB<sup>99</sup>, no período de 1990-1998<sup>100</sup>**

Base: 31 de dezembro

Anos	Número de Cooperativas	Número de Cooperados
1990	3 549	2 883 036
1991	3 529	3 232 098
1992	3 548	2 991 486
1993	3 608	2 869 625
1994	3 701	2 928 391
1995	3 928	3 553 607
1996	4 316	3 628 985
1997	4 851	4 025 299
1998	5 012	4 428 925

Fonte: OCB/Detec/Banco de Dados

<sup>99</sup> Organização das Cooperativas Brasileiras.

<sup>100</sup> apud Veiga & Fonseca, 1999.

**Tab. 5 Evolução do Número de Cooperativas Registradas na OCB, por Segmento, no período de 1990-1998<sup>101</sup>**

Base: 31 de dezembro

Segmento/ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuário	1393	1404	1438	1344	1334	1378	1403	4449	1408
Consumo	311	336	336	292	261	256	241	233	193
Serviços	195	206	202	194	191	194	209	206	187
Educacional	101	107	112	100	105	106	176	187	193
<b>Trabalho</b>	<b>629</b>	<b>531</b>	<b>618</b>	<b>705</b>	<b>825</b>	<b>986</b>	<b>699</b>	<b>1025</b>	<b>1334</b>
Habitacional	179	182	177	187	176	174	190	231	202
Crédito	741	763	665	788	809	834	859	882	890
Saúde	-	-	-	-	-	-	468	530	585
Especial/Mineral/Prod	-	-	-	-	-	-	71	108	110
Total	3549	3529	3548	3608	3701	3928	4316	4651	5102

Obs.: de 1990 a 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo de trabalho, mas a partir de 1996, elas foram excluídas daquele ramo. (grifos nossos)

Fonte: OCB/Detec/Banco de dados

Com os dados acima confirma-se que as cooperativas realmente tiveram uma expansão significativa nos anos 90, sobretudo as cooperativas-de-trabalho. Enquanto as cooperativas em geral cresceram, no período de 90 a 98, aproximadamente 1,4 vezes (40%), as cooperativas-de-trabalho duplicaram. Se considerarmos o período que vai de 1996 a 1998, o crescimento é ainda maior, quando houve a separação das cooperativas médicas. Enquanto as cooperativas de maneira geral cresceram 1,2 vezes (20%), as cooperativas-de-trabalho praticamente duplicaram. Na verdade, este foi o período na década em que elas mais cresceram. Atualizando os dados para 1999, os números do final da década são ainda mais expressivos:

A OCB, através do Núcleo de Banco de Dados, registrou em 1999 crescimento, em relação ao ano de 1998, de 10,78% no número de cooperativas em atividades no país. Em termos absolutos, isto significa que 550 novas cooperativas foram arroladas no Sistema OCB. Até o final de 1999, a OCB tinha registrado 5.652 cooperativas, contra 5.102 do ano anterior. Esta evolução deve-se principalmente aos ramos de trabalho e de saúde, que tiveram um crescimento de 24,5% e 19,3%, respectivamente. Em contrapartida, o ramo de consumo encolheu 2%, passando de 193 para 191 cooperativas. (Banco de dados -OCB, 2000)

<sup>101</sup> ibidem

A primeira coisa a ser feita é qualificar este crescimento das cooperativas em relação ao crescimento populacional, ao PIB e ao desemprego.

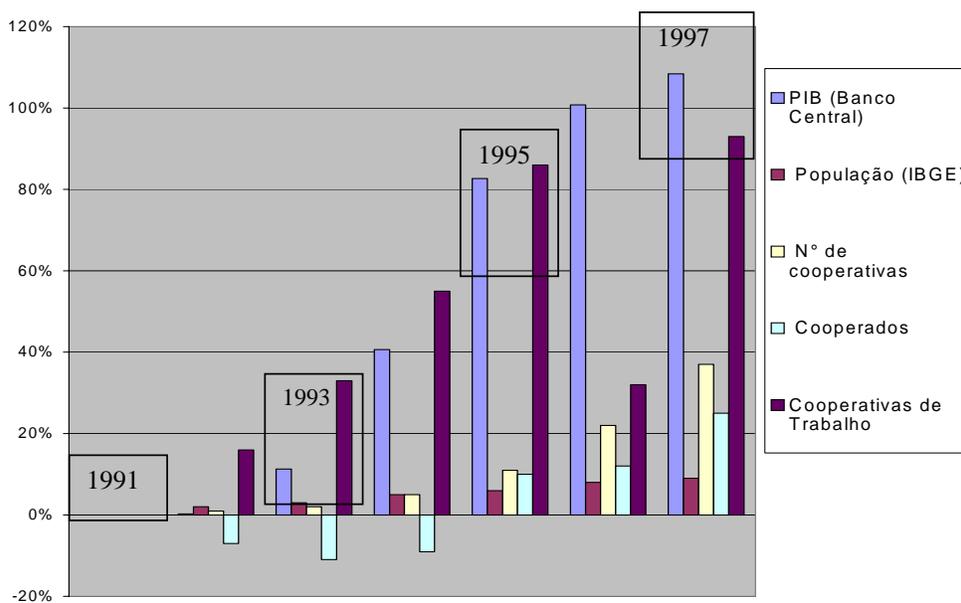
**Tab. 6 Evolução do número de Cooperativas, Cooperados, Cooperativas de Trabalho, PIB e População, no período de 1991 a 1997.**

Ano	PIB - US\$ milhões (Banco Central)	População - IBGE 1000 habitantes	Nº de cooperativas	cooperados	Coop. de Trabalho
1991	386184,60	146408	3529	3232098	531
1992	387300,00	148684	3548	2991486	618
1993	429700,00	150933	3608	2869625	705
1994	543100,00	153143	3701	2928391	825
1995	705400,00	155319	3928	3553607	986
1996	775400,00	157482	4316	3628985	699
1997	804700,00	159636	4851	4025299	1025

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Banco Central, IBGE e OCB.

Com a tabela anterior podemos constituir uma comparação entre o ritmo de crescimento entre estas variáveis:

**Gráfico 1: Ritmo de Crescimento, do PIB, da População, do número de Cooperativas, Cooperados e Cooperativas de Trabalho, no período de 1992 até 1997<sup>102</sup>.**



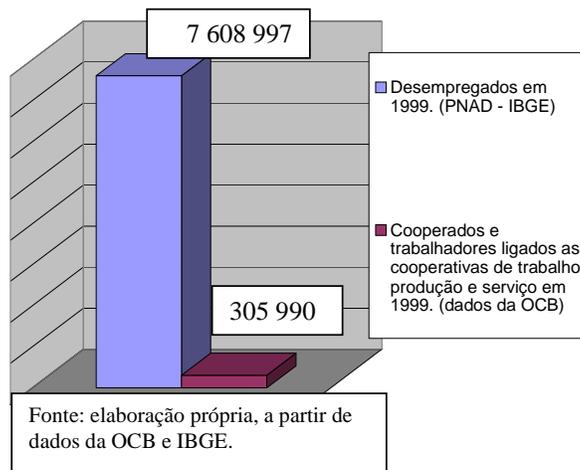
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Banco Central, IBGE e OCB.

Vê-se, primeiramente, que o ritmo de crescimento das cooperativas (em geral) não acompanha o do PIB, por exemplo. O significado primeiro que isso pode ter (pelo menos para o período citado) é que a economia brasileira não sentiu tanto a proliferação das cooperativas e dos cooperados, porque relativamente não foi substancial. No sentido, que o número de cooperativas/cooperados não aumentou no mesmo ritmo de crescimento do PIB<sup>103</sup>. As cooperativas-de-trabalho sim, tiveram um crescimento substancial, quase no mesmo ritmo que

<sup>102</sup> ver anexo 5.

<sup>103</sup> Lembrando-se que o referido número de cooperativas/cooperados é o do registrado na OCB. Isto significa que pode existir muitas que não estão sendo computadas. De qualquer forma, isto não invalida o estudo, já que estamos analisando o ritmo de crescimento, assim servindo os arquivos da OCB como amostragem.

obteve o PIB. O período mais significativo deste crescimento é o da segunda metade da década. Contudo, mesmo para as cooperativas-de-trabalho, nos chama atenção o fato de que o ritmo de crescimento delas nunca supera o ritmo do PIB. Isso pode estar significando que muitos outros setores da economia cresceram num ritmo bem maior, sendo responsáveis por gerar muito mais trabalho e renda. Ou o mais provável: que outros setores estão estagnados quanto a gerar trabalho, porém continuam a manter a concentração de renda. E, o mais importante, mesmo considerando que o número de cooperados tenha crescido entre as cooperativas-de-trabalho – o ramo que mais dilatou – isto ainda é pouco, pois estas cooperativas possuem, neste momento, um representativo pequeno diante de todo movimento cooperativista. Dos 5 014 016 de cooperados registrados em 1999 na OCB, 290 499 eram das de-trabalho, ou seja, apenas 5,7% do total dos cooperados.

**Gráfico 2: n° de desempregados em relação ao de cooperados no ano de 1999.**

Nesse gráfico do final da década, vê-se que o número de cooperados e trabalhadores ligados aos setores que mais cresceram – e que mais interessam aqui – do cooperativismo está longe de corresponder ao número de desempregados produzidos. Este gráfico acaba tendo uma importância grande para a nossa análise, sobretudo em relação ao argumento de que a proliferação dos empreendimentos solidários se deu como resposta ao desemprego. O gráfico não desautoriza esta relação, mas mostra o quanto as experiências dos trabalhadores estão em dificuldade de acompanhar o ritmo de desemprego.

No Brasil o cooperativismo em geral tem uma ainda pouca expressão, até mesmo pelo contingente populacional a que corresponde. O número de pessoas ligadas –cooperados e empregados – às cooperativas (em geral) em 1999, estava em torno de 5 181 394, ou seja aproximadamente 6,5% do PEA da época – de 79 285 216 pessoas<sup>104</sup>. O que é muito pouco, já que neste caso estamos também considerando as cooperativas de consumo, de crédito, agropecuária, médicas e outras....

E um outro ponto que precisa ser alertado, o índice que aqui utilizamos é o do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e não do IBASE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos. O que dá uma diferença enorme em relação ao PEA, e sobretudo ao número de desempregados:

<sup>104</sup> Dados da OCB.

No Brasil há duas entidades principais que contabilizam as taxas de desemprego: o IBGE e o Dieese. A primeira classifica uma pessoa como desempregada desde que ela tenha procurado emprego nos sete dias anteriores à pesquisa, enquanto que o Dieese pergunta se a pessoa procurou emprego em algum período nos 30 dias anteriores. O IBGE inclui na PEA (População Economicamente Ativa) apenas as pessoas com 15 anos ou mais; o Dieese contabiliza a partir dos 10, desde que tenham trabalhado ou procurado emprego. Além disso, o IBGE leva em conta apenas o “desemprego aberto”, isto é, quando uma pessoa que foi demitida ou se demitiu está procurando emprego, ao passo que o Dieese leva em conta o “desemprego oculto” (a pessoa que estiver fazendo ‘bicos’, por exemplo) e o “desempregado por desalento” (pessoas que procuraram emprego nos últimos 12 meses, mas que não estão procurando no período da pesquisa porque ‘desanimaram-se’ ao não encontrar vagas). Enquanto o IBGE apresenta o índice de desemprego em aproximadamente 7%, os dados do Dieese mostram uma taxa de desemprego de 17,2% no mesmo mês. É interessante observar o IBGE é um órgão do governo. (Saito & Barufi, 2000)<sup>105</sup>

Percebe-se, portanto, que o *boom* só acontece nas cooperativas-de-trabalho e que o seu aumento, mesmo grande, ainda é pouco em relação ao universo das cooperativas em geral e ao do desemprego. Ou seja, as cooperativas-de-trabalho saem de patamares ínfimos para outros maiores, mas ainda pouco expressivos.

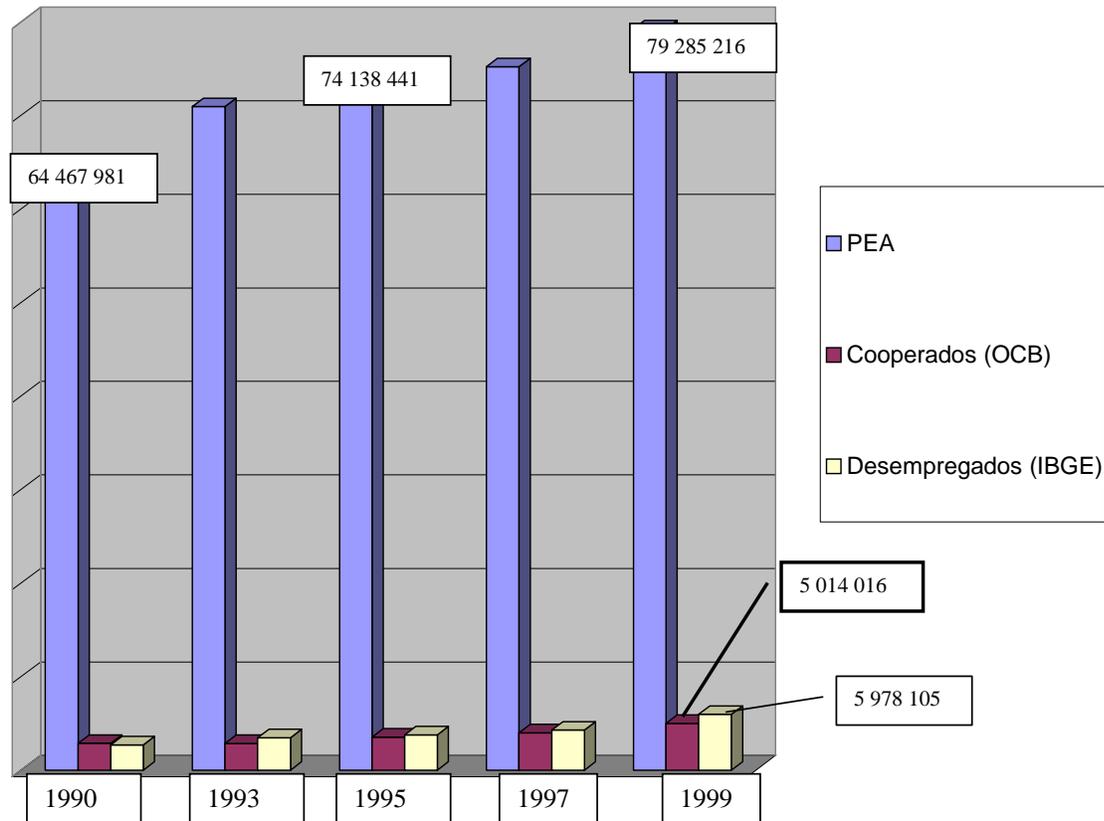
**Tab. 7 Cooperados e Desemprego na década de 1990.**

Ano	PEA	Cooperados (OCB)	Taxa de desemprego aberto (IBGE) %
1990	64467981	2 883 036	4,21
1992	69969210	2 991 486	5,78
1993	70965378	2 869 625	4,90
1995	74138441	3 553 607	5,10
1996	73120101	3 628 985	5,15
1997	75213283	4 025 299	5,72
1998	76885732	4 428 925	7,45
1999	79285216	5 014 016	7,54

Fonte: Elaboração própria, dados da OCB e do IBGE.

A partir desta tabela, constituiu-se um gráfico, que considera a população economicamente ativa, cooperados e desempregados na década de 1990:

<sup>105</sup> Optamos pelos do IBGE, embora acreditemos que os índices apresentados pelo Dieese sejam mais condizentes com a realidade.

**Gráfico 3: Evolução do PEA, número de cooperados e desempregado - década de 1990.**

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE e da OCB.

O que primeiramente deve ser visto com a tabela e este gráfico é o fato de que a evolução dos cooperados não acompanhou a dos desempregados. O significado disso é importante, pois mostra que a euforia que foi demonstrada por muitos setores da sociedade em relação ao cooperativismo não procede. Nessa tabela e nesse gráfico ainda não tratamos das cooperativas-de-trabalho, contudo, em relação ao cooperativismo em geral e a todo entusiasmo que o acompanhou, percebe-se que a especulação é maior que a realidade. O cooperativismo tão alardeado pelos

meios de comunicação de massa, por várias entidades não vem crescendo na realidade da mesma forma que a sua propaganda<sup>106</sup>.

A seguir, a análise sobre as cooperativas-de-trabalho.

**Tab. 8** Números absolutos, população econ. Ativa, cooperados-de-trabalho e desempregados

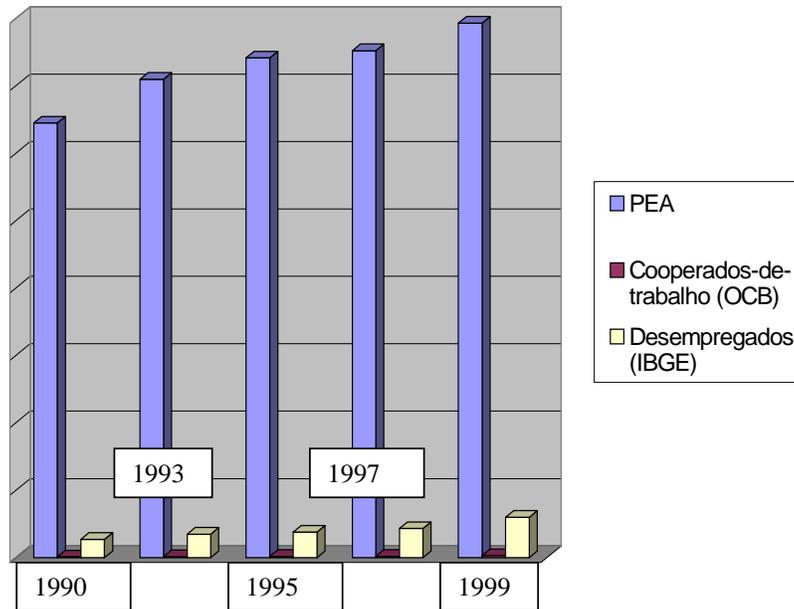
Ano	PEA	Cooperados-de-trabalho (OCB)	Desempregados (IBGE)
1990	64467981	111144	2 714 102
1993	70965378	124573	3 477 303
1995	74138441	174226	3 781 060
1997	75213283	181117	4 302 200
1999	79285216	293499	5 978 105

Fonte: elaboração própria, dados OCB e IBGE

---

<sup>106</sup> As reportagens sobre o cooperativismo na mídia aparecem com frequência, demonstrando que a expectativa de seu aumento existe, mas não deu ainda resultados substanciais. Cf. *O dia 29 04 2001 caderno de empregos...*

**Gráfico 4: Números absolutos, da população economicamente ativa, cooperados de trabalho e desempregados na década de 90.**

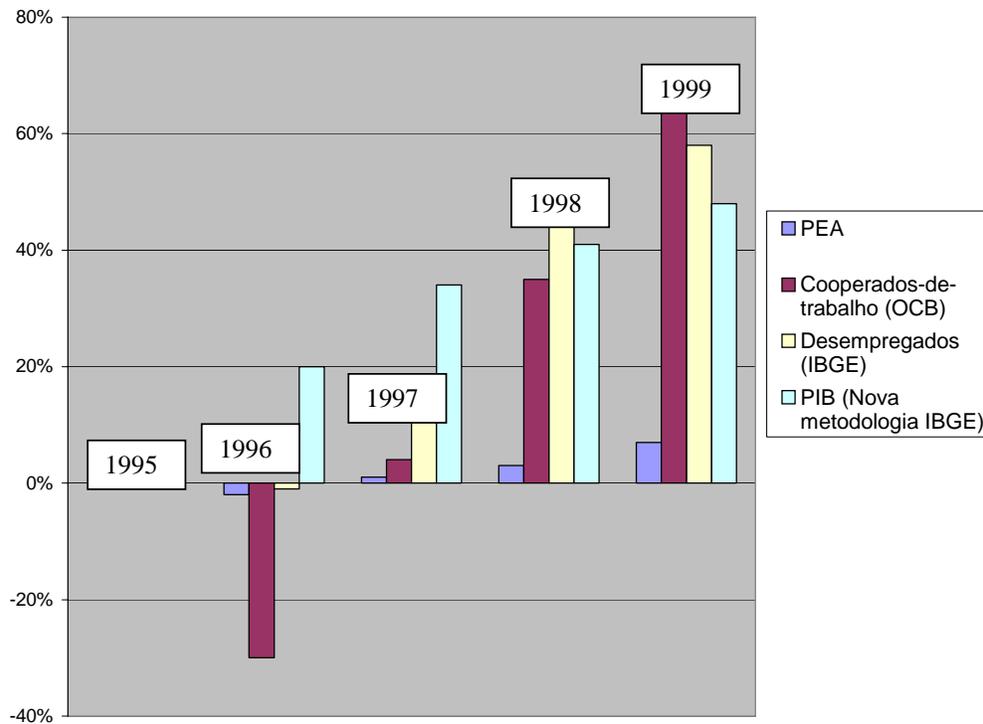


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da OCB e do IBGE.

Com a tabela e gráfico acima se percebe que o número de cooperados-do-trabalho cresceu, mas percebe-se que o seu crescimento proporcionalmente à população economicamente ativa e aos desempregados é ainda muito pequeno. Este é o ponto mais importante. A desproporção é tamanha que algumas questões dificilmente serão respondidas em curto prazo. Será que o crescimento das cooperativas-de-trabalho (em números absolutos) chegará a patamares substanciais? Será que este crescimento não está limitado a patamares baixos, que seria o permitido pela economia global? A estas questões, a realidade ainda está por responder. De qualquer forma, percebe-se que as cooperativas-de-trabalho e os seus trabalhadores ainda são de pouca expressão.

De qualquer forma o ritmo de crescimento das cooperativas-de-trabalho nos últimos ano foi grande, e por conta disso sua análise se justifica. O que pode ser visto no quadro a seguir:

**Gráfico 5: Ritmo de crescimento, da população economicamente ativa, cooperados-de-trabalho, desempregados e o PIB**



Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE e da OCB.

Entre outros pontos, com as tabelas e gráficos anteriores obtêm-se as seguintes conclusões:

- há uma indefinição sobre o descritor *cooperativas-de-trabalho* em relação aos outros tipos de cooperativas;
- houve aumento, na década de 90, no número de cooperativas e cooperados;
- porém, um ritmo de crescimento inferior até mesmo ao da população;
- o *boom* realmente aconteceu nas cooperativas de trabalho, que tiveram uma rápida proliferação nos últimos anos, superior a todos os outros itens;
- contudo, este crescimento é ainda pouco expressivo diante do número de desempregados e da própria população economicamente ativa.

### 2.3- A Economia Solidária por suas próprias experiências

Nesta parte, ainda que continuem as análises gerais, nos debruçaremos, de forma mais específica, em algumas experiências que potencialmente seriam da Economia Solidária. Este estudo não tem a intenção de se aprofundar no cotidiano delas, mas pesquisar sobre os trabalhos e as investigações que algumas instituições e pessoas fizeram ou andam fazendo sobre estas experiências solidárias. E escolhemos três. Um destes é o trabalho da professora Lia Tiriba, expresso no livro *Economia Popular e Cultura do Trabalho - Pedagogia(s) da Produção Associada*, em que analisa cinco experiências ligadas à economia popular/solidária. Outro é o livro *Autogestão - construindo uma nova cultura nas relações de trabalho* da Anteag. E por último, o livro *Ossos do Ofício* da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe. E ainda, para efeito de complementação, uma relação de 88 cooperativas (anexo 3) extraída da listagem das cooperativas do Rio de Janeiro contidas no banco de dados da OCB.

Embora seja um material extenso, o que desejamos fazer não é pretensioso. A maior parte destas experiências foram listadas e analisadas na segunda metade da década de 90, e muitas vezes representaram o trabalho e a esperança de construção da Economia Solidária. O que queremos saber é que rumo tomaram, se sobreviveram e sob quais circunstâncias e se se tornaram ou não experiências solidárias.

#### *As experiências da Anteag*

Experiências autogestionárias duras, sofridas, difíceis de serem concretizadas foi o que mais nos chamou a atenção no livro da Anteag – *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de Trabalho*. Muitas histórias de trabalhadores e trabalhadoras sonhadores com a possibilidade de autogerirem sua própria renda e trabalho, mas que na maioria das vezes se defrontavam com graves problemas financeiros, administrativos, de formação e até mesmo de relacionamento. O livro traz a realidade difícil, por que passa a maior parte das experiências, apresentadas está sempre no limite do esforço, da exaustão, no limiar do fracasso. Com tudo isso, o livro tenta mostrar a experiência autogestionária de forma esperançosa, como uma possibilidade real de transformar a situação da classe trabalhadora.

O difícil é manter o tom da esperança com as informações e dados apresentados pelo próprio livro. A defesa da autogestão ficava sempre muito difícil, diante de tantas adversidades. A autogestão muitas vezes parecia um sonho dos que ficavam entre os destroços. Homens e mulheres que mesclavam-se entre os que sonhavam em se autogerir e, aqueles trabalhadores que só não saíram porque não conseguiram algo melhor, e ficando, estavam sempre diante de dívidas crescentes, da esperança de novos empréstimos, do assistencialismo externo, do atraso tecnológico de seu maquinário... A única transformação concreta encontrada na maioria dos casos era a renda dos trabalhadores que aumentava. O problema é que muitas vezes parecia irreal, devido a incessante necessidade de subsídios vindos de empréstimos e instituições externas.

O grande problema destas experiências estava, na maioria dos casos, pré-anunciado: recuperar a empresa que faliu. Uma tarefa difícil, até mesmo para um grande investidor capitalista. A falência poderia advir de inúmeros problemas, até de alguns que não foram percebidos, poderia não estar somente ligado à incompetência do ex-patrão. Determinados produtos, por exemplo, podem com o tempo deixar de ser valorizados pelo próprio mercado. Isto vai de encontro a uma reflexão que já fazíamos no capítulo um. De que provavelmente não é no momento em que os trabalhadores estão encurralados, enfraquecidos, o mais propício para se estabelecer a experiência autogestionária. Embora, contraditoriamente, seja o momento em que estes trabalhadores estejam mais motivados. Nos momentos históricos em que a classe trabalhadora se vê mais frágil é que a saída pela experiência autogestionária mais aparece. E noutros momentos históricos, em que o desemprego não aparece com força para desvalorizar a força-de-trabalho, a experiência autogestionária parece ter diminuída a sua necessidade.

O problema se agrava com o fato das experiências encontrarem dificuldades na relação com as instituições governamentais, bancárias, e com a própria legislação vigente. As cooperativas e as demais empresas autogestionárias precisam de crédito e ajuda para prosseguirem, só que as instituições não têm confiança, por conta disso evitam apoio e empréstimos. A situação da maior parte das experiências é que para conseguirem o apoio necessário para seu desenvolvimento precisam mostrar que são capazes e que possuem espaço de ação. O problema é que para conseguir isso precisariam previamente do apoio e dos empréstimos, o que eles só conseguem dentro das regras existentes para as empresas mercantis. Regras que se apresentam, muitas vezes, ainda piores para as experiências autogestionárias do que para as empresas de formato tradicional. Organizamos as experiências contidas no livro da Anteag, os quadros a seguir sofrem diretamente algum tipo de análise por nossa parte:

## A1- Bruscor

Um dos empreendimentos mais bem sucedidos, apresentados no livro da Anteag, na verdade, a Bruscor, é uma experiência pequena:

*Conquistando novos sócios e expandido as atividades, sempre com capital dos próprios bolsos, a Bruscor hoje conta com 15 sócios e quatro trabalhadores contratados, dos quais três são temporários. Há ainda um trabalhador contratado que está na empresa há um ano, o que leva os sócios a discutirem a sua entrada na sociedade. (pág. 46)*

A Bruscor é uma experiência autogestionária que não se fez cooperativa:

*Com um número de sócios inferior a 20 a Bruscor não pode se transformar em cooperativa e nem se dispõe a isso: acreditam no sistema de autogestão e confiam que uma legislação específica será criada em breve, eliminando a necessidade de ser formada uma cooperativa para a legalização dos processos coletivos de trabalho. (pág. 46)*

## A2- Makerly

A experiência traumática da Makerly é uma das que mais ensina. A origem de sua experiência autogestionária foi tão importante que está associada à própria criação da Anteag. O grande contingente de pessoas envolvido na Makerly a caracterizou como uma referência e, exemplo importante para se pensar a autogestão; *no auge de sua produtividade, chegou a ter 540 trabalhadores diretos, ou seja, mais do que a empresa anterior* [uma empresa mercantil tradicional] (pág. 54). O problema foi que a Makerly não se desenvolveu, embora tenha passado como lição a força dos trabalhadores. A sensação é que em circunstância um pouco mais favorável o resultado seria outro. O que não deve ser visto como desculpa, mas como esperança, pois valeria tentar de novo.

*Durante três anos a Makerly resistiu às crises econômicas e aos conflitos internos. Até que, em março de 1995, o Banespa sofreu intervenção do Banco Central e foi suspensa a linha de crédito que garantia o funcionamento da empresa. Sem condições para continuar, os trabalhadores decidiram fechar a Makerly. "Foi uma das mais intensas experiências já vivenciadas pelos trabalhadores naqueles quatro anos", lembra o conselheiro da Anteag e secretário de Política Sindical da Cut, Jorge Luiz Martins. (pág. 56)*

## A3- Cooperativa Friburguense

Igual as outras experiências:

*A história da Cooperativa Friburguense de Ferramentaria não foi diferente de qualquer outra na sua formação: caminhou com dificuldades tanto para se manter e se firmar, quanto para se estruturar. (pág. 60)*

*O quadro atual é este: são obrigados a investir em produtos, em parceria com outras empresas, para não deixar de atender o mercado. Fazem a ferramenta que é bem aceita e quem fatura com a produção é o parceiro. (62)*

## A4: Cobertores Parahyba

A história dos cobertores Parahyba (agora coopertêxtil) é também de grandes dificuldades.

A imposição do mercado:

*A coopertêxtil reconquistou clientes tradicionais no mercado interno, e como resultado de empenho de seus trabalhadores-diretores, renovou um contrato de licenciamento com o costureiro Pierre Cardin, que assina sua linha de cobertores em troca de royalties. (pág. 65)*

Vê-se a dificuldade em ser concorrente, precisa por exemplo recorrer às outras empresas (*Pierre Cardin*) para apresentar-se ao mercado.

Suscetíveis à política nacional:

*Em 1995, o faturamento foi de US\$11,8 milhões, mas com prejuízo, devido em grande parte à depreciação das máquinas. De acordo com Zullino [presidente da empresa] a concorrência com os produtos importados, especialmente os cobertores mexicanos, causou um prejuízo da ordem de US\$ 200 a US\$ 300 mil, fora as perdas decorrentes da depreciação de máquinas, que somaram mais de US\$ 2 milhões. (pág. 68)*

Isso traz mais uma reflexão. Percebe-se a importância que tem a política, o tipo de orientação que dá o governo para o desenvolvimento sócio-econômico de sua população. Dificilmente uma empresa autogestionária [até mesmo uma empresa nacional] conseguirá sobreviver num mercado em que as adversidades aumentam por conta das orientações políticas de um determinado governo. Um país, por exemplo, que opta por uma pauta neoliberal, alegando a força da globalização, que não procura um mínimo de proteção à sua economia, influencia

diretamente na sobrevivência das empresas. O que é o caso da coopertêxtil. Cada vez mais fica visível que para as experiências solidárias/autogestionárias se desenvolverem é necessário ir à direção aos espaços de tomada de decisão, de poder. Se uma das maiores contribuições das experiências solidárias tem sido a conscientização que produz, é necessário agora pô-la em movimento.

E assim, conseguir sair da dificuldade que todos sempre se encontram:

*Mesmo tendo dobrado o faturamento e a produção, logo durante o primeiro ano, a nova gestão não conseguiu tirar a Parahyba do vermelho. A dívida com o BNDES tem prazo de pagamento de oito anos, com dois de carência. Uma outra parte do endividamento é de curto prazo, com fornecedores. São valores mensais entre US\$ 100 e US\$ 200 mil por mês. (68)*

A5- Sakai

O fracasso da Sakai:

*Dos 400 empregados da Sakai, cerca de 120 se reuniram para formar a cooperativa.*

As dificuldades:

*A relação com alguns fornecedores e clientes era difícil e cheia de conflitos, porque a diretoria da cooperativa era composta por antigos diretores de um sindicato tradicionalmente combativo. (pág. 73)*

O fracasso consolidado:

*Em outubro de 1998 os credores entraram com um pedido de penhora dos bens da fábrica. Valdir Silveira, presidente da cooperativa, não tinha mais esperança, mas procurou uma consultoria, que sugeriu abrir uma outra empresa com as máquinas que restavam. Contrária à filosofia do projeto, a idéia foi descartada e fábrica fechou.*

*Valdir Silveira ficou praticamente sozinho, alugando pavilhões da fábrica para pagar as despesas de água e luz e os salários dos seguranças. Como presidente da cooperativa, acabou assumindo a responsabilidade de organizar a papelada para o processo de falência. Acabou preso porque o juiz cobrava a contabilidade da empresa que, se já era confusa na época dos japoneses, ficou ainda pior em função do pouco preparo dos cooperativados.*

*"Ainda hoje estou tentando superar tudo, mas é uma barra, confessa Valdir. Você pode*

imaginar como ficou o meu filho no dia em que fui preso. Ele perguntava: o que meu pai fez? Meu pai é bandido?" (75)

#### A6- Coopervest

O sucesso relativo da coopervest:

*A coopervest enfrentou períodos difíceis que hoje espelham a realidade da grande maioria das empresas de autogestão do Brasil. A cooperativa recebeu um não de vários bancos quando buscou empréstimos para financiar capital de giro e compra de matérias-primas, um problema compartilhado pela maioria delas. "Tentamos o BNB, Banese e Banco do Brasil. Mas, apesar de não ter vínculos legais com a Vila Romana, o fato de usarmos seu antigo espaço físico foi a desculpa para nos negarem linhas de financiamento", diz José Paixão de Aquino, ex-presidente da Coopervest. (pág. 82)*

*Apesar de existirem pendências, a continuidade da empresa não está ameaçada. A coopervest não tem fornecedores porque não compra matéria-prima, apenas realiza serviços. (83)*

Como já refletimos em outras oportunidades, constata-se que as experiências autogestionárias não recebem o devido apoio das instituições bancárias e governamentais.

#### A7- Hidro-phoenix

Hidro-phoenix e também seu sucesso relativo.

*A situação da Hidro-phoenix ainda não é tranquila, e os problemas identificados pela consultoria estão sendo resolvidos aos poucos. O financiamento do BNDES ainda precisa ser pago. É necessário ampliar a mão-de-obra e levantar capital de giro. Mas o grupo está coeso e com boas razões para estar confiante. A situação é mais confortável. Antes não havia planejamento, mas havia raça: cresceu a garra e hoje não falta planejamento.*

#### A8 - Facit

De grande para pequena empresa:

*Dos 500 funcionários que a empresa tinha quando foi abandonada pela Sharp, 386 aderiram à holding no primeiro momento. Com o tempo, esse número foi diminuindo em função das*

*dificuldades que a Facit enfrentou. Atualmente, são 87 trabalhadores mantendo em atividade 40% da capacidade produtiva da fábrica, ocupando um terço da área, alugando o restante e, ainda, prestando serviços para outras empresas.*

Uma outra importante constatação presente aqui, e que está na maior parte das experiências solidárias estudadas, é o quanto elas pouco ou nada criaram novos postos de trabalho. Poucas vezes o número de trabalhadores das empresas autogestionárias conseguiu superar o que antes havia na empresa do ex-patrão.

#### A9- Frunorte

Há sucessos parciais, mas está difícil encontrar nas experiências um sucesso absoluto:

*Hoje, no entanto, a situação da Frunorte é bastante delicada. Mesmo com boa posição no mercado, principalmente internacional, a empresa enfrenta dificuldades com o pagamento do financiamento do BNDES. Os juros são altos e acabaram levando a uma inadimplência que gerou o fechamento das linhas de crédito que garantiam o capital operacional da empresa. Essa situação compromete até mesmo a produtividade, já que impede o investimento em avanços tecnológicos. (pág. 111)*

#### A10- Cooperj

E a dificuldade continua:

*A Cooperj foi registrada em janeiro de 1996. "Ninguém conhecia nada, éramos leigos. O início da cooperativa foi dramático. Fazíamos tudo com dificuldades, não tínhamos contatos comerciais, nem dinheiro sobrando. O pessoal dormia na cooperativa. Aqueles que tinham melhor condição financeira traziam alguma coisa para o outro levar para casa e a cosia foi indo". [diz o cooperado Alcântara] (pág. 116)*

*Hoje, dos 44, ainda permanecem 28 cooperados com uma produção um quinto menor e um faturamento médio de R\$ 35 mil por mês. Muitos não agüentaram a incerteza e foram embora. A cooperativa não só herdou a crise da Águia, como continua em maus lençóis. Não está conseguindo pagar os salários em dia e a matéria-prima é sempre paga por cobrança em cartório, com título em protesto.(116)*

--

A11- Coopertex
----------------

Coopertex: <u>a falta de apoio compromete o futuro.</u>
---

<i>Até hoje a cooperativa não viu lucro. Consegue pagar os salários sempre em dia, tem um bom faturamento, mas não o suficiente para fazer a empresa crescer e saldar as dívidas.</i> (pág. 119)
--

"Não adianta nada ter uma reunião com o gerente do BNDES e na hora em que eu mando meu projeto eles falam que não podem emprestar porque devemos impostos. Só porque nós devemos é que estamos precisando de dinheiro. Esse é um dos pontos que eu acho falho e, também, do ponto de vista da falta de uma legislação específica sobre cooperativas" [Paulo Bertholin, presidente]. (pág. 123)
--

Aqui temos uma outra reflexão, além daquela da falta de apoio das instituições governamentais, bancárias e da própria legislação. Por que a maior parte das experiências tem tanto problemas financeiros? Dizer que a resposta está na falta de apoio seria insuficiente para explicar a quantidade de problemas financeiros encontrados na maior parte experiências. Por que procurar por empreendimentos em que as dificuldades econômicas seriam tão grandes? A maior parte das pessoas empreendem alguma atividade tendo como perspectiva o crescimento ou a melhoria. Quando se investe em alguma coisa, espera-se um resultado positivo, mesmo visualizando-se antecipadamente as dificuldades. Por que estariam os trabalhadores investindo nestes empreendimentos havendo tão poucas experiências bem sucedidas? Cada vez mais nossos estudos tem nos levado a crer que os empreendimentos solidários é uma proposta muito mais dos agentes <sup>107</sup> que os promovem, do que dos atores – os trabalhadores reais.
---

A12- Coopermambrini
---------------------

A coopermambrini <u>também sofre:</u>
---------------------------------------

<i>A realidade é de crise, como nos tempos da antiga Mambrini. A cooperativa continua sem capital de giro, as vendas estão abaixo do que seria necessário para a empresa crescer, e a dívida é de 400 mil.</i>
--

<sup>107</sup> Algo que no livro da professora Tiriba (2001) já começava a ser percebido: *vale a pena refletir sobre o papel dos "técnicos" e "intelectuais", como agentes da economia popular, nos processos educativos de formação dos trabalhadores que, hoje, frente à crise do emprego vem buscando alternativas para a sua sobrevivência.* (211)

*Não estão pagando as contas, nem fazendo investimentos. A situação dos 40 cooperados é delicada.* (129)

#### A13- Cootenor

A esperança de quem já nasce com dificuldades.

*Além dos cooperados tem ficado por um longo tempo sem trabalho, outro grande problema ocasionado pela demora no início das atividades da cooperativa, foi a perda de contato com os antigos clientes da empresa. Assim, houve uma queda brutal no volume de trabalho. A demanda dos clientes novos é incomparavelmente menor e, com isso, a fábrica não opera o mês inteiro, nem há trabalho para todos os cooperados.* (135)

E sobre a diferenciação dos ganhos internos:

*A retirada é igualmente dividida entre os cooperados e a diretoria, que é encarregada das tarefas administrativas, e tem uma retirada um pouco maior.[?]* (135)

A redação é confusa, pois ao mesmo tempo que afirma que há uma divisão "igualitária" dos ganhos, logo a seguir diz ter a diretoria uma *retirada um pouco maior*. Embora, não saibamos o que se trata realmente, isto nos traz outra reflexão. Qual a participação real dos trabalhadores dentro das experiências autogestionárias? Qual o limiar entre a liderança real advinda dos próprios trabalhadores e a liderança camuflada, que na verdade esconde um novo patrão? As experiências estudadas não estão bastante consolidadas para compreendermos o que vem acontecendo. Neste momento em que as experiências vão se constituindo, vê-se que há lideranças ativas, indispensáveis para a própria construção dos empreendimentos. Nos estudos que fizemos a seguir (principalmente nas experiências da coppe) muitas vezes a liderança estabelecida na diretoria não é somente indispensável, mas é onde se encontra os reais participantes (às vezes os únicos) da experiência solidária.

#### A14: Cooperminas

Cooperminas: o exemplo que vem da luta.

*Em 1993, a CBCA [Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá] volta ser notícia nacional. A Justiça nomeia a Mineração Pérola como arrendatária da empresa. Os*

*trabalhadores resistem ao despacho judicial, envolvem seus corpos em dinamite e ameaçam explodir tudo. A sociedade se mobiliza, a Justiça reconhece sua precipitação e um acordo garante a continuidade do processo autogestionário. Hoje, a produção mensal é de 23.500 toneladas de carvão. (pág. 31)*

*(...) a avaliação dos avanços é significativa. Logo que a CBCA virou cooperativa legalmente, a contabilidade pôde ser posta em dia. Houve um aumento de vendas para a Gerasul. A produção passou de 14 mil toneladas por mês para mais de 20 mil toneladas, permitindo que se colocasse em dia todo o atrasado: férias, mais 33%, e o abono do sindicato. Atualmente, a empresa vem cumprindo todos os compromissos acordados na Justiça. (37-38)*

Sem dúvida que a Cooperminas é uma das maiores referências para se pensar sobre a autogestão. No livro da Anteag é a primeira experiência apresentada. É uma das mais antigas, em agosto de 2000 fez 13 anos de existência. No livro, o subtítulo que a apresenta retrata sua peculiaridade e sua força: *quando a luta faz a lei*. O caminho construído pela Cooperminas também não é sem dificuldades, muito pelo contrário. Porém, esta é a experiência solidária que mais encarnou, ao menos no livro da Anteag, a luta dos trabalhadores, e em que se assumiu o conflito de classes. Na verdade, é uma experiência que ajuda na reflexão de uma de nossas questões: que uma das melhores formas de se pensar a construção da Economia Solidária é sob a perspectiva do conflito.

A Cooperminas está inserida num setor importante, o de energias, talvez, por conta disso o conflito de classes tenha sido mais visível. Toda a legislação e o peso das instituições da classe dirigente caiu sobre os trabalhadores. Estes reagiram: organizaram greves, passeatas, manifestações nas ruas, confrontos com policiais, mobilizaram a imprensa... A construção da Cooperminas corresponde a toda esta luta.

Situação mais recente: *Quando todos se sentirem donos e informados sobre tudo da empresa será muito difícil não dar certo. As perspectivas para atingir as metas traçadas, em meio a tantas lutas, são boas e todos esperam que seja no tempo mais curto possível (39).*

#### *As experiências da Coppe.*

A nossa análise continua com outras experiências encontradas no livro *Ossos do Ofício – cooperativas populares em cena aberta*. Estas experiências tornaram-se referência nacional, e isto deve-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), ligada à Coordenação dos

Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular é um projeto que surge em meados de década de 90 para organizar e qualificar os desempregados históricos – trabalhadores que têm o seu projeto de sobrevivência no mundo informal da economia. (...) As incubadoras se ocupavam em organizar e qualificar os herdeiros do sistema escravista brasileiro, os que moram em favelas, mocambos e cortiços, os que há mais de 100 anos reproduzem-se como força de trabalho inferior, e cujo mercado de consumo foi edificado à margem da sociedade. (Guimarães, s/d: 11)

O projeto da Incubadora é recente, começa a ser pensado em 1995 e o início de suas atividades começa no 1º semestre de 1996, quando inicia a formação de algumas cooperativas na Baixada Fluminense. No 2º semestre, cria-se o fórum de cooperativas. No primeiro e segundo semestres de 1997, a incubadora vai estabelecendo convênios. No dia 13 março, acontece o Seminário Nacional Programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e o convênio com a Fundação Unitrabalho. Bases para o nascimento de outras incubadoras e para estabelecer entre elas uma rede<sup>108</sup>. (ITCP, 1998)

A atividade central da Incubadora vai sendo o acompanhamento e desenvolvimento de cooperativas populares. Um processo que pode acompanhar todas as etapas que uma cooperativa precisa fazer até enfrentar o mercado.

Na verdade, a Incubadora é também resultado desse processo que nos últimos anos vem interpelando a diferenciados intelectuais, de variadas instituições e ideologias a uma resposta para a atual situação de precariedade do mundo do trabalho. Pode-se dizer que a Incubadora é a resposta apresentada pela universidade, por uma parte de seus intelectuais.

A implantação da Incubadora de Cooperativas da COPPE traduz uma sintonia absoluta com o cenário internacional. Trata-se de uma iniciativa arrojada, capaz de apontar às comunidades de baixa renda os caminhos de organização e da geração de trabalhos mais dignos. (...)

A COPPE possui uma forte vertente social. Desenvolvemos vários projetos na área de engenharia destinados a questões de interesse público. Nosso intuito é apoiar a expansão da Incubadora Tecnológica de cooperativas Populares, com base em tecnologias e metodologias desenvolvidas na universidade, transformando-a em um programa nacional.

(Stefen, Segen apud ITCP, 1999: 20)

Ao estabelecer parcerias, convênios, acordos, a Incubadora acaba se tornando um centro para atrair formas diferenciadas de apoio, financiamento, etc. Ajuda importante tanto na sua organização, quanto das cooperativas que acompanha. Porém, a Incubadora pode ter que corresponder às expectativas de quem as apoia, o que em muitos casos pode estar sendo feito por instituições bem conservadoras.

Não há intenção de se estudar a Incubadora<sup>109</sup>, nem as relações que estabelece. Para o tipo de análise que estamos fazendo nos interessa saber a situação em que estão os empreendimentos solidários por ela acompanhados.

O livro *Ossos do Ofício* data de 1998, para o atualizarmos fizemos algumas entrevistas<sup>110</sup>. Assim como também entrevistamos alguns dos líderes, geralmente membros da diretoria das cooperativas.

Das informações que obtivemos para atualizar os dados do livro, uma foi muito importante para a nossa análise sobre cooperativismo popular e sobre os empreendimentos solidários. O número de postos de trabalho que a Incubadora, ao longo de 4 anos, conseguiu criar para as cooperativas tinha se reduzido para menos de um terço no ano 2000. Isso aconteceu porque muitas das cooperativas perderam o mercado que tinham para agir. Principalmente aquelas que prestavam serviços para a própria UFRJ – o "mercado ufrj", como diriam os formadores da Incubadora. As cooperativas que atuavam no mercado ufrj não conseguiram, no processo de licitação, renovar com a Universidade, o que ficaria para empresas terceirizadas. Este episódio marcou profundamente a Incubadora, o desânimo abateu sobre muitos assessores e sobre os cooperativados. Equipes de trabalho foram desfeitas. Muitos cooperativados foram convidados para trabalhar nas empresas terceirizadas que ganharam a licitação. Para muitos o fim do sonho do cooperativismo popular chegou de forma dura. Vejamos agora algumas destas experiências acompanhadas pela ITCP, contidas no livro *Ossos do Ofício*:

C15 - Cooperativa de Trabalho Novo Horizonte - NOVO HORIZONTE
Município de Duque de Caxias - Baixada Fluminense/RJ
Fase: Fundada, legalizada, em operação – acompanhamento no mercado
Associados: 120 Postos de trabalho: 110
Histórico: início das atividades em dezembro de 95. Primeira cooperativa incubada, inicialmente era forma por diaristas, depois agregando-se a ela trabalhadores da construção civil. A Novo Horizonte teve dificuldades para entrar no mercado; com o apoio do Comitê da Ação da Cidadania de FURNAS Centrais Elétricas, entrou efetivamente no mercado em agosto 97, atuando na área de limpeza geral. O setor de construção civil foi desativado em janeiro de

<sup>108</sup> Cf. Barros, 2001.

<sup>109</sup> Cf. idem.

<sup>110</sup> Entrevistamos vários líderes diretamente ligados às cooperativas, e sobretudo entrevistamos Josiane Fonseca Barros, funcionária da UFRJ, que trabalhou na Incubadora desde a implementação (processo de incubagem) até o acompanhamento de várias cooperativas.

97 e está sendo reorganizado neste momento.

Atualizando: passa por uma momento difícil de desarticulação, pois seu mercado era o da UFRJ; sua diretoria ainda organizada procura trabalho.

#### C16 - Cooperativa de Mecânica, eletricidade e Instrumentação Civil - COMEICE

Município de Duque de Caxias - Baixada Fluminense/RJ

Fase: Formada, legalizada, em operação - acompanhamento no mercado.

Associados: 37 Postos de trabalho: 28

Histórico: Início das atividades em janeiro 96. Contato com grupo Novo Horizonte. Inicialmente parte dos associados trabalhou em portaria predial visando impulsionar o funcionamento da cooperativa enquanto outros buscavam trabalho na área específica da cooperativa. Em abril 98 começou a conquistar seus primeiros contatos.

Atualizando: continua trabalhando, porém com apenas 8 pessoas.

#### C17- Cooperativa de Trabalho, Montagem e Manutenção Industrial - MONTCOOP

Município de Duque de Caxias - Baixada Fluminense/RJ

Fase: Formada, legalizada, em reestruturação.

Associados: 20 Postos de trabalho: -

Histórico: Início das atividades em janeiro de 1996. Contato realizado durante o processo de fundação da Novo Horizonte. Grupo de operários qualificados inseridos no complexo industrial da REDUC - Refinaria de Duque de Caxias. Esta cooperativa inseriu-se no mercado logo que foi criada. Conflitos internos dificultaram o seu desenvolvimento. Atualmente passa por um processo de reestruturação.

Atualizando: não teve estrutura para seguir, está desativada.

#### C18- Cooperativa dos Trabalhadores de Vigário Geral - COOTRAVIGE

Favela de Vigário Geral, Município do Rio de Janeiro

Fase: Formada, legalizada, em operação - acompanhamento no mercado.

Associados: 120 Postos de Trabalho: 100

Histórico: Contato inicial da Casa da Paz em meados de 96. Curso de cooperativismo em agosto 96. Fundada em setembro 96. Primeiros trabalhos foram pequenas obras. Em agosto 97: Limpeza geral na Praia Vermelha e CAP.

Atualizando: passa por um momento de desarticulação, pois seu mercado era o da UFRJ.

C19- Cooperativa Mista dos Trabalhadores do Parque Royal - ROYAL FLASH

Favela Parque Royal, Ilha do Governador - Rio de Janeiro.

Fase: Formada, legalizada, em operação - acompanhamento no mercado.

Associados: 50 Postos de Trabalho 50.

Histórico: Início das atividades em janeiro de 96. Fundação em agosto 96. Inicialmente a Royal Flash era uma cooperativa formada somente por costureiras, setor em crise interna constante, a avaliação por parte da Incubadora resultou na mudança do escopo da cooperativa, ampliando para a área de limpeza geral, sua inserção efetiva no mercado se deu em janeiro 98. O setor de costura está passando por uma reorganização com assessoria de técnicas da área de confecção.

Atualizando: o seu objetivo inicial que era o de trabalhar com confecção foi abandonado, presta serviços de limpeza.

C20- Cooperativas dos Trabalhadores do Caju - Arco-íris

Favelas que compõem o complexo do Caju - Município do Rio de Janeiro

Fase: Formada, legalizada, em operação - acompanhamento no mercado.

Associados: 100 Postos de Trabalho: 83

Histórico: início das atividades em janeiro de 1996. Início do Curso de Cooperativismo em janeiro 96 – Problemas internos na comunidade interrompem o curso, que retoma em maio de 96. Grupo fundador formado por cerca de 30 pessoas. O apoio do Conselho de Empresas do Caju possibilita a abertura do mercado. O grupo inicial foi treinado em limpeza hospitalar.

Atualizando: passa por um momento difícil, pois seu mercado era o da UFRJ. Mantém articulada a sua diretoria. Ainda mantém 30 postos de trabalhos.

--

C21- Cooperativa Especial da Praia Vermelha - PRAIA VERMELHA
--

Fase: Formação e acompanhamento no mercado.
---

Associados: 20
----------------

Postos de trabalho:
---------------------

Histórico: Início da atividades em julho de 96. Surgida a partir da discussão do Encontro Estadual de Saúde Mental de 1996. Agentes motivadores: Instituto de Psiquiatria da UFRJ-IPBB/UFRJ, Hospitais Psiquiátricos Philippe Pinel e de Jurujuba ADDOM, Associação Cabeça Firme. Cooperativa especial dos usuários do sistema de saúde mental, se desenvolve com metodologia própria. Convênio firmado com a Cooperativa de Xapuri no Acre.
--

Atualizando: sendo uma cooperativa não necessariamente de trabalho e serviços – pois sua organização vai também por outros interesses e objetivos – <u>continua em funcionamento</u> . Trabalham sobretudo com culinária e cartonagem, vendem seus produtos em "mercado solidário".
---

C22- Cooperativa dos Trabalhadores do Morro da Mangueira - COOPMANGA
--

Favelas que compõe o complexo da Mangueira, Município do Rio de Janeiro.
--

Fase: fundada, legalizada em operação.
--

Associados: 280
-----------------

Postos de Trabalho: 225
-------------------------

Histórico: Início das atividades outubro 96. Formação motivada pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto - UERJ. Primeiro contato celebrado em 01/97 com o Hospital Pedro Ernesto e posteriormente com o Instituto de Assistência do Servidor do Estado do Rio de Janeiro no final de 97.
---

Atualizando: continuam trabalhando, e com uma certa força; paradoxalmente possuem uma diretoria muito autônoma (talvez não democrática), que desta forma tem guiado a cooperativa.
--

C23- Cooperativa de Trabalho Artes de Novos Palmares - NOVO PALMARES
<p>Favela Novo Palmares, Vargem Pequena, Município do Rio de Janeiro.</p> <p>Fase: Formação</p> <p>Associados: 20 Postos de Trabalho: -</p> <p>Histórico Início das atividades outubro 96. Formada por pessoas de baixíssimo poder aquisitivo, todas as dificuldades se apresentam: difícil acesso, falta de comunicação, falta de saneamento básico e falta de espaço para se reunirem. A resistência da liderança local dificulta mais o crescimento da cooperativa.</p> <p>Atualizando: <u>não conseguiu se formar.</u></p>
C24- Cooperativa de Serviço de Eletricidade e Manutenção - COOPLUZ
<p>Fase: Fundada, legalizada, em operação - acompanhamento no mercado.</p> <p>Associados: 40 Postos de trabalho: 18</p> <p>Histórico: Início das atividades em outubro 96. Contigente de trabalhadores oriundo da LIGHT. Apoio inicial para formação do Sindicato dos Urbanistas do Rio de Janeiro. Enfrentou dificuldades para entrada no mercado; assinatura do seu primeiro contrato ocorreu em abril 98.</p> <p>Atualizando: hoje tem <u>mais trabalhadores</u>, resultado de um contrato com a LIGHT. O grande problema é que provavelmente não conseguirão renovação de contrato com a LIHGT, que deve expirar em julho de 2001. Possuem uma boa frota de carros e pessoal qualificado, por conta disso procuram contratos com outros setores, como o telefonia.</p>
C25- Cooperativa das costureiras de Fernão Cardim - FERNÃO CARDIM
<p>Fase: formação e acompanhamento no mercado.</p> <p>Associado: 23 Postos de trabalho: 23</p> <p>Histórico: Início do trabalho em outubro 97. Grupo inicial de 10 pessoas inconstante, sem conseguir ampliar o número de pessoas. Curso interrompido em dezembro 97 e retomado em abril 98. Grupo mais firme e internalizado. Possui mercado de costura de facção, necessitando melhorar sua inserção no mercado. Fez os uniformes para as outras cooperativas. O trabalho</p>

vem sendo acompanhado por profissional da área de costura.  
 Atualizando: caminha com extrema dificuldade, mas segue por ter apoio do poder público – prefeitura do Rio de Janeiro.

C26- Cooperativa dos Trabalhadores do Morro do Vidigal - COOPVID

Morro do Vidigal, bairro do Leblon, Município do Rio de Janeiro

Fase: Fundada, em legalização, em operação.

Associados: 40 Postos de Trabalho: -

Histórico: início das atividades setembro de 1997

Atualizando: não teve continuidade, o contrato que fariam com a empresa que prestariam serviços (um hotel) não aconteceu.

C27- Cooperativa dos Trabalhadores do Morro de Andaraí - COOPERAN

Morro do Andaraí, Município do Rio de Janeiro. Fase: Fundada, em operação - acompanhamento no mercado.

Associados: 60 Postos de trabalho: 43

Histórico: Início das atividades em setembro de 97 com cerca de 60 pessoas. Entrada no mercado em dezembro de 97.

Atualizando: também perderam o mercado UFRJ, está desarticulada, mas possui uma diretoria atuando que consegue alguns poucos trabalhos.

C28- Cooperativa dos Trabalhadores do Morro do Sossego - CAJCOOP

Morro do Sossego bairro de Madureira, Município do Rio de Janeiro

Fase: Fundada, operação - acompanhamento no mercado

Associados: 65

Postos de Trabalho: 63

Histórico: Início das atividades em outubro de 97 com cerca de 40 pessoas. Entrada no mercado em dezembro de 97.

Atualizando: também perderam o mercado UFRJ, restou apenas a diretoria.

C29 - Cooperativa dos Trabalhadores da Chácara de Del Castilho - COOPERDEL
Fase: Fundada, em operação - acompanhamento no mercado. Associados: 60 Postos de trabalho: 39 Histórico: Início das atividades em outubro de 97 com cerca de 40 pessoas. Entrada no mercado em dezembro de 97. Atualizando: a cooperativa teve suas atividades <u>encerradas</u> por ameaça de traficantes de drogas.

Outras cooperativas que também estudamos são as da pesquisa – da qual também participamos – da professora Lia Tiriba, e que mais tarde vai dar também subsídios para o seu livro (Tiriba, 2001), referência para os estudos sobre economia popular e solidária. Em sua pesquisa de campo, de uma listagem com mais de 60 cooperativas, cinco foram escolhidas para a sua análise final. As cinco são representadas aqui, acrescentadas de uma pequena atualização.

LT 30 - Cooperativa dos Trabalhadores do Bonde de Santa Teresa - COOPBONDE
Início das atividades: 24 de junho de 1996 Histórico/objetivos: <i>Com a extinção da Companhia de Transportes Coletivo - CTC e o conseqüente processo de demissão dos trabalhadores do Bonde, a formação de uma cooperativa de serviços teve como objetivo a criação de uma alternativa de renda para os trabalhadores. No entanto, o que é marcante é que esta proposta não adveio dos trabalhadores, mas do próprio estado-patrão tendo como objetivo a terceirização como mecanismo de enxugamento da máquina do Estado.</i> Número de trabalhadores: 104 homens e 2 mulheres. Dificuldades encontradas: <i>a indefinição do Estado quanto a contratação dos serviços da COOPBONDE. (...) a insegurança vivida no processo de transição entre "ser funcionário público" e ser "cooperado" vem gerando muitas dúvidas sobre qual ao melhor saída para o impasse em que se encontram. [dados de junho de 1997]</i> Atualizando: A Coopbonde ficou apenas na intenção de alguns trabalhadores, não foi em frente,

na prática não se efetivou.

(A9-) Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro Ltda – COOPARJ

Início da atividades em janeiro de 1996.

Histórico/objetivos: *Os 44 cooperados da COOPARJ estavam entre os 289 trabalhadores que compunham o quadro de funcionário da Fábrica de Parafusos Águia, cujos empresários, a partir de abril/1995, iniciaram um processo de desmonte e abandono do empreendimento, ignorando assim o pagamento de salários e o cumprimento dos demais direitos trabalhistas. E foi então que, a proposta de formação de uma cooperativa foi aceita, muito embora por um número reduzido de trabalhadores, ou seja, menos de 20% do total deles. De acordo com os depoimentos dos trabalhadores que estão diretamente na produção: o objetivo é melhorar a vida (Jorge). Paulo, operador de máquinas, com 18 anos de experiência de trabalho na Fábrica de Parafusos Águia, acrescentou à questão da sobrevivência a dificuldade de reingresso no mercado de trabalho: "isso aqui é nossa sobrevivência; o mercado de trabalho não aceita a gente devido a nossa idade avançada" . Para Evaldas, presidente da cooperativa, o objetivo primeiro é resolver os problemas imediatos de sobrevivência, o que ainda está muito difícil. Depois "vem os sonhos" (...).*

Número de trabalhadores: 42 homens e 2 mulheres (mais 7 representantes de vendas, não cooperativados)

Dificuldades encontradas: *Falta de apoio das instituições governamentais. Falta de capital de giro. A competição do mercado. A falta de remuneração dos trabalhadores.*

[dados de abril de 1997]

A cooparj já foi apresentada junto das experiências da Anteag.

LT31 -COMITÊ FREGUESIA - OFICINA DE COSTURA

Início da atividades do grupo em 1993.

Histórico/objetivos: *Comitê Freguesia é uma iniciativa do movimento "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida", cujos integrantes, oriundos da classe média, desde 1992, se reuniam na Paróquia Nossa Senhora da Ajuda, na ilha do Governador. Levando em conta as péssimas condições de vida dos três mil habitantes da favela Praia da Rosa e, de acordo com os próprios objetivos do movimento empreendido a nível nacional, o Comitê passa a desenvolver campanhas de doações de roupas e alimentos. Considerando-se que "quem tem fome, tem pressa", o objetivo imediato era contribuir para acabar com a fome, e ao mesmo tempo, cortar o ciclo vicioso da pobreza, provendo atividades de formação tendo em vista a perspectiva de geração de trabalho e renda. (...) o objetivo é que as trabalhadoras possam viabilizar, de forma autônoma, as condições necessárias para garantir os meios para a sua sobrevivência.*

Número de trabalhadores: 01 homem e 27 mulheres, mais dois adolescentes.

Dificuldades encontradas: *Coesão grupal e relações interpessoais. Superação, por parte das trabalhadoras, do espírito de submissão, de obediência e de esperança na caridade como condição para amenizar as péssimas condições de vida. A falta de apoio dos organismos governamentais. [dados de abril de 1997]*

#### LT32<sup>111</sup> - CCAP - Centro de Cooperação e Atividades Populares

Início das atividades do grupo: 1985

Histórico/objetivos: *A idéia de constituição do CCAP nasce a partir do trabalho desenvolvido nas Associações Benéficas – ASBENS. (...) Uma associação sem fins lucrativos, cuja a sigla significava "Centro de Comercialização e Abastecimento Popular". (...) Com adiversidade de atividades que viriam a surgir posteriormente, a sigla da associação passou a designar "Centro de Cooperação e Atividades Populares", cujos integrantes passaram a centralizar sua atuação junto a quatro favelas: Manguinhos, Osvaldo Cruz, Pedreira e Morro da Lagartixa. (...)*

[Objetivos] *Estimular e desenvolver experiências de geração de renda e trabalho, integradas com programas de educação, arte e cultura tendo em vista o autodesenvolvimento de comunidade faveladas.*

<sup>111</sup> É importante assinalar que tanto a CCAP, quanto a AGP são associações, que na verdade congregam não somente uma experiência, mas várias.

Número de trabalhadores alocados nos diferentes grupos: 62
--

LT33- AGP - Associação dos Grupos de Produção Comunitária
---

Início das atividades do grupo: 1985
--------------------------------------

Histórico/objetivos: (...) <i>Um forno comunitário e uma pequena confecção de roupas íntimas foram as primeiras das muitas iniciativas dos grupos de mulheres que, através da produção comunitária buscavam alternativas de trabalho e sobrevivência. (...) Paulatinamente outros grupos foram surgindo em diferentes bairros, oriundos não apenas da igreja, como de diferentes instâncias dos movimentos populares; entre 1985 e 1989 foram criados 19 grupos. (...)</i>
--

<i>Frente a recessão econômica agravada durante o governo Collor, entre 1989 e 1991, apenas 02 novos grupos surgiram, e vários deles tiveram que fechar as suas portas. Entre 1992 e 1994 surgem 17 novos grupos. Em 1997, a AGP congrega 23 grupos localizados nos municípios do Rio de Janeiro, Volta Redonda, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Itaguaí, Campos e Valença.</i>
--

Número de trabalhadores alocados nos diferentes grupos: os 23 grupos reúnem 187 trabalhadores, sendo 129 mulheres e 58 homens.
--

Dificuldades encontradas: <i>As dificuldades econômicas dos grupos, de custear seus gastos, de comercializar seus produtos e de conseguir os merecidos ganhos para os trabalhadores. Superar a rotatividade dos trabalhadores (...). Mobilizar o conjunto dos trabalhadores dos grupos para as atividades de formação.</i>
--

Com a intenção de continuar a análise fizemos uma amostra a partir de 88 cooperativas (ver anexo 2), de uma lista maior de 220 cooperativas do estado do Rio de Janeiro, que conseguimos junto ao banco de dados da OCB<sup>112</sup>, disponibilizado na Internet (OCB, 2000), com o seguinte descritor: *cooperativas de trabalho - Rio de Janeiro*. O primeiro critério para a constituição desta amostra foi selecionar todas as cooperativas que possuíssem telefone. A intenção era listar as cooperativas provavelmente mais desenvolvidas, por conta disso, escolhe-se as que possuem telefone. Depois, todas as que possuíssem como prefixo (DDD) o número 21, para

limitá-las a um universo menor, à cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. A seguir, aleatoriamente, fizemos ligações para 20 destas cooperativas. Nenhum outro critério foi adicionado. Para todas elas seguimos um pequeno roteiro (anexo 5). O passo seguinte foi telefonar para todas estas cooperativas, independente do ramo e atividade que empreendiam.

Das 20 que ligamos conseguimos um contato efetivo com 9. As outras onze, ou se negaram (ou dificultaram) a fazer a entrevista, ou simplesmente não se conseguiu o contato. E dessas nove, uma delas, a Arco-Íris (C19), já havia sido apresentada entre as experiências da Coppe. As outras 8 que tivemos contato – e que aqui terão o efeito de complementação da análise que estamos fazendo – foram as seguintes:

OCB 34- Asozitcoop Ltda Cooperativa de Prestação de Serviços Rua Dias da Cruz,28/615 CEP: 20720-012 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro.

Trabalha com Limpeza e também na área de construção civil. Está em pleno funcionamento.

OCB 35- Atrium Consultores Cooperativa de Profissionais de Informática e Consultoria Técnica Ltda. Avenida Rio Branco, 181 - sala 105 CEP: 20040-007 - Rio de Janeiro.

Trabalha no ramo de informática há mais de 6 anos. Tem mais de 500 cooperados. Funciona para estes cooperados muito mais como uma agenciadora de serviços.

OCB 36- Brasil Rotário Cooperativa Brasil Rotário Ltda. Avenida Rio Branco, 125 18º andar CEP: 20004-006 - Rio de Janeiro.

Ligada à Associação Internacional Rotary Club. Institui-se como cooperativa para divulgar o Rotary Club, sobretudo as suas revistas.

OCB 37- Cierj Cooperativa dos Inspetores do Estado do Rio de Janeiro Ltda. Rua Mário Neves, 75 CEP: 24050-290 - Niterói - Rio de Janeiro.

Com funcionamento de 1994, prestadora de serviços para o setor industrial naval. Está em pleno funcionamento, mas tem um número pouco expressivo de trabalhadores na ativa, somente 10, de 25 cooperados.

---

<sup>112</sup> Algumas entidades (ver CUT,1999) tem uma posição desconfiada em relação à OCB, de qualquer forma, em relação às cooperativas é o que há de mais organizado.

OCB 38- Clinicoop Clínicas Médicas Cooperadas Rua Dona Mariana, 219 CEP: 22280-020 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro.

Cooperativa de médicos, funciona há uns 6 anos. Tem 110 cooperados e está em pleno funcionamento.

OCB 39- Coop. Liderança de Trabalhadores Cooperativa Liderança de Trabalhadores Avenida Gomes Freire, 196 CEP: 20231-010 - Rio de Janeiro.

Tem um número expressivo de cooperados: 900. Encontra-se junto destes cooperados mais de 300 profissões. Funciona muito mais como uma agenciadora de serviços (nos pareceu muito mais uma agência de empregos) que procura postos de trabalho para os seus cooperados.

OCB 40\* - Coopcom Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Comunicação Ltda. Rua Francisco Serrador, 90 - sala 1402 CEP: 22220-001 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro.

Join Consult Cooperativa de Consultas. Funciona há mais de 5 anos, faz prestação de serviços na área de contabilidade.

OCB 41\*\* - Cooplabor Cooperativa dos Trabalhadores em Agenciamento e Locação de Serviços. Rua Helianto, 264 CEP: 21073-010 - Rio de Janeiro.

Como outras cooperativas apresentadas funciona sobretudo como uma agenciadora de serviços para os trabalhadores que estão associados.

Dessas cooperativas, a maior parte delas trabalha com prestação de serviços, parte delas no ramo de limpeza. Algumas também com a construção civil – caso da OCB 32. Destaca-se que a maior parte delas não se encaixa no que antes definimos como sendo as cooperativas-de-trabalho. A maior parte destas cooperativas se encaixa no que seriam cooperativas-de-serviço e/ou cooperativas-de-profissionais-autônomos. Pelas definições que já trabalhamos sabemos que as

---

\* Para a nossa surpresa no momento da pesquisa acabamos encontrando neste telefone uma cooperativa de outro nome: "Join Consult Cooperativa de Consulta (em Contabilidade). Não obstante, prosseguimos com a entrevista...

cooperativas-de-serviço podem se caracterizar como sendo as de-trabalho, pois a característica precípua destas é que produzam bens, e/ou produzam serviços, sempre pelos próprios cooperados, ou seja, as cooperativas-de-trabalho não se contrapõem à definição de cooperativa-de-serviço. De qualquer forma, é importante assinalarmos que as cooperativas que encontramos nesta amostra se caracterizam muito mais como *de-serviço*, e não como cooperativas-de-produção, por exemplo. Esta é uma das características destas cooperativas que encontramos no descritor *cooperativas de trabalho* da OCB: não são de-produção, não se caracterizam como produtoras de bens, mas, prestadoras de serviço.

Contudo, nos chamou a atenção, foi que estas cooperativas não se caracterizariam como "de-trabalho", mas, como "de-profissionais-autônomos" (OCB33, OCB36 e OCB38). O que é muito sério, pois segundo as definições que trabalhamos anteriormente, as cooperativas de profissionais autônomos se contrapõem à definição de cooperativas-de-trabalho. No caso daquelas, a cooperativa geralmente é criada para ajudar os profissionais liberais a organizarem suas atividades, de forma que possam obter mais clientes, ganhos, subsídios, etc., ou seja, o trabalho que possuem estes profissionais liberais prescinde da cooperativa. O que não tem a ver com a definição de cooperativas-de-trabalho.

A verdade é que estas cooperativas que encontramos na OCB passam bem longe da definição do que seriam as cooperativas-de-trabalho, e ainda mais do que seria um empreendimento econômico solidário.

---

\*\* Esta não teve toda a entrevista concluída, mas as informações que obtivemos foi suficiente para a incluirmos.

**Tab. 9 Tamanho da Experiências Solidárias a partir do número de trabalhadores.**

Experiências	Anteag (14)	Coppe/ITCP (15)	LT (4)	OCB (8)	Totais (41)
+100 trabalhadores	6	3	2	3	14
n.º desconhecido	1	-	-	4	5
-100 trabalhadores	7	12	2	1	22

Fonte: Elaboração própria.

**Tab. 10 As Experiências Solidárias (da Anteag e ITCP) por suas atividades.**

Setores	Anteag (14)	ITCP/Coppe (12 <sup>113</sup> )
Indústria/comércio calçadista e similares	2	-
Ind. Eletromecânica; Metalúrgica e Eletro Eletrônica	5	-
Ind. Confecção; confecções de Médio e Grande porte	4	-
Ind. Móveis	1	-
Ind. agropecuária	1	-
Ind. de energia	1	-
Serviços prestados às empresas de água, luz, telefone.	-	1
Serviços de Limpeza em geral (inclui-se a hospitalar)	-	7
Serviços de Limpeza/construção civil	-	2
Serviços de portaria	-	1
Oficinas de Costura/ Confecs. de pequeno porte	-	1

Fonte: Elaboração própria

Com as tabelas acima (9 e 10) constata-se que as experiências, a maior parte, não são de grande porte, já que não superam o número de 100 trabalhadores. E as suas atividades estão concentradas na prestação de serviços, na terceirização de serviços de limpeza. Há poucas experiências em setores mais avançados, a não ser algumas ligadas à Anteag. Porém, algo que não

<sup>113</sup> Quatro experiências não foram incluídas por estarem desarticuladas ou mesmo desativadas no momento da confecção desta tabela (C16, C22 e C25 e C28). Uma, em especial, não foi incluída porque a sua atividade não é bem definida (C20).

podemos esquecer é que a maioria das experiências foi encontrada em processo falimentar, algo que compromete muito o desenvolvimento.

Algumas outras tabelas poderíamos construir, mas na verdade são desnecessárias, como, por exemplo, a que analisasse o desempenho econômico das experiências. Entre as cooperativas e os demais empreendimentos da Economia Solidária é difícil encontrar alguma que tenha conseguido um desempenho econômico substancial e que perdurasse por alguns anos.

No capítulo 3, a seguir, tentamos concatenar as questões do primeiro com os dados e relações que desenvolvemos neste, ao mesmo tempo refletiremos sobre o lugar que Economia Solidária ocupa e/ou ainda pode atuar, sobretudo politicamente, na atual sociedade capitalista.

## A Economia Autogestionária: sua oferta e demanda político-educacional.

Já que o caminho dos empregos se fecha, o ensino poderia pelo menos adotar como meta oferecer a essas gerações marginais uma cultura que desse sentido à sua presença no mundo, à simples presença humana, permitindo-lhes adquirir uma visão geral das possibilidades reservadas aos seres humanos, uma abertura sobre os campos de seus conhecimentos. Viviane Forrester (1997)

O conjunto de análises empreendidos até aqui inclinaram-nos a concluir que as experiências solidárias estão mais para uma forma de assistencialismo, ou, na melhor das hipóteses, na forma de assistência social, do que para algo mais avançado na direção do socialismo. No sentido que a maioria dessas experiências não traz a perspectiva da revolução, da possibilidade da consciência e luta de classe. Porém, uma forma de assistência social que talvez colabore, junto a outras ações, a construir um caminho de contra-hegemonia ao sistema vigente. Para isto, deve afastar-se tanto do discurso da harmonia, que consideraria possível uma aliança entre capital e trabalho, quanto do discurso da vanguarda, de que seriam as experiências solidárias o posto avançado para a construção do socialismo.

Na verdade, a maior parte das experiências solidárias não conseguiu, apesar do atual contexto, se distanciar do que apontava Rosa de Luxemburgo, no início do século passado. Na maior parte das vezes são experiências dos mais pobres, dos marginalizados, dos desempregados ou daqueles que não conseguiram acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

A grande verdade é que o cooperativismo está servindo não só para inserir aqueles que nessa nova conjuntura estão perdendo o mercado mas, principalmente, aqueles que historicamente nunca o integraram. (ITCP, 1998: 19)

A maior possibilidade de sucesso observado é o da sobrevivência do emprego ou da empresa em que se trabalha, pelo menos para alguns anos, até que as coisas mudem. O atual contexto histórico, apesar de diferente do início do século, ainda não foi capaz de potencializar as experiências autogestionárias ao ponto de serem fortes e representativas dentro da sociedade capitalista. A reedição liberal por que passa a sociedade vem empurrando os trabalhadores a buscar soluções, uma delas a da experiência autogestionária, contudo, sob grandes dificuldades.

A atual materialidade traz um exigente uso de novas tecnologias e de conhecimento, dando aos seus detentores um grande poder. O que mais tem-se assistido no mundo inteiro é o aumento da distância entre ricos e pobres. E o pior, a condição dos mais pobres saírem desta situação por

conta própria está cada vez mais difícil. Neste sentido, o contexto atual para a classe trabalhadora é ainda pior daquele do início do século XX.

Desde o início desta dissertação defendemos uma determinada visão: de que para revolucionarmos a atual sociedade é necessário que a classe trabalhadora detenha e também gere os setores mais avançados. Portanto, ao constatarmos que as experiências (a maior parte) não se encontram entre os mais avançados setores (muito pelo contrário), a expectativa quanto à potencialidade de transformação fica menor.

A possibilidade de construir algo novo, revolucionário deste sistema, quando nos referimos à Economia Solidária, certamente existe, até mesmo por contradição, como já havíamos refletido desde o primeiro capítulo. Contudo, nossos estudos têm nos levado a crer que o atual contexto, ao contrário do que nós mesmos muitas vezes sugerimos, não favorece ainda para esta direção. Este é o contexto: o da desigualdade social crescente, da precarização do trabalho, da subutilização da maior parte dos trabalhadores, aumento da detenção de alta tecnologia e conhecimento por parte de uma minoria...

A atual materialidade não pôde ainda engendrar o novo, ou melhor trazê-lo à tona, ainda que esteja lá, entre as várias experiências dos trabalhadores. O que poderíamos ter visto, de forma mais substancial, seria, neste contexto desfavorável, a construção de alternativas desenvolvidas a partir do próprio encurralamento da classe trabalhadora. Quer dizer, desta posição desfavorável, os trabalhadores poderiam ter desferido variados golpes e soluções, sendo que algumas delas poderiam ter ganhado consistência e direção. Algo que pode acontecer, ou que está acontecendo, mas que ainda não se tornou substancialmente visível.

Algo também que o atual momento ainda não possibilitou seria algum direcionamento que libertasse os grandes contingentes de excluídos, de forma que lhes desse condição de luta para solucionar seus problemas. Mesmo porque, a atual configuração do sistema capitalista tem uma terrível instabilidade para resolver: o número de sobrantes que cresce a cada dia. Com isso retomamos duas das perguntas que havíamos feito no cap. 1 (pág. 47) – *Será que [os empreendimentos solidários] não poderiam dar a estes indivíduos atomizados um rosto, a ponto de organizarem movimentos reivindicativos? Que mecanismos condicionam estes indivíduos atomizados a não se rebelarem contra o massacre que estão sofrendo?* A conclusão preliminar que tiramos é que os empreendimentos solidários podem dar sim aos indivíduos atomizados a possibilidade de resgatarem a condição de pessoas incluídas e participantes da sociedade. Algo que acreditamos pode acontecer sob a perspectiva de classe e de luta, como analisaremos a seguir.

Mas, que para a maior parte das experiências acontece, na melhor das hipóteses na forma de assistência social, ou na pior como assistencialismo, em relação aos trabalhadores.

### 3.1- A Economia Solidária entre a Assistência Social e o embate político

A mão que afaga é a mesma que apedreja.  
(Augusto dos Anjos)

O sistema capitalista certamente que não se utiliza apenas do mecanismo da "assistência" para controle das massas dispensadas, porém, este é um dos preferíveis dos utilizados pelas classes dominantes, menos excludente e violento, do que, por exemplo, o da custosa repressão policial e detenção de pessoas.

Nunca se investiu tanto em assistencialismo no mundo. O sistema capitalista vem tentando nos últimos anos compensar toda a discrepância que vem gerando entre ricos e pobres, através, entre outras medidas, do assistencialismo e filantropia. Vê-se, por exemplo, cada vez mais a criação de inúmeras organizações não governamentais, fundações, muitas ligadas a grandes grupos empresariais. Não são poucas as megacorporações que, nos últimos anos vêm procurando apoiar e investir nas mais variadas experiências de assistência e integração social.

Seis bilhões de gentes pululam na Terra, 1,2 bilhão delas numa dieta de emagrecimento de menos de um dólar por dia para viver. Alarmado, o Banco Mundial propõe uma "grande coalizão" de ajuda internacional para evitar dentro de um quarto de século quatro bilhões de pessoas tenham de sobreviver com menos de dois dólares por dia. (Campos, 1999)

Na verdade, desde o início deste trabalho procuramos não tratar as questões da Economia Solidária como algo imediatamente ligado ao assistencialismo. Porém, o caminho de nossa pesquisa tem tomado esta direção. Algo que incomoda, já que o termo "assistencialismo" é tão carregado negativamente, geralmente visto como uma das ações ligadas aos grupos dominantes para manutenção do *statu quo*. Mesmo para muitos grupos de esquerda, é visto como algo menor, muito longe das atividades revolucionárias de que a classe trabalhadora necessitaria. Fizemos tantas perguntas (afirmativas!) no capítulo um, talvez tenha faltado a seguinte: Os empreendimentos solidários vistos como uma forma de assistencialismo podem, ainda assim, servir à classe trabalhadora?

Eis uma reflexão de Paul Singer a respeito:

Provavelmente ampliarão parcerias com instituições da sociedade civil, empenhadas em gerar trabalho e renda e em atender as demandas mais gritantes por comida, saúde, escola, abrigo etc.

Já se sabe que o **assistencialismo em si é imprescindível**, mas que tem de ser acompanhado por ações sistemáticas de formação, de capacitação, de financiamento e de "incubação", para que os socialmente excluídos possam, por si mesmos, construir o caminho de sua reintegração. A ação de igrejas, sindicatos e ONGs já preparou o terreno, aperfeiçoando

tecnologias para arrancar os excluídos do isolamento e do desespero e ajudá-los a criar sociedades de ajuda mútua que lhes permitem a reinserção na atividade produtiva \_de auto-sustento, portanto. Mas, sem amparo estatal, essa ação permanece pontual, atingindo apenas uma fração dos que têm de ser atendidos. (Singer, 2000; grifos nossos)

Antes de prosseguirmos nesta reflexão, temos que precisar um pouco mais de que assistencialismo – ou assistência social – estamos falando. Para isto trazemos a seguinte citação:

[Aqui procura-se] estabelecer critérios que permitam distinguir as políticas de Assistência Social do fenômeno tradicional conhecido como assistencialismo. (...)Pela Assistência Social procura-se garantir àqueles que se encontram em situação de fragilidade as condições para que alcancem os seus direitos, a começar pelo direito ao amparo. Parte-se do princípio que os segmentos desfavorecidos são igualmente titulares de direitos e que esses direitos lhes têm sido sonegados. Inicia-se, então, a construção de políticas públicas voltadas à recuperação de sua dignidade e auto estima. Ponto fundamental nesse processo é a própria construção das relações entre o Poder Público e as comunidades assistidas. Pela Assistência Social, esta relação se dará entre dois sujeitos autônomos e não entre um sujeito (Poder Público) e um objeto (comunidade carente). O que se vislumbra é a possibilidade dos assistidos se organizarem de forma independente, elaborarem suas demandas de forma coletiva e passarem a crer mais em si próprios do que na intervenção de qualquer liderança ou autoridade que lhe apareça como "superior". A Assistência Social é, por isso mesmo, uma prática de emancipação. Se vitoriosa, ela produz sujeitos livres e críticos. Já o assistencialismo, ao praticar a atenção às populações desfavorecidas, oferece a própria atenção como uma "ajuda", vale dizer: insinua, em uma relação pública, os parâmetros de retribuição de favor que caracterizam as relações na esfera privada. É pelo valor da "gratidão" que os assistidos se vinculam ao titular das ações de caráter assistencialista. O que se perde aqui é a noção elementar de que tais populações possuem o direito ao amparo e que, portanto, toda iniciativa pública, voltada ao tema da assistência caracteriza dever do Estado. O que se vislumbra, pelo assistencialismo, é a possibilidade dos assistidos "retribuírem" eleitoralmente a atenção recebida; por isso, os assistidos devem ser submissos e dependentes, não devem se organizar de forma autônoma e, muito menos, expressar demandas políticas como se sujeitos fossem. O assistencialismo é, por isso mesmo, uma prática de dominação. Se vitorioso, ele produz objetos dóceis e manipuláveis. (Rolim, 2001)

Com as citações de Singer e de Rolim conseguimos precisar um pouco mais sobre a necessidade, e de que tipo, de assistência estamos falando. Os empreendimentos solidários estão posicionados neste limiar entre o *assistencialismo* que trabalha a favor das classes dominantes, e entre a *assistência social*, que nos interstícios e nas contradições do próprio sistema pode proporcionar às pessoas a oportunidade de reverter a seu favor as más condições de vida que sempre tiveram. Isto explica, por exemplo, porque os empreendimentos solidários são propostos por uma variedade de entidades, como os sindicatos, ongs, organismos governamentais e internacionais, etc. A perspectiva destas entidades é que os diferencia. Uns estão sob a perspectiva de um assistencialismo mantenedor do *status quo*, mesmo que não seja às vezes a intenção, e outros de uma assistência social que busca a emancipação.

A Economia Solidária (ES) como uma forma de assistência social acaba não sendo a ação transformadora mais avançada no sentido do socialismo, pode estar incluída dentro de uma determinada perspectiva de alargamento da democracia, de cidadania (não somente para os burgueses), de busca pela autonomia, de também mais participação política<sup>114</sup>. A Economia Solidária precisa estar (e se perceber) incluída como uma das trincheiras da contra-hegemonia à sociedade capitalista. Nossos estudos nos fizeram entender que as ações desta economia serão inócuas e superficiais se postas sozinhas. Na verdade, a Economia Solidária pode ser uma das forças da contra-hegemonia encontráveis na sociedade, mas possivelmente uma das mais frágeis. A ES não traz intrinsecamente o gérmen da nova sociedade, mas pode junto de outros segmentos ajudar a constitui-lo. Por conta de tudo isso, e até mesmo pelo lugar polêmico que ocupam, os empreendimentos solidários acaba sendo um importante objeto de estudo também para o Serviço Social, e com isso:

Cabem, aqui, várias interrogações, que merecem ser assinaladas – as políticas sociais anestesiam e adormecem os setores populares em seu nível de organização e na colocação de reivindicações mais profundas? Os serviços recebidos desmobilizam e paralisam os explorados? Ou o contrário – as políticas sociais exacerbam a compreensão e as expectativas dos oprimidos em prol de melhores e maiores reivindicações? Os serviços recebidos estimulam e impulsionam os despossuídos para outras ações por novas conquistas? E, desde outro ângulo – as políticas assistencialistas e as políticas assistenciais são a mesma coisa? Todas as ações assistenciais merecem ser rotuladas como assistencialistas e demagógicas? (...)

Em princípio, entendemos que é a orientação ideológica-política da prática assistencial o que determina se ela é assistencialista ou não. (...) (Alayón, 1995: 53-54)

Ao aproximarmos o estudo dos empreendimentos solidários da disciplina de Serviço Social<sup>115</sup> acabamos por incorporar problemas que há muito tempo acompanham esta ciência social, sobretudo, um dos mais importante destes problemas, que é a questão da assistência ou assistencialismo em relação ao controle dos pobres ou alívio da pobreza. Com isso, procuramos trazer a própria solução prático-teórica que determinada perspectiva dentro do Serviço Social nos oferece:

(...) se acreditarmos que a simples implementação de algumas atividades de bem-estar social, sem considerar a erradicação das causas profundas do atraso e da dependência, é a "fórmula" e a panacéia para solucionar os problemas sociais, estaremos, sem dúvida, imersos no cretinismo do assistencialismo. (...) Mas se, ao contrário, a atividade assistencial é assumida como direito inalienável da população explorada, interpretada na perspectiva da igualdade e da justiça social e, ao mesmo tempo, se atua contra as grandes causas geradoras da exploração e da miséria, obviamente não se pode falar de assistencialismo. (...)

<sup>114</sup> O que, de acordo com determinada interpretação à esquerda, também é visto como um caminho ao socialismo.

<sup>115</sup> Na verdade, muitas são as teses que na área de Serviço Social vêm estudando os empreendimentos da Economia Solidária; vide, por exemplo: Silva, 1998.

Temendo o assistencial, muitas vezes caímos na abstração estéril e no discurso ideológico, afastando-nos, de forma suicida, dos interesses concretos dos grupos marginalizados. Daí a necessidade do máximo cuidado em separar o joio do trigo, para evitar a impugnação fácil e equivocada, para não sucumbir no imobilismo ou na oposição abstrata e para não nos descolar dos estágios objetivos vividos pelos setores populares. (Alayón, 1995:54)

Enfim, a conclusão que tiramos para a Economia Solidária é diferente, ainda que não muito distante *da reforma e revolução* – tese de Rosa Luxemburgo do início do século XX. A luta cotidiana atual dos trabalhadores traz outros questionamentos, porém, que ainda podem contribuir na direção do projeto socialista. Na verdade, esta leitura da realidade, que agora temos a oportunidade de fazer, diferencia-se por certos aspectos às análises de Luxemburgo<sup>116</sup>. Não temos como marcar fronteiras contudentes do que seja reforma ou do que seja revolução. E isto, se dá, primeiramente, porque na relação capital e trabalho, que temos na atual configuração do sistema, o trabalho está em desvantagem (porém, um diagnóstico que serve para outras épocas). O que significa que muitas ações e atividades que poderiam ser vistas anteriormente como reforma, podem ser a última salvação para determinados grupos que vão sendo excluídos. O segundo motivo, o mais importante, é que se reforma e revolução são possibilidades postas, estão imbricadas dialeticamente nos mais variados espaços, atividades e instituições desta nossa sociedade. A questão portanto não é somente se temos *reforma ou revolução*, ou se temos *conservadorismo ou revolução* (esta mais detectável), mas, se podemos potencializar no sentido da revolução, da transformação, da emancipação. Se a Economia Solidária puder fazer isto, já é muito.

### 3.1.1 A Economia Solidária como solução para crise do emprego

---

<sup>116</sup> Mesmo porque o contexto histórico da segunda década do século passado é bem diferente. A eminência e a possibilidade de implantar o socialismo pela Europa era real, os movimentos de esquerda que não perseguissem vorazmente este caminho não estariam sendo apenas reformistas, mas conservadores do sistema capitalista. (cf. Hobsbawm, 1996) Luxemburgo ao enxergar isto faz a denúncia. Na atual configuração capitalista as experiências socialistas são apontadas como fracassos, porém, o atual sistema ao mesmo tempo que se faz imponente mostra seus limites e contradições. Talvez a questão *reforma ou revolução* não seja dialético, já que muitas das instituições (ainda) encontradas em nossa sociedade são resultantes de décadas de convívio com o socialismo (no embate), com o *Welfare State* e por meio da luta dos trabalhadores. A luta, por exemplo, dos trabalhadores para a manutenção de determinadas instituições pode estar significando uma resistência contra o capitalismo por direitos antes conquistados. A reconstrução do caminho e do projeto socialista precisa acontecer nos interstícios do próprio sistema, na

Na verdade, esta é a questão central para todos os que investigam a Economia Solidária: os empreendimentos solidários podem suprir os trabalhadores de sua carência de trabalho e renda, na atual crise do emprego? Independente da ideologia, essa foi a questão que uniu a todos, pôs entidades antagônicas defendendo o mesmo tema, não obstante das perspectivas e desconfianças diferentes:

O Projeto de Economia Solidária começou a ser formulado pela Central Única dos Trabalhadores como uma resposta criativa à grave crise da economia e do mercado de trabalho que está massacrando os trabalhadores. Acompanhando as profundas transformações que modificam o perfil da classe trabalhadora, as relações de trabalho e buscando construir alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário, a CUT está em processo de organização de uma Agência de Desenvolvimento Solidário. (CUT, 1999)

E como nos mostrou Tiriba (2001):

No caso brasileiro, é bem verdade que o governo federal, com o apoio dos organismos multilaterais de cooperação e com a promessa de combater o desemprego, vem financiando programas de crédito popular para a formação de microempresas, cooperativas e associações, mas, evidentemente, em consonância com os interesses do empresariado moderno. (140)

O que confirma Gaiger (1999)

(...) muitas cooperativas têm sido criadas segundo uma lógica de terceirização (...) com o apoio do governo estadual, de prefeituras e de órgãos empresariais, como o SEBRAE e o SENAI. (29)

No capítulo 1 perguntamos: *Qual o ritmo de crescimento das experiências de solidariedade em relação ao número de pessoas dispensadas do mercado de carteira assinada?* (págs. 62-63) No capítulo 2 começamos a constatar: *que se a tarefa da Economia Solidária é gerar trabalho e renda será sempre insuficiente, pois não há como acompanhar o ritmo da produção capitalista de gerar desemprego.* (pág. 74) A conclusão de nosso trabalho não se resulta em otimismo. Concluímos que, apesar do grande crescimento que teve, os empreendimentos solidários não conseguem acompanhar o ritmo do desemprego. No melhor dos casos cria postos de trabalho, mas ainda poucos para acompanhar os que se extinguem com o desemprego. E no pior dos casos – algo que vimos na maior parte das empresas autogestionárias assumidas após à falência – não se cria mais nenhum novo posto de trabalho, o número de trabalhadores é menor do que antes.

---

própria contradição que engendra; é necessário resgatar a perspectiva de classe, redirecionando os espaços

Com tudo isso, temos uma hipótese que não poderemos confirmar neste trabalho, mas nos ajudará na análise. Presumimos que, se para os próximos anos o desemprego diminuir, há uma tendência a diminuir também a extensão da Economia Solidária. Não obstante, precisamos antes fazer uma ressalva: ao colocarmos a diminuição do desemprego como uma possibilidade, em nada tem a ver com a perspectiva neoclássica do "equilíbrio geral" (ver pág. 32). O desemprego é estrutural, acompanha o desenvolvimento tecnológico excludente do capitalismo. O que não significa (para nós) que seja um problema intransponível, insuperável, ou que devemos aguardar. Pode ser combatido se as ações políticas derem uma guinada, para outro sentido, e que se possa pensar na ocupação e inclusão de todos. De qualquer forma, em nenhum momento tentamos "tapar o sol com a peneira", desde o início de nossos estudos apontamos que a Economia Solidária tinha uma relação de origem com a precarização do trabalho (ver item 1.3.4). Portanto, é um cálculo possível dizer que, com o trabalho deixando de ser precarizado, a Economia Solidária tende diminuir sua extensão.

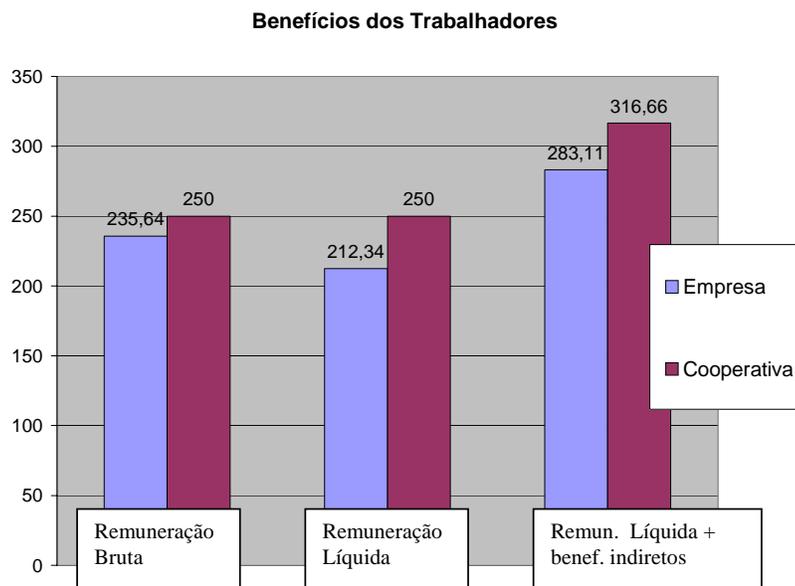
Retomando: apontamos a relação existente entre a Economia Solidária e a precarização do trabalho ao ponto de presumirmos que a diminuição deste leva a da outra. Algo que não é difícil compreender, pois, se hoje o desemprego substancialmente diminuísse resgataria muitos dos que agora participam da economia popular e solidária. Porém, o inverso não se mantém na mesma proporção. O desenvolvimento da Economia Solidária não precariza, pelo menos diretamente, o trabalho<sup>117</sup>. Quando o trabalhador encontra os empreendimentos solidários, na maioria dos casos, já está em situação precária. Com todas as dificuldades que as empresas autogestionárias se deparam, na maior parte das vezes, os trabalhadores apontam melhores condições de trabalho, e em algumas vezes, a conquista de maior ganho salarial, como nos exemplos das cooperativas acompanhadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares:

**Gráfico 6: Quadro Comparativo Empresa x Cooperativa (em Real, ano de 2000)**

---

de nossa participação à transformação.

<sup>117</sup> Não obstante, resta saber se a Economia Solidária, no final das contas, contribuirá com a precarização do trabalho, mesmo que a longo prazo e indiretamente. Como viemos analisando desde o capítulo 1 (pág. 56), entendemos que o nascimento da Economia Solidária dá-se nesta precarização, mas o caminho que toma não necessariamente contribui para isto. O problema é que a crítica sobre a Economia Solidária, que também está em nosso trabalho, aponta que os empreendimentos solidários podem enuviar a consciência dos próprios trabalhadores quanto a outras soluções e possibilidades de luta, talvez mais favoráveis.



Fonte: Programa Educação, Trabalho e Cidadania da ITCP - COPPE/UFRJ

Paradoxalmente, embora gerada a partir da precarização do trabalho, a Economia Solidária pode ajudar aos trabalhadores a melhorar a sua situação.

Esta atual precariedade por que passa o trabalho explica porque os direcionamentos políticos precisam recorrer à Economia Solidária. O atual desemprego não é friccional (ver página 30), não é somente resultado do fluxo e refluxo da economia, como poderia ter sido noutras épocas. As políticas governamentais não terão resultados substanciais para o problema do desemprego zelando apenas para o bom funcionamento da economia de mercado. A questão do desemprego passa por uma questão também sócio-política.

Não obstante, na prática, a Economia Solidária não recebe apoio substancial das instituições governamentais; e mais, a legislação existente (para as cooperativas, por exemplo) dificulta o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. As linhas de crédito e de financiamento, também como exemplo, são insuficientes para os empreendimentos.

A maior potencialidade da Economia Solidária talvez esteja em sua oferta e demanda político-educacional. Pois, apesar de tudo, o desenvolvimento das experiências autogestionárias

possibilita aos trabalhadores aumento em seu grau de autonomia, de consciência política. Saem da condição de apenas executores das tarefas, para pensá-las sob um prisma maior. Os trabalhadores podem elaborar as tarefas, relacioná-las com o restante da sociedade; desmitificar os cargos de gerência; podem ver a importância social de suas obras; podem enxergar que políticas governamentais estão ou não ao seu lado; conseqüentemente podem influenciar mais na sociedade.

Nesse ínterim, os trabalhadores demandam por uma educação que os possibilite superar a sua histórica condição de executores de tarefa, para que possam também gerenciar seus próprios meios de produção, entender e apresentar-se ao mercado, compreender e influenciar na legislação, participar e mudar as orientações políticas.

Com isso, se por um lado, o desenvolvimento da Economia Solidária não está acompanhando o do desemprego, por outro, parece que as políticas para a solução deste tendem a passar por ela. Com a possibilidade, a partir do momento em que os trabalhadores começam a fazer exigências e a buscar resultados concretos, da Economia Solidária ter um pouco mais de eficácia, já que os governantes não poderão continuar prevaricando diante do desemprego.

Contata-se que as políticas de emprego urgem, os governantes precisam dar resposta perante o desemprego estrutural. Uma, dentre as várias ações a serem feitas, pode passar pela Economia Solidária, podendo ser apresentada tanto como uma proposta de esquerda, quanto de direita<sup>118</sup>. Sendo de direita propõe que a ação do governo seja limitada; que não se crie uma legislação diferenciada para favorecer as experiências solidárias; que havendo investimento educacional esteja nos moldes do capital humano; que a maior parte dos investimentos se dê sob forma assistencialista, para os empreendimentos populares e setores não estratégicos; e estimule o empreendedorismo, num sentido individualista de apresentar-se ao mercado.

Sendo de esquerda, o governo tem participação direta no desenvolvimento da Economia Solidária. Aceita-se que a legislação seja modificada a favor dos empreendimentos solidários, para que, por exemplo, sejam mais concorrentes com as empresas mercantis na hora de uma

---

<sup>118</sup> *Não obstante ser a díade seguidamente contestada por muitas partes e com vários argumentos – e de modo mais intenso, mas sempre com os mesmos argumentos, nestes tempos recentes de confusão geral –, as expressões "direita" e "esquerda" continuam a ter pleno curso na linguagem política. Todos os que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si.* (Bobbio, 1995:63). Assim espero! De qualquer forma, a visão de esquerda (que trabalhamos) não se assenta apenas na *igualdade*, mas precisa ter no horizonte o socialismo, ainda que haja variações em seu formato.

licitação. Propõe-se que o investimento educacional esteja sob a perspectiva da politécnica<sup>119</sup>, numa visão mais ampla de educação e não desvinculada da escola<sup>120</sup>. E que os investimentos sejam grandes, os financiamentos a juros aceitáveis, não somente para os setores artesanais pertencentes ao ramo secundário do capitalismo, mas também para os setores de ponta em que os trabalhadores estejam a procura de sua autogestão. E ainda neste sentido, a Economia Solidária pode significar distribuição de trabalho, também política de assistência social em que o governo participa intensamente nos setores populares, ajudando-os em sua organização e na direção de sua emancipação.

Contudo isso, provavelmente o mais importante é entender que teorizar a Economia Solidária é refletir incessantemente a sua prática, o cotidiano de suas experiências. As respostas e os caminhos são postos a todo instante, entre os trabalhadores, entre os agentes e entre os intelectuais que acompanham. O que hoje está como avançado pode a seguir ser definido como atraso, por conta disso é que a reflexão tem que ser continuada. O que não pode ser posto de lado é a perspectiva do conflito, a ideologia, a disputa política, a construção da contra-hegemonia<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> Nestes termos, refere-se a um conceito central do pensamento pedagógico que torna o trabalho como princípio educativo. Ele compreende uma avaliação **crítica da visão pragmática e instrumentalista** das relações entre educação e trabalho e do dualismo entre ensino geral/acadêmico e ensino profissional, que seriam expressões da divisão social do trabalho. (...) Isso não significa ensinar tudo, mas orientar o processo de ensino/aprendizagem pelo princípio ontológico da totalidade. (Dicionário, 2000: 249) (ver também Frigotto, 1993)

<sup>120</sup> Recorrendo a Tiriba (2001: 29): Daí que, se a relação trabalho-educação tem como pressuposto que o conhecimento produzido na escola tem como fonte inspiradora o saber produzido nas relações sociais que os homens estabelecem em seus processos de trabalho e em suas relações mais amplas, de outro, a possibilidade de transformar a ação em ação-transformadora pode ganhar corpo quando os trabalhadores tiverem assegurado, ao menos, o direito à educação básica (fundamental e média).

<sup>121</sup> A própria “filosofia da praxis” (o marxismo) não pode se pretender imune às vicissitudes da ideologia. Na medida em que está comprometido com um projeto e uma ação de crescente mobilização das classes populares – cuja consciência se move no plano do “senso comum” (...). O que importa não é ambição irrealista de se preservar contra qualquer “contaminação” por parte das contradições sociais, e sim a firme disposição para uma luta permanente no sentido de superar os elementos “acríticos” da consciência, em ligação com o projeto de revolucionamento da sociedade. (Konder, 1999)

### 3.1.2 A sustentabilidade da Economia Solidária.

A análise sobre a questão da sustentabilidade envia por dois caminhos que pretendemos abordar. Um dos caminhos é a respeito da auto-sustentação, no sentido estritamente econômico, ou seja, da possibilidade da auto-suficiência material dos empreendimentos solidários. E que corresponde este item. O outro, vai de encontro ao termo *sustentável*, quanto a ligação com a questão ecológica e, o tipo de desenvolvimento destruidor da natureza que o capitalismo vem promovendo ( e que veremos mais cuidadosamente no item 3.1.4). Dos temas que estamos retomando do capítulo um, na qual fizemos várias indagações e estudos teóricos, o da (eco)sustentabilidade, praticamente não nos aproximamos<sup>122</sup>.

-----

No capítulo dois, quando procurávamos a definição de Economia Solidária não somente a diferenciamos da economia popular, mas apontamos que deveria englobar esta última (2.1). Como também, deveria procurar a autonomia, sem que isto significasse isolamento. Alertamos também que o trabalho feito pelos empreendimentos solidários precisa ter grande utilidade para o restante da sociedade, pois não existiria autonomia sem uma parcela de trabalho heterônomo (rever também item 1.3 do cap. 1). Tendo isto em mente é que procuramos entender a auto-sustentabilidade da Economia Solidária. Sem perdemos de vista aquela reflexão, recorreremos agora a alguns autores que analisam a Economia Solidária/popular.

Ainda que uma grande quantidade de unidades econômicas populares seja muito democrática, estará condenada a se subordinar ao sistema capitalista se não consegue ascender a uma economia de escala. Efetivamente, a única maneira em que uma economia popular pode empreender uma estratégia de mercado e tentar competir com o capitalismo e sua economia de escala, sem que os produtores-trabalhadores populares se convertam em capitalista, é precisamente através da associatividade. (Nuñez apud Tiriba, livro 2001: 112)

A citação acima de Orlando Nuñez, apresentado pela professora Lia Tiriba em seu livro, primeiramente ratifica uma reflexão que vem se fazendo ao longo deste trabalho: o perigo constante de subordinação da Economia Solidária/popular à economia de mercado capitalista.

---

<sup>122</sup> Neste sentido, tem-se visto muitos organismos investindo na formação sobre a temática da Economia Solidária e fazendo uma ligação com a questão da sustentabilidade do meio-ambiente. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, vem investindo em programas específicos, como o "Curso de Formação em Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário", orientado pela Escola Sindical 7 de Outubro. (ver também: Guimarães, s/d.)

Depois, o que na citação não se desenvolve muito, de como se daria a solução: pela associatividades. Concordamos que a associatividades – como a idéia de rede (ver cap. 2) – entre os empreendimentos solidários/populares é uma real necessidade de sobrevivência, mas, com a ressalva de dizer que, se permanece o isolamento será uma economia paralela, alternativa e pobre<sup>123</sup>.

Acabamos por encontrar em Coraggio muitos pontos em comum à nossa análise, sobre a economia popular, às vezes até com mais radicalidade:

se trata de um segmento dependente, subordinado, e que sem mudar tais condições não se pode propor um projeto de desenvolvimento independente. [...] Cumprem em nível macrossocial um papel mais redistribuidor que criador de riquezas (a intermediação informal "socialmente necessária"), não é possível qualificar, aprioristicamente, esse segmento, como "economia de solidariedade". (Coraggio apud Tiriba, 2001: 113-114)

[AM1] Comentário: Página: 13  
Como assim?

Podemos até dizer que nosso trabalho se dá em continuidade ao de Coraggio. Sua análise foi sobre a economia popular dentro da totalidade da economia, posicionando-a em relação a dois outros subsistemas: a economia empresarial-capitalista e a economia pública – empresarial estatal e burocrática estatal, não orientada para o lucro (Coraggio, 1991). O estudo que fazemos, em certa medida, demanda à expectativa que Coraggio criara naquele momento.

Trata-se de ir ganhando espaço no mercado dirigido por poderes monolíticos ou pela tendência à acumulação sem limites, e portanto de uma contraposição de valores, pugnando por controlar o mercado como instituição criada pelo homem, fazendo predominar a reciprocidade e a qualidade da vida por cima do enriquecimento de uns poucos e a degradação das maiorias. (Coraggio apud Tiriba, 2001:114)

A Economia Solidária – ou de solidariedade, como diria Coraggio – não deve prescindir da popular, mas de forma nenhuma restringir-se a ela. A consequência disso é que a Economia Solidária deve projetar-se aos outros subsistemas da economia, para até mesmo garantir sua sobrevivência e ganhar uma maior dimensão dentro da sociedade. Isto sem esquecer que a Economia Solidária, em maior ou menor grau, não é apenas projeção, mas também reflexo, busca

<sup>123</sup> Certamente que esta definição de "pobre" é muito questionável. Sociedades alternativas podem apresentar qualidade de vida bem maior do que a sociedade "desenvolvida". Embora reconheçamos isto, não é a análise que nos propomos fazer aqui, queremos entender a sociedade em que vivemos num todo, assim como a sua transformação. Sobre "as sociedades alternativas" cabe, por exemplo, algumas perguntas: o quanto elas podem se expandir? Suportam mais que uma geração? Em que contribuem para a transformação de toda sociedade? Com *os homens de negócio* detendo todas as propriedades, transformado cada vez mais coisas em objeto de troca, como já acontece com as sementes agrícolas e mais tarde acontecerá com a água, como podem as sociedades alternativas obter a sustentabilidade econômica, a autosuficiência?

de resposta também para as classes não-populares; fruto de um afrontamento real por que passa a classe trabalhadora, com o espectro do desemprego.

Portanto, para a Economia Solidária ser autosustentável (economicamente) precisa ter como fim a autonomia, o que não significa isolamento. O isolamento pode até acontecer, como um meio, mas não como fim. Na busca pela autonomia não se elimina o trabalho heterônomo, o que se consegue é a sua diminuição. Para os dias de hoje há mais uma peculiaridade: percebeu-se o quanto este trabalho heterônomo é indispensável. Para a Economia Solidária realmente crescer é necessário assumir atividades que não sejam somente artesanais ou supérfluas.

A forma para que tudo isto se realize ainda não está bem descrita na realidade. A Economia Solidária é tão incipiente quanto a própria pesquisa e teorização que vai se fazendo a respeito. Mesmo assim, tem-se procurado apontar caminhos<sup>124</sup>. Um dos desafios é apresentar-se ao mercado competitivo – da economia empresarial-capitalista – sem sucumbir diante dele, ou interiorizar as mesmas lógicas.

Inferimos que o principal caminho, que realmente pode viabilizar a Economia Solidária, e com as características que estamos apontando, está na direção do e no Estado, vejamos a contribuição de Coraggio:

Trata-se de ir construindo democraticamente uma estratégia compartilhada para ir transformando a sociedade mas também para reformar o poder estatal.(...) Um poder estatal que esteja fortemente fundado na sociedade e que dependa menos de imagens ideológicas [?] e mais de histórias e práticas compartilhadas. (Coraggio apud Tiriba 2001:114)

Ou melhor, que estas *imagens ideológicas* sejam da classe trabalhadora. De qualquer forma, é necessário perceber que a saída para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários está em sua "sustentabilidade política"<sup>125</sup>.

No final do tópico anterior (3.1.1) fazíamos a ligação entre o poder público estatal com a Economia Solidária, em que ele poderia, entre outras várias ações, estimular as experiências solidárias como forma de combate ao desemprego. Vemos agora que a mão inversa também é

<sup>124</sup> *Os filósofos até então constataram e pensaram o mundo, eis que chegou o momento de transformá-lo...* (Karl Marx)

<sup>125</sup> Não temos uma reflexão definitiva para a idéia de *Estado* e de *participação política*, não obstante, trabalhamos com uma determinada interpretação sobre Marx a respeito: *em 1875, na crítica do programa do partido alemão, na qual o desaparecimento do Estado é pensado mais em termos de inversão-transformação do que sob a forma de uma simples negação: "A liberdade consiste em transformar o Estado, órgão erigido acima da sociedade, em um órgão inteiramente subordinado à sociedade (...) Daí se levanta imediatamente a questão: que transformação sofreria a forma-Estado na sociedade comunista? Em outros termos, quais funções sociais, análogas às funções atuais do Estado, subsistiriam naquela?* (apud Abensoup, 1998:73)

importante, que o projeto dos agentes e dos atores da Economia Solidária precisa tomar o sentido da disputa política, para ter espaço no Estado.

O significado disso é que a Economia Solidária – e todo o terceiro setor – não pode, estando pelos trabalhadores, acreditar que o seu desenvolvimento pode acontecer de forma apolítica<sup>126</sup>.

### 3.1.3- A Economia Solidária e a perspectiva de classe

A partir das experiências que encontramos, talvez, a análise deste tópico faz-se a mais difícil. Poucas foram as experiências dos trabalhadores que tentaram mudar a sua sorte, numa perspectiva de luta, por meio de uma tomada de posição e espaço em relação a um patrão capitalista. Apesar de poucas, uma experiência em especial nos chamou a atenção, por ter sido a que mais se enquadrou no conflito Capital e Trabalho. A experiência da Cooperminas (A14), apresentada pela Anteag, nos mostra que o espírito combativo não só pode como deve existir, para a construção da Economia Solidária ou autogestionária. A luta dos trabalhadores da Cooperminas por sua autogestão é importante para pensarmos a Economia Solidária, já que mostra uma possibilidade provavelmente mais avançada do que pela assistência social.

Na verdade, esta é mais uma possibilidade, que supomos à esquerda, para a Economia Solidária. Nos três itens anteriores inferimos a necessidade de se pensar a Economia Solidária na direção do Estado (e até vice-versa). Agora vemos que a Economia Solidária também pode assumir um caminho na qual o embate se torna mais visível, mas a relação com o Estado nem tanto<sup>127</sup>. Em alguns momentos, o conflito da relação Capital e Trabalho aparece com força e a opção pelo empreendimento solidário serve para romper com as regras do jogo capitalista. A relação com o Estado se dá sob mais desconfiança, pois este é provavelmente representante da burguesia. De qualquer forma, este caminho da Economia Solidária também está na busca pelo

---

<sup>126</sup> Este é o sentido para o termo "público não-estatal" que muitas experiências do Terceiro Setor acabam tendo, que orientam suas ações sob uma perspectiva liberal de sociedade. (Cf. Pereira, 1999)

<sup>127</sup> *Existem, pelo menos duas linhas na descrição de Marx das relações entre as classes e o Estado; embora elas não estejam explicitamente distintas no trabalho de Marx (...). A primeira, (...) enfatiza que o Estado em geral e as instituições burocráticas em particular, podem assumir várias formas e constituir-se uma fonte de poder que não necessita estar diretamente ligada aos interesses, ou estar sob o controle exclusivo, da classe dominante a curto prazo. De acordo com esta noção, o Estado retém um certo nível de poder independente da classe dominante. A segunda linha (...): o Estado e sua burocracia são instrumentos de*

poder político, mas que pode ser construído não necessariamente participando nos mecanismos legais da maneira de ser do atual Estado. A relação com o Estado se dá na maior parte das vezes pressionando-o, nas regras da lei ou não, algumas vezes propondo, e em poucos momentos apoiando. Como faz, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra – MST, que se organiza fora da esfera estatal, mas, em sua direção orienta a maior parte de suas reivindicações<sup>128</sup>. Algo que vemos nas experiências da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda – CONCRAB do MST, que embora estejam ligadas, na maior parte, ao setor agrícola, ajuda-nos a pensar mais esta possibilidade para a Economia Solidária.

O Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA corresponde ao Setor de Produção e Comercialização do MST. O SCA, cuida dos assuntos da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base nos assentamentos. Estimulando as diferentes formas de cooperação, integrando os assentados familiares, seja na cooperação ao nível da produção, ou da comercialização, ou ainda , na obtenção de crédito ou de melhorias Infra-estrutura.

Visualizando estes objetivos, os assentados tem estimulado a organização da produção e dos serviços ao nível local, através de Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção Agropecuária — CPA's e Cooperativas de Prestação de Serviços — CPS's. Ao nível estadual formaram-se as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária — CCA's. Articulando este Sistema Cooperativista dos Assentamentos — SCA tem-se, ao nível nacional a CONCRAB (...). (MST, 2001)

Uma perspectiva para a Economia Solidária que vemos muito próxima da apresentada por Tomas R. Villasante:

Hoy hay ejemplos de Economías populares y de repartos del trabajo y de nuevos empleos en actividades sociales, economías del valor de uso, que se plantean como alternativas prácticas en construcción, aunque minoritarias aún, en Ayuntamientos, Universidades, ONGs y el llamado “tecer sector”, que desde estas épicas polifónicas pueden ganar espacios muy significativos. Cuando se nos insiste en que sólo es posible un modelo global neoliberal, cabe presentar ejemplos públicos (no estalistas ni burocráticos) que muestren este estilo épico de remar contracorriente colectivamente. (1998: 227)

---

*classe que emergiram para coordenar uma sociedade dividida de acordo com os interesses da classe dominante.* (Held, 1987:104)

<sup>128</sup> Este sim seria um bom exemplo de "público não estatal", ideológico, e em busca de expressão e espaço político: *A partir das ocupações de terra ocorridas em 1979, no município de Nonoai/RS surgem os primeiros embriões do Movimento Sem Terra que em conjunto com animação de base promovida pela Igreja Católica e (...) com apoio do Movimento Sindical, consolida-se as pressões sociais pela Reforma Agrária compondo definitivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com uma maior legitimidade e visando atender ao desafio de tirar da terra o seu sustento, à partir de 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST passou a desenvolver atividades buscando melhorar a organização da produção através de diferentes formas de cooperação. Estimulou-se a criação de grupos de base nos assentamentos que se desenvolveram em associações, grupos coletivos de trabalho investimento e outros.* (MST, 2001)

Nos distanciamos um pouco de Villasante quanto a um viés que pode tomar sua reflexão, no que procuramos dar maior conteúdo político e ideológico para as experiências do Terceiro Setor, pois desconsideramos a possibilidade de seu crescimento e desenvolvimento fora das questões de Estado. O que seria uma opção para uma perspectiva liberal de Estado.

#### 3.1.4- A Questão do Ecodesenvolvimento e sua relação com os empreendimentos solidários.

A intenção desta parte do trabalho é refletir o conceito e a definição do que seja *desenvolvimento sustentável* e as suas variações e a relação que estabelece com a Economia Solidária (e/ou popular). A intenção é apresentar rapidamente o embate ideológico, alguns dados, as visões que se pode obter por trás do significado de sustentabilidade.

Não foram poucas as entidades que fizeram a conjunção entre a Economia Solidária e o desenvolvimento solidário, mesmo porque possuem juntos questões e problemas ligados ao contexto atual: de limite da expansão do capital e da crise do trabalho assalariado. A questão do desenvolvimento sustentável tornou-se central, por detrás dela há uma disputa política cada vez mais presente na sociedade. Uma disputa que vai dando identidade aos grupos políticos, obrigando-os a se posicionar em relação às medidas que serão tomadas para a preservação do meio-ambiente. Os grupos precisam tomar partido, entre as ações que realmente desejam uma profunda mudança no atual modelo de desenvolvimento capitalista, ou entre as ações que desejam aliviar a ação predatória do sistema capitalista.

Um assunto que se aproxima da Economia Solidária não somente por compartilharem de um mesmo contexto, mas, porque também inserem-se numa disputa política (conceitual) semelhante. Tanto um quanto o outro são propostos por segmentos políticos diferenciados, por vezes antagônicos, conseqüentemente possuem orientações e buscam resultados diferentes<sup>129</sup>.

Tendo o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo o que busca ao mesmo tempo “*desenvolvimento econômico eficiente, justiça social distributiva e eficácia ecológica* (Altwater apud Frigotto 1997b) apresentamo-lo dentro dum espaço de grande disputa política e ideológica:

---

<sup>129</sup> O que para determinados grupos políticos de esquerda, por exemplo, pode ter a seguinte orientação, em que se relaciona: (...) *a não aceitação da exclusão como necessidade, a socialização do poder político e a consideração da finitude dos recursos naturais, que exige inclusive um novo sentido para o processo produtivo.* (Genro, 1999: 153)

Ao mesmo tempo que a tomada de decisões, face à gravidade da deterioração do meio ambiente, demandam uma planificação global, paradoxalmente exacerba-se, nos anos 80 e 90, as teses conservadoras, ressuscitadas pelo Neoliberalismo, da liberdade de mercado, da competitividade e da restrição da esfera pública e o campo dos direitos sociais. As medidas efetivas que se vem tomando face ao modelo predatório do desenvolvimento e expansão capitalista tem sido quase nulas. Neste contexto a idéia de desenvolvimento autosustentado não passa de um jargão ou uma “piedosa” intenção. (Frigotto 1997b)

A luta por preservação do meio ambiente já existe há décadas: em 1948 é fundada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1961 surge com sede na Suíça o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), e desde as décadas de 60 e 70 se conhece as lutas do *Greenpeace* e dos Amigos da Terra Internacional. O termo *Desenvolvimento Sustentável*<sup>130</sup> aparece em vários projetos e estratégias divulgados por estas entidades, em especial o apresentado pela ONU em 1987, intitulado *Nosso Futuro Comum*.

As propostas que o grupos ecológicos possuem se fossem levadas à diante se tornariam grandes empecilhos aos ditames do capital e de a sua forma de acumulação. A aplicação destas propostas seriam contrárias aos interesses das Megacorporações e dos países ricos<sup>131</sup>. Eis uma das conclusões tiradas da ECO-92, expressadas no 4º capítulo da *Agenda 21* no Rio de Janeiro: (...) *se os avanços tecnológicos em curso não forem suficientes para assegurar a integridade da biosfera, será necessário diminuir os padrões de produção e consumo, especialmente nos países industrializados, os maiores consumidores dos recursos naturais.* (Abril, 1997: 322-323)

O problema destas propostas apresentadas pelos ecologistas e pelos eco-socialistas<sup>132</sup> é quanto a sua realização. O balanço das Comissões das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) até 1995 mostra *que os países enfrentam enormes dificuldades políticas, econômicas e sociais para atingir esta meta.* Se o atual momento do processo capitalista reuniu na mesma trincheira ecologistas e socialistas, isto ainda não foi suficiente para lhes dar força e eficácia.

---

<sup>130</sup> O relatório propõe a adoção de um modelo alternativo de crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável, definido como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Na prática, pressupõe a utilização de sistemas mais racionais de exploração da natureza, como as tecnologias não-predatórias para preservar o equilíbrio ecológico. (Abril 1997 p.322-323)

<sup>131</sup> Sobretudo a dos Estados Unidos, exemplo de quem resiste em participar do acordo de Kyoto: *União Européia alega que o governo Bush está errado ao mencionar o custo como um motivo válido para rejeitar o protocolo de Kyoto, que requer que os países industrializados reduzam suas emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa em 5% entre 1990 e 2010.* (Houlder, 2001)

<sup>132</sup> Cf. Villasante, 1998.

Mesmo com o enorme esforço que os capitalistas estão fazendo para apreender o conceito de sustentável, por um outro lado é muito difícil de segurar a discussão à respeito, em que se mostram as contradições e os contra-sensos.

O termo *desenvolvimento*, ligados aos interesses capitalistas (ver Singer, 1997), associado a uma perspectiva ecológica e à idéia de sustentabilidade é incompatível, pois não traz – até dentro da lógica custos/benefícios do capitalismo – resultados substanciais. Isto implica, por exemplo, que a visão utilitarista pressupondo *eficiência na utilização dos recursos do planeta* (ver Acsehrad, 1997), já permitiria ver a contradição desta proposta: o *desperdício da base material do desenvolvimento*. Claro que isto é pouco, porque ainda estaria sob uma racionalidade econômica que dimensiona o uso dos recursos naturais em nível de planeta, mas já dá elementos para a construção de um discurso contra os poderes ilimitados do mercado. Isso possibilita o desmascaramento da relação dos termos desenvolvimento e sustentabilidade pelos capitalistas.

O capitalismo está trazendo problemas ambientais cada vez maiores, está cada vez mais difícil de esconder a sua ineficiência. A sustentabilidade do desenvolvimento não acontecerá se for conduzido pelos setores conservadores da sociedade. Nem mesmo a proposta estreita que vem dos organismos internacionais – de se garantir às civilizações futuras o direito de suprir suas necessidades – será cumprido<sup>133</sup>. Na verdade, o futuro – o real pensamento dos setores conservadores – é um problema dos homens que virão. Ser crítico a isto é, o que diria os ecologistas, produzir consciência ecológica.

O grande problema é que nos fins dos anos 90 com um capitalismo cada vez mais excludente, com problemas sociais cada vez maiores, a questão do desenvolvimento sustentável tornou-se mais necessário, só que mais difícil de ser realizado. Há uma necessidade de projeto maiores, governamentais e supranacionais. Isto fica difícil, já que as sociedades que precisam resolver seus problemas sociais dificilmente podem e farão projetos e estratégias preocupadas com o desenvolvimento “ecologicamente” sustentável. Lembremos o exemplo da posição marcada pelo Brasil na conferência de Estocolmo, em 1972, quando os governos militares declararam: “a

---

<sup>133</sup> Para a definição de Desenvolvimento Sustentável é necessário inserirmos na disputa ideológica pela apreensão do termo. O conceito de sustentabilidade está ligado, na maioria das vezes a uma preocupação restrita com o futuro – *é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro*. (Acsehrad 1997) *Desenvolvimento Sustentável: atendimento das necessidades da atual geração sem prejudicar a capacidade de futuras gerações atenderem suas necessidades*. (Definição encontrada no glossário do livro “Missão Terra” associado a ONU)

pior poluição é da miséria” (na verdade a pior “poluição é da riqueza”, como veremos adiante). Para os países pobres é preferível ter uma empresa poluidora que gere emprego do que não ter nenhuma.

Um texto que ajudou em nossa análise foi o do biólogo Philippe Pomier Layrargues que trata o conceito de Desenvolvimento Sustentável em contraposição ao de Ecodesenvolvimento. Mostra que há tipos de desenvolvimento e que, por isso mesmo, não pode esta palavra ter um conteúdo neutro. Nosso desenvolvimento, por exemplo, tem como referência o americano, optamos por um desenvolvimento mimético, dependente e desarticulado. Layrargues orienta que nosso desenvolvimento deveria ser endógeno com elementos exógenos. Quer dizer que devemos optar por um desenvolvimento próprio, que não considere demais as teorias vindas dos países desenvolvidos, mesmo porque são teorias comprometidas com um modelo que dificulta aos países que não estão no topo. Deveríamos optar por tecnologias e pesquisas científicas que observem nossas potencialidades, que nos ofereça caminhos e soluções próprias, considerando evidentemente nossos problemas.

Resgatando um pouco a história da luta dos ambientalistas encontramos um outro termo que surge a partir do Clube de Roma, nos anos 70, e desenvolvido mais tarde, nos anos 80, por Ignacy Sachs (consultor das Nações Unidas para assuntos de meio-ambiente e desenvolvimento) que é *Ecodesenvolvimento*. Este termo que teria uma construção mais crítica foi rapidamente abandonado. Para Sachs este modelo se basearia sobre três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. No texto de José Manuel Naredo há um trecho que mostra como este termo foi abandonado:

(...) según recuerda Sachs en una reciente entrevista, Henry Kinssiger manifestó, como jefe de la diplomacia norteamericana, su desaprobación del texto en un telegrama enviado al presidente del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente: había que retocar el vocabulario y, más concretamente, el término “ecodesarrollo” que quedó ahí vetado en estos foros. (Naredo, s/d)

O termo Ecodesenvolvimento em contraposição ao de sustentável permite pensar um desenvolvimento diferente, que não precisaria seguir o atual modelo. “Desenvolvimento Sustentável” sugere que prossigamos com o modelo vigente, somente com algumas mudanças para que não se comprometa as necessidades das gerações futuras. A junção do termo “Eco” ao “Desenvolvimento” é algo pequeno, mas o suficiente para sugerir algo novo, talvez um novo modelo de desenvolvimento. O interessante é que a diplomacia americana percebeu bem isso.

Com o termo Ecodesenvolvimento, Layrargues vai construindo a argumentação de que tipo de desenvolvimento devemos ter e qual tipo de relação com a natureza. Afirma que devemos ter uma solidariedade com os outros homens não somente diacrônica, mas também sincrônica. Não adianta sermos solidários com as gerações futuras se não o formos com os variados povos do presente. Se não se resolve o problema da fome e da pobreza agora, pensar na gerações futuras fica ainda mais complicado. Além do mais, as gerações futuras, que tanto preocupam o conteúdo dos textos sobre desenvolvimento sustentável, certamente não são as da África, da América Latina e da maior parte da Ásia.

Layrargues mostra também como o termo desenvolvimento sustentável é apresentado de forma acrítica e apolítica quando trata a pobreza, sem determinar a relação com a riqueza. Detectar a pobreza como um dos males para a ecologia não é uma análise avançada e progressista:

A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza (CMMAD. *Nosso Futuro Comum* apud Layrargues, 1997)  
(...) daí uma intensa propaganda em torno do círculo vicioso da pobreza, com o propósito de justificar a necessidade da continuidade do crescimento econômico e omitir o peso da responsabilidade ambiental do consumo excessivo do Norte, a poluição da riqueza. (Layrargues, 1997)

Este tipo de visão acredita que o crescimento econômico pode continuar sem atingir o meio-ambiente, desde que se encontre novas tecnologias que tornem os insumos energéticos mais econômicos e eficientes. O desenvolvimento sustentável propõe um desenvolvimento por cima, inviável em termos de meio-ambiente, não percebe a poluição da riqueza como problema. Não há busca de tecnologias que resolvam os problemas dos pobres quando o mercado que manda.

Por mais que as tecnologias modernas se adequem a esta premissa [conseguir energia econômica e eficiente], permanece a dúvida da possibilidade em ocorrer mudanças sociais e culturais que acompanhem estas transformações, uma vez que uma das características da sociedade industrial de consumo é justamente o desperdício. (Layrargues 1997)

Com tudo isso, podemos sintetizar a disputa sob duas racionalidades: uma que constrói a sustentabilidade na direção da conservação social; e outra, que projeta a sustentabilidade no campo da transformação social.

Uma visão de sustentabilidade associada à idéia de transformação social tenta ir além da relação custos/benefícios, pensada pelos utilitaristas (que seria o mais avançado dentro do capitalismo). A relação com a natureza não pode ser apenas um cálculo, mesmo a longo prazo, do quanto ela pode oferecer ou não. O Capitalismo não pode avançar sobre a sustentabilidade porque

não enxerga seus próprios limites, precisa se expandir sempre, precisa ampliar o mercado, como também transformar cada vez mais objetos e seres em mercadoria. Só que a natureza, o espaço vital do homem não é inesgotável, como antes poderia supor.

Há que se levar em conta a necessidade de se buscar a autosustentação, o que não significa isolamento, mas preservação. Maior equidade: afirmação da inseparabilidade entre justiça social e ecologia, referindo-se, principalmente, à diminuição da desigualdade social. Ética: não se pode viver numa sociedade que só prevaleçam as diretrizes mercantilistas e os desejos individualistas. É preciso ligar a questão da sustentabilidade com a luta social, mas é preciso estender a democracia do plano político para o socio-econômico.

Enfim, pode-se agora entender como a questão ecológica necessita ser pensada também para a organização das classes de baixo. As gerações futuras terão garantidas seu bem-estar se as do presente encontrarem soluções de vida, de trabalho e renda dignas. Não teremos qualquer espécie de desenvolvimento sustentável caso continuemos desatentos com a situação dos trabalhadores, dos subempregados, dos desempregados, dos marginalizados, dos excluídos...

Os empreendimentos solidários sob este contexto estão sendo amplamente requisitados. Não somente para questão da sobrevivência dos homens, primeiramente dos mais pobres, mas, também para a questão da natureza:

aglutinar as forças progressistas do país no sentido de uma **Economia Solidária** que daria um passo a radicalização da democracia e do **desenvolvimento sustentável** do país, preservando nossa unidade de povo e cultura. (Veiga, 1997:63)

A questão que se aborda aqui considera, portanto, a relação deste capitalismo excludente com a sua contradição de se desejar sustentável. Como a precarização do trabalho, que acaba por exigir novas formas de geração de trabalho e renda, se relaciona com o desafio da sustentabilidade?

A Economia Solidária, portanto, pode estar sendo requisitada para, ajudando a resolver o problema da exclusão, proporcionar um outro tipo de relação: dos homens entre si e destes com a natureza. Como o seu sistema propõe a inclusão, o contrário do que propõe a economia de mercado, é possível que seu desenvolvimento se dê também na direção da proteção à natureza. O "crescimento" da Economia Solidária, da mesma forma que do ecodesenvolvimento ligam-se na denúncia e na exigência por mudanças no tipo de desenvolvimento tecnológico e no grande desperdício de recursos que hoje possui a sociedade.

Na verdade, a questão da sustentabilidade pode acabar exigindo o desenvolvimento da Economia Solidária. A preocupação com a natureza, para os países centrais, aparece como um ponto de pauta importante e, com isso, a preocupação com os contingentes pobres do planeta começa quando estes ameaçam os recursos naturais. É neste momento que a prudência ecológica começa a exigir não somente a eficiência econômica, mas também melhorias sociais<sup>134</sup>. Os mais pobres precisam sair da situação que se encontram, pois lhes é computada a culpa pelo desequilíbrio ecológico – que, como já vimos, é uma falácia. De qualquer forma, a necessidade de uma solução é vista por todos. A solução poderia vir pela Economia Solidária, considerando-se todos os limites que viemos apontando e os caminhos mais positivos que pode adquirir. Não obstante, enxergar uma solução plausível não significa que se opte por ela. Muitas vezes as classes dirigentes optam por soluções paliativas por instinto de sobrevivência. Não é por ignorância que se opta por "desenvolvimento sustentável" em vez de "ecodesenvolvimento", que se opta por "assistencialismo" e não "assistência social", por uma economia que se destina a transformar tudo em mercadoria, e não por uma Economia Solidária...

Com mais este ingrediente, o da questão ecológica, uma vez mais a construção da Economia Solidária precisa tomar cuidado para que tentando proporcionar um caminho alternativo acabe servindo aos propósitos mais escusos do próprio sistema capitalista e acabe por fazer o trabalho sujo.

Por *trabalho sujo* podemos entender sob dois aspectos principais. Como sendo o trabalho rejeitado, na verdade escamoteado, pelas grandes empresas (as fábricas *Clean*) através, entre outros meios, da terceirização, na qual deixam para as pequenas empresas a parte da produção que possui mais problemas com relação ao meio ambiente e à legislação. O outro aspecto é também deixar parte da produção nas mãos das empresas terceirizadas para que estas subutilizem uma mão-de-obra geralmente menos qualificada, mas certamente menos organizada (quanto a sindicatos, por exemplo) e menos remunerada. Em suma o trabalho sujo é a parte do processo produtivo que traz mais problemas para os *homens de negócio*, geralmente envolvido com a legislação e problemas ambientais, ou com a utilização indevida, mal remunerada e insalubre dos trabalhadores (ver Angeli, 1997). O Trabalho sujo está estreitamente ligado ao contexto atual de

---

<sup>134</sup> Lembrando-se (ressalvando-se) que nem sempre o problema com os mais pobres é resolvido desta forma pelos "homens de negócio", usando-se também a: *caridade, assistencialismo, controle de natalidade, aumento da repressão policial, ampliação do sistema penitenciário, uso da pena de morte...* (ver página 21) Todas, proposições conservadoras de resolver o problema, mas que não deixam de ser requisitadas, de forma aberta por alguns grupos e dissimulada por outros.

desemprego estrutural e precarização do trabalho. A questão é como isto se relaciona com os empreendimentos solidários.

Anteriormente já vimos que há uma relação entre precarização do trabalho e terceirização. O recrudescimento de estratégias de subcontratação, embutidas em processos de terceirização, visam não somente repassar custos e etapas do processo produtivo, mas também os riscos, o ‘desfuncionamento’ e possíveis efeitos deletérios inerentes ao modo de produção. As subempreiteiras funcionam, então, como empresas de “periferia” que instrumentalizam as práticas necessárias para a reprodução desta dinâmica, recorrendo aos velhos mecanismos de gestão de mão-de-obra dos setores mais atrasados da economia<sup>135</sup>:

No debate atual sobre o futuro do mundo do trabalho também tem-se difundido argumentos que defendem formas precarizadas de trabalho, pois entre uma inserção precária no mercado de trabalho e o desemprego, seria melhor a primeira opção. Como se não existissem outras alternativas para o enfrentamento do desemprego. Propostas como a redução da jornada de trabalho ainda são vistas com muita resistência tanto pelo atual governo como pelo patronato. Outras idéias apregoadas pelo campo conservador caminham na direção contrária da ampliação de empregos como a que propõe a aposentadoria a partir dos 65 anos. Por fim, assumindo definitivamente o binômio precarização e desemprego como paradoxos, o governo FHC vem tentando desde o início de sua gestão encontrar formas que legalizem o emprego precário. (Paixão & Figueiredo, 1997: 22)

Dentro deste quadro, não podemos esquecer que os empreendimentos solidários são também resultados desta precarização por que passa o mundo do trabalho, agravada pelos números sociais do Brasil (e da América Latina) que sempre foram ruins.

Outro aspecto da precarização do trabalho, que não se pode esquecer (rever 1.3.4), acontece com o cooperativismo, é a manipulação pelos empresários para escapar de encargos e conseguir mais benefícios. Neste sentido:

uma das formas mais pitorescas (...) se deu a partir da aprovação da Lei n°8./949/94, que acabou com o vínculo de relações empregatícias nas empresas cooperativas. Decerto existem centenas de cooperativas e associações de produtores no Brasil que são legítimas e devem ser apoiadas institucional e politicamente. Mas a lei aprovada abriu um amplo espaço para a redução de direitos sociais com a contratação de trabalhadores através de cooperativas organizadas e dirigidas pelos “gatos” - “gatoperativas” (Paixão & Figueiredo, 1997:18)

O trabalho sujo, portanto, é este trabalho rejeitado pelas grandes empresas quando precisa enfrentar a legislação sobre o meio-ambiente, é o trabalho precarizado, é o trabalho infantil, o

---

<sup>135</sup> E no caso do trabalho precário no Brasil – *Uma pesquisa feita pela ONU-FAO mostra que, hoje, somente 12% dos brasileiros se encontram em condições de produzir em uma sociedade tecnologicamente moderna. Isto quer dizer que 88% da população brasileira, formada por analfabetos (18%), analfabetos funcionais (20%), alfabetizados com 1º grau incompleto (35%) e os que tem o 1º grau completo., correm o sério risco da pura e simples marginalização social no futuro.* (Paixão & Figueiredo, 1997:13)

trabalho insalubre, até mesmo o trabalho escravo. É o trabalho que pode ser gerenciado por uma grande empresa, empresa esta que pode se apresentar *clean* (Angeli, 1997), com prêmios ISO, mas que terceiriza exploração, baixos salários, insalubridade. Isenta-se da responsabilidade apresentando-se à sociedade como uma empresa moderna. Os empreendimentos solidários estão mergulhados neste contexto.

Considerando tudo o que foi refletido, confirma-se a relação entre a questão ecológica da preservação do meio-ambiente e o próprio bem-estar das pessoas: *“o respeito ao meio-ambiente, a solidariedade em todos os planos, a distribuição de renda, o direito ao emprego sadio e bem remunerado, o aprofundamento da democracia e a diversidade sócio-cultural, de gênero e étnica como valores centrais das sociedades do futuro”*. (Paixão & Figueiredo, 1997:18)

---

### 3.2- A Demanda e a oferta educativa da Economia Autogestionária

O ponto de partida e de chegada, portanto, da ação educativa que busca viabilizar os interesses hegemônicos da classe trabalhadora é político. Enquanto ponto de partida, a determinação da direção da prática educativa escolar que articula os interesses da classe trabalhadora nasce na luta mais ampla das relações sociais de classe; enquanto ponto de chegada, implica a apropriação concreta de um saber objetivo que, articulado com o interesse da classe trabalhadora, reforça e amplia a sua luta hegemônica. (Frigotto, 1993: 184)

As reflexões sobre os estudos dos empreendimentos solidários, para a relação trabalho-educação, caminha na mesma direção das de muitos estudiosos na área de educação. O que significa tomar o trabalho como "princípio educativo", considerando até mesmo a contradição que carrega: em que o mesmo trabalho que liberta, quanto atividade criadora do homem, é também o que aliena, quando serve a "outros senhores"— os que exploram.

*O Trabalho como princípio educativo* - A análise da relação trabalho e educação, na sua particularidade histórica, revela a introdução do trabalho na escola como um princípio educativo. Como elemento, ação fundamental da produção e reprodução da vida, o trabalhador é formador tanto no sentido da atividade livre, criadora da vida humana, quanto no sentido de "mediação de segunda ordem", atividade alienadora, produto da história dos homens. (Franco, 1990)

Levando-se em conta este lugar que o trabalho ocupa na formação humana é que se estuda a Economia Solidária, tentando apreender o que os empreendimentos solidários oferecem, quanto também o que exigem, neste caminho que trilham para se constituírem na sociedade. Portanto, procura-se entender a demanda e a oferta educativa que surgem das relações ensejadas por este trabalho "solidário", que pode principiar relações transformadoras, mas que ainda assim devemos tratar com certa desconfiança, pois podem dar continuidade às relações alienadoras.

Para nós, os empreendimentos solidários, quando constituídos pelos próprios trabalhadores, carregam minimamente a potencialidade de envolvê-los numa intensa relação de informação e formação, exigência da própria realidade com que se deparam.

"O grupo que associativamente trabalha e reflexiona, crítica e dialogicamente, sobre os problemas organizacionais de seu trabalho produtivo, necessariamente está vivendo um intenso processo educativo [!] que, ainda que parta da realidade e se alimente dela (nível 'micro'), está determinado [?] e condicionado pelo contexto (nível 'macro') muitas vezes imaneável pelos próprios associados" (Gutiérrez, 1993 apud Tiriba, 2001: )

Isso significa que uma vez reunidos, os trabalhadores, já possuem um grande potencial, mesmo que a motivação para estarem juntos tenha vindo da própria precariedade em que se encontravam. A motivação que os reuniu também servirá, logo a seguir, para, na busca por soluções, constituírem a sua experiência solidária. Na verdade, qualquer grupo, em qualquer época histórica, que se propõe a estar junto, pensar coletivamente, tem a possibilidade de trazer o novo. A questão é o quanto este "novo" pode se expandir, proliferar-se por outros espaços, ou até mesmo o quanto pode durar. Por isso que consideramos importante estudar os empreendimentos solidários de forma macro e na relação com a sociedade. O importante é entender o quanto a atual materialidade propicia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, ou se não propicia, tentar entender como pode acontecer o desenvolvimento dos empreendimentos solidários apesar das adversidades. Considerando tudo isto é que estamos tentando entender os limites e possibilidades dos empreendimentos solidários. Pressupomos a potencialidade, precisamos saber até aonde vai.

Assim como Gutiérrez, percebemos a existência de uma força intrínseca à experiência constituída por trabalhadores, com motivações e objetivos comuns, que engendra um *intenso processo educativo*. Concordamos também sobre o quanto – apesar de todos os esforços destes trabalhadores – estão submetidos aos condicionantes externos vindos da sociedade. Não obstante, jamais esquecer que:

(...) embora submetido às estruturas e, particularmente, às estruturas econômicas [o homem utiliza] ao mesmo tempo o conhecimento dessas estruturas para criar outra ordem social, ou como Gramsci diz, "para gerar novas iniciativas". (Coutinho, 1996: 31)

As experiências solidárias possuem potencialidade educacional e política, restando saber se possuem a econômica. Os estudos confirmaram não possuir grande potencialidade econômica. Na verdade, o que pareceu foi que a atual materialidade se apresenta muito adversa para a Economia Solidária, mesmo que contraditoriamente seja o momento em que esta economia mais se propõe.

Esta constatação nos fez inferir que seria por este caminho, o da educação e da política, que poderia dar sustentabilidade à Economia Solidária<sup>136</sup>. A adversidade que traz o capitalismo atual para a classe trabalhadora é tamanha, que, contraditoriamente, exige do próprio sistema a

---

<sup>136</sup> Esta questão sobre estrutura e superestrutura, que é muito séria e debatida dentro do próprio marxismo, fica aqui provisoriamente resolvida com a ajuda de Gramsci: *É de pleno acordo com essa ontologia [marxista do ser social] que ele [Gramsci] insiste claramente, por exemplo, em dizer que a consciência social não é um epifenômeno, ou seja, em mostrar que a consciência social tem um peso decisivo na reestruturação da vida social.* (Coutinho, 1996:31)

busca de algum tipo de solução, que pode vir confirmando a exclusão, os ricos se protegendo dos mais pobres com seus muros, cães, policiais, exércitos e armas... – o que seria uma opção muito perigosa para o próprio sistema. Ou poderia vir procurando envolver os menos favorecidos do sistema de alguma forma, procurando-se diminuição da exclusão.

A proposta da Economia Solidária tem origem nesta precariedade do mundo do trabalho, e surge como solução para os trabalhadores, mas também num certo sentido para o próprio sistema capitalista, que vem temendo por sua estabilidade. A Economia Solidária insere-se, portanto, em questões não diretamente econômicas: como o papel do Estado, o papel da educação, o trabalho como direito, assistencialismo ou assistência social, alargamento da democracia, etc. A Economia Solidária pode ser uma proposta tanto de esquerda quanto de direita, a diferenciação vem por meio de quais orientações políticas e educacionais são escolhidas.

A discussão sobre a Economia Solidária tem uma certa semelhança com a da escola. Deve-se rejeitar a escola por ser uma instituição muitas vezes a favor da ordem burguesa, como fizeram os crítico-reprodutivistas ou deve-se potencializar as forças contra-hegemônicas que estão em seu interior como faz a opção crítica?

*A pedagogia revolucionária é crítica. E por ser crítica, sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, como o faz a concepção crítico-reprodutivista que a educação é determinada unidirecionalmente pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. (Saviani, 1991:75)*

Apesar de nascer da precariedade do trabalho e possuir viabilidade econômica sofrível, a Economia Solidária não deve ser rejeitada pelos setores progressistas porque, como no exemplo da escola, é um espaço de disputa que pode ter orientações políticas diferentes das que os grupos hegemônicos pretendiam. Em vários momentos anteriores demonstramos que a Economia Solidária está longe de ser um posto avançado para as ações que podem transformar a sociedade capitalista, exigindo-se dela relacionamento com outros movimentos progressistas, cuja a importância tem sido percebida por alguns segmentos de esquerda:

*A Economia Solidária é um tema que já está presente na agenda sindical e a formulação de uma política permanente é uma necessidade urgente. Este problema exige, porém, uma grande reflexão sobre o papel e o potencial da Economia Solidária e as perspectivas para o desenvolvimento do país, sobre a nova realidade do Estado e, principalmente, sobre o papel do movimento sindical e as indicações e mudanças necessárias na organização sindical (Todeschini & Magalhães, 1999:07)*

A "nova" realidade que possui hoje o Estado impõe também novas reflexões às variadas entidades e organizações de nossa sociedade. As questões sobre o trabalho, por exemplo, têm exigido novas reflexões, geralmente como um assunto essencialmente econômico, necessitam ser tratadas também como questões de Estado<sup>137</sup>. O Estado neoliberal nos parece ser o pior possível para resolver os novos desafios por que passa o mundo do trabalho atualmente. Há hoje em dia uma necessidade de se distribuir trabalho, e (trabalho) que não seja supérfluo. Mais uma responsabilidade que o Estado precisa assumir, porém isto só vai acontecer com a participação efetiva dos interessados, que são os trabalhadores.

Enfim, a saída para os empreendimentos solidários passa pelo educacional e o político, embora, isto concomitantemente e minimamente pressuponha uma *autonomia relativa* quanto à *reprodução material e cultural* (Coraggio apud Tiriba 2001:344), ou seja, procurar o resultado educacional e o político para também se obter o econômico. Mesmo porque não são pontos indissociáveis<sup>138</sup>. Nossos estudos constataram que o econômico tem sido difícil de ser conquistado pelos empreendimentos solidários, até para o que seria *uma autonomia relativa*. Resta saber o quanto isto compromete o educacional e o político, e o mais importante, o quanto o investimento nestes dois acaba ajudando no aspecto econômico. O que não tem a ver com a teoria do *capital humano*<sup>139</sup>, que pressupõe que a saída do subdesenvolvimento se dá pelo investimento educacional, não tratando o espaço educacional e político como sendo de disputa e de conflito de interesses. Sendo o Estado<sup>140</sup> manifestação destes conflitos poderá em determinadas

---

<sup>137</sup> Ratificando sempre que para o nossa perspectiva teórica, o trabalho não perdeu sua centralidade ontológica (rever item 1.1).

<sup>138</sup> *Se estas três atividades [Gramsci refere-se à política, à economia e à filosofia] são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de qualquer elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo.* (Gramsci, 1981:113)

*A teoria materialista, (...) parte do conceito de que o complexo social (a formação econômico-social) é formado e constituído pela estrutura econômica. A estrutura econômica forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social.* (Kosik, 1995:116)

<sup>139</sup> *A concepção do capital humano, como vimos, postula que a educação e o treinamento potenciam trabalho e, enquanto tal, constitui-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico. Um acréscimo marginal de treinamento, de educação, corresponderia a um acréscimo na produtividade do indivíduo. Do investimento em educação redundariam taxas de retorno sociais ou individuais. Há, nessa concepção, um vínculo direto entre educação e produção.* (Frigotto, 1993:136)

<sup>140</sup> Mais uma vez recorremos a Abensoup (1998) para nos ajudar na concepção de Estado em Marx: *Na verdadeira democracia, o Estado político desapareceria, enquanto pretendesse usurpar abusivamente a função de uma instância de determinação ou a de uma forma organizadora. Somente a esse título Marx se dedica ao tema desaparecimento do Estado. Mas o Estado político não desaparece; ele persiste, pois, na medida em que se acantona na sua tarefa, em que permanece o que é: um momento particular da vida do*

circunstâncias oferecer aos empreendimentos solidários formas para que estes consigam algum desenvolvimento econômico. O investimento educacional, da forma pensada sob o ideário do capital humano, não tiraria do atraso os setores menos desenvolvidos.

Não obstante, é necessário ter cuidado para não produzir um sofisma de composição, um círculo vicioso que não traz a solução. Em que, ao mesmo tempo, pode-se dizer, que o insucesso econômico dos empreendimentos solidários acontece porque as condições educacionais e políticas não favorecem; ou que, não se conseguem ganhos educacionais e políticos substanciais porque não se atinge a viabilidade econômica. Mais do que fazer conjecturas abstratas, procuramos entender a realidade dos empreendimentos solidários a partir da pesquisa que fizemos. Com isso percebemos que a sua força está menos no econômico e mais no educacional e político.

Por conta disso, começamos a temer com a possibilidade desta não ser uma leitura correta da realidade, no sentido de estarmos perigosamente invertendo a relação de determinação da estrutura pela superestrutura<sup>141</sup>, ou seja, equivocadamente, dando mais peso ao político e ao educacional pelo fato de termos, na verdade, nos deparado com a fragilidade econômica dos empreendimentos solidários. Considerando isso, começamos a ter um olhar bem diferente sobre a Economia Solidária. Inferimos que a Economia Solidária, para a maior parte de suas experiências<sup>142</sup>, necessitaria de um direcionamento ao Estado –na verdade, participação e conteúdo político-ideológico –, tanto para a sua sobrevivência quanto até para possibilitar um projeto mais avançado e transformador; ressaltando que dentro do Estado as possibilidades também podem ser

---

*povo. Considerando Marx e o problema da política dessa forma, estamos longe do anarquismo, quanto do socialismo, tão longe de uma espontaneidade social se auto-regulando, quanto da emergência da comunidade genérica, para além do político, fora do político. Podemos, menos ainda, sustentar a tese de um desaparecimento "grosseiro" do Estado (no sentido em que Marx criticará, em 1844, o "comunismo grosseiro" dos franceses), se levarmos em conta que Marx reconhece a heterogeneidade do momento político e, ao mesmo tempo, reconhece que esse momento, mantido em sua justa medida, possui uma especificidade que o torna indispensável à emancipação das outras esferas. (p. 97)*

<sup>141</sup> Sobre esta questão recorremos a Gaudêncio Frigotto, primeiramente quando contra-argumenta C. Salm: *A não-determinação adequada da relação dialética entre infra e superestrutura, no desenvolvimento do processo histórico das relações sociais capitalistas que analisa, leva-o a tomar a separação metodológica entre estas instâncias como sendo uma separação orgânica..(1993:222)* E, depois: *A atividade econômica, ao contrário de ser resultado de forças livres do mercado e de uma racionalidade puramente técnica, resulta, cada vez mais, da atividade política. Crises econômicas redundam em crises do Estado e vice-versa. (Frigotto, 1995: 66/nota 5)*

<sup>142</sup> Mesmo para as experiências autogestionárias que vieram da falência das grandes empresas capitalistas mostraram-se muito frágeis clamando por uma ajuda institucional externa a todo momento.

conservadoras<sup>143</sup>. Na verdade, começamos a desenvolver uma visão do Estado como a de Gramsci:

[que] vai perceber que as crises econômicas não irrompem de forma catastrófica nas esferas superestruturais, mas são mediatizadas pelas instituições da sociedade civil. Sem desviar-se do núcleo central da teoria marxista de Estado (caráter de classe de todo o poder de Estado), amplia a compreensão do Estado como sendo a sociedade política e a sociedade civil. A primeira designa o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio da coerção. A Segunda designa o conjunto de organizações, aparelhos culturais e político-econômicos, onde se situa a sede específica da hegemonia. (Frigotto, 1993: 193)

Com isso, vê-se que os empreendimentos solidários, na maioria das vezes, não andam sozinhos, recebendo a ajuda constante de instituições externas, nem sempre governamentais, que vão desde ongs, passando por setores da Igreja<sup>144</sup>, sindicatos até organismos internacionais<sup>145</sup>. Isso prova que o estudo sobre a Economia Solidária precisa ser abordado de uma forma diferente; a sua luta, e talvez, a sua própria sobrevivência, consiste no espaço político, no ou contra o Estado. Os empreendimentos solidários geralmente possuem a origem ligada a algum agente externo, e isto pode fazer a diferença em relação às orientações políticas e educacionais que se recebe. Muitas são as entidades que orientam os empreendimentos a uma resposta individual para seus problemas. Algumas ongs, por exemplo, com a intenção de construir o que chamam de "público não-estatal" acabam muitas vezes despolitizando as ações da Economia Solidária<sup>146</sup>. Há para as experiências solidárias muitas vezes uma orientação implícita de tentativa de construir uma autonomia independente do Estado, ainda que muitas vezes se percebam obrigados a pedir ajuda aos agentes governamentais e/ou a se depararem com legislações que as travam<sup>147</sup>.

<sup>143</sup> Certamente, *O Estado sempre se constituiu num ator político na consecução dos interesses da classe burguesa. Todavia, como analisa Gramsci, já na década de 20, a complexidade dos processos de acumulação foi desmascarando de forma cada vez mais clara a imagem do Estado liberal neutro, arbitrário do bem comum.* (Frigotto, 1995)

<sup>144</sup> Exemplificando: *Dialogar com as Universidades e ONGs sobre o Ensino Social da Igreja e temas importantes para a questão da promoção humana: propriedade, reforma agrária, distribuição de renda, sociedade justa e solidária. (...) Apoiar e estimular as organizações de Economia Solidária com as quais nossos grupos de excluídos tratam de responder às angustiantes situações de pobreza.* (CNBB, 1995: 108-109; grifos nossos)

<sup>145</sup> O que Tiriba (2001) chama de agentes, aqueles que muitas vezes estimulam, ajudam a desenvolver e assessoram os empreendimentos da economia popular/solidariedade. Na verdade, cada vez mais tem se percebido a importância de se estudar os agentes para entender as possibilidades da Economia Solidária.

<sup>146</sup> cf. Pereira, 1999.

<sup>147</sup> Provavelmente uma das saídas, para a Economia Solidária, está provavelmente no que seria uma *autonomia relativa*, apresentado por Coraggio. Uma autonomia que se busca, em meio aos entraves e disputas que surgem na relação com a economia empresarial capitalista e a burocrática estatal, e em nenhum momento seja isolada e inadvertidamente se proponha apolítica.

*A Educação especificamente*

Enfim, considerando o percurso de análise feito, a questão educacional dos empreendimentos começa para além de seus muros. Percebemos ser necessário direcionar esta questão sobre os agentes da Economia Solidária, e que não poderíamos ficar circunscritos nas experiências e nos atores – os próprios trabalhadores. E isso, pela percepção do quanto de influência externa recebem os empreendimentos solidários:

Dentro da estrutura de apoio institucional ao associativismo-cooperativismo de entidades que mantêm ou apoiam projetos e programas de geração de renda, encontram-se órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal; organizações não-governamentais; organismos vinculados à Igreja; Comitês da cidadania; associações representativas de movimentos populares; agências privadas empresariais e agências de cooperação. (Silva, 1998:42)

Na verdade, a questão educacional para as experiências solidárias retrata muito mais as visões – e disputas – que trazem anteriormente os agentes, do que novas práticas engendradas pelos trabalhadores em seus empreendimentos. Algumas análises mostram, por exemplo, a grande influência que possui a Igreja:

Os membros da hierarquia eclesiástica têm participação não-contínua no movimento mas decisiva. Suas atuações pedagógicas, fundadas no método ver-julgar-agir, têm efeitos básicos nas decisões tomadas. (Gohn apud Antas 2000:214)

Ao constatarmos isto, justifica-se o porquê de estarmos tratando a educação muito mais na sua relação com Estado, com as organizações não governamentais e com a sociedade em geral<sup>148</sup> do que uma experiência realizada pelos empreendimentos solidários. Não obstante, não significa que este tipo de estudo seja irrelevante, não o privilegiamos por vermos uma necessidade maior de entender a Economia Solidária em seu todo<sup>149</sup>. Na verdade, a motivação inicial tinha sido esta,

---

<sup>148</sup> O que vai muito ao encontro da definição de Educação pela nova LDB (1996): *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*

<sup>149</sup> Também um pouco em continuidade a uma das conclusões de Tiriba (2001:351): *Na verdade, uma vez que continuamos arraigados à ideologia liberal, estimuladora do individual em detrimento do coletivo, as relações sociais empreendidas nessas organizações, não estando à margem da sociedade, não têm plena autonomia para se constituírem como sinergias antagônicas às do poder dominante.*

o de estudar as novas relações de trabalho e, conseqüentemente de educação, ensejadas no interior das experiências solidárias, sobretudo quanto o aspecto da solidariedade<sup>150</sup>:

As relações internas entre os sujeitos econômicos, integrantes das OEPs, **podem manifestar distintos graus de solidariedade em termos do processo de trabalho** e da distribuição dos frutos do trabalho entre aqueles que são sócios do empreendimento. As condutas, as normas e regras de convivência que os atores-protagonistas da OEP estabelecem no cotidiano de trabalho são um indicativo de uma economia popular de solidariedade (...). (Tiriba, 2001:351; grifos nossos)

O abandono desta forma de análise fez-se necessário também pelo fato do próprio *trabalho solidário*, que seria definidor das experiências, ser muito mais um resultado das propostas e visões de sociedade que trazem os agentes, do que resultado direto do encurralamento que sofrem os trabalhadores. E isto se apresenta de tal maneira, que algumas análises chegam a desassociar a *solidariedade* dos trabalhadores, do *socialismo*, o que não é necessariamente um equívoco, mas, no contexto, representa outras perspectivas não-socialistas:

De fato, esses grupos, organizados sob a forma de trabalho cooperativado e coletivização dos meios de produção, valorizam a construção de uma identidade social não mais nos parâmetros da organização do trabalho coletivo e da identidade de classe social, mas sim, dentro de uma perspectiva de trabalho associativo, desenvolvendo relações sociais que estimulam o trabalho "participativo" e "solidário". Dentro deste "espírito" estes grupos produzem e geram suas próprias políticas sociais. (Silva, 1998:48)

A citação acima mostra que o *trabalho solidário*, ainda que um elemento qualificador dos empreendimentos e que pode trazer alguma novidade, não somente está submetido à sociedade capitalista, como também pode ser apropriado por grupos conservadores. Isso nos levou, neste momento, a preferir estudar a Economia Solidária num aspecto mais amplo, do que o *trabalho solidário e o seu processo educativo*.

Não obstante, trazemos algumas passagens do trabalho de Edenise da Silva Antas (*op. cit.*) quando analisa um destes empreendimentos solidários – a experiência Shangri-Lá:

Quanto às atividades educativas e culturais para jovens e adultos, ouvimos 50 sugestões que giraram em torno das seguintes atividades: 22% sobre atividades desportivas; 6%, sobre aulas de música; 10%, sobre teatro; 4%, sobre regras de convivência; 18%, sobre alfabetização e reforço escolar; 2% sobre clube de mães; 4% sobre grupo jovem; 2% sobre formação política e religiosa; 4% sobre grupo de comunicação; 20% sobre artesanato. (Antas, 2000: 188)

---

<sup>150</sup> A motivação inicial era entender o que seria o *Trabalho Solidário*, que supostamente estaria sendo engendrado no interior das experiências da Economia Solidária, com sua oferta e demanda educativa, como sendo um dos elementos de "uma nova cultura do trabalho" (cf. Tiriba, 2001).

Da citação acima, destacamos alguns pontos: um, sobre a diversidade de atividades desejadas pela comunidade, vê-se que o tipo de atividade laboriosa que realizam não chega a demandar algum tipo de formação específica; que o desejo por esporte e lazer (mais formação religiosa) suplantam o de formação escolar e/ou de orientação para o trabalho. E mesmo quando estes são demandados, acontecem nos patamares da *alfabetização, do reforço escolar e do artesanato*. A demanda e a oferta educativa que esta experiência está envolvida relacionam-se muito mais às questões de cidadania, que historicamente sempre lhes foram negadas (e desejam obter); e menos às novas relações de trabalho e educação que estejam engendrando.

Analise outra passagem:

Observamos ser a escola uma instituição distanciada no sentido de entendê-la como uma parceria importante, diria até mesmo imprescindível. Quando a sugestão relativas às atividades de reforço escolar era sinalizada, estas estavam mais vinculada, às dificuldades dos responsáveis em dar assistência escolar aos filhos (...) do que entender a luta por uma escola pública, democrática, laica, gratuita e de qualidade como necessária no horizonte de transformação social ligada aos interesses do trabalho. No Movimento dos Sem-Terra (MST), por exemplo, essa compreensão não foi imediata, no entanto, atualmente, o movimento vê a conquista efetiva do direito à educação como essencial. (Antas, 2000:190)

Esta citação traz uma conclusão importante sobre a relação da escola com os empreendimentos solidários, que também apontamos algumas vezes nesta dissertação: a distância dos trabalhadores da escola. No capítulo 2, já havíamos percebido que, para a maior parte dos empreendimentos solidários, a luta cotidiana dos trabalhadores pela geração de seu trabalho e renda é o maior motivo que os afastam da escola. Com isso, inferimos que a luta destes trabalhadores precisa cada vez mais assumir sua dimensão política para conseguir a educativa. O MST enxerga a escola pública, democrática, laica, gratuita como um direito, porque possui uma perspectiva política, que o impulsiona a ver e lutar por isso<sup>151</sup>.

Vejamos uma outra citação que ilustra mais um aspecto sobre a questão da formação nos empreendimentos solidários:

Em janeiro de 1999, quando estávamos organizando a comissão, contávamos com a participação de pessoas vinculadas a diferentes instituições, a qual não era limitada a apenas uma das áreas. No grupo de Atividades Esportivas/Recreativas, havia três moradores da Shangri-Lá e dois que estavam vinculados à Universidade Gama Filho. O grupo de Atividades Culturais era composto por oito moradores da Shangri-Lá e uma estudante da mesma universidade. O grupo de Mulheres/Mães contava com um total de sete integrantes,

---

<sup>151</sup> *Uma das lições que podemos tirar da nossa história até aqui, é a de que lutar somente pela Terra não basta. A luta pela Reforma Agrária é bem mais ampla, e implica a conquista de todos os direitos sociais que compõem o que se poderia chamar de cidadania plena. E a Educação é um destes direitos, pelo qual também é preciso mobilização, organização e lutas em nosso país.* (MST, 2001 b)

sendo uma vinculada ainda à Gama Filho, uma Universidade Federal Fluminense, uma, à Fundação Bento Rubião e quatro moradores da Shangri-Lá. O grupo de Formação de Jovens Trabalhadores contou apenas com a participação do professor de espanhol, estudante secundarista voluntário na Shangri-Lá, sem vínculo com qualquer instituição. O grupo de Apoio Escolar e Alfabetização de Adultos era composto por três integrantes, sendo dois moradores da Shangri-Lá e um vinculado à Universidade Federal Fluminense. E, finalmente, o grupo de Relações Comunitárias/Formação geral, era composto por uma pessoa vinculada a esta, uma à Universidade Gama Filho e outra à Igreja e à Campanha Ação da Cidadania, sendo que apenas um era morador da Shangri-Lá. (Antas, 2000:199)

Com mais esta citação vai se confirmando a nossa proposição, de que para entendermos as questões educacionais dos empreendimentos solidários precisamos ir em direção aos agentes que promovem ou simplesmente participam da Economia Solidária. No caso da experiência acima, é ainda mais característico, pois, observa-se uma participação altamente diversificada, de pessoas e instituições de todo o tipo. Vê-se, neste caso, que a participação é direta, não se restringe à assessoria, é uma participação efetiva. O mais interessante é que, provavelmente, estes agentes influenciam nas orientações, mas não chegam a determiná-las, devido à tamanha heterogeneidade.

De qualquer modo, em nenhum momento apontamos – considerando também as outras experiências estudadas – que os agentes determinariam as principais orientações e diretrizes para a Economia Solidária, como se fossem os *intelectuais orgânicos* por excelência. Na verdade, os trabalhadores não estão lá passivos, a mercê da sorte e do assistencialismo externo, também ensinam e constróem novos caminhos. Certamente possuem dificuldades diante da massificação que sofrem, assim como pensar-se governantes de si mesmos, porém estão atentos, filtram e analisam as propostas dos agentes<sup>152</sup>.

O ponto, ao nosso ver, mais importante, para a análise da Economia Solidária quanto a sua demanda/oferta educacional, é a sua relação com questões que envolvem a *formação profissional* dos trabalhadores. Constatando-se que a relação Trabalho e Educação nos diferenciados empreendimentos solidários não se dão sob os mesmos formatos e sofrem uma grande influência

---

<sup>152</sup> Vale recorreremos novamente a Tiriba (2001: 355): *Como uma instância educativa, tem sido contraditória a interação do trabalhador no cotidiano da produção associada. Refletindo a própria contradição capital-trabalho, esta interação apresenta-se sob uma dupla perspectiva: anuncia a possibilidade da dicotomia entre "dirigentes" e "dirigidos", anuncia a solidariedade e a igualdade no processo produtivo e, ao mesmo tempo, manifesta o desejo do trabalhador de conquistar a autoridade e o poder sobre os demais.(...) Sejam quais forem as motivações que os movem, achamos que a autogestão, como princípio inspirador da produção associada, traz consigo o pressuposto da construção da autonomia*

de agentes externos, privilegiamos entender a relação existente entre a "nova" formação profissional e a Economia Solidária, que supostamente é resultado das exigências de uma nova materialidade.

Tem-se visto na década de 90 uma re-orientação nas diretrizes e no uso de recursos públicos para a questão da formação profissional. Por conta disso, muitos novos estudos e análises também apareceram<sup>153</sup>. O organismo governamental que melhor retrata esta re-orientação é o Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, quem dá as diretrizes da formação profissional, e quem também mais recebe críticas de variados setores progressistas da sociedade. Um tipo de formação profissional muito ligado a toda esta problemática que viemos levantando da Economia Solidária, proposto sobretudo pelo governo, mas também por outras várias entidades, como solução para o desemprego. Como, por exemplo, o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER<sup>154</sup>, criado pelo Ministério do Trabalho, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador<sup>155</sup> para:

[financiar] pessoas físicas que atuem no setor informal (trabalhadores em empreendimentos de caráter familiar, autônomos, cooperativados, prestadores de serviços, artesãos e outros) (...)  
incentivar as organização não legalizadas a se prepararem para o setor formal, e a se tornarem auto-sustentáveis através de cursos de formação profissional. (IBASE apud Silva, 1998:55)

Com esta citação, percebe-se que a relação entre a Economia Solidária e a formação profissional é próxima da explicação *neoclássica* do desemprego (ver item 1.1.2). Em que a baixa oferta de emprego reside principalmente em dois pontos: no reordenamento do mercado, período

---

– *compreendida como um processo em que cada trabalhador tornar-se sujeito-inventor do trabalho, contrutor-criador da vida.*

<sup>153</sup> Ventura, 1999; Machado & Fidalgo, 2000; etc.

<sup>154</sup> *Esse programa foi instituído em 1995 com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda mediante a concessão de linhas especiais de crédito para pequenas e microempresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de iniciativas de produção próprias da economia informal, setores normalmente com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro. (...) (Dicionário, 2000:265)*

<sup>155</sup> *FAT: É um fundo público criado através da Lei nº 7.998 de janeiro de 1990. Ele é constituído com recursos provenientes das contribuições do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Servidor Público (PASEP) e de uma quota-parte da Contribuição Sindical. Este fundo é administrado através de um conselho tripartite e paritário – o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) – integrado por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do Governo Federal (...). Esses recursos são utilizados para inúmeras finalidades, dentre elas para financiar ações integradas no pagamento do seguro-desemprego do abono salarial, programas de qualificação e re-qualificação profissional. Pelo menos 40% dos recursos do FAT são destinados, anualmente, ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a criação de linhas de fomento ao desenvolvimento econômico e social do país. (Dicionário, 2000:169)*

em que surge o *desemprego friccional*, mas que tende, com o tempo, encontrar o equilíbrio; e no baixo investimento em *capital humano* para a solução da crise de desemprego. Quer dizer, dois pontos que ao longo do trabalho viemos mostrando nossa discordância, e para onde algumas propostas de Economia Solidária convergem.

Sobre estas questões, vale recorrermos de novo a Enric Sanchis:

Em primeiro lugar, vem ocorrendo, por parte de muitas unidades produtivas, a pretensão de reduzir os custos de formação e treinamento dos novos contratados, descarregando-os sobre o conjunto da sociedade, operação para a qual se utiliza como desculpa o nível de desemprego juvenil [e os demais]. Ao que parece, o que antes da crise econômica se fazia dentro das empresas, agora é feito fora dela, e a cargo de outras instâncias sociais. Em segundo lugar, ocorre o fato de que a formação é um negócio que move um alto volume de dinheiro, em que participam diferentes agências estatais com seus honestos e eficientes funcionários, empresas privadas guiadas pelo objetivo de oferecer o melhor serviço aos alunos e obter lucro máximo, e as organizações sindicais e patronais com seus múltiplos, contraditórios e legítimos interesses. Em terceiro lugar, a crença, amplamente generalizada, de que vamos em direção a um tipo de sistema produtivo renovado, no qual tecnologias avançadas e processos organizativos cada vez mais complexos vão exigir mão-de-obra com qualificações superiores e diferenciadas. Este diagnóstico contrasta com a suspeita fundada de que, hoje, muitos jovens [trabalhadores em geral] estão desempenhando atividades de categoria inferior a seu nível de qualificação. (1997: 47)

Esta citação de Sanchis serve como uma importante referência, ajudando a entender um tipo de orientação para a formação profissional muito presente nesta última década no Brasil, e que muitos setores de esquerda incorporam, por conveniência, falta de perspectiva, concorrência com outros setores, ou mesmo estratégia de luta; enfim, por *seus múltiplos, contraditórios e legítimos interesses*.

Vejam as citações a seguir sobre o Programa Integrar<sup>156</sup>, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única de Trabalhadores – CNM/CUT:

**O Programa Integrar – Formação e Requalificação para o Trabalho**, que associa a certificação do Ensino Fundamental (1º Grau) à geração de alternativas de trabalho e renda,

<sup>156</sup> Pela própria Cut (2001): *O Programa Integrar, realizado pela CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos) desde 1996, cuja inovação metodológica se dá em vários aspectos, abrangendo a concepção da prática educativa com trabalhadores adultos e desempregados, a formação intensiva e participativa dos educadores, a articulação das ações educativas com as realidades locais e sua intervenção cidadã junto aos poderes públicos constituídos, a certificação legal dos processos educativos para trabalhadores. Como também, e fundamentalmente, a articulação das ações realizadas com uma clara concepção de sociedade democrática que, para se efetivar, deve conjugar autonomia crítica, cidadania e organização coletiva dos trabalhadores, para o enfrentamento da conjuntura atual e a disputa de hegemonia. Ao lado disto, o Integrar está desenvolvendo um processo inovador de negociação da qualificação profissional dos trabalhadores empregados através da Pesquisa Participativa efetivada pelos trabalhadores nos locais de trabalho, a partir de negociações entre a CNM e as empresas.*

está atualmente presente em nove Estados brasileiros. Durante o ano de 1998, mais de 200 mil pessoas foram atraídas por suas atividades, entre as quais estão os cursos regulares, as oficinas e laboratórios pedagógicos e os cursos informática. (CNM/CUT, 2001)

**O** Programa Integrar está iniciando uma nova etapa no trabalho com os desempregados. São os Centros Integrados do Trabalhador, que priorizam a Economia Solidária e pretendem discutir e propor a geração de emprego e renda (...).

**A** idéia é que os centros funcionem como uma ponte entre as salas de aula e o mundo do trabalho. Na prática, serão pólos de concentração de desempregados que tenham interesse em desenvolver algum tipo de atividade coletiva que possa lhes proporcionar renda. (CNM/CUT, 2001 **b**)

Aqui trabalhamos poucos dos muitos aspectos que podem ser abordados com esta citação e sua temática. Interessa-nos, primeiramente, a confirmação de que foi feita, também pelas organizações sindicais, a relação: formação profissional - geração de trabalho e renda - empreendimentos solidários. Uma relação perigosa, por conta do viés que possui, de tratar a educação próximo da concepção de capital humano, o que há tempos recebe críticas de alguns educadores:

O que se discute é apenas se esse vínculo se dá mais ao nível do aprendizado de habilidades, do desenvolvimento de "atitudes" funcionais ao processo produtivo. A partir dessa concepção linear deriva-se, como discutimos anteriormente, a ideologia burguesa do papel econômico da educação. A educação e a qualificação aparecem como panacéia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não-qualificação. (Frigotto, 1993:136)

Um assunto, similar ao que fizemos ao longo deste trabalho com a Economia Solidária, que traz em si a questão: *quando reforma e quando revolução?* nos movimentos e organizações dos trabalhadores. Um assunto em pauta, onde os homens ainda estão tecendo e construindo a realidade, por conta disso, ainda sem resposta. Não obstante, isto não significa que o "novo" não traga elementos para ser interpretado, e que a história não nos diga algo sobre ele, quer dizer, não podemos cair em ciladas antigas.

## Conclusão

É sabido como é *cansativo* elaborar cientificamente os acontecimentos contemporâneos, enquanto a análise dos acontecimentos passados é relativamente mais fácil porque a própria realidade já se incumbiu de fazer uma certa eliminação e "crítica". (Kosik, 1995: 29)

O movimento deste trabalho foi, primeiramente, o de entender os Empreendimentos Solidários dentro da atual configuração do capitalismo. O que acabou significando entender o porque da Economia Solidária estar sendo requisitada no atual contexto da sociedade capitalista. Associamos o seu aparecimento tanto às novas questões, como a globalização, reestruturação produtiva, o desemprego, crise do *Welfare State*, etc. quanto à crise de perspectiva experimentada pela esquerda. A atual situação de precarização do trabalho exige soluções e a Economia Solidária (ES) aparece como uma delas. Ela aparece junto à crise de outras formas de organização e mecanismos de luta que os trabalhadores constituíram, e que no embate com o Capital haviam feito várias conquistas.

As experiências associativas dos trabalhadores sempre estiveram no interior do capitalismo, sobretudo a partir do início do século XIX, com as pioneiras organizações cooperativas e com os socialistas utópicos<sup>157</sup>, mas nunca se tornaram hegemônicas, e sempre tiveram por parte dos intelectuais do socialismo científico uma relação de desconfiança. Que teor teriam na atual materialidade que as diferenciariam de outras épocas? Não está sendo suficiente a argumentação que o contexto é diferente e demanda pelas experiências solidárias. Ao estudarmos a proliferação destes empreendimentos percebemos que é muito mais projeção por parte dos agentes que os promovem, do que reflexo, vindo das experiências dos atores, ou seja, vindo dos próprios trabalhadores. O aumento dos empreendimentos solidários aconteceu, como uma resposta à precarização, porém, da mesma forma que outros setores também cresceram, como o trabalho autônomo informal, os trabalhos temporários, o subemprego, etc. Na verdade, um aumento subsidiado por organismos governamentais ou não-governamentais, também incentivado por uma nova legislação<sup>158</sup>, e que por conta disso, muito vulnerável à fraude – o caso das fraudoperativas e gatoperativas. E, o mais importante, embora a proliferação seja real e num ritmo de crescimento grande, é ainda de pouca expressão, já que não consegue, por exemplo, acompanhar os números absolutos apresentados pelo desemprego. O cooperativismo ainda possui

---

<sup>157</sup> Ver também: Antas, 2000 (item 2.2.1).

uma presença pequena dentro do mercado global, e o tipo que nos interessa, ligado à ES, possui uma expressão ainda menor. Vê-se, para aquelas experiências solidárias não regidas pelo estatuto do cooperativismo, que também possuem pouca presença na economia global, porque, na maioria das vezes, trabalham com produtos secundários, ou por sua existência acontecer mais pelos subsídios que recebem, do que por conquistarem uma autonomia relativa. E o que é mais peculiar à quase totalidade dos empreendimentos solidários: uma grande dificuldade econômica.

Tudo isto nos fez inferir que, os empreendimentos solidários são muito mais resultado da teorização – legítima na busca por alternativas – do que uma reflexão que ao desvelar a realidade encontra novas possibilidades. Sendo que, para os grupos de esquerda, isto se agrava e acentua-se pela crise de perspectiva do socialismo, e as orientações e soluções que por aí perpassavam.

O grande problema, quando os agentes projetam mais do que refletem a realidade da Economia Solidária, é estar apostando numa solução equivocada ou que retarda outras ações, podendo com isso enuviar a consciência dos homens para soluções mais eficazes e transformadoras. Parafraçando Kosik, a consciência humana reflete e projeta, anota e planeja, reflete e antecipa. A inversão desta dialética não é necessariamente uma inverdade, mas possui um grande risco de produzir fetiche<sup>159</sup>. Os empreendimentos solidários estão correndo este risco.

Com tudo isso, começamos a entender que o estudo da Economia Solidária não pode ficar circunscrito nela própria, precisar ir em direção aos agentes, para o *Terceiro Setor* num todo, nas suas relações com o Estado e com a economia de mercado. Este trabalho tentou colaborar – o que também já dissemos antes – com a incipiente teoria da Economia Solidária, porém, acabou percebendo a necessidade de se fazer relações e interfaces com outros setores e segmentos da sociedade. A Economia Solidária é apenas a ponta do *iceberg* (talvez, nem isso) de um tipo de estudo que precisa considerar os agentes que a promove, as políticas públicas e o tipo de Estado vigentes, as questões econômicas como a do desemprego, os partidos e grupos de esquerda e direita, como também os *homens de negócio* com seu assistencialismo e filantropia, etc.<sup>160</sup>. O que estudamos aqui – e temos que continuar – não foi nem tanto a ES, mas o porquê de, nos últimos

---

<sup>158</sup> como já vimos, no capítulo 1: *Lei, artigo 442, § único, da CLT.*

<sup>159</sup> A ignorância do método da explicitação dialética (fundada sobre a concepção da realidade como totalidade concreta) conduz ou à **subsunção do concreto sob o abstrato, ou à omissão dos termos intermédios e à construção de abstrações forçadas.** (Kosik, 1995: 39; grifos nossos)

<sup>160</sup> Estas reflexões nos mostram que, o entendimento da Economia Solidária, por meio dos *estudos de caso* precisam ser muito bem justificados e selecionados, pois vemos a influência intensa que vem das organizações do terceiro setor e de organismos governamentais (às vezes empresariais). Os estudos de caso

anos, estar sendo proposta com tamanha força; quer dizer, nem tanto pelo que possibilita, mas o porquê de ter sido engendrada<sup>161</sup>.

Na construção desta dissertação percebíamos, com as contribuições que recebíamos, estar tratando de uma temática situada no *fio da navalha*, um caminho entre a expectativa de solução e a do retrocesso para a classe trabalhadora. Uma tensão que acompanhou todo o nosso trabalho, mas que não objetivamos resolver, pelo menos não definitivamente. Nossa intenção maior sempre foi clarificar os momentos de revolução, em relação aos momentos de reforma e conservadorismo dos empreendimentos e experiências solidárias. Por isso, um movimento de *ir e vir*, de construção e desconstrução, de esperança e descrença, na verdade, exigência de uma realidade que vigora<sup>162</sup>, e que não nos oferece conclusões definitivas, pois ainda participamos dela, nos interessando potencializar determinadas direções.

Um tipo de estudo *fio da navalha* também porque intrinsecamente instiga sempre ao debate, as pessoas parecem ter sempre uma opinião formada sobre a Economia Solidária. Para alguns grupos, este trabalho gera uma expectativa em que se confirme o caráter conservador destes empreendimentos, para outros o seu caráter reformista e outros sonham que neles se encontre o potencial revolucionário. Nossa intenção não é, em nenhum momento, ficar "em cima do muro", mas fazer simultaneamente o movimento de entender os limites – que não foram poucos – e apontar as suas potencialidades.

A breve análise do educacional – a relação trabalho e educação – nos fez entender que também para este aspecto a influência dos agentes é incisiva, e que junto daqueles atores que se destacam, os líderes, acaba sendo determinante. Em algumas experiências o trabalho demanda por formações específicas, dificilmente integrais, para resolver as exigências imediatas da produção. O duro cotidiano destes trabalhadores pouco permite que se construa uma formação além do imediatismo de seu trabalho. Noutras experiências acontece o contrário, como o tipo de

---

mais interessantes são aqueles que vêm de iniciativas genuinamente dos trabalhadores e/ou estejam perto de alcançar a auto-suficiência econômica, prescindindo dos subsídios externos.

<sup>161</sup> *A teoria materialista deve iniciar a análise com a questão: por que os homens tomaram consciência de seu tempo justamente nestas categorias e qual o tempo que se mostra aos homens nestas categorias?* (Kosik, 1995: 22)

<sup>162</sup> *O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos. (...) A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é*

trabalho que possuem não exige mais qualificação – artesanais, de costura, faxina, etc. –, os trabalhadores reivindicam para fora do ambiente de trabalho, geralmente junto e estimulado pelos agentes, um tipo de formação educacional e cultural que compense vários itens ligados à vida comunitária e à cidadania: atividades desportivas, artesanato, alfabetização/reforço escolar, teatro/escola de arte, aulas de música, curso sobre drogas, regras de convivência, grupo jovem, comunicação (confeção de jornal e rádio), clube de mães, formação político e religiosa, passeios (Cf. Antas, 2000).

Um outro ponto, sobre a questão Trabalho e Educação, talvez o mais importante, e que precisa ter continuidade em pesquisas futuras, é a relação estabelecida entre a "nova" *formação profissional e a Economia Solidária*. Uma relação supostamente engendrada pela atual materialidade de precarização do trabalho, proposto por entidades governamentais e não-governamentais, *de direita* e aceita por muitas *de esquerda*, como solução, antes de tudo, para o desemprego. Uma relação que intrinsecamente traz uma "revitalização"<sup>163</sup> da teoria do capital humano, sendo que agora a educação não só aparece como solução para a desigualdade entre os países e as pessoas, como também para o desemprego e a exclusão. Alguns setores de esquerda tentam buscar e fazer a contradição, nesta relação, mas sob grandes adversidades. Um estudo, que também consideramos importante a ser feito, é sobre os *egressos* desses cursos de qualificação e requalificação profissional, que após passarem por estes *bancos de formação* estariam mais empregáveis e/ou mais empreendedores para enfrentar o mercado.

Enfim (o difícil momento de pôr o ponto final), em nenhum momento quisemos tratar a Economia Solidária como um epifenômeno, mesmo porque sempre consideramos que *em todos os níveis da práxis humana, é possível perceber momentos em que os indivíduos não só sofrem a ação das estruturas, mas dissolvem e/ou geram estruturas* (Coutinho, 1996:31). Desde o início da

---

*inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.* (Kosik, 1995:15)

<sup>163</sup> A revitalização que estamos apontando é, na verdade, para alguns grupos de esquerda, que estão permitindo que esta teorização volte a ocupar espaços na educação, quando muitos educadores durante pelo menos duas décadas fizeram/fazem críticas contundentes a respeito. Para os grupos de direita não há revitalização porque nunca perdeu força, pelo contrário, eles sempre reapresentam a teoria do capital humano como uma grande novidade: *Existe sim uma estreita correlação entre a escolaridade e o rendimento do trabalho e, por isso, pode-se dizer que a desigualdade está ligada às oportunidades educacionais. São inúmeras as pesquisas indicando que o aumento de renda que se obtém quando o trabalhador avança um degrau em escolaridade é tão significativo que é capaz de ensejar afirmativas do tipo: "a taxa de retorno em educação é altíssima", ou "o retorno sobre o investimento em capital humano é muito maior que o obtido em capital físico"* (Gustavo Franco, 1999)

dissertação tivemos a intenção de corresponder não somente às expectativas da Academia, mas sobretudo às dos trabalhadores (e as nossas), ainda que através da crítica, e sempre no sentido da transformação desta sociedade capitalista, e tendo como o horizonte (por vezes distante) o socialismo. Por conta disso, refletimos uma economia popular, que depois tornou-se solidária e que, por alguns momentos, também visualizamos como autogestionária... Sabemos que muitas vezes as aspirações, de todos nós, são esquecidas ou enfraquecidas no cotidiano do trabalho e da vida política, ser esquerda ou direita no Brasil pode representar apenas agir com mais ou com menos honestidade, ser menos ou ser mais corrupto, ter bases mais populares ou não tê-las... não obstante, ter esta consciência não significa ser necessário a perda da utopia, mesmo porque é certo que há movimento... *Eppur si Muove!*<sup>164</sup>

---

<sup>164</sup> "Ainda assim, ela se move" Galileu Galilei em 1633.

## Bibliografia

- ABENSOU, Miguel. *A Democracia Contra o Estado: Marx e o momento maquiavélico*. UFMG, 1998.
- ABRIL. *Almanaque Abril*. São Paulo: Abril Cultural, 1997
- ADUSP. Campeão de Desigualdade. *Revista da Adusp*, maio de 1996.
- ALAYÓN, Noberto. *Assistência ou Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALTVATER, E. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: editora da Unesp, 1995.
- ANGELI, José Mario. As mudanças no mundo do trabalho, Educação e organização da classe subalterna em Gramsci. *Revista da Aduel - Sindiprol - n° 2 - ano 2*. 1997.
- ANTAS, Edenise da Silva. *O Caráter Educativo dos Processos de Participação na Organização Econômicas Populares: A Experiência Shangri-lá*. Niterói, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.
- ANTUNES, Ricardo *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Editora Cortez/Editora Unicamp (4ª edição) 1995.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ARRUDA, Marcos. *Globalização e Cooperativismo Popular: Desafio estratégico*. Rio de Janeiro: PACS, 1996 (Forum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular)
- \_\_\_\_\_ *Globalização E Sociedade Civil: Repensando O Cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro: PACS, 1996b (Texto preparado para apresentação na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social, Genebra, 9-11 de dezembro de 1996)
- ANTEAG. *Autogestão construindo uma nova cultura nas relações de Trabalho*. São Paulo: Anteag, 2000.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.
- BARROS, Josiane Fonseca. *A(s) Concepção(ões) Educativas no Âmbito da Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Rio de Janeiro, 2001. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. (mimeo)
- BOBBIO, Noberto. Invitto a rileggere Marx. *Teoria Política*. Franco Agneli, Anno IX, n° 2, Milão, 1993.

- \_\_\_\_\_. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOMFIM, Alexandre M. *Formação Humana E Trabalho Solidário: Estudo Sobre Os Limites e Possibilidades, da Relação Trabalho - Educação, nas Organizações Econômicas Populares*. Rio de Janeiro, 1999. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. (mimeo)
- BRIGHTON LABOR, process group. O processo de trabalho capitalista. **in** SILVA, T.T.D. (org.) *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- CAMPOS, Roberto. Caderno opinião. *Globo*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1999.
- \_\_\_\_\_. O neobobismo dos jesuítas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 abr. 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Mudanças na Sociedade Brasileira. **in** *A virada do Século*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- CASTELL, R. "As Transformações da Questão Social" **in** BOJUS. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ, 1997.
- CEPIA. Políticas Compensatórias no Mercosul. *Cadernos fórum Civil*, ano 1 n.1. 1999.
- CNBB *Eras Tu Senhor?* (Manual da Campanha da Fraternidade sobre os Excluídos) São Paulo: Editora Salesiana/Dom Bosco, 1995.
- CNM/CUT *Programa Integrar – Formação e Requalificação para o Trabalho*. Disponível na Internet: <http://www.cnmcut.org.br/apresint.htm>. Capturado 17 jul. 2001; 15:09. On line.
- \_\_\_\_\_. *Integrar Cria Novo Canal para Buscar Geração de Emprego*. Disponível na Internet: <http://www.cnmcut.org.br/inoticias.htm>. Capturado 17 jul. 2001 b; 15:12. On line.
- COOPERATIVA de trabalho: uma alternativa cada vez mais presente. Disponível na Internet: <http://www.Cooperativa.com.br>. Capturado 02 abr. 00; 00:25. On line.
- CORAGGIO, Jose Luis. *Ciudades sin rumbo*. Quito: Ciudad, 1991.
- \_\_\_\_\_. *De la economía de los sectores populares a la Economía del Trabajo*. Mimeo. 8 nov de 1999.
- COUTINHO, C. N. Gramsci, o Marxismo e as Ciências Sociais. **In** *Marxismo e Política*, São Paulo: Cortez, 1996, p. 91-120.
- CUT *Política de Formação da Cut: A Reestruturação da PNF*. Disponível na Internet: <http://www.cut.org.br/a21107.htm>. Capturado 17 jul. 01; 15:03. On line.
- \_\_\_\_\_. *Economia Solidária: alternativas de trabalho e desenvolvimento*. **In** *Sindicalismo e Economia Solidária*. São Paulo: CUT Dez/1999

- DESEMPREGO no Brasil é o terceiro pior do mundo. *Revista Integração*, abr. 2000. Disponível na Internet: [http:// www.Integração.fgvsp.br/](http://www.Integração.fgvsp.br/)
- DICIONÁRIO da Educação Profissional. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE), Fidalgo & Machado, 2000.
- DIEESE. Sindicatos Enfrentam A Precarização Das Relações De Trabalho. In *Boletim DIEESE*. Outubro de 1998. Disponível na Internet: [http:// www.dieese.org.br/bol/neg/negout98/html.htm](http://www.dieese.org.br/bol/neg/negout98/html.htm)
- DREIFUSS, René A. *Época das Perplexidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- DRUCKER, Peter. Produtividade: a chave do futuro. *Diálogo*, n° 4, Vol. 26, 1993.
- ENTREVISTA Vicente Paulo da Silva. *Proposta*, Rio de Janeiro, n.º 72, p. 43-45, março/maio de 1997.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FORTUNA invisível. *Revista Veja*, 06 set. 1995 p.90.
- FRANCO, Gustavo H. B. Capital humano e universidade pública. *Folha Dirigida*. Rio de janeiro, 16-22 de dez. 1999.
- FRANCO, M. C. *O Trabalho como Princípio Educativo*. Rio de Janeiro, 1990 Tese (Doutorado em Educação) - PUC.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *A Reivenção do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes 1998.
- \_\_\_\_\_ *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo, Cortez 1995.
- \_\_\_\_\_ O Local face ao Nacional e ao global - limites e Possibilidades *Revista da Aduel - Sindiprol*. n° 2 - ano 2 , 1997.
- \_\_\_\_\_ *Educação Básica e Formação Técnica Profissional Face os Limites do Desenvolvimento e Crise do Trabalho Assalariado* mimeo (projeto de pesquisa CNPq) 1997b.
- \_\_\_\_\_ *A Produtividade da Escola Improdutiva*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1993.
- GAIGER, Luiz Inácio. Significados e Tendências da Economia Solidária. *Sindicalismo e Economia Solidária* São Paulo: Cut, p. 29-42, dez. 1999.
- GENRO, Tarso Fernando. *O Futuro por Armar*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- GEUSS, R. *Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas : Papirus, 1988.

- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GUIMARÃES, Gonçalo (org.) *Sindicalismo & Cooperativismo*. Rio de Janeiro: Unitrabalho/Coppe-UFRJ, s/d.
- GUTIÉRREZ, Francisco. Educação Comunitária e Desenvolvimento sócio-político **in** *Educação Comunitária e Economia política*. Editora Cortez São Paulo p.23-33 1993b.
- \_\_\_\_\_ Alcances educativos do fator C **in** *Educação Comunitária e Economia política*, Editora Cortez. São Paulo p.23-33 1993.
- HABERMAS, J. “Modernidade – um projeto inacabado”, **in** O B. F. Arantes e P. E. Arantes *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jurgen Habermas*, São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HEIMANN, Eduard. *História das Doutrinas Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: PAIDEIA, 1987.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_ *Mundos do Trabalho*. São Paulo, Editora Paz e Terra (1984) 1988
- HOULDER, Vanessa. Aspecto econômico do Protocolo de Kyoto está sendo investigado. *Financial Times*. 13 de Abril de 2001. Disponível na Internet: <http://www.uol.com.br/jornais>. Capturado 13 abr. 01; 01:28. On line.
- HYLAND, William G. Pragmatismo e Política Externa **in** *Diálogo*, 1991.
- ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. *Ossos do Ofício: cooperativas populares em cena aberta*. Rio de Janeiro: Coppe-UFRJ/FINEP, 1998.
- JAPIASSU, H. *A Crise da Razão e do Saber Objetivo: As Ondas do Irracional*, São Paulo: Letras & Letras, 1996.
- KONDER, L. *O Futuro da Filosofia da Praxis: o pensamento do marxismo no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_ *A questão da ideologia em Gramsci*. Disponível na Internet: <http://www.artnet.com.br/gramsci>. Capturado em 1999.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_ *Dialética do Concreto*. (4ª edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- KRISIS, grupo. Manifesto Contra o Trabalho. *Cadernos do Labor*. Disponível na Internet: [www.magnet.at/krisis](http://www.magnet.at/krisis)
- LOWI, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (5ª ed.) São Paulo: Cortez, 1994.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?*. 2 edição. SP: Global Editora 1990.
- MACHADO, Lucília; FIDALGO, Fernando. O PLANFOR e a reconstrução da Educação Profissional. **In** Trabalho e Educação. *Revista do NETE*, nº 6, Belo Horizonte, UFMG, jul/dez 1999 - jan/jun 2000.
- MARCONDES, Danilo “A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade” **in** Z. Brandão (org.) *A crise dos Paradigmas e a Educação*, SP: Cortez, 1994.
- MARTINEZ, Pere Jódar ; PEÑA, Andreu Lope Con El agua al Cuello: el trabajo en la economía sumergida Madrid, Editorial Revolución, 1985.
- MARX & ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Escriba, 1968.
- MARX, K. ; LUXEMBURGO; LENINE. *Cooperativismo e socialismo*. Coimbra: Editora Centelha, 1979.
- MST – Movimento dos Sem Terra. *A História da Concrab*. Disponível na Intenet: <http://www.mst.org.br/setores/concrab/indice.html> Capturado em 30 junho de 2001. On line.
- \_\_\_\_\_ *O MST e a Educação*. Disponível na Intenet: [www.mst.org.br/Setores/educacao/educar/htm](http://www.mst.org.br/Setores/educacao/educar/htm). Capturado em 30 jun, 2001 b; 15:33. On line.
- MATOS, Olgária C. F. Filósofo faz experiências de pensamento. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 1997.
- MELO, Raimundo Simão de. *A Flexibilização Dos Direitos Trabalhistas E As Cooperativas De Trabalho*. Ministério Público do Trabalho / 15ª Região. Campinas, outubro de 1997.
- \_\_\_\_\_ *Cooperativas de Trabalho*. *GENESIS - Revista de Direito do Trabalho*. junho/96, nº 42, 1996.
- MTb – Ministério do Trabalho. *Manual de cooperativas*. Brasília: MTb/SEFIT, 1997.
- NAREDO, J. Manuel. *Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible*. Texto s/d
- NOVO DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. 1ª edição (15ª impressão). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. Núcleo de Banco de Dados da OCB. Dez. 1999.

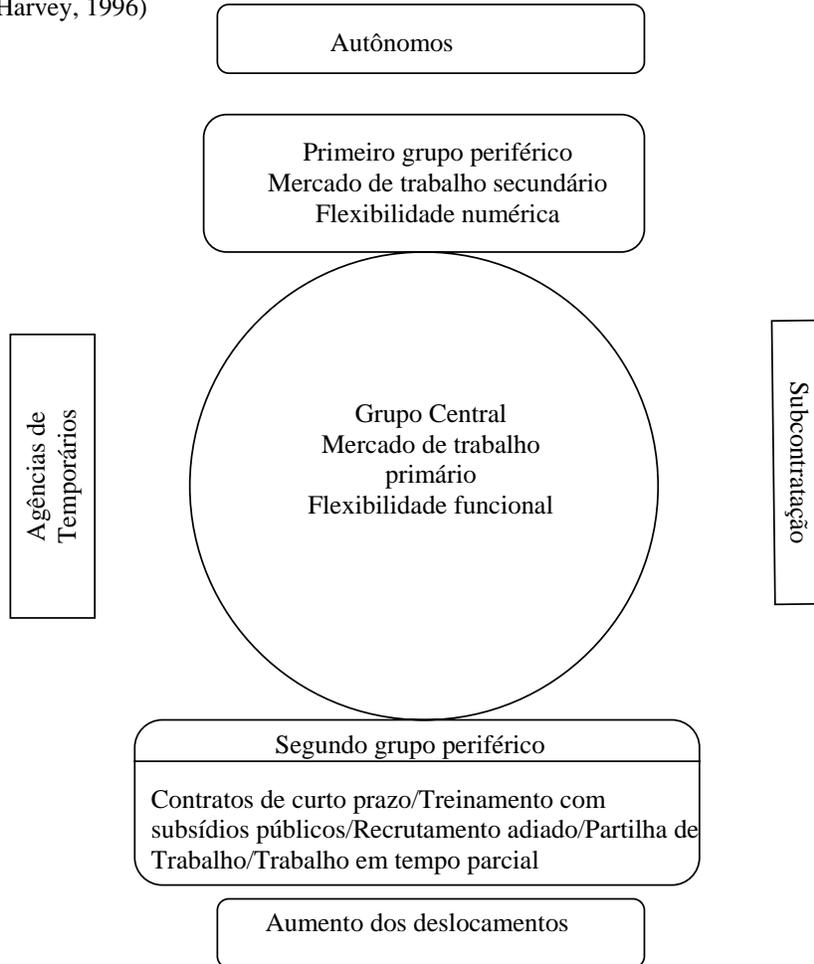
- OFFE, C. Trabalho a categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. RJ: ANPOCS (10), junho 1989.
- OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. *Temas da Geografia Mundial*. São Paulo: Atual 1995
- OLIVEIRA, Terezinha Cleide. Falam os Especialistas. Disponível na Internet: <http://www.Cooperativa.com.br>. Capturado 02 abr. 2000; 00:25. On line
- PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) Ações cidadãs no Brasil. PACS Rio de Janeiro, 1995.
- PAIXÃO, Marcelo & FIGUEIREDO, Marcelo. A Vanguarda do Atraso: Os Riscos da Precarização do Trabalho no Brasil. *Proposta*, Rio de Janeiro, nº 75, p. 6-23, dez. 1997.
- PEDEX (Programa Educativo Dívida Externa) O Neoliberalismo **in** *Cadernos Dívida Externa*. número 3, São Paulo 1993.
- PEREIRA, Bresser. *Publico Não-estatal Na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fund Getulio Vargas Editora.
- RAZETO, Luís. Sobre la inserción de la economía popular de solidariedad en proyecto de transformación popular. Lima, FOVIDA/Descó, 1987.
- \_\_\_\_\_ Conferência de Luís Razeto **in** *COMUNICANDO Boletín de informaciones interganizaciones CEDAL* (24) p. 23-27 1993b
- \_\_\_\_\_ Economia de Solidariedade e Organização Popular. In *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Editora Cortez, p.34-58, 1993.
- RODRIGO, Jean-Michel Debate com Comunicando acerca de la llamada economia popular **in** *Comunicando* (24) CEDAL Paris p. 31-41 1993
- ROLIM, Marcos. Assistência Social e Assitencialismo. Disponível na Intenet: <http://www.rolim.com.br/index2.html> Capturado 24/03/2001; 16:40. On line
- SABA, Andrea La industria subterránea. Um nuevo modelo de desarrollo mimeo, Institución Alfonso el Magnánimo, 1981
- SAITO, Ana Carolina & BARUFI, Clara Bonomi. O Desemprego no Brasil e no Mundo. Disponível na Internet: [www.eca.usp.br/EMALTA/trab/desemp/htm.htm](http://www.eca.usp.br/EMALTA/trab/desemp/htm.htm) Capturado 18 dez. 00; 22:51. On line
- SALM, C. Flexibilização: Solução ou Precarização do Trabalho. *Revista de Direito do Trabalho*. nº 77 Maio, 1998. Disponível na Internet: [www.geneditco.br.2rdt.rdt77](http://www.geneditco.br.2rdt.rdt77)
- SANCHIS, Enric. *Da Escola ao Desemprego*. Rio de Janeiro: editora Agir, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*. São Paulo:Cortez, 1995.

- \_\_\_\_\_. *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. 25ª edição. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1991.
- SETOR informal não consegue mais gerar trabalho. 1999. Disponível na Internet: [www.uol.com.br/economia/ultnot/ult020199014.htm](http://www.uol.com.br/economia/ultnot/ult020199014.htm)
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Sociedade global tira poder do trabalhador. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 de Maio, 1999.
- \_\_\_\_\_. Visões do futuro se mostram equivocadas neste século. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 de Maio. 1999b.
- SILVA, Rita de Cássia R. Cooperativismo Popular: "Novas" Formas de Produção e Reprodução Social. Rio de Janeiro, 1998. 172p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SINGER, Paul. 2001 um ano de transição. *Folha de São Paulo*. São Paulo Edição 26.205 Domingo, 31/12/2000
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo **in** *Revista Proposta*, n° 72 FASE março 1997
- \_\_\_\_\_. Cooperativismo e Sindicatos no Brasil **in** *Sindicalismo e Economia Solidária* São Paulo: Cut, p. 24-28, dez. 1999.
- SODRÉ, Nelson W. *Fundamentos do Materialismo Dialético*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira p.151 1968
- TIRIBA, Lia. *Economía Popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a la producción de una nueva cultura del trabajo* - Universidade Complutense de Madri, 1999. Tese de doutorado em Sociologia Econômica e do Trabalho.
- \_\_\_\_\_. *Economía Popular y Cultura del Trabajo projeto de pesquisa para doutoramento* - Universidade Complutense de Madrid (mimeo) 1995
- \_\_\_\_\_. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad. In: *Contexto & Educação*, n° 46, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, abril-junho de 1997.
- \_\_\_\_\_. Organizações Econômicas Populares. Parte integrante da pesquisa "Economia Popular e Cultura do Trabalho" (mimeo) 1994.
- \_\_\_\_\_. Economia Popular e Produção de Uma Nova Cultura do Trabalho **in** FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Educação e Crise do Trabalho* Petrópolis-RJ Vozes 1998.
- \_\_\_\_\_. *Economía Popular e Cultura do Trabalho*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

- TODESCHINI, Remigio & MAGALHÃES, Reginaldo S. A. Cut e a Economia Solidária **in** *Sindicalismo e Economia Solidária*. São Paulo: Cut, p. 5-7, dez. 1999.
- TOLEDO, José Roberto de. Tempo de Trabalho cai, mas não para todos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de Maio. 1999.
- VEIGA, Sandra Mayrink. Entrevista. *Proposta*, Rio de Janeiro, nº 75, p. 59-66, dez. 1997.
- VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: FASE, 1999.
- VEJA. Globalização. *Revista Veja* São Paulo: Editora Abril, Abr. de 1996.
- VENTURA, Alexandre. O capital e a solidariedade enfim convergem. Disponível na Internet: <http://www.Cooperativa.com.br>. Capturado 02 abr. 00; 00:25. On line
- VENTURA, Jaqueline P. *O Deslocamento Conceitual-Político-Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos: da Ideologia Desenvolvimentista à Ideologia Competitivista – A Experiência Planfor*. Rio de Janeiro, 1999. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. (mimeo)
- VILLASANTE, T.R. Del Caos al Efecto Mariposa **in** FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001.
- ZEELAND, Angelique J. W. M. The Role of Informal Micro-Entrepreneurs Organizations in Chilean Socio-Economic Development - The Case of Associations of Micro-Entrepreneurs in Poor Districts of Santiago. Holanda, 1995. Tese – Universidade Católica de Nimega.

## Anexos

Anexo 1 (*apud* Harvey, 1996)



Anexo 2:

**Lista das Cooperativas – descritor trabalho – com telefone (0XX21), pela OCB**

1. Acerte Cooperativa Mista de Prestadores de Serviços Ltda. Rua República do Líbano, 16 - sala 703 CEP: 20061-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0xx21) 222-0461
2. Arco-Íris Cooperativa de Trabalho Arco-Íris Ltda. Rua Cralos Seidl, 1281 - sala 01 CEP: 20931-001 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 589-7054
3. Asozitcoop Ltda Cooperativa de Prestação de Serviços Rua Dias da Cruz, 28/615 CEP: 20720-012 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 229-0082  
acsx@uol.com.br
4. Atrativa Cooperativa dos trabalhadores autônomos do estado do Rio de Janeiro Ltda Rua Mário de Araújo, 1075/102 CEP: 26521-130 - Nilópolis - Rio de Janeiro (0XX21) 791-7190 atrativa@nextnet.com.br [http:// www.atrativa.cjb.net](http://www.atrativa.cjb.net)
5. Atrium Consultores Cooperativa de Profissionais de Informática e Consultoria Técnica Ltda. Avenida Rio Branco, 181 - sala 105 CEP: 20040-007 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-0228 mara@atrium.sky.com.br <http://www.atrium.org.br>
6. Autoserv Prestação de Serviços Assistenciais - Sociedade Cooperativa Ltda. Avenida Erasmo Braga, 225 - Gr. 1203 - sala A CEP: 20020-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 533-8672
7. Brascordacoopercor Cooperativa de Costureiras e Tricoteiras Rua da Quitanda 185 - 6 andar CEP: 20091-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 253-0081  
jaderse@uol.com.br
8. Brasil Rotário Cooperativa Brasil Rotário Ltda. Avenida Rio Branco, 125 18º andar CEP: 20004-006 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 509-8142  
brasilrotário@ibm.net
9. Brazil Clean Cooperativa de Serviços Gerais Ltda. Avenida Borges de Medeiros, 137 - Aptº. 201 CEP: 22430-040 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
10. Casmex Cooperativa de Trabalho e Assistência dos Servidores do Ministério do Exército Ltda. Rua 13 de Maio, 23 - GR. 616 CEP: 20004-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 449-2773

11. Cempes Cooperativa de Engenheiros e Técnicos em Manutenção e Projetos Ltda.  
Rua Pereira Lopes, 220 CEP: 20920-330 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21)  
284-4837
12. Cetcoop Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Economia Informal Av. Ns  
Penha, 68 - Sala 407/408 CEP: - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 652-5663  
ivansalunitano@ig.com.br
13. Cierj Cooperativa dos Inspetores do Estado do Rio de Janeiro Ltda. Rua Mário  
Neves, 75 CEP: 24050-290 - Niterói - Rio de Janeiro (0XX21) 621-6594
14. Cinecoop Cooperativa de Cinema e Multidisciplinar de Prestação de Serviços Ltda.  
Av. Nossa Senhora de Copacabana. 583 sala 1115 CEP: 23050-000 - Rio de Janeiro  
- Rio de Janeiro (0XX21) 549-1141 cinecoop@uol.com.br
15. CIS Cooperativa Interdisciplinar em Saúde Rua maragogi, 59 CEP: 21070-180 - Rio  
de Janeiro - Rio de Janeiro
16. Clinicoop Clinicas Médicas Cooperadas Rua Dona Mariana, 219 CEP: 22280-020 -  
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 286-2376
17. Codesp Cooperativa dos Despachantes Públicos do Estado do Rio de Janeiro Ltda.  
Rua Melo de Souza, 130 CEP: 20941-110 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21)  
589-4516
18. Colabore Cooperativa Nacional dos Profissionais Autônomos Rua Pedro Lessa, 35 -  
Sala 509 à 512 CEP: 20030-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-  
3605
19. Comtrabalho Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar de Varre-Sai Rua José Vargas  
de Figueiredo, S/Nº CEP: 28375-000 - Varre-Sai - Rio de Janeiro (0xx24)843-3218
20. Contec Cooperativa de Consultoria Técnica Ltda. Avenida Marechal Câmara, 160 -  
sala 1426 CEP: 20020-080 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 532-6413
21. Coogavem Cooperativa de Guardadores Autônomos de Veículos Motorizados Estrela  
da Manhã Rua da Lapa, 180 - sala 601 CEP: 20021-180 - Rio de Janeiro - Rio de  
Janeiro (0XX21) 581-1606
22. Coop. Liderança de Trabalhadores Cooperativa Liderança de Trabalhadores Avenida  
Gomes Freire, 196 CEP: 20231-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 240-  
8422

23. Coop.de Trab.Instituto Victus de Responsabilidade Ltda. Cooperativa de Trabalho Instituto Victus de Responsabilidade Ltda. Rua México, 98 - Grupo 704 CEP: 20031-141 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 240-5717
24. Coopced Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Funcionários da Cedae Avenida Franklin Roosevelt, 23 - sala 803 CEP: 20021-120 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 262-3687
25. Coopcional Cooperativa Mista de Profissionais Autônomos Ltda. Rua Pedro Guedes, 56 CEP: 20071-040 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 253-4838
26. Coopcom Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Comunicação Ltda. Rua Francisco Serrador, 90 - sala 1402 CEP: 22220-001 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 2538996 home@trip.com.br
27. Coopem Cooperativa dos Profissionais Especialistas em Manutenção Avenida Presidente Vargas, 1733 - sala 703 CEP: 20210-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 232-2311 coopen@rio.com.br
28. Cooperamus Cooperativa de Serviços e Trabalho Ltda. Rua Piauí, 123 - casa 06 CEP: 22611-250 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 899-0765
29. Cooperativa de Beneficiamento de Guapimirim Ltda. Cooperativa de Beneficiamento de Guapimirim Ltda. Rua Itajubarana, 226 CEP: 25940-000 - Guapimirim - Rio de Janeiro (0XX21) 733-2166
30. Cooperativa de Consultoria e Informática Ltda. Avenida Presidente Vargas, 590 - sala 1506 CEP: 20071-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 253-3397 coop.@antares.com.br
31. Cooperativa de Trabalho da Aspi-Uff Cooperativa de Trabalho da Aspi-Uff Rua São Pedro, 24 - sala 802 CEP: 24020-050 - Niterói - Rio de Janeiro (0XX21) 622-1675
32. Cooperlixo Cooperativa de Lixo e Outros da Baixada Fluminense Rua Manoel Reis, 1003 - sala 03 CEP: 26100-000 - Belford Roxo - Rio de Janeiro (0XX21) 761-5911
33. Coopertram Cooperativa de Trabalhos Múltiplos Rua Dois de Dezembro, 78 - sala 501 CEP: 22220-040 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 225-6055 coopertram@coopertram.com.br <http://www.coopertram.com.br>
34. Coopertroleo Cooperativa dos Profissionais de Nível Superior da Indústria do Petróleo Avenida Presidente Vragas, 633 - sala 2208 CEP: 20071-064 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 509-0650

35. Coopeti Cooperativa Mista de Profissionais Autônomos Ltda. Rua México , 31 sala 703 CEP: 20031144 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-3398 coopeti@gbl.com.br
36. Coopetop-Rio Cooperativa Mista de Profissionais Autônomos do Rio de Janeiro Ltda. Rua Álvaro Alvim, 24 - sala 1101 CEP: 20031-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 262-1922
37. Coopetrein Cooperativa de Trabalho Vinculada a Área de Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro Rua da Conceição, 105 - sala 2009 CEP: 20051-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 253-4439
38. Coopfahupe Cooperativa Educacional dos Docentes da Faculdade de Humanidades Pedro II do Rio de Janeiro Rua Pirauba, S/Nº CEP: 20940-250 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 580-6426
39. Coopfurnas Cooperativa de Profissionais Especializados em Serviços Técnicos e Consultoria Rua Real Grandeza, 139 - sala 506 CEP: 22281-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 537-9558 cofurnas@rio.com.br
40. Cooplabor Cooperativa dos Trabalhadores em Agenciamento e Locação de Serviços Rua Helianto, 264 CEP: 21073-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 628-8017
41. Coopmar Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Marítimos Ltda. Avenida Presidente Vargas, 482 - Grupo 305 CEP: 20087-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-7423 cooder@windnet.psi.br
42. Coopmar Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Marítimos Ltda. Avenida Presidente Vargas, 482 - Grupo 305 CEP: 20087-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-7423 cooder@windnet.psi.br
43. Coopmit Cooperativa Mista de Trabalho para a Prestação de Serviços dos Profissionais de Mão-de-Obra Rua Dias da Cruz, 69 - sala 310 CEP: 20720-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 595-1470
44. Coopmults Cooperativa Multiprofissional de Serviços Avenida Treze de Maio, 13 - sala 711 CEP: 20031-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro Cooprarj Cooperativa de Trabalho de Práticos dos Portos do Estado do Rio de Janeiro Ltda. Avenida Rio Branco, 04 - salas 1591/2/3 CEP: 20090-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 516-1336

45. Coopreano Cooperativa de Profissionais em Empreendimentos na Área Naval e Offshore Ltda. Avenida Presidente Antônio Carlos, 607 - 4º andar CEP: 20020-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 580-7576
46. Cooprest/ex Cooperativa dos Profissionais Executores de Trabalho de Engenharia e Manutenção Ltda. Avenida Almirante Baroso, 91 - Grupo 702 CEP: 20064-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 240-5776
47. Coopserv Cooperativa de Serviços de Profissionais Liberais Ltda. Rua Buenos Aires, 02/1607 CEP: 20070-020 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-8904
48. Coopservice Cooperativa para Prestação de Multiserviços Ltda. Rua do Mercado, 11 - 14º andar CEP: 20010-120 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 224-2924
49. Coopsett Cooperativa de Serviços Técnicos de Trânsito Ltda. Rua da Assembléia, 41 - sala 1301 CEP: 20011-001 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 263-2740
50. Coopstrim Cooperativa de Profissionais de Saúde e de Tecnologia em Radiologia e Imagenologia Rua Álvaro Alvim, 48 - sala 809 CEP: 20031-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 221-5053
51. Coopsub Cooperativa de Trabalho dos Subaquáticos e Afins Avenida Almirante Barros, 91 - sala 702 e 703 CEP: 20064-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-9843
52. Coopsurj Cooperativa dos Surdos do Rio de Janeiro Rua da Quitanda, 185 - sala 503/505 CEP: 20091-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 283-0233
53. Cooptaai Cooperativa dos Trabalhadores Profissionais de Assistência ao Adolescente Infrator Ltda. Avenida Presidente Vargas, 962 - sala 502 CEP: 20071-002 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 263-1967
54. Coopvideo Cooperativa Brasileira de Vídeo Ltda. Avenida Presidente Vargas, 583 - sala 1019 CEP: 20076-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 242-1652
55. Coopvit Cooperativa de Serviços Avenida Rio Branco, 311 - sala 601 CEP: 00312-721 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-2311
56. Coosenge Cooperativa de Serviços de Engenharia Ltda. Avenida Presidente Vargas, 962/509 - sala 509 CEP: 20071-002 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 253-0255 coosenge@alternex.com.br <http://www.tonanet.com/coosenge>

57. Cooterj Sociedade Cooperativa dos Trabalhadores em Edifícios do Estado do Rio de Janeiro Ltda. Rua Barata Ribeiro, 383/202 CEP: 22050-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 257-5391
58. Cootirla-RJ Cooperativa dos Trabalhadores em Instalações Reparos de Linhas, Aparelhos e Equipamentos de Telecomunicações do Rio de Janeiro Rua Novais e Silva, 94 - sala 301 CEP: 20271-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 569-3322
59. Cootrafazt Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do ao Faz Tudo Rua Visconde do Rio Branco, 17 CEP: 20060-080 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 508-9418
60. Cootramerj Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos da Construção e Reparo Naval, Off Shores e Afins do Estado do RJ Avenida Passos, 122 - sala 906 CEP: 20051-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 283-3798 Coopas Cooperativa de Produção Audiovisual de Saúde Saneamento e Meio Ambiente Ltda. Rua da Conceição, 161 CEP: 20080-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
61. Copen Cooperativa de Profissionais de Projetos e Serviços de Engenharia Ltda. Avenida Churchill, 129 - Grupo 602 CEP: 20020-050 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 533-4704
62. Copenavem Cooperativa de Trabalho de Navegação Marítima Ltda. Rua Gonçalves Dias, 56 - sala 301 CEP: 20050-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 224-6688
63. Copsul Cooperativa de Professores do Litoral Sul Ltda. Rua Iracema, S/Nº - Lt.09 - Qd.62 CEP: 23820-290 - Itaguaí - Rio de Janeiro Goldcoop/NJ Cooperativa de Trabalho de Pesquisa e Promoção de Vendas NJ Ltda. Rua Uruguaiana, 55 - 1019 CEP: 20050-093 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 221-4240
64. Copubras Cooperativa dos Profissionais de Cursos Superiores e Universitários do Brasil Av. Rio Branco, 37 Gr. 801 CEP: 20003-090 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-8654 webmaster@copubras.com.br <http://www.copubras.com.br>
65. Cosevil Cooperativa Serrania de Vigilância Ltda. Rua Sahy, 25-B CEP: 25956-000 - Teresópolis - Rio de Janeiro (0XX21) 642-3776

66. Cotracei Cooperativa de Trabalhadores do Complexo Centro de Educação Integral - CEI/Quintino Ltda. Rua Duarte Teixeira, 359/101 CEP: 21311-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 597-0923
67. Goldcoop/RG Cooperativa de Trabalho de Pesquisa e Promoção de Vendas RG Ltda. Avenida Rio Branco, 115 - sala 1305 CEP: 20040-004 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 231-8411
68. Goldcoop/RR Cooperativa de Trabalho de Pesquisa e Promoção de Vendas RR Ltda. Rua Álvaro Alvim, 31 - sala 1101 CEP: 20031-010 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 262-2032
69. Goldcoop/VN Cooperativa de Trabalho de Pesquisa e Promoção de Venda VN Ltda. Avenida Rio Branco, 50 - 7º andar CEP: 2090-002 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 533-2020
70. Grancoop Cooperativa de Vendedores Comerciais Autônomos do Grande Rio Avenida Presidente Kennedy, 1555 - sala 801 CEP: 25010-001 - Duque de Caxias - Rio de Janeiro (0XX21) 772-8489
71. Green Matrix Cooperativa de Profissionais Empreendedores Ltda. Rua da Quitanda, 60 - 4º andar CEP: 20011-030 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 509-0957  
green.matrix@biohard.com.br
72. Indrio Cooperativa de Prestadores de Serviços Ltda. Rua do Acre, 47 - sala 913 CEP: 20081-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 253-8940
73. Instituto Ágora Cooperativa de Trabalho Ltda. Rua das Palmeiras, 93 - Aptº. 308 CEP: 22270-070 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 286-5695
74. Itaconsult-RJ Sociedade Cooperativa de Consultores Engenheiros do Ita Avenida Franklin Roosevelt, 39 - salas 512/513 CEP: 20021-120 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 262-8808
75. Itáu-Cooper-Central Vans Cooperativa Brasileira dos Proprietários e Condutores de Vans Ltda. Rua Santo Amaro, S/Nº - Lt. 30 - Qd.04 CEP: 24340-040 - Niterói - Rio de Janeiro (0XX21) 609-8641
76. Join Consult Cooperativa de Consultores de Processamento de Dados Empresarial Avenida Presidente Vargas, 446 - Gr.1902/1903 CEP: 20085-900 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 263-8382 joinconsult@starmedia.com

77. KKE Cooperativa Cultural dos Esperantistas Ltda. Avenida 13 de Maio, 47 - Sobreloja 208 - Cx.P. 1887 CEP: 20031-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-7486
78. KKE Cooperativa Cultural dos Esperantistas Ltda. Avenida 13 de Maio, 47 - Sobreloja 208 - Cx.P. 1887 CEP: 20031-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-7486
79. Marcoop Cooperativa Mista de Marítimos e Categorias de Profissionais Associados Avenida Rio Branco, 45/1714 - Cx.P. 57009 CEP: 20090-003 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-0388
80. Marcoop cooperativa Mista de Marítimos e Categorias de Profissionais Associados Avenida Rio Branco, 45/1714 - Cx.P. 57009 CEP: 20090-003 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 233-0388
81. Unidigi Cooperativa de Informática Cooperativa de Informática e Digitação do Estado do Rio de Janeiro Ltda. Av. Segal, 230 sl 201 / 202 CEP: 20751-580 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 581-1549 inidigi@ig.com.br
82. Unisat Cooperativa Multidisciplinar de Serviços e Assessoria Técnica Rua do Catete, 311 - sala 701 CEP: 22220-001 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 220-5377
83. Uniserge Cooperativa de Trabalho de Engenharia Ltda. Avenida Rio Branco, 135 - sala 814 CEP: 20040-006 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 507-0185 uniserge@uol.com.br
84. Unitec Cooperativa de Profissionais das Áreas de Ensino, Treinamento e Informática Ltda. Rua Uruguaiana, 55 - 5º andar CEP: 20050-094 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 224-3355 unitec@rj.sol.com.br
85. Unitop Cooperativa de Trabalho e Produção de Topografia, Profissionais da Construção Civil, montagem Ind., Terraplanagem e Pavimentação Rua Vereador Aldílio C. Franc, 334 - casa 02 CEP: 27270-370 - Volta Redonda - Rio de Janeiro (0xx24)622-9080
86. Uniway Cooperativa de Profissionais Liberais Ltda. Avenida Rio Branco, 110 - 14º / 21º / 22º andares CEP: 20040-001 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 852-8330 info@uniway.com.br <http://www.uniway.com.br>

87. Van-Ilha Cooperativa de Prestação de Serviços Multidisciplinares da Ilha do Governador Ltda. Estrada do Galeão, 35 - sala 303 CEP: 21931-000 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 467-3463

88. Vendascoop Cooperativa de Profissionais de Vendas Ltda. Avenida Rio Branco, 109 - 22º andar CEP: 20040-004 - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (0XX21) 221-5053

### Anexo 3: Cooperativas em formação da ITCP -Coppe/UFRJ

A seguir temos uma lista de algumas das experiências da ITCP - Coppe/UFRJ, que no momento da pesquisa ainda estavam em processo de "incubagem". Soubemos, no momento que atualizávamos nossos dados que a maior parte delas não tiveram desenvolvimento.

Cooperativa dos Trabalhadores do Caminho do Job
Bairro da Pavuna - RJ Fase: formação, Curso de Cooperativismo - 04/98 - 36 horas, projeto - 16 horas. Associados: 30 pessoas Postos de Trabalho: 21 Histórico: Início das atividades: 09/97. Entrada no mercado 05/98. Grupo inicial com cerca de 30 pessoas <u>Não se desenvolveu.</u>

Cooperativa dos Trabalhadores do Morro do Grotão
Bairro da Penha Fase: Formação, Curso de Cooperativismo - 04/98 - 28 horas Associados: 30 Histórico: Início das atividades em 01/98. Grupo inicial com 30 pessoas. Boa organização comunitária. <u>Não se desenvolveu.</u>

Cooperativa dos Trabalhadores do Morro da Caixa D'água
Bairro da Penha - RJ Fase: Formação, em operação e acompanhamento no mercado, Curso de cooperativismo - 04/98 - 92 horas, Projeto - 16 horas. Associados: 30 Postos de Trabalho: 22 Histórico: Início das atividades: 01/98 Entrada no mercado: 05/98. Grupo bem organizado <u>Perdeu o mercado UFRJ.</u>

Cooperativo dos Trabalhadores do Morro de Santo Amaro
---

Bairro do Catete/RJ.  
 Fase: Formação, Curso de Cooperativismo - 12 h. (em andamento)  
 Associados: 35  
 Histórico: Início das atividades: 03/98. Grupo inicial com cerca de 35 pessoas. Comunidade bem organizada.  
 Cooperativa dos Trabalhadores do Morro do Juramento  
 Bairro de Vicente de Carvalho/RJ  
 Fase: Pré-diagnóstico  
 Histórico: Início das atividades 02/98. Primeiros contatos com interlocutores locais

Estrada das Canoas

Bairro de São Conrado  
 Fase: Pré-diagnóstico  
 Histórico: Início das atividades: abril/97; Pré-diagnóstico realizado com a comunidade  
Não se desenvolveu.

Canal das Taxas

Bairro do Recreio dos Bandeirantes  
 Fase: Pré-diagnóstico  
 Histórico: contato realizado em 04/97  
Não se desenvolveu.

Favela de Nova Aliança

Vila Aliança/RJ  
 Fase: Pré-diagnóstico  
 Histórico; Início das atividades: 03/98; primeiro contato com interlocutores locais, pré-diagnóstico realizado com a comunidade local.

Morro dos Prazeres

Bairro de Santa Tereza/RJ  
 Fase: Pré-diagnóstico  
 Histórico: Início das atividades: 04/98. Contatos realizados com interlocutores locais. Trabalho suspenso devido a problemas internos à comunidade.  
Não se desenvolveu.

Morro do escondidinho
Bairro de Santa Tereza/RJ Fase: Pré-diagnóstico Histórico: Início das atividades: 01/98, trabalho interrompido devido a problemas internos na comunidade. <u>Não se desenvolveu.</u>

#### Anexo 4: Roteiro para a pesquisa por telefone.

- 1- Com que trabalha a Cooperativa?
- 2- A Cooperativa Trabalha há mais de 5 anos?
- 3- A Cooperativa está em pleno funcionamento?
- 4- A Cooperativa é imprescindível para os trabalhadores (cooperados)?
- 5- O número de cooperados/trabalhadores envolvidos já foi maior? Quanto? Quando?
- 6- Os ganhos obtidos com a cooperativa (materiais, culturais, de formação...) são substanciais para os trabalhadores?



06/00	7,41	8,69	9,44	7,78	5,49	7,84	7,26
05/00	7,79	8,67	9,70	7,96	5,91	8,38	7,55
04/00	7,84	8,20	10,58	8,71	6,12	8,04	7,91
03/00	8,05	8,14	11,53	9,14	6,25	8,15	8,18
02/00	8,16	8,50	11,53	8,86	5,65	8,85	7,76
01/00	7,63	6,63	11,33	8,38	5,61	8,20	7,12
12/99	6,28	6,37	9,33	6,92	4,54	6,51	6,31
11/99	7,32	7,19	9,35	7,93	5,25	7,88	7,68
10/99	7,53	7,75	9,86	7,45	5,49	8,16	8,01
09/99	7,37	8,17	10,92	6,74	5,21	8,01	7,32
08/99	7,68	9,05	11,25	6,96	5,88	8,19	7,14
07/99	7,54	9,24	10,19	7,12	5,37	8,18	7,47

Taxa de Desemprego Aberto( IBGE )								%
Mês/Ano	Taxa Média	Regiões Metropolitanas						
		Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	
06/90	4,90	6,61	5,48	4,68	3,76	5,42	4,24	
05/90	5,27	7,00	6,51	5,46	4,41	5,52	4,28	
04/90	4,77	6,05	5,90	4,64	3,86	5,06	4,49	
03/90	4,04	5,96	4,54	4,36	3,50	4,08	3,42	
02/90	3,43	4,28	4,35	3,88	2,95	3,55	2,51	
01/90	3,30	5,05	4,48	3,27	3,23	3,06	2,52	
12/89	2,36	3,51	3,80	2,40	2,51	1,95	2,04	
11/89	2,49	3,90	3,15	2,99	2,63	2,13	1,81	
10/89	2,98	5,10	4,24	2,98	2,67	2,85	2,12	
09/89	3,22	5,33	5,06	3,01	2,59	3,30	2,07	
08/89	3,22	5,48	4,51	2,99	2,75	3,24	2,13	
07/89	3,17	6,12	4,29	3,16	2,47	3,14	2,58	